VANESSA MARTINS DO MONTE

Documentos setecentistas:

edição semidiplomática e tratamento das sibilantes

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa
Orientador: Prof. Dr. Heitor Megale

São Paulo
2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Esta dissertação foi elaborada segundo as normas das *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP* disponível no endereço www.teses.usp.br/info/diretrizesfinal.pdf

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M772 Monte, Vanessa Martins do
Documentos setecentistas: edição semidiplomática e tratamento das sibilantes /
Vanessa Martins do Monte ; orientador Heitor Megale. – São Paulo, 2007. 395 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Filologia – Brasil (Século 18). 2. Manuscritos (Edição semidiplomática) – Rio de Janeiro ; Brasil (Século 18). 3. Linguística histórica - Brasil. 4. Português do Brasil – Século 18. 5. História social – Brasil – Século 18. I. Título.

21ª CDD 469.79853

FOLHA DE APROVAÇÃO

Vanessa Martins do Monte

Documentos setecentistas: edição semidiplomática e tratamento das sibilantes

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A meu avô Bento (*in memoriam*),
português convicto, que me ensinou
a amar a Língua Portuguesa.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Heitor Megale, pela atenção e apoio durante o processo de orientação.

Ao Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, pelas imensas e primordiais contribuições dadas a meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Ceschin, pelo constante apoio e incentivo à continuação da pesquisa.

À Prof^a. Teca, grande responsável pela escolha da minha carreira e pelo meu ingresso no curso de Letras.

Aos funcionários do Arquivo Nacional, Sátiro Nunes, Rosane Coutinho e Joyce Roehrs, pela receptividade e pelo auxílio durante a consulta aos manuscritos.

Às minhas amigas, Liana e Andréa, que me hospedaram no Rio de Janeiro durante as pesquisas realizadas no Arquivo Nacional.

À minha madrinha, Tânia Registro, que me ajudou a enxergar o que significa uma dissertação de mestrado, deixando-me mais leve para continuar a pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, Phablo, Érica e Elizângela, pelas trocas e aprendizados conjuntos.

À minha amiga Andrea Oliveira, pela disponibilidade e suporte em um momento imprescindível da conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos queridos, que souberam compreender a minha ausência e meus esquecimentos durante o período final de elaboração do trabalho.

Ao meu pai, Luiz Sergio, e à minha mãe, Lígia Maria, por acreditarem em mim incondicionalmente e me apoiarem nos momentos mais difíceis da realização deste trabalho.

À minha irmã, Ana Paula, simplesmente por existir.

Ao Marco, meu companheiro de todas as vidas, pelo constante estímulo e incentivo ao meu trabalho, pela elaboração do arquivo final e pela revisão atenta e precisa desta dissertação.

“A ortografia portuguesa sempre foi um tema discutido e tratado ora com a displicência devida aos assuntos fúteis ou menores, ora com a paixão suscitada pelas matérias sensíveis e de lesa-majestade.”

Maria Filomena Gonçalves

As ideias ortográficas em Portugal (2003, p. 17)

RESUMO

MONTE, V. M. M. **Documentos setecentistas - edição semidiplomática e tratamento das sibilantes**. 2007. 395 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

A presente dissertação trata da edição semidiplomática de documentos da segunda metade do século XVIII, conservados no Arquivo Histórico Nacional – Rio de Janeiro, à qual se segue um estudo lingüístico sobre o tratamento das sibilantes nesse *corpus*. O trabalho apresenta dois objetivos gerais: o primeiro, ligado ao objetivo da disciplina Filologia, é a publicação de uma edição fidedigna e confiável de nove documentos que podem constituir fontes tanto para o estudo da história do Brasil quanto para estudos de história da língua, já que a edição realizada preserva os traços lingüísticos dos documentos; o segundo objetivo é verificar o tratamento dado às sibilantes em documentos setecentistas. Na primeira parte do trabalho, apresenta-se o estudo filológico, que contempla a análise codicológica e a análise paleográfica dos manuscritos. A análise codicológica descreve para cada documento: o suporte material utilizado, com a informação da marca, linhas d'água e filigranas; sua composição, com a quantidade e dimensões dos fólios, bem como a forma de estruturação dos cadernos; a organização da página, com as dimensões das manchas, número de linhas, forma de numeração e localização de reclames; a informação de data, lugar de origem, particularidades e conteúdo. A análise paleográfica estuda a variação grafemática encontrada nos documentos e define os critérios para o estabelecimento dos grafemas utilizados para representar as sibilantes. Ao final da primeira parte, apresenta-se a edição semidiplomática dos manuscritos, acompanhada do fac-símile. A segunda parte do trabalho apresenta a metodologia de levantamento das sibilantes no *corpus*; um estudo sobre a história dos fonemas sibilantes desde o início da língua portuguesa até o surgimento da primeira norma oficial, em 1911; a norma preconizada pelos ortógrafos de Setecentos; a discussão sobre a existência ou não de uma norma gráfica em Portugal no século XVIII e a análise dos dados encontrados no *corpus*. Verifica-se que os grafemas *ç* e *z* são preferidos pelos autores dos documentos para representar, respectivamente, a sibilante surda e a sibilante sonora. Tal dado parece se relacionar à redução do quadro de quatro sibilantes a apenas duas no português padrão, já que tais grafemas eram utilizados justamente para representar as consoantes sibilantes pré-dorsais, que permaneceram na língua padrão. Comprova-se que a dificuldade dos ortógrafos em elaborar norma para o uso de *s* e *z* está de acordo com a confusão entre esses grafemas observada nos manuscritos. Duas importantes conclusões referem-se à primeira parte do trabalho. A primeira é que não se pode elaborar uma edição fidedigna e confiável prescindindo de um estudo filológico, que contemple as análises codicológica e paleográfica. A segunda, ligada à paleografia, demonstra que a determinação de um grafema não depende somente da morfologia da letra, que, comparada a outras ocorrências dentro do mesmo punho, revelará a melhor leitura, mas depende também do estudo das ocorrências em contextos específicos de posicionamento silábico.

Palavras-chave: Filologia; Manuscritos Século XVIII; Lingüística histórica; Português do Brasil; História social Brasil.

ABSTRACT

MONTE, V. M. M. **Seventeenth century documents: Semidiplomatic edition and sibilant treatment.** 2007. 395p. Dissertation (Master degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

The present dissertation treats of the semidiplomatic edition of documents dated from the second half of the 18th century and conserved at the Arquivo Histórico Nacional – Rio de Janeiro and it proposes a study of the sibilant treatment in this corpus. The paper has two general objectives: the first, related to the purpose of Philology as a discipline, which is the publishing of a faithful and reliable edition of the set of nine documents that constitute a source for the study of Brazilian history as well as for the study of the history of the language, once the presented edition preserves the linguistic traces of the documents. The second objective is to study the treatment given to the sibilant in 18th century documents. In the first part, it is presented a philological study which comprehends a codicological and a paleographical analysis of the manuscripts. The codicological analysis describes for each set of documents: the employed support, with information about the brand, waterlines and filigrees; its composition with the quantity and dimensions of the folio, as well as its structure; the page organization, with the number of lines, ways of numbering and localization of the catchwords; date, place of origin, particularities and contents. The paleographical analysis refers to the study of the graphematic variation found in the documents and the criteria for the establishment of the grapheme used to represent the sibilants. At the end of the first part, it is presented the semidiplomatic edition of the manuscripts, followed by the fac-simile. In the second part of this work it is presented the methodology for the sibilant surveying in the *corpus*, a study of the sibilant phonemes since the origin of the Portuguese Language until the first official norm which came out in 1911; the norm proclaimed by the orthographers of that century; the discussion about the existence of an official orthographical rule in Portugal in the 18th century and the *corpus* data analysis. It is noticed that the graphemes *ç* e *z* are preferred by the authors to represent, respectively the voiceless sibilant and the voiced sibilant. Such fact seems to be related to the reduction of the four sibilants into only two in the standard Portuguese, since such graphemes were used to represent the predorsals sibilant consonants, which remained in the standard language. It is proved that the difficulty of the orthographers elaborating a rule for the use of *s* and *z* is in accordance to the confusion between these graphemes observed in the manuscripts. Two important conclusions can be related to the first part of this dissertation. The first one is that it's not possible to elaborate a faithful and reliable edition leaving aside a philological study which fulfill both codicological and paleographical analyses. The second, related to the paleography, demonstrates that the determination of a grapheme doesn't depend only on the morphology of the letter, which compared to other occurrences inside the same handwriting, will reveal the best reading, but it also depends on the study of the occurrences in specific contexts of silabic position.

Key words: Philology; Manuscripts 18th century; Historical linguistic; Brazilian portuguese; Brazil social history.

LISTAS DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Lista de tabelas

Tabela 1 – Relação dos documentos.....	33
Tabela 2 – Distribuição dos carimbos nos documentos.....	36
Tabela 3 – Grafemas e alógrafos.....	69
Tabela 4 – Critérios de filtragem.....	347
Tabela 5 – Relação de grafemas para representar as sibilantes.....	349
Tabela 6 – Sistema consonântico latino.....	350
Tabela 7 – Sibilantes no português arcaico.....	352
Tabela 8 – Resumo de regras para o uso de sibilantes.....	366

Lista de ilustrações

Figura 1 – Reprodução do primeiro fólio do volume 4 da Coleção de Memórias.....	25
Figura 2 – Coseadura presente no volume 19 da Coleção de Memórias.....	26
Figura 3 – Imagem da pasta branca onde se encontra acondicionado o volume 19.....	26
Figura 4 – Imagem do papel e cadarço que envolvem o volume 19.....	26
Figura 5 – Cadarço que envolve o volume 11.....	27
Figura 6 – Papel pardo e cadarço que envolvem o volume 4.....	28
Figura 7 – Pastas que compõem o volume 1.....	28
Figura 8 – Tranchefilas e coseadura do volume 12.....	29
Figura 9 – Capa do volume 4, com desgaste na parte inferior.....	29
Figura 10 – Marcas de papirófagos no meio lombo do volume 4.....	30
Figura 11 – Ausência de lombo no volume 19.....	30
Figura 12 – Lombo do volume 3.....	30
Figura 13 – Detalhe da parte superior do lombo do volume 3, em que aparecem os adornos em dourado, a etiqueta “Interditado” e nome da coleção, “Memórias”.....	31
Figura 14 – Detalhe da parte inferior do lombo do volume 3, em que aparecem a indicação do volume, a etiqueta de identificação, o nome da instituição, “Arquivo Nacional”, e os adornos em dourado.....	31
Figura 15 – Detalhe do lombo do volume 11.....	31
Figura 16 – Selo da Oficina de Encadernação do Arquivo Nacional (Volume 4).....	32
Figura 17 – Carimbo Arquivo Nacional (simples).....	34
Figura 18 – Carimbo Arquivo Nacional – Seção Histórica.....	34
Figura 19 – Carimbo Archivo Publico Nacional.....	34
Figura 20 – Reprodução da numeração realizada com carimbo no fólio 2 do volume 19.....	38
Figura 21 – Reprodução da filigrana com o letreiro D & C Blauw.....	48
Figura 22 – Reprodução da filigrana com o brasão D & C Blauw.....	49
Figura 23 – Reprodução da filigrana com o letreiro Seville Van Ketel & Wassenbergh.....	50
Figura 24 – Reprodução da filigrana com o letreiro HC Wend & Zoonen.....	50
Figura 25 – Reprodução da filigrana com o brasão HC Wend & Zoonen.....	51
Figura 26 - Imagem seguida pela transcrição de trecho do quarto documento.....	73
Gráfico 1 – Sibilante surda em posição inicial: distribuição de ocorrências por grafema.....	374
Gráfico 2 – Sibilante surda em posição inicial: índice de desvio.....	375
Gráfico 3 – Sibilante surda em posição medial: distribuição de ocorrências por grafema.....	376
Gráfico 4 – Sibilante surda em posição medial: distribuição de grafemas por ocorrências de desvios.....	378
Gráfico 5 – Sibilante sonora em posição medial: distribuição de ocorrências por grafema.....	379
Gráfico 6 – Sibilante sonora em posição medial: distribuição de grafemas por ocorrências de desvios.....	381
Mapa 1 – Portugal: fronteiras dialetológicas.....	357
Organograma 1 – Conselho Municipal do Rio de Janeiro (1776).....	75

SUMÁRIO

Introdução	17
Primeira Parte – Dos documentos à edição	21
1.1. Da seleção dos documentos	23
1.2. Descrição codicológica	25
1.2.1. Os carimbos	34
1.2.2. A numeração	37
1.2.3. As fichas codicológicas	39
1.3. Análise paleográfica	52
1.4. Apontamentos históricos	70
1.4.1. O Processo das Quitandeiras	71
1.5. Edição	76
1.5.1. Uma questão de terminologia	79
1.5.2. As normas de edição	84
1.5.3. Edição semidiplomática justalinear	93
1.5.3.1. Hospedagem do Conde de Banchi	94
1.5.3.2. Estabelecimento de uma Tesouraria Geral	112
1.5.3.3. Índios Guaranis no Rio Grande do Sul	122
1.5.3.4. Processo das Quitandeiras	136
1.5.3.5. Processo dos Religiosos	152
1.5.3.6. Relação de Frades e Fazendas	194
1.5.3.7. Melhoramento do Quinto	204
1.5.3.8. Armada Inimiga	302
1.5.3.9. Narrativa Parto Anormal – Xifopagia	318
Segunda Parte – Tratamento das sibilantes	341
2.1. Sobre a metodologia	343
2.2. As consoantes sibilantes	349
2.3. A norma gráfica	358
2.4. Análise dos dados	372
Conclusões	385
Referências	391

Introdução

A leitura, a transcrição e a edição de manuscritos enriquecem o pesquisador da área de filologia sob muitos aspectos. Os conhecimentos necessários para ler e transcrever manuscritos do Brasil antes da Independência permitem o acesso à parte subjacente ao texto registrado no suporte material, aproximando o estudioso das condições em que o texto preservado foi escrito. O conhecimento extratextual, ligado às funções adjetiva e transcendente da filologia, avança proporcionalmente ao afinho dedicado à leitura de documentos. Dessa forma, quanto maior for a dedicação às transcrições e a perseverança nas tentativas de solucionar dúvidas e lições difíceis, maior será a experiência e o nível de conhecimento do pesquisador.

É nessa medida que se realiza o trabalho ora apresentado nesta dissertação. Pretende-se realizar a edição de manuscritos em língua portuguesa da segunda metade do século XVIII e efetuar um estudo sobre o tratamento dado às sibilantes no *corpus* selecionado. A heterogeneidade do *corpus*, composto por nove documentos de tipologias variadas e provenientes de locais diversos, justifica tal estudo de natureza lingüística, já que esse *corpus* permite constatar que a variação grafemática na representação das sibilantes era um fenômeno recorrente na época.

Dessa forma, a presente dissertação apresenta dois objetivos gerais, que se ligam a objetivos específicos. O primeiro deles relaciona-se ao próprio objetivo da disciplina em que se insere a dissertação, a Filologia, cujo labor pretende a explicação do texto, a restituição à sua forma original e sua preparação para a publicação (SPINA, p. 82). Para o cumprimento desse objetivo, uma incursão nas disciplinas auxiliares da Filologia, como a codicologia e a paleografia, é fundamental. A descrição codicológica pormenorizada e a análise de aspectos

paleográficos dos manuscritos auxiliam na tarefa de explicar e restituir o texto, constituindo objetivos específicos ligados ao primeiro objetivo geral. A análise paleográfica, ainda, permite o estabelecimento dos grafemas que representam as sibilantes, que serão estudadas na segunda parte do trabalho. Além desses, a divulgação dos manuscritos em uma edição com caracteres tipográficos, o que permite seu acesso a um número consideravelmente maior de leitores e estudiosos, é um outro objetivo específico do trabalho, que também se relaciona ao primeiro objetivo geral. O último objetivo atingido por meio da edição dos textos e sua conseqüente divulgação em suporte digital e físico é a preservação do conteúdo de documentos importantes para a história do Brasil, por muito mais tempo do que se fossem conservados apenas em forma de manuscritos, que podem ser consultados somente dentro do arquivo e por estudiosos de paleografia ou filologia.

O segundo objetivo geral depende do sucesso do primeiro, já que se refere à análise do tratamento das sibilantes nos documentos setecentistas do *corpus* editado. Para a realização de tal estudo, é fundamental a análise paleográfica dos manuscritos, principalmente dos grafemas utilizados para representar as sibilantes, bem como a escolha acertada de um tipo de edição que não neutralize a ocorrência de tais caracteres. A consulta aos ortógrafos da época enriquece e auxilia a análise lingüística, constituindo, ao lado da análise paleográfica, objetivos específicos que advêm do segundo objetivo geral da dissertação. Além disso, a edição de manuscritos setecentistas, acompanhada de uma análise lingüística, contribui para a identificação e a descrição do estado da língua portuguesa no século XVIII no Brasil.

A existência de dois objetivos gerais e dos conseqüentes objetivos específicos pressupõe a utilização de diversas metodologias, que satisfazem diferentes funções. Portanto, cada objetivo é acompanhado pela descrição do método utilizado, que pode ser tomado, universalmente, como método crítico, conforme exige a Filologia¹.

¹ Segundo Spina (1994, p. 81), “a História é, sem dúvida, a disciplina que maiores pontos de contato apresenta com a Filologia, pois o objeto e o método de ambas são o mesmo: o texto e o método crítico”.

Na primeira parte da dissertação, “Dos manuscritos à edição”, são apresentadas as descrições codicológicas e paleográficas, essenciais para o trabalho de transcrição e edição dos documentos e os critérios utilizados na elaboração da edição. Ao final da primeira parte, apresenta-se a edição dos documentos, cumprindo-se assim o primeiro objetivo geral da dissertação. Opta-se pela apresentação da lição justalinear, acompanhada do fac-símile, por se considerar o manuscrito parte integrante e fundamental da dissertação.

A segunda parte do trabalho é reservada ao estudo das sibilantes no *corpus* em questão. Tal estudo, por adotar uma perspectiva diacrônica, dialoga tanto com as ortografias setecentistas quanto com as teorias de história da língua de estudiosos do século XX. Cumpre-se, nessa segunda parte, o segundo objetivo geral da dissertação.

No último capítulo da dissertação, são apresentadas conclusões relacionadas tanto ao estudo filológico dos documentos quanto ao estudo lingüístico das sibilantes.

Primeira Parte - Dos documentos à edição

A recolha dos manuscritos estudados e analisados no presente trabalho foi realizada em julho de 2004, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que era localizado à Rua Azeredo Coutinho, 77, no centro do Rio de Janeiro. Em setembro de 2004, o Arquivo iria instalar-se onde se encontra atualmente, na Praça da República, 173, no antigo edifício da Casa da Moeda. O interesse pelos documentos constantes do acervo do Arquivo Nacional (ANRJ) surgiu por meio da pesquisa realizada no sítio do referido arquivo (<http://www.arquivonacional.gov.br>). O banco de dados do arquivo é disponibilizado na internet, podendo ser facilmente consultado.

À época da pesquisa, o sítio permitia a busca por fundos e coleções, que eram apresentados com uma descrição sucinta de seu conteúdo, a que se seguiam as datas-limite. Atualmente, há um sistema chamado SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, que fornece extensa descrição sobre cada fundo, como dimensões, datas, produtor, histórico, procedência, conteúdo geral e condições de acesso.

Como um dos objetivos do trabalho com os documentos seria o estudo de algum aspecto lingüístico do português setecentista, dois importantes recortes já haviam sido feitos antes da pesquisa no acervo: o *corpus* deveria ser constituído de documentos escritos em língua portuguesa e os manuscritos deveriam ter sido elaborados no decurso do século XVIII.

Para o estudo do estado de língua do português de Setecentos, os documentos não-literários são os mais indicados. Dessa forma, o alvo da pesquisa não poderia ser textos em que o autor ou copista tivesse preocupações de ordem estética. O ideal seriam aqueles textos

escritos quase como se falava, com presença de aspectos da oralidade inclusive, pois esses teriam mais condições de representar o estado de língua da época².

A primeira categoria de documentos eleita foi inventários e testamentos, já que sua tipologia obedece aos critérios comentados acima³. Extensa pesquisa teve lugar em arquivos de cidades do interior de São Paulo, como Santos, São Vicente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Piracicaba e Limeira, porém em grande parte dos arquivos a data inicial dos documentos do acervo não atendia o período desejado (século XVIII)⁴. Decidiu-se consultar, então, o Arquivo do Estado de São Paulo, que possui um acervo de grandes proporções, reunindo documentos provenientes de muitas partes do Brasil, cuja data inicial é o século XVI. Foram selecionados, por meio de pesquisa ao acervo disponibilizado na internet, alguns fundos que poderiam interessar à pesquisa.

Restaram, portanto, dessa busca inicial, dois arquivos com materiais adequados à pesquisa: o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo do Estado de São Paulo. O primeiro a ser visitado foi o Arquivo Nacional, em julho de 2004, conforme já referido.

A visita ao arquivo talvez seja um dos momentos mais importantes no trabalho de seleção de documentos para pesquisa, pois o pesquisador tem diante de si os originais para definir sua seleção. Para tal objetivo, conta com a receptividade dos funcionários da

² Convém lembrar que a opção por documentos em prosa não-literários relaciona-se à pesquisa de fenômenos lingüísticos no português moderno, dado que, no português arcaico, como comenta Mattos e Silva (1989, p. 46), “a exploração exclusiva da documentação em prosa é insuficiente para que se chegue a uma proposta segura do sistema fonológico ou dos sistemas fonológicos que operaram na fase arcaica do português. Desde que não se conta com a interpretação contemporânea de gramáticos, como passa a ocorrer a partir do século XVI, são os documentos em verso que estão em melhores condições para fornecer elementos (...)”.

³ O uso dos termos “tipologia” e “tipo” ao referir-se, em verdade, ao gênero dos documentos (ex.: inventários e testamentos) deve-se ao fato de serem esses os termos tradicionalmente empregados na literatura que trata da classificação de documentos em gêneros textuais. Exemplos de tal uso podem ser verificados em Mattos e Silva (1989, p. 19 e p. 36, grifo nosso), ao tratar da seleção de *corpus* de documentos literários: “outro problema de destaque que envolve os documentos literários diz respeito a uma tipologia que permita, na selecção de um *corpus* representativo desse tipo de documento (...)” e “nessa selecção seriam levados em consideração prioritariamente os tipos de textos existentes, quer literários quer não-literários e a partir daí estabelecer-se-iam critérios para a seleção de representantes de cada tipo de texto”. Para mais informações sobre a terminologia, ver BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 19-20.

⁴ As pesquisas nos arquivos do interior de São Paulo foram realizadas sobretudo por telefone, à exceção do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, que foi visitado. A historiadora responsável pelo arquivo, Tânia Registro, mostrou a relação dos principais fundos e coleções, porém os documentos mais antigos do acervo datam da década de 70 do século XIX.

instituição para o acesso aos fundos e coleções. Grande parte dos arquivos brasileiros são órgãos públicos, ligados ao município, ao estado ou ao governo federal, como é o caso do Arquivo Nacional. Ao contrário da imagem que se tem da maioria dos órgãos públicos, no entanto, a impressão que se tem dos arquivos já visitados (Arquivo Nacional, Arquivo Histórico de Ribeirão Preto e Arquivo Histórico do Estado de Goiás) é bastante positiva. Apesar de se notar, em muitos casos, a falta de investimentos em infra-estrutura (equipamentos, iluminação, condições de armazenamento, entre outros), os funcionários atendem bem, são competentes e realizam uma boa organização do acervo.

Chegando ao Arquivo Nacional, após preencher um cadastro que permite o acesso aos documentos, o visitante é dirigido à Sala de Consultas, onde ficam os instrumentos de pesquisa, chamados Guias de Fundos. O funcionário Sátiro Nunes, muito receptivo, conversou sobre os motivos e interesses da consulta. Após o relato dos objetivos e de verificar a lista já elaborada quando do acesso ao acervo pela internet, o funcionário indicou o chamado *Códice 807*. Além da possibilidade do manuseio dos documentos originais, o código era extenso, com 8,39 metros lineares, o que facilitava a busca por manuscritos que atendessem aos critérios previamente selecionados. O principal motivo para a sugestão de tal código foi o fato de muitos manuscritos dos fundos que constavam da lista inicial só poderem ser consultados através de microfilme.

1.1 Da seleção dos documentos

Analisou-se, assim, a relação de todos os documentos que faziam parte do *Códice 807* e fez-se um levantamento dos mais adequados à pesquisa. Da primeira seleção, constavam

vinte e um documentos, que obedeciam aos critérios desejados: datavam do século XVIII, eram escritos em língua portuguesa e não se tratava de textos literários.

Ao longo da pesquisa pelo guia de fundos, ainda na Sala de Consultas, mais informações foram colhidas a respeito do *Códice 807*. Trata-se de uma coleção de vinte e seis volumes intitulada *Coleção de Memórias e outros documentos*. Os documentos previamente selecionados perfaziam 13 dos 26 volumes da coleção. Após a seleção, foram, então, solicitados os volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 17 e 19, para consulta.

Após o trabalho de leitura e análise prévia de cada um dos volumes, selecionaram-se nove documentos dos vinte e um previamente escolhidos, que estão nos volumes 1, 3, 4, 11, 12 e 19. A redução se deu pelo fato de alguns documentos estarem escritos em francês (mesmo constando do guia de fundos o título em português), pelo custo de digitalização das imagens, pela data não corresponder ao período desejado⁵ e pela fragilidade dos manuscritos. Após a observação e exame dos manuscritos, utilizou-se o serviço de atendimento a distância do Arquivo Nacional. Tal serviço consiste na escanerização dos documentos, no armazenamento das imagens, em formato .pdf (*portable document format*), em um CD-ROM, e no envio da mídia à residência do pesquisador.

Dessa forma, o trabalho de leitura, transcrição e edição dos documentos foi realizado por meio das imagens digitalizadas. Em uma nova visita ao arquivo, realizada em setembro de 2007, foram esclarecidas dúvidas de leitura e recolheram-se dados para complementar a descrição codicológica.

⁵ Como o interesse inicial pela coleção era grande, foram solicitados documentos que haviam sido escritos no século XVII, apenas para comparação e observação das diferenças em relação aos do século XVIII. Na seleção para os documentos que fariam parte da pesquisa, tais manuscritos mais antigos foram, naturalmente, excluídos.

1.2 Descrição Codicológica

A referência completa da coleção de onde foram extraídos os documentos editados é Códice 807 – NP – SDE – *Coleção de Memórias e outros documentos*. Conservados na Seção Histórica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1928.

O códice, composto por vinte e seis volumes, foi provavelmente organizado pelo arquivista Antonio Carlos Chichorro da Gama, no início do século passado. O nome do arquivista consta do volume 26 do códice, onde se acham listados os manuscritos que compõem cada um dos primeiros dezenove volumes da coleção. Não há uma linha temática, nem cronológica, que guie a reunião dos manuscritos que compõe cada um dos volumes. Porém, pode-se afirmar que, em sua maioria, são documentos da esfera pública e em língua portuguesa. A leitura do fôlio inicial que aparece em alguns volumes permite inferir que os documentos armazenados anteriormente em caixas foram reunidos em cada um dos volumes. Assim, o volume 4, por exemplo, é composto pelos documentos constantes da Caixa 22, Classe 7, Série A da Seção Histórica, como pode ser observado na figura 1.

Fig. 1 – Reprodução do primeiro fôlio do volume 4 da Coleção de Memórias.

Os volumes da coleção podem ser chamados de códices, já que são formados por manuscritos unidos por cosedura, conforme se observa na figura 2.

Fig. 2 – Cosedura presente no volume 19 da Coleção de Memórias.

Os códices consultados, à exceção do primeiro e do quarto volumes, são acondicionados em uma pasta ondulada branca de plástico, conforme se verifica na figura 3.

Fig. 3 – Imagem da pasta branca onde se encontra acondicionado o volume 19.

Os volumes 3, 12 e 19 são envoltos por um papel branco, sendo que o papel que envolve o volume 19 é amarrado com cadarços beges, como se verifica na figura 4.

Fig. 4 – Imagem do papel e cadarço que envolvem o volume 19.

A folha que se encontra sob o cadarço é um parecer técnico do Arquivo Nacional sobre o volume 19, informando que há problemas de conservação e que o códice é extremamente frágil e quebradiço, havendo páginas em fragmentos.

O volume 11 não apresenta papel branco para envolvê-lo, sendo apenas amarrado com um cadarço, antes de ser acondicionado na pasta branca (fig. 5).

Fig. 5 – Cadarço que envolve o volume 11.

O volume 4 não está acondicionado em pasta branca, como os demais volumes consultados, sendo apenas envolto por um papel pardo e amarrado com cadarço, como mostra a figura 6.

Fig. 6 – Papel pardo e cadarço que envolvem o volume 4.

O volume 1 difere dos demais por não mais possuir a encadernação original, sendo os manuscritos acondicionados em pastas de cartolina no interior da pasta branca de plástico (fig. 7).

Fig. 7 – Pastas que compõem o volume 1.

O volume 12 também não possui mais os planos anterior e posterior, apresentando somente a cosedura e as tranchefilas (fig. 8).

Fig. 8 – Tranchefilas e cosedura do volume 12.

Os volumes consultados são compostos por uma capa dura em tons de vermelho e preto. O lombo e o meio lombo são confeccionados em um tecido verde. A maioria dos volumes apresenta marcas de papirófagos no meio lombo e marcas de desgaste na capa. O volume 19 não possui mais o lombo e meio lombo.

Fig. 9 – Capa do volume 4, com desgaste na parte inferior.

Fig. 10 – Marcas de papirófagos no meio lombo do volume 4.

Fig. 11 – Ausência de lombo no volume 19.

O lombo dos volumes apresenta um florão, o título “Memorias”, o número do volume e o nome da instituição, “Arquivo Nacional”, gravados em dourado. Há também duas etiquetas do Arquivo Nacional: a superior informa que o volume está interditado, apesar de disponível para consultas atualmente, e a inferior registra o códice a que pertence, o volume em questão e a numeração. Apenas o volume 11 não apresenta as referidas etiquetas.

Fig. 12 – Lombo do volume 3.

Fig. 13 – Detalhe da parte superior do lombo do volume 3, em que aparecem os adornos em dourado, a etiqueta “Interditado” e nome da coleção, “Memorias”.

Fig. 14 – Detalhe da parte inferior do lombo do volume 3, em que aparecem a indicação do volume, a etiqueta de identificação, o nome da instituição, “Archivo Nacional”, e os adornos em dourado.

Uma curiosidade pode ser observada no lombo do volume 11. Em vez do algarismo 11º, há apenas o algarismo 1º gravado em dourado. Em giz vermelho, porém, é acrescentado outro algarismo 1, como pode ser observado na figura 15.

Fig. 15 – Detalhe do lombo do volume 11.

Os volumes que conservaram a encadernação original (3, 4, 11 e 19) apresentam as mesmas dimensões de altura e largura: 396mm x 244mm. Há algumas variações, da ordem de

milímetros, provavelmente devidas ao desgaste da capa. Os volumes 3 e 19, por exemplo, que apresentam maior desgaste, têm uma largura menor, de 232mm, em relação aos volumes 4 e 11, mais bem conservados.

Na contracapa anterior dos volumes, encontra-se um selo da Oficina de Encadernação do Arquivo Nacional, como pode ser observado na figura 16.

Fig. 16 – Selo da Oficina de Encadernação do Arquivo Nacional (Volume 4).

Em virtude de cada volume do *Códice 807* ser composto por documentos de natureza distinta, não é possível realizar uma descrição codicológica única de todos os documentos editados. Assim, após o levantamento de características gerais comuns a todos os documentos, realiza-se a descrição individual de cada um deles, por meio das fichas codicológicas.

Segue-se abaixo a relação dos documentos selecionados para estudo, organizados por ordem crescente de data. Para identificar cada documento, vale-se aqui das palavras principais do *incipit* do manuscrito ou de expressões relacionadas a ele, como é o caso do documento Narrativa Parto Anormal – Xifopagia. O *incipit* não foi utilizado na íntegra por ser muito longo na maior parte dos documentos, o que dificultaria as inúmeras referências a cada manuscrito ao longo do trabalho.

Tabela 1 – Relação dos documentos.

Datação	Título	Procedência	Nº Fólios
11-jun-1755	Hospedagem do Conde de Banchi <i>Incipit:</i> Relação da Hospedagem que se fez, e Audiencia publica que o Senhor Rei Dom José, deo ao Conde de Banchi	Portugal	5
26-dez-1767	Estabelecimento de uma Tesouraria Geral <i>Incipit:</i> Ofereço (...) huma Memoria de algumas providencias precisas para entrar a formalizar o estabelecimento da nova Thesouraria Geral	Rio de Janeiro	5
21-fev-1768	Índios Guaranis no Rio Grande do Sul <i>Incipit:</i> Havendo dado a Vossa Excelencia conta em 11 de Janeiro, da comição, de que me acho emcarregado (...) Enquanto Senhor; ao que intende sobre a utelidade, em que os Indios Guaranis podem servir a esta Capitania	N. S. dos Anjos	6
1º-jun-1776	Processo das Quitandeiras <i>Incipit:</i> Dizem as Quitandeiras	Rio de Janeiro	9
31-jul-1783	Processo dos Religiosos <i>Incipit:</i> Pedro Henrique da Cunha Escrivão da Ouvidoria geral do Crime da Relação desta Cidade do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	13
1783	Relação de Frades e Fazendas <i>Incipit:</i> Relação de todos os Frades	Rio de Janeiro	4
14-out-1790	Melhoramento do Quinto <i>Incipit:</i> Melhoramento da Arrecadação do Direito do Quinto	não identificada	29
25-fev-1793	Armada Inimiga <i>Incipit:</i> O Segredo, ou para melhor dizer, o projecto (...) de arruinar a Armada inimiga	Caetanos	5
3-jun-1793	Narrativa Parto Anormal – Xifopagia <i>Incipit:</i> No dia segunda-feira 3 do mes de Junho de 1793 (...) deu a luz (...) duas crianças unidas	Quartel do Rio Pardo	7
Totais:		9 documentos	83 fólios

O Processo das Quitandeiras, na verdade, constitui um conjunto de quatro documentos: um requerimento, duas informações e um parecer, conforme será verificado no item **1.4 Apontamentos históricos**.

1.2.1 Os carimbos

Em todos os documentos da coleção há algum carimbo do Arquivo Nacional. Nos manuscritos estudados, verifica-se a presença de três tipos de carimbo. O primeiro carimbo, mais simples, apresenta apenas as palavras “Arquivo Nacional” (fig. 17). O segundo carimbo, redondo, tem os dizeres: “Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Seção Historica” (fig. 18). O terceiro, e provavelmente o mais antigo, é um carimbo em forma de elipse, com as palavras “Archivo Publico Nacional”⁶ (fig. 19).

Fig. 17 – Carimbo Arquivo Nacional (simples)

Fig. 18 – Carimbo Arquivo Nacional – Seção Historica

Fig. 19 – Carimbo Archivo Publico Nacional

⁶ O Arquivo Nacional foi fundado em 1838, conforme previsto na Constituição de 1824, e chamava-se Arquivo Público do Império. O acervo estava organizado em três seções: Administrativa, Legislativa e Histórica. Em 1877, após passar por dois incêndios que não afetaram seu acervo (1852 e 1856), declara-se que o Arquivo Público do Império tem um total de 420 caixas de documentos. Em 1893, o arquivo passa a se chamar Arquivo Público Nacional, ou Archivo Publico Nacional, como se observa no carimbo da figura 19. Nesse mesmo ano, a divisão em três seções reduz-se a duas: Legislativa & Administrativa e Judiciária & Histórica. Em 1911, há uma nova alteração em sua denominação, que permanece até hoje: o arquivo passa a se chamar somente Arquivo Nacional. Além da alteração do nome, as duas seções são reorganizadas em três novamente: Administrativa, Histórica e Legislativa & Judiciária. O carimbo da figura 19, portanto, tem uma datação estimada entre 1893 e 1911. Já os carimbos das figuras 1 e 2 foram confeccionados após 1911.

O que se verifica nos documentos é a utilização sistemática do carimbo mais simples (fig. 17) nos retos dos fólhos, apesar de o carimbo redondo (fig. 18) e o carimbo elíptico (fig. 19) terem sido utilizados nos retos de alguns deles, como o Processo dos Religiosos (1783), que contém apenas o carimbo elíptico em toda sua extensão; a Hospedagem do Conde Banchi (1755), que, além do carimbo simples, apresenta o elíptico nos retos dos fólhos; o Estabelecimento da Tesouraria Geral (1767), que mescla os três carimbos, apresentando os carimbos redondos e elípticos na abertura e no primeiro fólho, somente o carimbo redondo no segundo fólho e o carimbo mais simples no último; e a Armada Inimiga (1793), que possui somente os carimbos redondo e elíptico nos retos de seus fólhos.

Cada conjunto de manuscritos que compõe os volumes da coleção é acompanhado por um fólho de abertura, elaborado provavelmente quando da organização do acervo do Arquivo Nacional, em meados do século XIX, início do século XX. O suporte material dos fólhos de abertura é geralmente cartáceo e pautado, sendo que alguns apresentam filigranas indicando o fabricante do papel⁷. Nesse fólho há geralmente uma linha com o título do documento ou uma linha-resumo do conteúdo dos documentos, possivelmente escritas pelo funcionário do Arquivo Nacional responsável pela compilação. Os carimbos presentes nesse fólho de abertura variam de acordo com os documentos: ora aparecem dois carimbos, o elíptico e o redondo, ou o redondo e o mais simples (fig. 17), ora apenas um, normalmente o mais simples.

A distribuição dos carimbos em cada documento pode ser observada na tabela 2.

⁷ Verificam-se os seguintes fabricantes nos fólhos de abertura: Almasso, Enrico Magnani e Fiume.

Tabela 2 – Distribuição dos carimbos nos documentos.

Documento
Hospedagem Conde Banchi			
Estabelecimento Tesouraria Geral			
Índios Guaranis Rio Grande do Sul			
Processo Quitandeiras			
Processo Religiosos			
Relação de Frades e Fazendas			
Melhoramento Quinto			
Armada Inimiga			
Narrativa Parto Anormal – Xifopagia			

Observa-se que o carimbo mais simples (Arquivo Nacional) aparece com maior frequência. Tal carimbo provavelmente foi confeccionado depois de 1911 (cf. nota de rodapé 6), o que indica que após essa data o acervo deve ter sido reorganizado. O carimbo redondo, também com a datação estimada após 1911, é o que menos aparece, perfazendo um total de quatro documentos. O carimbo mais antigo, em forma de elipse, utilizado provavelmente de 1893 a 1911, apresenta média frequência, aparecendo em cinco documentos. Talvez ele aparecesse também no documento Narrativa Parto Anormal – Xifopagia, porém se trata apenas de uma conjectura, já que o fôlio de abertura desse manuscrito encontra-se rasgado, perdendo-se grande área da parte inferior esquerda.

Tal distribuição poderia indicar que os documentos que não possuísem o carimbo elíptico teriam chegado ao arquivo após 1911, porém tal hipótese não se comprova. O fôlio inicial dos volumes comprova que os documentos que compõem cada volume estavam acondicionados em caixas. Como se sabe que em 1877 anunciou-se que havia 420 caixas de documentos no Arquivo Público do Império, pressupõe-se que esses manuscritos já faziam parte dessas caixas nesse ano, por isso a indicação do número da caixa no fôlio de abertura. A hipótese mais provável é a de que talvez apenas alguns documentos recebessem carimbo

naquela época. Receberiam carimbo, por exemplo, apenas aqueles lidos ou verificados por determinado funcionário; por isso, talvez, o documento Índios Guaranis não tenha sido carimbado.

A observação dos carimbos revela um uso arbitrário dos mesmos, que parece variar de acordo com alguns critérios: a forma pela qual se administrou o Arquivo Nacional em cada época, a época em que o documento chegou à instituição, o modo de trabalho do funcionário responsável pelos documentos e o local de acondicionamento dos manuscritos.

1.2.2 A numeração

Os documentos, independente do volume onde se encontram, apresentam o mesmo sistema de numeração: foliação. Todos os retos dos fólhos dos manuscritos que formam o volume são numerados. O reto do primeiro fólho do documento que abre o volume recebe a numeração 1 e ela segue crescendo até o reto do último fólho do documento que encerra o volume. Essa numeração encontra-se no canto superior direito dos fólhos e é realizada por meio de algarismos ordinais sublinhados escritos em tinta vermelha. O punho que efetuou a numeração é, obviamente, diferente daquele que escreveu o documento, sendo provavelmente de um funcionário responsável pela organização dos volumes da coleção, no início do século XX. Apenas o volume 19 (entre os volumes consultados) apresenta numeração realizada por meio de carimbo, como pode ser observado na figura 20.

Fig. 20 – Reprodução da numeração realizada com carimbo no fólio 2 do volume 19.

Uma particularidade em relação ao sistema de numeração é encontrada no documento *Narrativa Parto Anormal – Xifopagia* (1793), já que, nesse manuscrito, além da numeração nos retos dos fólhos, há também números no verso, indicando 41v, 42v, e assim por diante. Esse sistema de numeração também pode ser classificado como foliação, pois, apesar de se anotar no reto e no verso, ainda se considera o fólio — 41, 41v, 42, 42v — e não a página, que teria numeração seqüencial — 41, 42, 43, 44.

Outra particularidade pode ser observada no *Processo das Quitadeiras* (1776), que não apresenta numeração manuscrita nos retos dos fólhos, mas sim um carimbo com os respectivos números, no formato 000062, seguindo até 000069, como todos os outros documentos do volume 19.

No fólio de abertura de cada documento, além da numeração seqüencial, iniciada no primeiro fólio do volume, e colocada no canto superior direito, há uma outra numeração, sempre iniciada por “Nº”. Essa numeração está geralmente centralizada na primeira linha do fólio. Como se sabe que os documentos que compõem cada volume estavam acondicionados em caixas antes de serem reunidos, provavelmente essa numeração indicava a posição que cada documento ocupava nas caixas onde estavam acondicionados.

1.2.3 As fichas codicológicas

Aspectos gerais relativos à descrição codicológica foram discutidos acima, porém é importante que se descreva cada documento em separado. Para isso, utiliza-se uma ficha codicológica, adaptada do “Guia Básico de Descrição Codicológica”, elaborado por Cambraia (2005, p. 28). Os documentos serão apresentados por ordem crescente de data⁸.

As informações sobre suporte material, composição, organização da página e particularidades relacionam-se aos fôlios que compõem o documento propriamente dito, excluindo-se os fôlios de abertura, que foram elaborados posteriormente e não pertencem ao documento original.

Ficha Codicológica – Hospedagem do Conde de Banchi

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; Códice 807 – NP – SDE – vol. 1.

2. Datação: após o dia 11 de junho de 1755, que é a data informada (f. 2r, l. 8⁹) da hospedagem que é narrada no documento.

3. Lugar de origem: provavelmente alguma cidade de Portugal, por se tratar de uma hospedagem realizada em uma casa real naquele país.

4. Fôlio de abertura: “Relaçãõ da Hospedagem que se fez,| e Audiencia publica que o *Senhor Rei*| *Dom José*, deo aoConde de Banchi| Embaixador de França no dia 11 de| Junho de1755”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

⁸ Apesar de normalmente a descrição codicológica, como a própria nomenclatura indica, ser realizada sobre o códice, neste caso, opta-se pela descrição individual de cada documento, pelo fato de cada um apresentar características distintas e ter sido produzido em data e local diferente.

⁹ Indicação de fôlio e linha onde consta a data informada: fôlio 2 reto, linha 3.

6. Composição: 4 fólhos; 2 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólhos: 346 mm x 222 mm¹⁰.

7. Organização da página: dimensão da mancha: 332 mm x 147 mm (delimitada a lápis); 1 coluna; número de linhas variável: f. 2r – 30 linhas, f. 2v – 31 linhas, f. 3r – 32 linhas, f. 3v – 31 linhas, f. 4r – 24 linhas, f. 4v – 30 linhas, f. 5r – 28 linhas, f. 5v – 15 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclame (1 ocorrência, f. 2v/3r¹¹).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional.

9. Conteúdo: Informa-se, em minuciosos detalhes, como se organizou uma das casas reais para receber o Embaixador da França e sua família.

Ficha Codicológica – Estabelecimento de uma Tesouraria Geral

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; Códice 807 – NP – SDE – vol. 4.

2. Datação: 26-dez-1767 - “26 de Dezembro de 1767” (f. 2r, l. 17/18 e f. 4r, l. 95).

3. Lugar de origem: Rio de Janeiro - “Rio de Janeiro” (f. 2r, l. 17 e f. 4r, l. 95).

4. Fólio de abertura: “4ª Secção| 7ª Classe| Serie A| 3ª Collecção| Sobre estabelecimento de uma Thesouraria Geral”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

6. Composição: 4 fólhos; 2 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólhos: 342 mm x 220 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 2r – 245 mm x 111 mm, demais fólhos – 325 mm x 145 mm; 1 coluna; número de linhas variável: f. 2r – 14 linhas, f. 3r – 33 linhas, f. 3v – 37 linhas, f. 4r – 7 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (2 ocorrências, f. 3r/3v; 3v/4r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional e assinatura pessoal do escrivão:

¹⁰ As dimensões são sempre colocadas na ordem altura x largura. Apesar de muitos documentos terem sido escritos em papel da marca D & C Blauw, sua dimensão é variável dentro de cada documento, provavelmente em função da deterioração das margens.

¹¹ f. 2v/3r: indica que há reclame no início do reto do fólio 3, retomando a última palavra (ou parte da última palavra) do verso do fólio 2.

“Escrivam da Junta da Fazenda Real Joam Carlos Correa Lemos” (f. 2r, l. 19 e f. 4r, l. 96).

9. Conteúdo: O escrivão oferece uma memória de algumas providências necessárias para a formalização do estabelecimento da nova Tesouraria Geral e arrecadação da Real Fazenda, que Sua Majestade havia mandado estabelecer naquela capitania.

Ficha Codicológica – Índios Guaranis no Rio Grande do Sul

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; Códice 807 – NP – SDE – vol. 11.

2. Datação: 21-fev-1768 - “21 de Feureiro de1768” (f. 5r, l. 135).

3. Lugar de origem: Nossa Senhora dos Anjos – “*Nossa senhora doz Anjoz*” (f. 5r, l. 134).

4. Fólio de abertura: 2 fólios de abertura: “nº 1| Indios Guaranys no Rio *Grande* do Sul| 1768| Serie C” e “4ª Secção | 7ª Classe | Serie E | 1ª Collecção | Indios Guaranys na ProvinciadoRioGrande doSul. | ‘officio de Antonio Pinto C....., de 21 de Fevereiro | de 1768, ao Vice Rei Conde de Azambuja.’”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

6. Composição: 4 fólios; 2 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 346 mm x 220 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 3r – 250mm x 140 mm, demais fólios – 240 mm x 142 mm; 1 coluna; 25 linhas por fólio; sem pauta; numeração por foliação; reclames (3 ocorrências, f. 3r/3v; 3v/4r; 4r/4v; 4v/5r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional e assinatura pessoal do autor do documento: “Antonio PintoCarneir[o]” (f. 5r, l. 138).

9. Conteúdo: Carta informando a situação dos índios que viviam em Nossa Senhora dos Anjos e justificando as contas enviadas em documento anterior.

Ficha Codicológica – Processo das Quitandeiras

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; Códice 807 – NP – SDE – vol. 19.

2. Datação: de 29-mai-1776 a 11-jun-1776 – “29 de Mayo de 1776” (f. 3r, l. 19); “primeiro de Junho de 1776” (f. 3r, l. 39/40); “3 de Junho de 1776” (f. 4v, l. 75); “8 de Junho de 1776” (f. 5r, l. 85); “11 de Junho de 1776” (f. 6r, l. 106).

3. Lugar de origem: Rio de Janeiro – “Rio” (f. 3r, l. 19); “Rio” (f. 3r, l. 39); “Rio de Janeiro” (f. 4v, l. 74/75); “Rio de Janeiro” (f. 5r, l. 84/85); “Rio de Janeiro” (f. 6r, l. 105/106).

4. Fólio de abertura: 2 fólios de abertura: “Requerimento das qui-| tandeiras, no qual pe-| dem se lhes não proiba| vender suas quitandas| defronte da casa da| Câmara na frente do| Mar.| 29/5/1776| cod 807.| v. 19.” e “Rio de Janeiro| Requerimento das quitandeiras em que pedem| se lhes não prohiba vender suas quitandas,| defronte da casa da Camara, em frente| ao Mar| Em 29 de Maio de 1776”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo. O fólio 6, ou 65 na numeração interna do volume, não possuía marca d’água nem filigrana.

6. Composição: 7 fólios; fólios avulsos, sem formar caderno, sendo 3 bifólios e 1 fólio avulso; formato in-fólio; dimensão dos fólios: fs. 3 e 4 – 345 mm x 224 mm, f. 5 – 341 mm x 220 mm, f. 6 – 312 mm x 213 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 3 – 335 mm x 186 mm, f. 4r – 334 mm x 169 mm, f. 4v – 272 mm x 180 mm, f. 5 – 181 mm x 157 mm, f. 6 – 291 mm x 211 mm; 1 coluna; número de linhas variável: f. 3r – 18 linhas, f. 3v – 2 linhas, f. 4r – 24 linhas, f. 4v – 12 linhas, f. 5r – 12 linhas, f. 6r – 21 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (1 ocorrência, f. 4r/4v).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional e assinaturas: “Coelho”, “Nascentes”, “Lima” e “A[ndrade]Lima” (f. 3r, l. 41/42); “João Antunes de A[ndrade] Lima” (f. 4v, l. 77); “Joze Coelho, Antonio Nascentes Pinto, Ignasio daFonsecaLima e JoãoAntunes de A[ndrade]Lima” (f. 5r, l. 86-89).

9. Conteúdo: Processo composto por três tipos distintos de documentos: requerimento

(f. 3r/3v), informação (f. 4r/4v e f. 5r) e parecer (f. 6r). Trata-se de um pedido das quitandeiras para retornarem ao lugar habitual de venda de seus gêneros, que se localizava em frente à casa da Câmara, de onde foram retiradas por motivo discutível. O pedido é atendido pelo presidente da Câmara.

Ficha Codicológica – Processo dos Religiosos

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 3.

2. Datação: 31-jul-1783 - “trin | ta ehum deIulho de mil eSetteCentos || [[ESetteCentoz]] eOitenta e tréz annos” (f. 2v, l. 99/100 e f. 3r, l. 101); “31 de Iulho | de 1783” (f. 9r, l. 357/358); 24-jul-1783 - “aosvinte eCoatro dias domes de Iulho | demil eSetteCentoz eOitenta etréz annos” (f. 10v, l. 405/406); “Aos vinte eCoatro dias domesde | Iulho de1783 (f. 12r, l. 473/474).

3. Lugar de origem: Rio de Janeiro – “Rio deJaneiro” (f. 2v, l. 99); “Rio deJaneiro” (f. 9r, l. 357); “Rio deIa | neiro” (f. 10v, l. 404/405); “doRio de | Janeiro” (f. 12r, l. 472/473).

4. Fólio de abertura: “Vide catalogo da Exposição da Historia do Brasil | nº 9,383 – Falta o officio do *Vice Rei* Lucio de Vasconcello[s] | e Sousa, de 15 de novembro de 1783. | serie A | col. 1ª nº 51 | Capitulo do Carmo da Provincia | do Rio de Janeiro | Relação dos vogaes do Capitulo do Carmo da Provincia do | Rio de Janeiro, que se havia de celebrar em 10 de | Maio de 1783, com distinção das parcialidades | á que pertencem. | Mostra-se como erão ellegitimos alguns vo- | gaes do Capitulo do Carmo da Provincia do | Rio de Janeiro, que se pertendia celebrar e[m] | 10 de maio de 1783 | Relação dos Frades destinados para os Lugares da | Provincia do Carmo do Rio de Janeiro no Capi[-] | tulo, que se pertendia celebrar em 10 de Mai[o] | de 1783, conforme a parcialidade, que houuess[e] | de prevalecer, cujas qualidades vão declarada[s] | no seo proprio Lugar. | P[r]ovisão (do Conselho Ultramarino) 15 de Maio de | 1744 ao governador e Capitão General da | Capitania do Rio de Janeiro sobre os religiosos[os] | da provinica (copia) | Rellação de todos os Individuos, de que se || compoem a Provincia do Carmo do Rio de Janei[ro] | (com 6 annexos A, B, B, B., B, C) | Documento 6º Certidão e 5 annexos | 7 | 8 | 9 Relação de todos os Frades

conventuaes | Convento do Carmo do Rio de Janeiro, | com distinção dos aprovados para confessar | e dos que o não são, por se não quere[rem] | examinar | 10 1 certidão | 11 | 12 Relação das Fazendas e casas, que se | sabem pertencer aos diversos Conventos | do Carmo, comprehendidas na Provincia | do Rio de Janeiro | 13 Certidão | 14 Relação das elleições a que se costu[ma] | proceder no dia do Capitulo da P[ro] | vincia de Nossa Senhora do Monte [do] | Carmo do Rio de Janeiro.”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

6. Composição: 12 fólhos; 6 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólhos: 342 mm x 220 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 2r – 245 mm x 110 mm, demais fólhos – 325 mm x 145 mm; 1 coluna; os fólhos inteiramente escritos possuem entre 21 e 29 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (14 ocorrências, em todos os fólhos contínuos, à exceção da passagem do fólho 6v para o 7r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional, assinaturas pessoais e rubricas do escrivão Pedro Henrique da Cunha: “Pedro Henrique daCunha” (f. 3r, l. 102; f. 9r, l. 360; f. 10v, l. 407; f. 12r, l. 475).

9. Conteúdo: Relação, elaborada pelo escrivão por ordem do desembargador, sobre alguns fatos relacionados aos religiosos de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro. Os assuntos, em sua maioria, são ligados ao envolvimento de religiosos com negras e mulatas, cujo relacionamento muitas vezes gerou descendentes dos clérigos. O escrivão alerta que não se formou processo a respeito, para não prejudicar a religião em comum, tendo sido tomadas apenas providências particulares para evitar mais desordens.

Ficha Codicológica – Relação de Frades e Fazendas

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 3.

2. Datação: por volta de 1780, já que se trata dos religiosos mencionados no documento anterior, datado de 1783.

- 3. Lugar de origem:** provavelmente Rio de Janeiro, pelo mesmo motivo apresentado acima.
- 4. Fólio de abertura:** faz parte do mesmo processo do documento anterior, por isso trata-se do mesmo fólio de abertura transcrito na ficha anterior.
- 5. Suporte material:** fólhos 1 e 2 – cartáceo, sem pauta, marca Sebille Van Ketel & Wassenbergh, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro Sebille Van Ketel & Wassenbergh; fólio 3 - cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.
- 6. Composição:** 4 fólhos; fólhos avulsos, sem formar caderno, sendo 2 bifólhos; formato in-fólio; dimensão dos fólhos: fs. 1 e 2 – 345 mm x 220mm e f. 3 – 345 mm x 215 mm.
- 7. Organização da página:** dimensão da mancha: 335 mm x 200 mm; 2 colunas (nome do frade seguido pelo número de ordem e localização da casa seguido pela quantidade de casas); a primeira relação (frades) possui 39 linhas (f. 1r), 40 linhas (f. 1v) e 14 linhas (f. 2r) e a segunda relação (casas) apresenta 31 linhas (f. 3r) e 15 linhas (f. 3v); não há reclames.
- 8. Particularidades:** carimbos do Arquivo Nacional e desenhos de tabelas.
- 9. Conteúdo:** Relação dos frades do Convento do Carmo do Rio de Janeiro, com distinção dos aprovados para confessar e pregar, e dos não aprovados, e Relação das fazendas e casas que pertenciam aos diversos Conventos do Carmo compreendidos na província do Rio de Janeiro.

Ficha Codicológica – Melhoramento do Quinto

- 1. Cota:** Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 4.
- 2. Datação:** 14-out-1790 – “14 de | Ouctubro de1790” (f. 26v, l. 1357/1358).
- 3. Lugar de origem:** possivelmente Rio de Janeiro, já que há somente a informação Contadoria Geral (f. 26v, l. 1357), que se localizava nessa cidade.
- 4. Fólio de abertura:** “4ª Secção | 7ª Classe | Serie A | 3ª Collecção. | Melhoramento da Arrecadação do Direito do Quinto. Luiz Beltraõ | Gouvea de Almeida.”

- 5. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.
- 6. Composição:** 28 fólhos; fólhos avulsos, sem formar caderno, sendo 14 bifólhos; formato in-fólio; dimensão dos fólhos: 343 mm x 220 mm.
- 7. Organização da página:** dimensão da mancha: 325 mm x 160 mm, à exceção do fólho 2r, com 150mm x 140mm; 1 coluna, à exceção das tabelas ao final, que possuem de 2 a 4 colunas; os fólhos que formam o corpo do documento têm entre 27 e 33 linhas, os mapas de rendimento e despesa e de tamanho dos diamantes chegam a apresentar 48 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (aparecem em todos os fólhos contínuos do documento, à exceção dos mapas).
- 8. Particularidades:** carimbos do Arquivo Nacional e assinatura: “Luiz Beltrão de| Gouvea de Almeida” (f. 22r, l. 1121/1122).
- 9. Conteúdo:** Carta informando a situação precária de arrecadação de impostos sobre o ouro e os diamantes, oferecendo sugestões para melhorar tal arrecadação do direito do quinto. Apresenta mapas dos rendimentos e despesas das lavras e da quantidade de ouro extraída de 1772 a 1790, com a previsão de extração até 1794.

Ficha Codicológica – Armada Inimiga

- 1. Cota:** Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 12.
- 2. Datação:** 25-fev-1793 - “25 de Fevereiro| de – 1793 –” (f. 4v, l. 189/190).
- 3. Lugar de origem:** Caetanos – “Caetanos” (f. 4v, l. 189).
- 4. Fólho de abertura:** “nº 6| Memoria.| Sobre um projeto para arruinar a esquadra| inimiga, por Jozé Leandro Melliani da| Cruz| 1793”.
- 5. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca HC Wend & Zoonen, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro HC Wend & Zoonen e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.
- 6. Composição:** 4 fólhos; 2 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólhos: 355 mm x 220 mm.
- 7. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 2r – 340 mm x 145 mm, demais

fólios – 275 mm x 145 mm; 1 coluna; os fólios que formam o corpo do documento têm entre 31 e 38 linhas, apenas o verso do último fólio apresenta 14 linhas; sem pauta; numeração por foliação; reclames (1 ocorrência, f. 3v/4r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional, desenhos de lanças e seu modo de funcionamento e assinatura: “Ioze Leandro Melliani daCrus” (f. 4v, l. 191).

9. Conteúdo: Projeto elaborado para derrotar a esquadra inimiga no caso de uma invasão pelo Rio Tejo.

Ficha Codicológica – Narrativa Parto Anormal - Xifopagia

1. Cota: Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Coleção Memórias do Arquivo Nacional; códice 807 – NP – SDE – vol. 4.

2. Datação: em meados de 1793, uma vez que os fatos narrados no documento aconteceram no dia 3 de junho de 1793 e seguintes: “3-do| mes de Junho de 1793” (f. 3r, l. 16/17).

3. Lugar de origem: Quartel do Rio Pardo (RS) – “deste Quartel do Rio| Pa[rdo]” (f. 2r, l. 7/8).

4. Fólio de abertura: “Narrativa de um parto anormal – 1793| Um caso de xiphopagia”.

5. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontuais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C Blauw e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo.

6. Composição: 6 fólios; 3 cadernos bínios; formato in-fólio; dimensão dos fólios: 340 mm x 215 mm.

7. Organização da página: dimensão da mancha: f. 2r – 275 mm x 115 mm, demais fólios – 200 mm x 160 mm; 1 coluna; os fólios têm, em média, entre 20 e 27 linhas, o fólio 2r apresenta 11 linhas, o fólio 3r possui 15 linhas, pois na parte superior dele há um desenho das crianças xifópagas e seus órgãos, e o último fólio, 7r, apresenta 18 linhas; sem pauta; numeração por foliação (sistema 41, 41v, 42, 42v); reclames (1 ocorrência, f. 5v/6r).

8. Particularidades: carimbos do Arquivo Nacional, desenhos de xifópagos e órgãos do corpo humano e assinatura: “Antonio de Freitas Santos” (f. 2r, l. 14).

9. Conteúdo: Carta dirigida ao vigário narrando o parto de dois bebês que nasceram

unidos e morreram logo após o nascimento. Inclui minuciosa descrição sobre os órgãos do corpo humano.

A maioria dos documentos foi escrita em papel da marca D & C Blauw. Os únicos manuscritos redigidos em papéis de outras marcas foram a Relação de Frades, escrita em papel da marca Seville Van Ketel & Wassenbergh, e o documento Armada Inimiga, escrito em papel da marca HC Wend & Zoonen. As figuras 21, 22, 23, 24 e 25 ilustram a descrição realizada acima sobre o suporte material, mostrando as imagens das filigranas com os letreiros e os brasões.

Fig. 21 – Reprodução da filigrana com o letreiro D & C Blauw.

Fig. 22 – Reprodução da filigrana com o brasão D & C Blauw.

Fig. 23 – Reprodução da filigrana com o letreiro Seville Van Ketel & Wassenbergh.

Fig. 24 – Reprodução da filigrana com o letreiro HC Wend & Zoonen.

Fig. 25 – Reprodução da filigrana com o brasão HC Wend & Zoonen.

1.3 Análise paleográfica¹²

O *corpus* do presente trabalho é formado por nove documentos, que, apesar de pertencerem a uma mesma coleção no arquivo onde se encontram e de terem sido todos lavrados no mesmo período, tratam de assuntos distintos, foram escritos por diferentes punhos e representam tipos documentais diversos¹³. Tal heterogeneidade reflete-se, naturalmente, na escrita dos manuscritos. Ainda que os traçados observados nos manuscritos possam encaixar-se todos na mesma classificação de tipo de letra — cursiva humanística ou cursiva italiana — os hábitos de escrita diferem bastante entre os punhos.

Não se verifica no século XVIII, portanto, o que acontecia no período medieval, quando os copistas estudavam caligrafia, aperfeiçoando sua escrita, segundo modelos estabelecidos, resultando em uma letra padrão, caligráfica, chamada ‘formada’ ou ‘regularizada’ (LIMA, 1998, p. 13-14). Os manuscritos analisados atestam a grande

¹² Apesar de a etimologia indicar a acepção de paleografia como “estudo da escrita antiga”, tomou-se aqui o uso moderno do vocábulo. Tal assunto é comentado por Yêdda Dias Lima (1998, p. 7): “Por outro lado, elas [definições de paleografia apresentadas] parecem conter uma limitação, conseqüente do significado etimológico da palavra, que traz no seu bojo a noção de antigüidade. É questão hoje em dia superada, pois são objeto de estudo paleográfico os manuscritos, literários ou documentais, que possam trazer dificuldade de leitura, passíveis de uma interpretação ou lição”. Fundamenta seu comentário a passagem de Alphonse Dain, citada pela própria pesquisadora (*apud* DAIN, Alphonse. “Introduction à la paleographie”. In: *L'Histoire et ses méthodes*. Bruges: Gallimard, 1973. p. 529): “pois as escrituras — ao menos as escrituras manuais — mudam muito rapidamente, e por isso se tornam objeto de história”. Vera L. C. Acioli (1994, p. 5) compartilha a ampliação do significado de ‘paleografia’, comentando que o termo antigüidade “deve ser compreendido como dificuldade de leitura, pelo fato de a escrita antiga apresentar caracteres diferentes dos da escrita atual. (...) uma escrita do século XVI é considerada antiga, como uma de antes de Cristo, desde que apresente caracteres gráficos diferentes dos usados na escrita moderna”. Ivo Castro (1991, p. 176) comenta que a paleografia “não é apenas, como geralmente se entende, a arte de decifrar escritas antigas; é sobretudo a história dos sistemas de escrita e da formação e evolução dos símbolos gráficos postos ao serviço de cada civilização; é ainda o estudo das técnicas de escrita que permite, por exemplo, decidir se dois textos foram ou não escritos pela mesma mão, ou se a letra de um texto é autêntica ou se é imitação de outra letra mais antiga, ou calcular quando terá sido escrito um documento não datado”. Dessa forma, pretendeu-se esclarecer e justificar a opção de utilizar o termo paleografia e seus derivados ao tratar de *corpus* do século XVIII.

¹³ Cf. nota de rodapé 3, acerca da terminologia “tipos documentais”.

diversidade de traçados, que têm em comum apenas o caráter cursivo e a utilização de determinados grafemastípicos do período, como o *s* longo e o *r* dois de conta¹⁴.

A descrição paleográfica aqui realizada não se assenta no modelo *stricto sensu*, que prevê a caracterização de cinco elementos da escrita: a morfologia das letras, seu traçado ou *ductus*, o ângulo, o módulo e o peso. Pretende-se, principalmente, descrever o traçado dos grafemas que servirão de base para a análise realizada na segunda parte deste trabalho, a saber: *c*, *ç*, *cç*, *s*, *sc*, *ss*, *z*, *x*¹⁵. A investigação do traçado dado a cada um desses grafemas, sobretudo na distinção *s/z* torna-se o principal objetivo da análise paleográfica aqui realizada. A decisão por transcrever tal grafema como *s* ou *z* é primordial em um trabalho que discutirá, em sua segunda parte, as preferências ortográficas dos autores dos documentos editados¹⁶.

Por se considerar importante a observação de cada grafema no contexto em que ocorria, preferiu-se a reprodução da imagem do vocábulo inteiro, não somente do grafema isolado, que poderia não refletir com clareza o traçado do mesmo.

O primeiro documento, Hospedagem do Conde de Banchi (1755), apresenta uma grafia regular e observa-se a presença de apenas um punho. O traçado cursivo pende levemente para a direita e a morfologia da escrita é bastante semelhante quando as letras se encontram em um mesmo contexto. Dessa forma, o *a* em posição final geralmente possui o mesmo traçado, como pode ser verificado nas palavras *asima* e *Tapessaria* a seguir:

¹⁴ Devido à complexidade verificada na definição do conceito de grafema, esclarece-se que o conceito adotado nesta pesquisa é aquele formulado por Nina Catach (*L'orthographe française*, 1980. p. 16 – apud CATACH, Nina. *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996. p. 144): “A menor unidade distintiva e/ou significativa da cadeia escrita, composta de uma letra, de um grupo de letras (digrama, trigrama), de uma letra acentuada ou provida de um sinal auxiliar, tendo uma referência fônica e/ou sêmica na cadeia falada”. Considera-se, portanto, o uso do termo grafema quando se refere à representação na língua escrita de um segmento fônico, que é exatamente o conceito usado neste trabalho, uma vez que os grafemas são descritos como representantes escritos das sibilantes, surdas e sonoras. Uso semelhante do termo pode ser verificado nas obras *Ideias Ortográficas em Portugal – de Madureira Feijó a Gonçalves Viana* (GONÇALVES, 2003) e *História do Galego-Português* (MAIA, 1986).

¹⁵ As obras *História do Galego-Português* (MAIA, 1986) e *Curso de História da Língua Portuguesa* (CASTRO, 1991) não fazem referência aos grafemas utilizando parênteses oblíquos, como tradicionalmente são representados na literatura. Em consonância com essas obras, e por achar a leitura mais limpa sem os mesmos, opta-se neste trabalho por representar os grafemas somente com a formatação itálica.

¹⁶ Utiliza-se a nomenclatura *autor* para indicar a pessoa que escreveu o documento, podendo não ser necessariamente o autor intelectual do documento.

Os grafemas encontrados para representar as sibilantes nesse documento são *c*, *ç*, *cç*, *s*, *-ss-* e *z*. O autor do manuscrito utiliza o chamado *s* longo, tanto seguido por *s* pequeno quanto em início de vocábulo, como pode ser observado nos vocábulos *necessario* e *sao*:

O grafema *-ss-* também é empregado sem uso do *s* longo, como pode ser verificado nas palavras *pessoas* e *Tapessaria*:

O traçado do grafema *z* (*lazer* e *paz*) não se confunde com o traçado de *s*, que é encontrado no vocábulo *asima*, representando a sibilante surda:

Observa-se também o uso de *c*, *ç* e *cç*, representando a sibilante surda (*concertarão*, *Serviço* e *acção*):

O documento Estabelecimento de uma Tesouraria (1767) apresenta uma grafia regular, porém menos cursiva do que a escrita observada na Hospedagem do Conde de Banchi. As letras são traçadas uma a uma, havendo poucas ligaduras. Tanto o grafema *s* longo quanto o *-ss-* aparecem nesse documento, sendo que ao *s* longo segue um *s* pequeno, como ocorria no documento Hospedagem do Conde de Banchi. O mesmo vocábulo que aparecia grafado com apenas um *s* pequeno no documento anterior, aparece com *s* longo seguido de *s* pequeno,

como pode ser observado abaixo, na palavra *assima*. Coloca-se também uma ocorrência do vocábulo *necessarias*, com *s* longo seguido de *s* pequeno:

assima necessarias

O uso sistemático do *s* longo seguido de pequeno pode ser verificado no vocábulo *Assentamento*, que foi separado em *As-*, com *s* longo e *sentamento*, com *s* pequeno:

As- sentamento

O mesmo vocábulo aparece, em outra ocorrência, com o grafema *-ss-*, comprovando a arbitrariedade no uso dos grafemas:

Assenta

O traçado do grafema *z* (*Iuiz* e *precizas*), assim como ocorria no documento anterior, não se confunde com o traçado de *s*:

Iuiz precizas

Verifica-se também o uso de *s* intervocálico, neste caso, representando a sibilante sonora (*presença*), e o uso de *ç* e *x*, ambos representando a sibilante surda (*presença*, *experimentassem* e *expedir*):

presença expedir experimentassem

O terceiro documento, Índios Guaranis no Rio Grande do Sul (1768), apresenta algumas particularidades: o uso do grafema *ç* duplicado, como pode ser observado nas palavras *eaççóes* e *Miçções* e o uso de *z* seguido de *ç*, representando a sibilante surda, como pode ser verificado em *nazçaõ*:

O grafema *s* em posição inicial não possui cauda, ocupando o centro do tetragrama, e geralmente apresenta o mesmo módulo, tanto para minúscula quanto para maiúscula, por isso decidiu-se transcrever *s* inicial sempre como minúscula neste documento. Reproduzem-se abaixo uma abreviatura, *snr* (senhor), e duas palavras, *seu* e *sobre*:

Já o grafema *s* em posição medial e final apresenta cauda, como se verifica em *eações*, *Miçções* e *existir*, abaixo:

O autor usa preferencialmente o *s* longo seguido de *s* pequeno para representar o grafema -*ss*-, como se verifica abaixo em *nessecidades* (o grafema -*ss*- com duplo *s* pequeno aparece em apenas três vocábulos):

A grafia cursiva e regular do autor do documento pende levemente para a direita e o traçado dos grafemas *s* e *z* é bem distinto, desde que observado o sistemático desenho de *s* medial e final com cauda. Nas palavras abaixo, ilustra-se o traçado de *z* medial e final, em *precizaõ*, *uzo* e *Deoz*:

A justificativa da decisão de interpretar o grafema sem cauda, ilustrado acima, como *z* deve-se tanto ao traçado do mesmo quanto ao fato de não ter sido encontrada no documento nenhuma ocorrência do grafema *s* com cauda em posição intervocálica, representando, portanto, a sibilante sonora. E, seguindo-se o caminho inverso, não se encontra também nenhuma ocorrência do grafema sem cauda (*z*) representando a sibilante surda em posição inicial ou medial.

O autor de Índios Guaranis no Rio Grande do Sul também faz uso grafema *c* para representar a sibilante surda, como pode observado na palavra *nessecidades*, e utiliza o grafema *x* para representar a sibilante sonora, em *existir*:

The image shows a sample of handwritten cursive script. The word 'refusadas' is written on the left, and 'existir' is written on the right. The script is fluid and characteristic of the 18th century.

Um exemplo curioso deste documento é o vocábulo *disssolução* (separado em *dissolu-* e *ção*), que apresenta três grafemas *s*, o primeiro com cauda e outros dois, sem cauda, em um raro exemplo de uso de *-ss-* sem *s* longo:

The image shows a sample of handwritten cursive script. The word 'dissolu-ção' is written in a single line, with a hyphen separating the two parts. The script is fluid and characteristic of the 18th century.

O documento Processo das Quitandeiras (1776) é escrito por quatro punhos distintos, excetuando-se os fôlios de abertura. Realiza-se aqui a descrição paleográfica de cada um dos punhos. O primeiro deles, do escrivão que elaborou a requerimento, apresenta uma grafia regular e cuidada, que pende levemente para a direita. Como acontecia no documento Hospedagem do Conde de Banchi, não se observa o uso de *s* longo no requerimento, havendo inclusive a palavra *asima* escrita com *s* pequeno:

The image shows a sample of handwritten cursive script. The word 'asima' is written in a single line. The script is fluid and characteristic of the 18th century.

Os grafemas -ss-, *c* e *ç*, representando a sibilante surda, também são utilizados, conforme pode se observar em *fossem*, *Licença* e *expulção*:

fossem Licença expulsão

Para representar a sibilante sonora, há o uso do grafema *z*, cujo traçado se diferencia bastante de *s*, como se verifica em *prejuízo* e *gozaraõ*:

prejuízo gozaraõ

No documento escrito em resposta à requerimento, há uso sistemático de *s* longo em palavras escritas sem fronteira, como *havia sido*; apenas em uma ocorrência verifica-se o uso de tal grafema em interior de vocábulo: *observado*. Note-se que em *observado*, não há *s* pequeno seguindo ou antecedendo o *s* longo, o que indica que, sozinho, em meio de palavra, já seria suficiente para representar a sibilante surda:

havia sido observado

Há também, ao lado do *s* longo, o uso do grafema -ss-, como se observa em *cessada*:

Cessada

A grafia do documento seguinte, assinado pelo procurador do Senado, é regular e cursiva, pendendo para a direita. Para representar a sibilante surda, além de -ss- e *s* longo, há uso de *c*, *ç* e *s*, como pode ser observado, respectivamente, em *licença*, *alicensa* e *segundo*. É curioso notar que, em *alicensa*, o autor não utiliza o grafema *ç* na última sílaba, mas *c*, indicando a sibilante surda que na ocorrência anterior do mesmo vocábulo havia indicado com *ç*:

licença, alicensa segundo

Para representar a sibilante surda, usa-se tanto o grafema *s* (*desasossego*) quanto *z* (*quazi*), além de *x* (*existir*). É interessante perceber que em *desassossego* há o grafema *s* intervocálico tanto representando a sibilante sonora, em *-sa-*, quanto a surda, em *-so-*:

No breve documento redigido pelos senadores, encaminhando o documento do procurador ao juiz presidente, não se utiliza o *s* longo, apenas *-s-* simples, *ç* e *x* para representar a sibilante surda, como pode ser observado em *seos*, *naprezença* e *expulsas*:

Para representar a sibilante sonora, usa-se apenas o grafema *z*, como se verifica no vocábulo *prezença* acima.

No último documento que compõe o Processo das Quitandeiras, redigido provavelmente pelo escrivão do juiz presidente, a grafia não é tão cuidada, apesar de relativamente regular. Também não se observa o uso de *s* longo para representar a sibilante surda, apenas de *c*, *ç*, *s*, *-ss-* e *sc*, como se verifica, respectivamente em *aprovidencia*, *resolução*, *sinto*, *nessa* e *prevaler*:

Verifica-se o uso do grafema *-s-* para representar a sibilante sonora em apenas um caso, a palavra *resolução*, reproduzida acima. Nos demais casos, o autor usa o grafema *z*, como pode ser observado em *indecoroço*, abaixo:

indecorosa

O documento Processo dos Religiosos (1783), elaborado pelo escrivão Pedro Henrique da Cunha, apresenta uma grafia cursiva e regular, com muitas palavras escritas sem fronteira. Verifica-se o uso do grafema *s* medial e final com cauda, como no documento Índios Guaranis no Rio Grande do Sul. Tal qual aquele, o *s* inicial não apresenta cauda, ocupando o centro do tetragrama. Exemplos podem ser observados em *dis omesmo*, *escravos* e *senaõ*:

dis omesmo escravos senaõ

Observe-se que, em *escravos*, o *s* medial apresenta um traçado levemente diferente do *s* final do mesmo vocábulo, e do *s* de *dis* e *omesmo*. Este traçado é comum ao longo do documento e apresenta uma variação, ilustrada pela palavra *Testemunha* abaixo, em que o traçado não faz a volta na cauda, sendo mais fino do que o *s* medial de *escravos*:

Testemunha

Há o uso de *s* longo e do grafema *x* para representar a sibilante surda, como se verifica em *expossifica*. Neste caso, o *s* longo aparece sozinho, em meio de palavra, não sendo antecedido nem seguido de *s* pequeno, como verificado no documento elaborado pelo procurador do senado no Processo das Quitandeiras. Por apresentar valor de sibilante surda, optou-se na edição por transcrevê-lo com *ss*:

expossifica

O autor do documento utiliza também os grafemas *c* e *ç* para representar a sibilante surda (*Francisco* e *Relação*). É interessante observar também o uso de *c* com valor de sibilante surda na palavra *Iusticia*:

Francisco Relação Iusticia

Para representar a sibilante sonora, o escriba utiliza *s*, *z* e *x*, como se observa em *desordens*, *Religioso* e *exami | nar*:

The image shows three handwritten words: 'desordens', 'Religioso', and 'examinar'. The 's' in 'desordens' has a long, flowing tail. The 's' in 'Religioso' is a simple, rounded shape. The 's' in 'examinar' is also a simple, rounded shape.

Talvez o documento em que a dificuldade para estabelecer os grafemas *s* e *z* tenha sido maior seja justamente o Processo dos Religiosos. Ao lado do *s* com cauda, por exemplo, usado em meio e fim de vocábulo, havia também um alógrafo, sem cauda, usado em meio e fim de vocábulo, como pode ser observado em *consta*, *auttos* e *Iustica* (acima). A preposição *dos* foi reproduzida antecedendo o substantivo *auttos* para ilustrar a variação no uso do grafema *s*:

The image shows two handwritten words: 'consta' and 'dos auttos'. The 's' in 'consta' is a simple, rounded shape. The 's' in 'dos auttos' is also a simple, rounded shape.

O traçado desse alógrafo, no entanto, não deve ser confundido com o traçado de *z* medial seguido pela vogal *o*. Tal possível confusão deve-se ao fato de seu traçado, quando segue a vogal *o*, iniciar-se em um ponto superior do tetragrama em relação ao seu traçado quando segue as vogais *a*, *e*, *i* e *u*. Um exemplo pode ser observado em *Ambrozio* e *oz*. Observa-se em *prezo*, a diferença no traçado de *z*, quando, por ser antecedido pela vogal *e*, apresenta um traçado mais fácil de se distinguir do alógrafo de *s*:

The image shows three handwritten words: 'Ambrozio', 'oz', and 'prezo'. The 's' in 'Ambrozio' is a simple, rounded shape. The 'z' in 'oz' is a simple, rounded shape. The 'z' in 'prezo' is a simple, rounded shape.

Além disso, o traçado do *s* com cauda variava. Na maioria das ocorrências, o corpo do grafema era fino, mas em alguns casos o grafema apresentava-se com um corpo mais largo, lembrando o desenho atual da letra *z*. Três exemplos podem ser observados em *escravo* e *Distrito* e *omesmo*:

escravo Dybitto vnyuno

Tais grafemas foram transcritos como *s*, levando-se em conta a constância do escrivão que elaborou o documento. Há poucos casos de polimorfia ao longo do manuscrito, o que reforça a hipótese de tal traçado representar um *s*, pois os mesmo vocábulos apresentam outras ocorrências com o grafema *s* com cauda de corpo fino e também com *s* medial sem cauda.

Outro fato que parece comprovar tal opção é o traçado do grafema *z* e do *s* sem cauda quando seguidos da vogal *e*. Abaixo, os vocábulos *escravo* e *esta* ilustram o traçado de *s* medial seguido de *e*, e as palavras *fez* e *prezo* ilustram o traçado de *z* medial e final seguidos pela vogal *e*:

escravo esta fez prezo

Assim, neste documento, a observação minuciosa de cada grafema e a conseqüente análise paleográfica levaram à melhor solução para a transcrição dos grafemas *s* e *z*. Abaixo encontram-se exemplos de vocábulos e a transcrição que lhes foi dada na edição:

escravos

- escravos

escravo

- escravo

escravo

- escravo

Dytemunha

- Testemunha

dos auttos

- dos auttos

sz

- oz

Ambrozio - Ambrozio

fez - fez

prezo - prezo

O documento Relação de Frades e Fazendas, com a relação de frades aprovados e não-aprovados para confessar, cuja data não é informada, provavelmente foi elaborado no mesmo decênio do documento Processo dos Religiosos, uma vez que os frades citados em um e outro coincidem. O documento apresenta uma grafia regular, cuidada, pendendo para a direita. O autor do manuscrito não faz uso do grafema *s* longo, utilizando apenas os grafemas *s*, *-ss-*, *sc* e *c* e *ç* para representar a sibilante surda em meio de palavra. Observe-se abaixo exemplos em *se*, *Pessanha*, *Nascimento*, *pertencer* e *distinção*:

se Pessanha Nascimento pertencer distinção

Para representar a sibilante sonora, em todas as ocorrências, exceto em uma, usa-se o grafema *z*, como pode ser observado em *Prezentado*. O topônimo *Quisamã* é o único caso de palavra onde se usou o grafema *s* para representar, possivelmente, uma sibilante sonora:

Prezentado Quisamã

O documento Melhoramento do Quinto (1790) apresenta grafia regular, cursiva, com módulo pequeno, que pende levemente para a direita. O autor do manuscrito, Luiz Beltrão de Gouvea de Almeida, utiliza-se do *s* longo seguido de *s* pequeno (*necessita* e *Passo*), em concordância com a maioria dos escribas dos documentos pesquisados. É curioso observar que o escriba não usa o grafema *-ss-*, apenas *s* longo seguido de *s* pequeno. Inclusive no caso de sibilante precedida por nasal, como ocorre no vocábulo *immenssos*, o autor grafia *s* longo

seguido de *s* pequeno. Quando a sibilante surda está em travamento silábico, por vezes também é utilizado o *s* longo, como em *fausto*:

necessita *Tapo* *immanos* *fausto*

Em travamento silábico, também se verifica o uso do grafema *x*, como se observa em *extravio*:

extravio

A partícula “se” antecedita de verbo, em alguns casos, não é separada por hífen, sendo escrita colada ao verbo com *s* longo seguido de *s* pequeno, como pode ser observado em *limitasse a sêr*. Em outros casos, observa-se o uso de hífen, como se ilustra abaixo, em *evitar-se*:

limitasse a sêr *evitar-se*

Além de *s* longo *s* pequeno, o autor do documento usa os grafemas *c*, *ç* e *cç* para representar a sibilante surda: *necessita*, *forças* e *acção*.

necessita *forças* *acção*

O grafema *z* apresenta alta frequência, sendo utilizado para representar a sibilante sonora na maioria das ocorrências. O traçado mais comum desse grafema difere dos demais documentos, uma vez que apresenta cauda, assemelhando-se ao traçado atual. Nas palavras *talvez* *quizerão*, reproduzidas abaixo, pode-se observar tal traçado. Há um alógrafo do grafema *z*, pouco utilizado, sem cauda, como se verifica em *utiliza*:

talvez *quizerão* *utiliza*

Raros são os casos de uso do grafema *s* para representar a sibilante sonora. São apenas oito ocorrências em um documento que perfaz 29 fólios. Um exemplo pode ser verificado na

palavra *crusados*. Em alguns vocábulos, o autor usa o grafema *x* representando a sonora, como em *exigissem*:

crusados exigissem

O documento Melhoramento do Quinto (1790) é o único que apresenta um vocábulo iniciado por *z*. Trata-se da palavra *zello*, reproduzida abaixo:

zello

No documento Armada Inimiga (1793), observa-se uma grafia cursiva, não tão cuidada, já que as letras variam bastante de módulo ao longo do manuscrito. O autor, Jozé Leandro Melliani da Cruz, não utiliza o *s* longo, apenas o grafema *-ss-*, como se observa em *passo*. Há um alógrafo de *s*, que não pode ser considerado *s* longo, mas que, sozinho, representa a sibilante surda, como se verifica na palavra *assim*:

passo assim

Para representar a sibilante surda, além do grafema *s* dobrado, existem os grafemas *c*, *ç*, *cç*, *sc*, *s* e *z*. O uso de *c*, *ç*, *cç* e *sc* pode ser observado, respectivamente, em *facil*, *Serviço*, *acção* e *acrescentará*:

facil Serviço acção acrescentará

Neste documento, fez-se necessária uma rigorosa análise paleográfica para estabelecer os grafemas *s* e *z*, que possuem um traçado bastante semelhante. O traçado de *z* intervocálico não apresenta tanta dificuldade, como se verifica em *opezo* e *fazer*:

opezo fazer

Já o grafema *s*, sobretudo em posição final, pode ser confundido com o grafema *z*. Ilustram-se abaixo três exemplos: *dos navios*, com o grafema *s* na posição final, *vellas*, com o alógrafo de *s* em final de vocábulo, e *Pêz*, com o grafema *z* em posição final. Observa-se que

o alógrafo de *s* possui uma volta seguida por uma linha horizontal antes de descer, diferente do grafema *s*, em *dos navios*, que não possui volta. Já o grafema *z* apresenta um traço final quase paralelo à linha imaginária do tetragrama, que os outros dois grafemas não possuem, terminando quase perpendiculares à linha:

dos navios vellar Bêz

A observação de alguns vocábulos em que o grafema representa uma sibilante surda confirma a opção por tratá-lo como alógrafo de *s*, e não como o grafema *z*. Nos verbos seguidos pela partícula *se*, *Derretase* e *tirese*, verifica-se tal alógrafo de *s*:

Derretase Tirese

Outro vocábulo que comprova a decisão de tal grafema representar um alógrafo de *s* é a palavra *massa*. Também com valor de sibilante surda, o *-ss-* é grafado com o alógrafo seguido pelo grafema *s* mais comum:

massa

O grafema *s*, com valor de surda, antecedido de *n*, é verificado em *consiste*, vocábulo que apresenta também o alógrafo de *s*, em travamento silábico:

consiste

Para representar a sibilante sonora, além do grafema *z*, o autor usa também os grafemas *s* e *x*, como se verifica em *perigosa* e *examinados*:

perigosa examinados

O grafema *x* também é utilizado, em travamento silábico, para representar a sibilante surda, como se observa na palavra *mixto*:

mixto

O último documento, Narrativa Parto Anormal – Xifopagia (1793), apresenta uma escrita regular e cuidada, com um traçado uniforme que pende levemente para direita. Observa-se o uso sistemático de *s* longo seguido de *s* pequeno para representar a sibilante surda em posição intervocálica, como se verifica em *osso*. Há apenas duas ocorrências de *-ss-*, com duplo *s* pequeno, em *colosso* e *ossefica*:

osso colosso ossefica

O autor do documento, Antonio de Freitas Santos, utiliza também os grafemas *c*, *ç*, *s*, *sc* e *x* para representar a sibilante surda, como se verifica em *naterceira*, *orofícios*, *observei*, *ascendentes* e *externo*:

externo naterceira observei orofícios ascendentes

Para representar a sibilante sonora, assim como ocorria no documento Melhoramento do Quinto (1790), o autor utiliza sistematicamente o grafema *z*, tendo sido encontradas apenas duas ocorrências de uso de *s* intervocálico com valor de sonora, como se observa em *Analyse* e *divisoens*:

Analyse? divisoens

O traçado de *z* não se confunde com o de *s*, como se observa na palavra *residência* abaixo. No mesmo vocábulo, pode-se verificar também o uso do grafema *ç*, reforçando a sibilante surda antecedida da vogal *i*:

residência

Encerrada a análise paleográfica do último documento, convém ressaltar alguns hábitos de escrita observados nos manuscritos: o uso de *s* longo, observado em oito dos nove documentos, sendo que na maior parte dos manuscritos tal grafema aparece seguido por *s* pequeno; o uso do grafema *cç*, observado em três dos nove documentos estudados; o uso do

grafema *s* intervocálico, representando a sibilante surda, como na palavra *asima*, encontrada em dois documentos; e o uso dos grafemas *çç* e *zç*, como em *aççóes* e *nazção*, no documento Índios Guaranis no Rio Grande do Sul. Outro aspecto a ser ressaltado é a alta frequência do grafema *z* para representar a sibilante sonora.

Conforme observado durante a análise paleográfica, os grafemas que apresentam maior dificuldade para serem estabelecidos na edição são *s* e *z*. Para ilustrar e tornar clara a variação grafemática observada nos documentos, reproduzem-se na tabela 3 tais grafemas, de forma isolada, não mais no contexto em que ocorriam. Os grafemas são dispostos segundo sua posição: inicial, medial e final. Não há coluna com o grafema *z* em posição inicial, por só haver uma ocorrência nessa posição, no documento Melhoramento do Quinto, quando o grafema apresenta o mesmo traçado de *z* medial e final. São reproduzidos na tabela somente os grafemas minúsculos, por serem os que ocorrem em maior quantidade e também por serem os que apresentam mais casos de alografia.

É importante ressaltar que o documento do Processo das Quitandeiras apresenta quatro punhos distintos, por isso são fornecidos quatro exemplos para cada grafema listado.

Tabela 3 – Grafemas e alógrafos

	s inicial	s medial	s final	-ss-	s longo isolado	z medial	z final
Hospe- dagem do Conde de Banchi
Estabe- lecimento de uma Tesouraria Geral
Índios Guaranis no Rio Grande do Sul
Processo das Quitân- deiras					não há		não há
	não há	não há		não há
	não há		não há
Processo dos Religiosos				não há
Relação de Frades e Fazendas					não há
Melhora- mento do Quinto
Armada Inimiga					não há
Narrativa Parto Anormal – Xifopagia

Durante a análise paleográfica, verificou-se que 58% dos documentos editados contêm o grafema *s* longo contra 42% que não o contêm.

Dos documentos que utilizam *s* longo, apenas 1, ou 14%, não usa o *s* longo isolado, que aparece sempre seguido de *s* pequeno. Já 6 manuscritos, ou 86%, utilizam *s* longo isolado, seja em início, seja em meio de vocábulo. Desses 6 manuscritos, há um em que só ocorre *s* longo isolado, não havendo nenhuma ocorrência do grafema *-ss-*, seja com *s* longo seguido de *s* pequeno, seja com *s* pequeno dobrado.

Sobre o uso do grafema *-ss-*, observa-se que 66% dos autores que usavam *s* longo seguido de *s* pequeno também utilizavam apenas *s* pequeno dobrado para representar o grafema *-ss-*. Apenas um autor (17%) usou somente o grafema *-ss-* com *s* longo seguido de *s* pequeno; no caso desse manuscrito, portanto, não há ocorrência do grafema *-ss-* com *s* pequeno dobrado.

1.4 Apontamentos históricos

Ao longo do processo de leitura, transcrição e edição dos manuscritos, é tarefa praticamente impossível para o filólogo não ser absorvido pelo conteúdo e pela história que cada texto carrega. A pesquisa sobre os autores e os destinatários dos manuscritos, sobre o processo de escrita e as razões que motivaram a elaboração dos textos, bem como sobre o contexto histórico em que os documentos se inserem, constituem parte inextricável do trabalho filológico, justificada pela aceção de ‘filologia’ como a ciência que estuda as sociedades pela leitura de suas fontes documentais escritas.

Embora não constitua tema principal da presente dissertação, faz-se necessária a apresentação de aspectos da tradição histórica de um documento editado, a saber: Processo das Quitandeiras.

A discussão das informações históricas deste documento justifica-se pelo fato de serem fundamentais para a correta ordenação dos manuscritos, já que se trata de um processo composto por documentos de tipologia variada, que obedecem à hierarquia do então Senado da Câmara, no Rio de Janeiro.

1.4.1 O Processo das Quitandeiras

O Processo das Quitandeiras, datado de 1776 e elaborado no Rio de Janeiro, é composto por um requerimento, redigido pelo escrivão do Senado da Câmara, chamada hoje em dia de Câmara Municipal; um ofício, escrito pelo procurador; um bilhete, elaborado pelos senhores do Senado, que seriam os cargos correspondentes aos vereadores atualmente; e um parecer, com a decisão do juiz presidente sobre a questão exposta no requerimento.

O primeiro documento do processo, o requerimento das quitandeiras, datado de 29 de maio de 1776, começa por expor a situação das trabalhadoras, que sempre venderam suas quitandas defronte da casa da Câmara, em frente ao mar, ao lado das bancas que vendiam pescados. As requerentes informam que a venda não *embaraçava a serventia da rua*¹⁷ e que para tal atividade tiravam licença anual do Senado, pagando o foro pelo uso do chão. Relatam o problema enfrentado por elas: o dr. juiz de fora, então presidente da Câmara Municipal,

¹⁷ Os trechos em itálico são reproduções diretas do texto editado dos manuscritos.

ordenou que fossem despejadas *absolutamente*, ordem que foi confirmada pelo Senado da Câmara, que mandou agir contra as que fossem *renitentes*.

As quitandeiras afirmavam pagar aforamento do chão para venderem na paragem e diziam que a expulsão havia resultado em prejuízo grave, não só para elas, mas também aos moradores da cidade, que eram seus clientes. Alertavam que o prejuízo só aumentaria com o tempo por não terem outro lugar para vender seus gêneros. Pediram, então, que o procurador do Senado mandasse que elas não fossem impedidas de vender no local.

Datado de 3 de junho de 1776, o ofício do procurador, João Antunes de Azevedo Lima, segundo documento do processo, confirma que as quitandeiras tinham posse do lugar e que o dr. juiz de fora as mandou despejar. A informação mais importante do documento parece estar nesse ofício: o motivo do despejo. Trata-se de uma questão ligada a interesses particulares: o *grande alarido* provocado pelas quitandeiras causava *moléstia e desassossego* ao juiz de fora, que estava doente e não podia ficar exposto à bulha das vendedoras.

O procurador informa, então, que o alarido não vinha das quitandeiras que pagavam o foro anual, mas de outras, *adventícias*, sem licença. Ele relata que o Senado atendeu à queixa do dr. juiz presidente, que era o juiz de fora, tendo em vista que seria por tempo limitado a retirada das quitandeiras, até que se cessasse a enfermidade. Porém, as vendedoras que pagavam o foro anual foram despejadas, mas as outras, sem licença, continuaram a vender. O ofício termina com o pedido de que se restituam as demais quitandeiras expulsas já que a queixa do juiz presidente é quase extinta, e não há outro lugar para venderem, além da falta delas na paragem incomodar o povo.

O terceiro documento do processo, datado de 8 de junho de 1776, é o encaminhamento do ofício do procurador ao juiz presidente pelos senhores do Senado. O destinatário, porém, não é o juiz de fora, então presidente da Câmara Municipal, mas uma espécie de Ministro da Justiça, uma das maiores autoridades do Rio de Janeiro setecentista. Assinam o documento os

vereadores — Joze Coelho, Antonio Nascentes Pinto e Ignasio da Fonseca Lima — e o procurador, informando que procederão conforme a ordem do juiz presidente.

A decisão do ministro da justiça, último documento do processo, não tarda. Em 11 de junho de 1776, o magistrado emite seu parecer, informando que sente pelo Senado ter mandado despejar as quitandeiras sem antes ter dado parte a ele, por não se dever alterar *cousa alguma do que setiver assentado nessa Camara sem Ordem superior*. Afirmar ainda que tudo é determinado pelo bem comum, devendo prevalecer a qualquer utilidade particular. Pede, então, que os senhores do Senado dêem providência para as quitandeiras tornarem logo para o lugar de onde se lhes mandou despejar.

Uma particularidade de natureza codicológico-paleográfica pode ser observada nesse último documento. Justamente ao tratar da importância da utilidade pública sobre a particular, o copista comete um deslize, grafando o termo “pública” em vez de “particular”, o que pode ser percebido pela observação atenta do trecho no manuscrito.

alterar oq nella se tem disposto; por ser tudo ^{em} em
beneficio do bem comum, q^{ue} deve prevalecer a
qual q^{ue} utilidade ~~pública~~ particular; enajusta
conformidade daraõ Vm. a providencia p. as

alterar oque nella se tem disposto; por ser tudo <determinado> em
beneficio do bem comum, que deve prevalecer a
qual quer utilidade ~~pública~~ particular; enajusta
conformidade daraõ Vossasmerces a providencia para as

Fig. 26 - Imagem seguida pela transcrição de trecho do quarto documento

O trecho acima reproduzido apresenta uma emenda, na qual o copista risca a palavra “pública”, substituindo-a por “particular”. Se não houvesse a correção, o teor do documento

ficaria comprometido, visto que o texto teria seu sentido alterado: a utilidade particular prevaleceria sobre a pública.

Conforme Gomes & Soares (2002, p. 3-4), o processo das quitandeiras revela-se peculiar em virtude de seu assunto. O Senado da Câmara do Rio de Janeiro costumava receber muitas queixas de ordem urbana, como iluminação deficiente, existência de pântanos, ruas sem calçamento etc; porém, uma missiva proveniente de uma ordem de trabalhadoras informais composta por mulheres negras, escravas ou libertas, era incomum.

O conteúdo e o desenrolar do processo descortinam alguns aspectos da administração colonial. A enfermidade do juiz de fora gera seu pedido de retirada das quitandeiras, que é aceito, imediatamente, pelos senhores do Senado¹⁸. Talvez os vereadores não contassem com a capacidade de organização do grupo de trabalhadoras, que rapidamente se reúne e faz chegar ao mesmo Senado um requerimento no qual esclarecem o pagamento do foro pelo uso do chão e reclamam a reapropriação do espaço. O procurador João Antunes de Azevedo Lima apóia as requerentes e submete seu ofício aos vereadores, que procedem à única alternativa possível: encaminhar o processo ao juiz presidente.

No império marítimo português, a administração municipal organizava-se em torno do Senado da Câmara, instituição que, ao lado da Santa Casa de Misericórdia, era responsável por manter unidas as diferentes colônias portuguesas, tendo importância fundamental na manutenção de uma continuidade que governadores e magistrados não podiam assegurar (BOXER, 1977, p. 305). A organização dos Conselhos Municipais coloniais estava bem próxima do modelo da metrópole e compunha-se, geralmente, por dois a seis vereadores, dois juizes ordinários, um procurador, um escrivão e um tesoureiro, chamados oficiais da Câmara. Segundo Bicalho (1998, p. 6), a partir de finais do século XVII e início do XVIII, o poder

¹⁸ É provável que o pedido do juiz de fora tenha sido documentado, porém até o momento não foram encontrados os manuscritos que tratariam do assunto.

político e econômico das Câmaras Municipais Ultramarinas começou a ser cerceado pela metrópole, e a primeira medida efetiva foi a criação do cargo de juiz de fora. Além de aumentar o poder da Coroa, o juiz de fora seria mais isento do que os juízes ordinários, por não ter vínculos de amizade ou parentesco e estar afastado dos interesses de grupos privilegiados. O Rio de Janeiro, por ser capital da colônia, contava ainda com um magistrado de grande importância, o juiz presidente, que corresponderia hoje ao cargo de Ministro da Justiça.

Por meio da análise dos documentos que compõem o processo, pode-se estabelecer no Conselho Municipal do Rio de Janeiro a existência de três vereadores, um escrivão, que acumulava a função de tesoureiro, um procurador, um juiz presidente da Câmara, cargo ocupado pelo juiz de fora, e um juiz presidente, de maior poder, que deu o parecer final ao caso.

Organograma 1 – Conselho Municipal do Rio de Janeiro (1776)

Pelo conteúdo dos documentos, o juiz de fora, então juiz presidente, parece não ser tão isento como deveria, colocando seus motivos pessoais na frente do bem comum, ao que deve

servir o Conselho Municipal. Como afirmam Gomes & Soares (2002, p. 5), “uma clara decisão pessoal, algo não tão raro no Estado até os nossos dias”. O poder do juiz presidente prevalece sobre a decisão dos vereadores e do próprio juiz de fora, e as quitandeiras atingem seu objetivo legítimo: o de retornar ao local sobre o qual tinham a posse.

1.5 Edição

O presente capítulo trata do tipo de edição escolhido para a apresentação dos manuscritos que compõem o *corpus* deste trabalho. Ao iniciar a leitura dos manuscritos selecionados para a composição do *corpus*, é possível detectar seu tema e compor uma breve observação sobre os hábitos de escrita do autor do documento. Levantam-se, por exemplo, apontamentos de natureza paleográfica e codicológica, que serão aprofundados durante a transcrição dos documentos.

Ao longo da leitura e da elaboração da primeira lição dos manuscritos, reflete-se continuamente sobre a função da transcrição. Tal função pode se esgotar internamente no trabalho, ou seja, ser útil para a presente dissertação, servindo como um documento que registra fragmentos escritos da língua portuguesa da segunda metade do século XVIII e que serve de base para análises filológicas; ou o uso da transcrição desses documentos pode ir além, constituindo um importante *corpus* para pesquisas de áreas afins, como a história e a sociologia, além dos próprios estudos de história da língua, que poderão ser aprofundados posteriormente.

A função da transcrição, determinada de forma clara e objetiva, permite definir o tipo de edição a ser escolhido. Os diferentes tipos de edição variam de acordo com dois critérios

fundamentais: o do grau de intervenção do editor e o do público-alvo almejado. Os dois critérios são indissociáveis, visto que o tipo de leitor irá determinar o grau de intervenção do editor. Se o objetivo é colocar à disposição do grande público um romance escrito em português do século XIX, é necessária uma edição apropriada, com os problemas filológicos resolvidos, a modernização da grafia e, às vezes, da pontuação, e, se pertinente, a apresentação de um glossário com termos que caíram em desuso. A edição, neste caso, é interpretativa e modernizada. O esclarecimento, informando ao leitor o tipo de edição utilizado, no entanto, é imprescindível, já que garante a qualidade e demonstra a preocupação do editor em deixar claro que interveio no texto que traz a público.

No caso do *corpus* da presente dissertação, o objetivo da edição é tornar o conteúdo dos manuscritos acessível a um maior número de estudiosos, visto que uma edição fac-similar restringiria o público leitor àqueles que possuem conhecimentos de leitura de manuscritos. O objetivo da presente edição também se relaciona à ampliação do *corpus* de documentos brasileiros escritos em língua portuguesa, que possam auxiliar nos estudos de história da língua. As análises relativas à evolução da língua portuguesa falada e escrita no Brasil dependem das fontes escritas, que são os manuscritos da esfera pública e privada preservados até hoje. Considerando que o filólogo seja o estudioso mais indicado para realizar as tarefas de leitura e edição dessas fontes, seria lógico afirmar que o *corpus* editado por pesquisadores do campo da Filologia estaria nas condições ideais para pesquisas sobre as transformações da língua, que podem ser realizadas tanto por lingüistas quanto pelos próprios filólogos.

Para o estudo da história da língua, no entanto, o grau de intervenção do editor não pode ser alto, uma vez que é preciso conservar a escrita original do documento. As intervenções do editor precisam ser esclarecidas quando da apresentação do texto e eventualmente reforçadas em notas de rodapé ao longo da edição. O grau de mediação a que o texto será sujeito em uma edição destinada principalmente a estudos de língua dependerá do

editor e do público que ele pretende atingir. Uma edição que opte, por exemplo, pelo não-desenvolvimento de abreviaturas constantes do documento original restringirá o número de leitores; assim como a não-transformação de caracteres próprios de uma época, como o *s* longo, em caracteres do alfabeto latino e em sinais gráficos geralmente utilizados, dificultará a leitura dos documentos, que ficará restrito a um público ainda mais especializado.

A análise dessas variáveis — público-alvo almejado, grau de intervenção do editor, função da edição — resultará na escolha do tipo de edição mais adequado. Para a presente dissertação, a escolha recai sobre uma edição com grau de intervenção médio, já que foram desenvolvidas todas as abreviaturas e houve conjecturas, devidamente marcadas, a respeito de trechos de difícil leitura. Tal edição costuma ser chamada de *semidiplomática* ou *diplomático-interpretativa*.

O uso desse tipo de edição para o estudo histórico da língua portuguesa pode ser verificado em muitas obras, conforme cita Cambraia (2005, p. 96):

[...] como exemplo em Portugal, podem-se citar a edição de documentos notariais medievais da região do noroeste da Península Ibérica por Maia (1986) e da região centro-sul do território português por Martins (1994); já no Brasil podem-se mencionar a edição de cartas baianas do séc. XVIII em Lobo (2001) e a edição de anúncios de jornais do séc. XIX em Guedes & Berlinck (2000).

Além das obras citadas por Cambraia, pode-se indicar também seu próprio trabalho, em conjunto com Megale e Cunha, *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (CAMINHA, 2001), que apresenta a edição fac-similar acompanhada da lição semidiplomática da carta. Tal livro constituiu o primeiro volume da Série Diachronica, a que se seguiram outros três, todos utilizando a edição semidiplomática: o volume 2, *E os Preços Eram Commodos* (BERLINCK & GUEDES, 2000); o volume 3, *Cartas Baianas Setecentistas* (organizado por LOBO, 2001); e o volume 4, lançado em 2006, *Por Minha Letra e Sinal — Documentos do Ouro do Século XVII* (organizado por MEGALE & TOLEDO NETO). Esse último título constitui o primeiro

volume de documentos do Projeto Filologia Bandeirante, que busca traços de arcaísmos na língua falada atualmente na trilha das bandeiras.

1.5.1 Uma questão de terminologia

A terminologia *edição semidiplomática*, utilizada no título desta dissertação, não é unânime na literatura, dado que são encontradas informações divergentes sobre os critérios utilizados nesse tipo de edição. Justifica-se, portanto, uma breve discussão acerca da terminologia empregada para definir cada tipo de edição em alguns manuais de Crítica Textual.

O manual de Cambraia (2005, p. 95), *Introdução à Crítica Textual*, nomeia a edição *semidiplomática* de *paleográfica*, oferecendo como sinônimos *semidiplomática*, *paradiplomática* ou *diplomático-interpretativa*. O manual de Spina (1994, p. 84-86), *Introdução à Edótica*, apresenta quatro formas de reprodução de um texto: *reprodução mecânica*, na qual estaria a chamada *edição fac-similar*, nomenclatura também utilizada pelo autor e por Cambraia (2005, p. 91); *reprodução diplomática*, chamada de *edição diplomática* por Cambraia (2005, p. 93); *transcrição diplomático-interpretativa* ou *semidiplomática*, chamada preferencialmente de *edição paleográfica* por Cambraia (2005, p. 95); e, por fim, *texto crítico*, que resulta na *edição crítica*, termo também utilizado por Cambraia (2005, p. 104), ao tratar das edições politemunhais; muito embora o critério de mais de um testemunho não seja unanimidade entre os teóricos, haja vista o número de edições críticas de testemunho único. Megale (2005, p. 272) define edição crítica como

(...) aquela em que o editor intervém no estabelecimento do texto. De acordo com Spina (1977, p. 87)¹⁹, os procedimentos de apuração para *codex unicus* não são os mesmos para *codices plurimi*. Entre inúmeras edições críticas de testemunho único são muito conhecidas, por exemplo, *A carta de Pero Vaz de Caminha*, edição fac-similada e crítica, por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943; a *Edição crítica e glossário de solilóquios*, do Pseudo-Agostinho, por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1957; e *Arte de trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional: introdução, edição crítica e fac-símile*, por Giuseppe Tavani. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

Enquanto Cambraia utiliza os termos *edição paleográfica* e *edição semidiplomática* como sinônimos, Spina (1994, p. 85) define *transcrição paleográfica* como “mais perfeita que a própria reprodução fac-similar do manuscrito, porque esta não nos dá conta de certas particularidades do texto e do material, que só os procedimentos de um hábil paleógrafo podem denunciar”. Como exemplo de *edição paleográfica*, Spina cita a edição crítica do *Cantar do Cid* elaborada por Menéndez Pidal²⁰, que realizou uma exegese sobre os aspectos paleográficos do manuscrito.

O significado de *edição paleográfica* para Spina, portanto, surge muito menos ligado à *edição semidiplomática* do que à própria *edição diplomática* ou *fac-similar*. A definição de *edição paleográfica* dada por Houaiss (2001) a aproxima também da *edição diplomática*: “aquela que reproduz fielmente o texto, obedecendo a ortografia e pontuação, e em que as alterações necessárias são representadas entre colchetes”. Para Cambraia, a mesma nomenclatura, *paleográfica*, é utilizada como sinônimo de *edição semidiplomática*, com grau médio de intervenção do editor.

O vocábulo *paleografia* é formado pelo antepositivo grego *palaiós, á, ón*, que significa antigo, e pelo pospositivo grego *graphê, ês*, que se significa escrita, escrito, convenção, documento, descrição. Considerando-se sua etimologia, portanto, pode-se conjecturar que a categoria *edição paleográfica* proposta por Spina e Houaiss seria mais adequada, uma vez que tal tipo de edição procura marcar as particularidades de um manuscrito que apenas um hábil paleógrafo seria capaz de identificar.

¹⁹ SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977.

²⁰ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Cantar de Mio Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1964.

A explicação para utilização de tal termo por Cambraia (2005, p. 97), no entanto, parece residir na última categoria de edição monotestemunhal proposta pelo autor: a *edição interpretativa*.

Assim como na paleográfica, fazem-se operações como desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, mas, além disso, o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além de falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína [objetivo principal da edição crítica]. (...) Não se pode deixar de esclarecer que, neste tipo de edição, a uniformização é essencialmente gráfica: não se uniformizam variantes fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais. (...) É evidente, porém, que certas uniformizações (de pontuação, paragrafação, etc.) acabam por fixar apenas uma das leituras possíveis do testemunho, razão pela qual esse tipo recebe justamente o nome de *interpretativa*. (...) Embora não raramente se utilize o termo *crítica* para nomear este tipo de edição (i. é, baseada em apenas um testemunho), tal prática merece ser revista, pois o método aplicado e os resultados obtidos neste caso são radicalmente distintos dos relativos a uma edição baseada no confronto de testemunhos...

Pelos argumentos de Cambraia, portanto, a principal diferença entre a *edição paleográfica* e a *edição interpretativa* seria que a primeira preservaria a variação gráfica ao passo que a segunda não. Partindo dessa caracterização, pode-se dizer que o termo utilizado pelo autor relaciona-se à etimologia do vocábulo, escrita antiga, não sendo de todo inapropriado, apenas divergente.

No *Manual de Crítica Textual*, de Alberto Blecua (1987), não há a categorização dos tipos de edição, já que o autor se fixa no processo clássico de crítica textual proposto por Karl Lachmann, porém Blecua (1987, p. 137) cita os termos *edición paleográfica* e *semipaleográfica*, comentando que se uma edição desses tipos “pretende reproduzir a materialidade do texto como documento, a edição crítica se preocupa com os aspectos substanciais e elimina todos aqueles que considera irrelevantes” (tradução nossa). Nos exemplos oferecidos pelo autor nos anexos do livro (BLECUA, 1987, p. 336), encontra-se a edição paleográfica de *El Libro de Alexandre*, de 1932, feita por Raymond S. Willis²¹. Nota-se pelos fragmentos reproduzidos por Blecua que a edição não desenvolve os sinais gráficos habituais do período medieval, como os símbolos f, usado para representar o grafema -s-, e o símbolo tao, chamado *e tironiano*, representando o valor de *et*.

²¹ WILLIS, Raymond S. *El libro de Alexandre*. Princeton University Press, 1932.

Verifica-se, portanto, que a classificação de Blecua parece identificar-se com a de Spina, que aproxima os conceitos de *edição diplomática* e *paleográfica*. A abordagem do autor espanhol, no entanto, é distinta dos autores brasileiros, uma vez que aquele comenta que o editor deve apresentar o texto evitando as ambigüidades e os problemas ortográficos e prosódicos, de forma a tornar a edição mais eficaz (BLECUA, 1987, p. 137). Tal comentário recomenda um grau de intervenção alto por parte do editor, que realizaria, então, uma *edição interpretativa* ou *crítica*.

Spaggiari e Perugi, no manual *Fundamentos da Crítica Textual*, lançado em 2004, não utilizam o adjetivo *paleográfica* para designar os tipos de edição. São mencionadas as seguintes categorias: *edição fac-similar*, também chamada de *edição anastática*; *edição diplomática* e *edição diplomático-interpretativa*, além da *edição crítica*. Enquanto, para os autores, a *edição diplomática* é realizada sem qualquer intervenção do editor, a *edição diplomático-interpretativa* apresenta um grau mínimo de intervenções, “como o desdobramento das abreviaturas, a separação das palavras, a distinção entre *v* e *u*, *i* e *j*, a pontuação, a alternância de maiúsculas e minúsculas, conforme o uso moderno etc.” (SPAGGIARI & PERUGI, 2004, p. 25).

Segundo os autores italianos, portanto, o grau de intervenção mínimo ocorre na *edição diplomático-interpretativa*, a qual teria, para Cambraia e Spina, um grau de intervenção considerado médio. Para os autores brasileiros, o grau mínimo (ou baixo) estaria restrito à *edição diplomática*, que, mesmo conservando rigorosamente todas as abreviaturas, sinais de pontuação e não estabelecendo fronteiras de palavras, apresenta mediação do editor, na medida em que este interfere no original ao transcrevê-lo utilizando os meios modernos, como o teclado e os editores de texto do computador. Não se pode, assim, considerar que não há intervenção do editor na *edição diplomática*, principalmente se for considerado o período em que tal tipo de edição foi amplamente utilizado, o século XIX. Sabe-se que, naquela

época, os critérios de edição e as técnicas utilizadas não eram esclarecidos como atualmente o são nos trabalhos de crítica textual, por isso o editor interferia no original, sem a preocupação de explicitar suas intervenções.

A função atual da *edição diplomática* parece se resumir a acompanhar a *edição fac-similar*, conforme citado no *Manual de Filologia Portuguesa*, de Silva Neto (1957, p. 335), já em meados do século XX:

A transcrição puramente diplomática é hoje um atraso. Ficamos sempre na estrita dependência do critério e da perícia do editor, que, no entanto, pode ler mal ou não compreender algumas palavras.

Por outro lado, em muitos passos, as edições meramente diplomáticas são deficientes e imperfeitas, pois as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais.

Com o actual progresso da técnica só se justifica a edição diplomática quando ela vem ao lado do fac-símile. Dessa maneira o leitor pode acompanhar e policiar a leitura.

No manual de Silva Neto, a referência à terminologia *edição paleográfica* aparece apenas em uma citação das *Normas de transcripcion y edicion de textos y documentos* (Madrid, 1944, p. 16): “carece de utilidad la edición paleográfica total, pesada para la composición en la imprenta y suplida ventajosamente con la reproducción fotomecánica del manuscrito o de la parte pertinente de él” (*apud* SILVA NETO, 1957, p. 335). Esse significado tomado pelas normas espanholas aproxima-se da definição de Spina e afasta-se, por consequência, da aceção conferida por Cambraia.

Apesar de não fazer referência aos adjetivos *semidiplomática* e *diplomático-interpretativa*, Silva Neto (1957, p. 335-336) dispõe normas de edição que pertencem a essa categoria de edição, como o desdobramento de abreviaturas e o respeito à grafia medieval.

Em virtude da problemática de natureza terminológica, opta-se na presente dissertação pelo termo *edição semidiplomática*, já que parece ser o que melhor reflete a edição realizada no *corpus*: grau médio de intervenção do editor, com o desdobramento de abreviaturas, a manutenção dos sinais de pontuação, o não-estabelecimento das fronteiras de palavras e as conjecturas do editor devidamente explicitadas na lição.

Quanto às fronteiras de palavras, os manuais de Silva Neto e Spaggiari & Peruggi (2004) colocam o estabelecimento das fronteiras, ou seja, a separação vocabular (*distinctio*), como norma geral das edições semidiplomáticas. Cabe ressaltar, porém, que a edição semidiplomática realizada no presente trabalho não estabelece as fronteiras, por considerar importante material de estudo tal hábito paleográfico comum até meados do século XIX, e sobretudo para o estudo do vocábulo fonológico.

Talvez o melhor termo a ser utilizado para designar o tipo de edição seja justamente aquele escolhido pelo próprio autor da edição, já que foi ele o responsável pela definição dos critérios que a orientam. Para ilustrar a questão da terminologia, comenta-se uma crônica de Ivan Angelo (2007), na qual o autor tenta definir o termo crônica. Na tentativa de definição, é citada uma frase de Fernando Sabino: “crônica é tudo que o autor chama de crônica”. Ao término de seu texto, Ivan Angelo faz referência a outro conhecido escritor, Rubem Braga, que, questionado por um jornalista sobre o que seria crônica, respondeu: “Se não é aguda, é crônica”.

1.5.2 As normas de edição

As normas gerais utilizadas na presente edição seguem as *Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil*, estabelecida em 1998 por uma comissão de pesquisadores durante o II Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão-SP (CAMINHA, 2001, p. 23-26). Reproduzem-se abaixo tais normas. Os exemplos citados após algumas normas (3, 4, 5, 8, 9, 11 e 15) foram selecionados do *corpus* editado neste trabalho. As dezesseis normas propostas no referido

seminário reduziram-se a quinze, por não haver no *corpus* do presente trabalho trecho de maior extensão não legível que necessite da indicação [corroídas ± 5 linhas], como recomendava a norma 13 do seminário.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.^{to}” a ser transcrita “munto”;
 - b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.^o” a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “alicensaconviniente” (Processo das Quitandeiras – 1.56); “seSeguem” (Processo dos Religiosos – 1.99); “porisso” (Melhoramento do Quinto – 1.156).
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “Deoz em Santa gloria haja. [espaço] Pello que” (Índios Guaranis no Rio Grande do Sul – 1.28).
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “huma Memoria de al-|gumas Providencias” (Estabelecimento de uma Tesouraria Geral – 1.8/9); “gravissimo|prejuizo” (Processo das Quitandeiras – 1.31/32); “tres ultimas” (Narrativa Parto Anormal - Xifopagia – 1.53).
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção.
8. Inserções do escriba ou do copistas na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <Informe o Senado da Camara,|ouvindo oProcurador da mesma Ca-|mara. Rio 29 de Mayo de1776> (Processo das Quitandeiras – 1.17/18/19).
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “domesmo tamanho ~~da grossura~~ docanudo” (Armada Inimiga – 1.26). No caso de

repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: “deve sêr hum [[hum]] Axióma” (Melhoramento do Quinto – 1.256).

10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.²²
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “por seutelizarem doztr[aba-] | llos” (Índios Guaranis do Rio Grande do Sul – 1.83/84). Nos casos em que o copista claramente deixou de grafar parte de palavra, foi inserida, entre colchetes, a parte inferida dessa palavra, além de uma nota de rodapé explicando tal ocorrência.
12. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
13. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fôlio receberá a marcação com o respectivo número na seqüência de duas barras verticais: ||1v||, ||2r||, ||2v||, ||3r||.
14. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
15. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Exemplo: Coelho Nascentes (Processo das Quitandeiras – 1.41).²³

Em virtude de cada manuscrito conter suas especificidades, convém comentar alguns procedimentos específicos adotados na edição dos documentos no presente trabalho.

Sobre a norma relativa às abreviaturas, o comentário citado em 2.a) “respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba” justifica a opção pelo *l* dobrado (*ll*) no desdobramento das formas de tratamento “Exmo” (*Excellentissimo*) e “V. Exca” (*Vossa Excellencia*). Como nos manuscritos havia a forma abreviada “Illmo” (*Illustrissimo*) grafada com *l* dobrado, optou-se pelo desenvolvimento

²² As intervenções de terceiros realizadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, como numeração nos fôlios e carimbos, por já terem sido descritas no Capítulo 2 – Dos Documentos e por serem relativamente padronizadas nos documentos, não serão remetidas para o final do documento.

²³ O texto original desta norma recomendava o uso de colchetes para indicar sinais públicos. Porém, como não foi registrado em nenhum manuscrito do presente *corpus* assinatura seguida de sinal público, alterou-se o texto original da norma, retirando-se essa recomendação e mantendo apenas a indicação de sublinhar as transcrições das assinaturas simples.

da abreviatura de “Exmo” e “Exca”, também com *l* dobrado, por uma questão de analogia. Houve um caso, porém, no documento Estabelecimento Tesouraria Geral (1767), em que havia a palavra “Excelencia”, desenvolvida e grafada com um *l* apenas. Por isso, conservou-se esta grafia ao desenvolver as abreviaturas de “Exmo” nesse documento. As abreviaturas de “etc” foram transcritas da seguinte forma: *etcaetera*.

Em relação à norma 3, sobre as fronteiras de palavras, julgou-se que não havia fronteira quando se observou no manuscrito que não ocorreu o levantar do instrumento de escrita, ou seja, o escriba ou copista emendou o traçado da última letra de uma palavra ao início do traçado da primeira letra da palavra seguinte. Abaixo, são reproduzidos alguns exemplos:

a formalizar

Hospedagem do Conde de Banchi (1767)

Dalominas, Deque meudo

Estabelecimento de uma Tesouraria Geral (1768)

alicanca comissante,

Processo das Quitandeiras (1776)

Sua Carta de Seguro

Processo dos Religiosos (1783)

poriffo

Melhoramento do Quinto (1790)

Como se pode observar, o traçado final da última letra estica-se para formar o traçado inicial da primeira letra da palavra seguinte: *aformalizar* (1767), *dacomiação* e *meacho* (1768), *alicencaconviniente* (1776), *SuaCarta deSeguro* (1783) e *porisso* (1790). A imagem do manuscrito de 1768 traz dois exemplos de palavras ligadas, sem fronteira (*dacomiação* e *meacho*), e um exemplo de duas palavras com fronteira sutil: *de que*. Nota-se neste exemplo que o traçado final da letra *e*, na preposição *de*, não é esticado para iniciar o traçado da letra *q*. Tem-se, assim, um exemplo do levantar da pena em contraste com os demais exemplos, nos quais o escriba não a levanta, deixando de marcar a fronteira de palavra.

Sobre a acentuação (norma 5), que foi rigorosamente transcrita, cabe assinalar que entre os quatro sinais diacríticos mais utilizados atualmente na língua portuguesa — acento agudo (´), acento grave (`), acento circunflexo (^) e til (~) — optou-se na edição dos documentos por aquele que mais se assemelhasse à forma grafada pelo escriba ou copista. Após a análise paleográfica do manuscrito e a verificação dos manuscritos *in loco*, tornou-se mais clara a opção por um outro sinal na transcrição do documento.

É importante notar que, muitas vezes, o escriba utiliza um único tipo de sinal tanto para marcar a nasalação quanto a tonicidade de um vocábulo. No caso específico dos diacríticos utilizados para marcar os ditongos nasais, em alguns documentos o sinal parecia estar sobre duas vogais simultaneamente, com um traçado estendido. Nesses casos, a solução foi verificar em qual letra iniciou-se o traçado do sinal, para, então, decidir sobre que letra transcrevê-lo. Na maioria dos documentos, no entanto, o diacrítico encontrava-se sobre a letra *o* nos ditongos finais nasalizados: *naõ*, *comiçaõ*, *haõ*; porém, em alguns manuscritos, como o de 1790 (Melhoramento do Quinto), o sinal foi colocado sistematicamente sobre a letra *a*, como se usa atualmente.

Talvez o aspecto mais complexo da edição tenha sido a questão das maiúsculas e minúsculas. A opção por capital ou minúscula fundamentou-se, como recomenda a norma 6,

na comparação do traçado da mesma letra pelo mesmo amanuense. Dessa forma, em muitos documentos, apenas uma pequena variação marcava a letra maiúscula e houve casos em que dois ou mais traçados existiam para uma mesma capital.

O chamado *r* dois de conta (2), por exemplo, foi transcrito como *r* minúsculo, uma vez que, em todos os documentos onde ocorreu, havia outro traçado para representar o *R* (*r* maiúsculo) e o *r* dois de conta era utilizado sistematicamente em início de palavra, provavelmente para marcar a pronúncia da vibrante múltipla, em oposição à vibrante simples (tepe). Seguem alguns exemplos, todos extraídos do manuscrito de 1768:

The image displays four examples of the 'r' dois de conta (2) in cursive script, written in black ink. The examples are arranged vertically and represent the beginning of words: 'regio', 'regularidade', 'aremeça', and 'ahonrra'. Each example shows a distinct, stylized initial 'r' that is characteristic of the 'r' dois de conta.

Além de ilustrar o traçado de tal grafema, o terceiro exemplo mostra duas palavras unidas: *aremeça*, em que o substantivo *remeça* é iniciado com o *r* dois de conta, provando que o escriba considerava o artigo “a” distinto do substantivo, tanto que utilizou o desenho de uma letra que somente usava em início de palavra, corroborando a hipótese de que seria apenas um hábito de escrita grafá-los unidos. O quarto exemplo funciona como prova da ausência de *r* dois de conta em interior de vocábulo. Para reforçar a pronúncia da vibrante múltipla seguida do som nasal, em *ahonrra*, o escriba utiliza o dígrafo *-rr-*.

É interessante notar que os ortógrafos da época desaprovavam tanto o uso do ‘r dois de conta’ quanto o uso de *r* dobrado depois de *n* ou *s* para marcar a vibrante múltipla. Madureira Feijó (1734, p. 93) alerta:

So advirto, que erraõ os que entre duas vogaes escrevem hum R, como hum 2 de conta; e outros hum R grande para ferirem a vogal seguinte com tom forte; porque o R, ou seja pequeno, ou grande, desta, ou daquela figura, sempre vale por hum so; e não pode ferir a vogal seguinte com força, senão dobrado (...) O R, depois de N, ou depois de S, sempre fere a vogal seguinte com toda a sua força, e som aspero; e nunca dobra, ou seja no Latim, ou no Portuguez v.g. Henricus, Israel, Henriquers, Honra, Honrado, Israel, Israelita etc.

Duarte Nunes de Leão (1576, p. 18 - verso), dois séculos antes, já fazia o mesmo alerta que Madureira Feijó, não nomeando, no entanto, o traçado como *r* dois de conta. Sobre o *r*, o ortógrafo diz:

He letra semivogal, simplez, e não de duas maneiras, como os vulgares cuidão, *que* põem no seu alphabeto duas figuras: hũa, que dizem ser de .r. singello, e outra de dobrado, *que* se põe no principio das dições, ou quãdo soa como dobrado. O que he grande erro. Porque dessa maneira, a todas letras podião dar duas figuras, hũa para quando são singellas, e outra quando são dobradas. Polo *que* hemos de dizer, que não ha mais, que hum .r. em potestade. (...) A segunda se antes do .r. vai .n. como: honra, tenro, genro.

Observe-se na citação que o exemplo utilizado para ilustrar o uso de *r* seguido de *n* é justamente a palavra “honra”, grafada com *r* dobrado pelo autor do manuscrito de 1768. Verifica-se, portanto, nesse caso, o desacordo entre a norma preconizada pelas gramáticas e o uso real que se fazia da língua nos documentos escritos.

Sobre a forma de transcrição de grafemas específicos, cabe ressaltar a norma adotada em relação ao *s* longo. Na maioria dos documentos o *s* longo ocorria antecedido de *s* pequeno ou isolado em início e meio de vocábulo. Nesses casos, o grafema foi transcrito como *s* simples. No caso do documento Processo dos Religiosos, em que não se observou uso de duplo *s* pequeno em posição medial, apenas de *s* longo isolado, tal grafema foi transcrito como -ss-.

Sobre a norma 9, que recomenda que a repetição de palavra ou parte de palavra no manuscrito seja marcada pelo colchete duplo (ex.: “deve sêr hum [[hum]] Axióma” –

Melhoramento do Quinto – l. 256), é conveniente lembrar que todos os reclames existentes nos manuscritos foram marcados pelos colchetes duplos, já que, prescindindo de suas demais funções, os reclames constituem repetições.

Em relação à norma 10, sobre a intervenção de terceiros no documento, convém ressaltar o fato de oito dos nove documentos que compõem o *corpus* deste trabalho possuírem um fólio de abertura, ou até mais de um, como é o caso dos documentos Índios Guaranis no Rio Grande do Sul e Processo das Quitandeiras. Esses fólios contêm geralmente o título do documento e uma numeração, que, como já informado, provavelmente indicava a ordem do manuscrito na caixa onde estava acondicionado anteriormente. Assim, os fólios de abertura foram transcritos ao longo da edição, por se considerar que fazem parte dos documentos em sua forma de organização atual. As intervenções de terceiros são comuns nesses fólios e indicam geralmente dados sobre o local anterior onde estavam os documentos e informações sobre a coleção a que pertencem atualmente. Tais anotações de terceiros foram inseridas como notas de rodapé ao longo da edição.

Como se opta no presente trabalho pela lição justalinear, isto é, o manuscrito à esquerda da edição semidiplomática, o fac-símile supre a necessidade de marcação de mudança de linha, com a barra vertical |, como recomenda a norma 13. Porém, ao longo da dissertação, quando são reproduzidos trechos da edição, lança-se mão desse recurso para indicar a mudança de linha.

Os fólios são marcados sem espaço entre as barras duplas e o número e sem o ponto após *r* ou *v*: ||1r||, ||1v||, ||2r||, e assim por diante. A opção pela retirada do ponto que marca a abreviatura de reto e verso deve-se a uma questão essencialmente gráfica, por se considerar o texto editado mais claro sem o ponto. Em algumas edições de textos modernos consultadas, publicadas da década de 80 em diante, pode-se notar uma variação tanto no uso do ponto quanto na numeração das linhas, de cinco em cinco.

Na edição crítica da *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, realizada por Aires A. Nascimento (1998), por exemplo, não se utiliza ponto nem se numeram as linhas de cinco em cinco. A marcação de fôlio é feita com colchetes, da seguinte forma: [fl. 116v].

No tomo da edição de *Afonso X Foro Real*, realizada por José de Azevedo Ferreira (1987), também não há ponto, mas há numeração de linhas, de cinco em cinco. A abreviatura de fôlio, no entanto, difere da comumente observada: ‘fol. 70v’ (o comum é abreviar utilizando fl.).

Já a edição do *Livro da Ensinança de bem cavalgar*, realizada por Joseph Piel (1986), faz uso tanto do ponto quanto da numeração de linhas, de cinco em cinco. Como na edição de *Afonso X*, a marcação de fôlio é feita sem barras duplas verticais e sem colchetes: ‘fl. 99r.’.

A edição das *Atas da Câmara de Salvador* (1984) apresenta flutuação de critérios. Ora usa-se o ponto para abreviar Fls (fólios), ora não se usa. A abreviatura “Fls” aparece às vezes com *F* maiúsculo, às vezes com *f* minúsculo. Não se utiliza ponto após a abreviatura de verso, e o *v* também aparece ora maiúsculo, ora minúsculo. Não há marcação do reto, como tradicionalmente se observa, somente indica-se o verso do fôlio. Assim, marca-se “Fls. 111” (referindo-se ao reto) e “Fls 111V”. Na edição, são utilizadas barras oblíquas em vez de verticais para indicar a mudança de linha.

É curioso notar ainda que, nessa edição, publicada com o apoio da Prefeitura Municipal de Salvador, em 1984, não há citação dos pesquisadores que realizaram o extenso trabalho de leitura, transcrição e edição das atas. Apenas há, na última página do livro, um agradecimento “aos Pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas da História, os quais colaboraram na revisão deste livro”.

A seguir, apresenta-se a edição dos documentos. À direita encontra-se a reprodução fac-similar e à esquerda a edição semidiplomática.

Edição semidiplomática justalinear

nº 32

464

Relação da Hospedagem e foz,
e Audiência pública que o Sr. Rei
D. João, deu no Conde de Panhi
Com. bispitor de Franca no dia 11 de
Junho de 1755.

~~4.º Secção~~

~~7.º Classe~~

~~Arque A~~

~~1.º Colaboração~~

||1r|| Relaçã da Hospedagem que se fez,²⁴

e Audiencia publica que o *Senhor* Rei

Dom José, deo ao Conde de Banchi

Embaixador de França no dia 11 de

5 Junho de 1755.²⁵

²⁴ Nesta linha há o carimbo elíptico, aplicado no final da palavra “Hospedagem” e na palavra “que”. Tal carimbo aparece nos retos de todos os fôlios deste documento, à exceção do fôlio 5r. Na parte superior central do fôlio há a numeração “nº 32”, que provavelmente indica que este seria o trigésimo-segundo documento da Caixa 21, 4ª Seção, 7ª Classe, Série A. No canto superior direito, há o número 464, sublinhado, em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração de todos os manuscritos do volume 1. A numeração deste documento inicia-se no número 464 e termina no 468.

²⁵ Abaixo desta linha, ocupando a parte central do fôlio, há as seguintes informações: “4ª Secç[a]o | 7ª Classe | Serie A | 1ª Collecao”, escritas em letra de corpo grande, com giz de cera azul. Sobre essas informações, há o número 21, escrito também com giz de cera azul, em letra de corpo ainda maior, na diagonal. No canto inferior esquerdo, há o número 36, em letra de corpo pequeno, a lápis.

||2r|| Relação da Hospedagem que se fez, e Audiencia publica que o *Senhor Rey Dom Iosé* deu ao Conde de Banchi Embaixador de França no dia 11 de Junho de 1755,,

Para esta hospedagem se elegeo a quinta da Mitra

- 10 em Marvilla, cuja Caza estava ornada com moveis proprio que se lhe conservou, e vinha aser todas as Cazas tanto do quarto de cima como do debaixo ornadas as paredes com paineis de boas pinturas exceto a segunda sala ou
- 15 primeira depois da Vaga de que logo se dirá, e em todas exceto navaga cortinas, esteiras, e Cadeiras de damasco, sa-nefas de Veludo; que, como tambem as cortinas erao agalodas de ouro; no quarto baixo não havia cortinas, nem esteiras, nem Cadeiras de damasco, mas outras, ou tamboretas decentes. Quazi este todo o ornato se conservou; somente
- 20 se lhe pos de mais o que era necessario para adita função que foi na forma seguinte.

Na Sala Vaga em que se entra logo

- subindo a escada se puzerao dois grandes aparadores fronteiros hum do outro, e encostados as duas paredes que fazem
- 25 o comprimento da Caza, e as tomavao quaze todas para nelles se porem as iguarias, e na janella que fica no canto da Caza junto avaranda; os Timbales, e trombetas.

Na primeira sala logo seguinte que em lugar de paineis tinha as paredes cobertas de hum armação de panos de

- 30 [[de]] pintura que sobre hum fundo que fingia damasco verde representava varios quadros como paineis miudos conservado tudo se lhe pos na parede da Cabeceira da Caza hum Docel de Veludo carmezim agalado, e franjado de Ouro; de baixo de hum alcatifa piquena, e em
- 35 cima hum bufete coberto com pano e Cadeira tudo ir=

irmão de Ocul, e as ilhas que delle dei piqueros Bisfite
em que se po a prata deixada necessaria para sobrevi-
va. Mora de Ocul que se po nesta casa, e era de forma
vasta, e láo comprida que sendo para 25 pessoas nella
Casa não sei mais longa alemava quasi toda do xam-
de um lado bastante lugar para acorvadia. A Mora
tinha varias casbahs de prata baixa, m^{te} piqueros
de Saxonia e mais conformes a arte dos Ciprianos que
aumentaria, sendo director delle Sr^{te} Bapt^o Turalu-
ri.

Na terceira Sala se the po na cabreira culta O-
cul, Bisfite, e caseiras como asima d^o. As ilhas que
deste Ocul havia duas portas que sahiao para hum
piquero Saxoni, as quaes ficavao servindo de estrada
para humra Portua grande ferra de damasco cor-
meizim, que nelle se armava para servir de Cypa em q^{te}
estavao todas as bebidas finas, e pullos de portos se davao
e bebiam sem sair da casa, nem o que se davao, e tinha
nella por dentro as portas abrenhas com hums parrade-
ros de largura de tres palmos, e quaes se abria em toda
toda a Portua. A quarta Casa se armou a Mora
que era de tamarhu comprida que se dava, e não cuva-
da como asima, mas comprida, e um n contra as portas.
Aparede do que da casa que corre da porta delle secante
se armou hums aparado com tres de grãos em cima p^o
aparede do Estado que era pouco mais ou menos a mes-
ma que na occasião do Sargento se punha na Sala da
Gale na apparede da parede da porta que já para o qu-
anto do Alvaria, e era toda branca, e no vao de algu-
mas das Janelas da casa que estavao fechadas se punha
sobre a apparede piqueros, em que se po apparede do ser-

||2v|| [[ir]]maó do Docel, e as ilhargas delle dois piquenos Bofetes
 em que se pos a prata doirada necessaria para o Serviço
 da Meza do Dezer que se pos nesta caza, e era deforma
 ovada, etaó comprida que sendo para 25 pessoas pella
 40 Caza naó ser mui larga atomava quazi toda deixan-
 do com tudo bastante lugar para acerventia. A Meza
 tinha varias corbelhas de prata baixas, *muítas* figuras
 deSaxonia eo mais conforme aarte dos Copeiros que
 a concertaráo, sendo director delles Ioáo Baptista Terrabu
 45 zi.

Na terceira Sala se lhe pos na cabeceira outro Do=
 cel, Bofete, e cadeiras como asima *dito*. As ilhargas
 deste Docel havia duas portas que sahiaó para hum
 piqueno Iardim, as quais ficaráo servindo de entrada
 50 para humaBarraca grande forrada de damasco car=
 mezim, que nelle se armou para servir deCopa em *que*
 estavaáo todas as bebidas frias, e pellas *ditas* portas sedavaó
 e recebiaó sem sair daCaza, nem os que as davaó, entrar
 nella por estarem as portas atrevessadas comhuns parado=
 55 res de largura de tres palmos, os quais cercaváo em roda
 toda a *dita* Barraca. Nesta Caza se armou a Meza
 que era do tamanho competente que se disse, e naóouva=
 da como aoutra, mas comprida, ecom os cantos cortados.
 Na parede dos pez da caza que corre da porta athe o canto
 60 se armou hum aparador com tres degraos emsima *para*
 a prata de Estado que era pouco mais ou menos a mes=
 ma que na ocaziaó do Lavapés se punha naSala da
 Gale no aparador da parede da porta que já para o qu=
 arto da Rainha, e era toda branca, e nos vaos de algu=
 65 mas das Ianellas daCaza que estavaó fichada sepozeraó
 outros aparadores piquenos, em que se pos aprata do ser=

serviço da Moza que tanto esta como acubra estavam cobertas de damasco em verde, por baixo das toallhas, e nesta que era a das duas cobertas da cozinha se fez por no mais hum Sotom de prata que era do Parque de Júpiter, de quem eras tambem quatro lousas que serviam. O mesmo serviço da Moza para as iguarias se fez com hum Baichela de prata de pé que seguia a forma estavada com seu ornato a borda coberta por modo de cordão. Os assentos de ambas as Mozas eras humas cadeirinhas ou tamboretes ordinarios com assentos de palha de tabua, e todos equivaes si noutro não havia differença para dois lugares que usas o do Embaixador na Cabecinha, entre o em certos dos cantos, e o Praso no canto de canto a mais direita do Embaixador, e nos mais lugares sero distancias e convenientes que o foras pello Praso.

Esta Baichela estava no herão do Praso e da Cama, e foi visto nos Xelache.

Agora que se segue, e tão breve ha quando se menciona como estava, e nella acubra o Embaixador em quando não chegava aora do jantar, e com elle, o Praso, e mais convidados.

Na casa seguinte que era acamara, se estende sobre outra hum a altalpa da India, e sobre ella se assenta acama chamada de Inglaterra, que hua hum lado de quatro balaustradas mto altas, com mangas, e humas magnas armadas, de hum dos braços quinhentos de outro armadas, tudo mto rios bordado de ouro empanado, e com enfeites, e apanhados, quas nudes de franjas, brochos, e requios de ouro especialmte arabescos em que avia o lico de bordado e requios de ouro de mais de hum pulgada de alto, e nesta Casa se pizava mais pinto e Tarellas ordinarias, e sumas, Outeiros, ou tamboretes, e cadeira fustada, e mais dal acama.

A lousa desta casa ha sutra encosta em que se assenta humas camas das que abaixo se descreve si algum

||3r|| [[ser]]viço da Meza que tanto esta como a outra estava acober=
 tas de damasco em roda por baixo das toalhas, e nesta que
 era a das tres cobertas da cozinha se lhe pos no meio hum
 70 Iortum de prata que era do Duque de Aveiro, de quem era o
 tambem quatro terrinas que servira o. O mais serviço da
 Meza para as iguarias se fez com hum Baichela de <Esta Baichela | estava no
 Thezouro | do Thezoureiro da Caza, Iosé Victo= | rino Holbeche.>
 pratos de pés que seguia o forma outavada com seu ornato a
 75 borda estreito por modo de corda o. Os assentos de ambas as=
 Mezas era o humas cadeirinhas ou tamborettes ordinarios
 com assentos de palha de tabua, e todos eguaes só na situação
 havia differença para dois lugares que era o do Embaixador=
 dor na Cabeceira, entre os dois cortes dos cantos, e o Viador no cor=
 80 te do Canto a mão direita do Embaixador, e nos mais lugares
 sem distincção os convidados que o fora o pello Viador.

A caza que se segue, e ta o bem he grande
 se conservou como estava, e nella a sentia o Embaixador em
 quanto não chegava a ora do jantar, e com elle, o Viador, e
 85 mais convidados.

Na caza seguinte que era a camera, se esten=
 deo sobre a esteira hum alcatifa da India, e sobre ella se=
 armou a cama chamada de Inglaterra, que he hum lei=
 to de quatro balaustes *muitos* altos, com mangas, e hum mag=
 90 nifa armação, de hum Tiço branco guarnecido de outro encar=
 nado, tudo *muito* ricobordado de ouro em partes, e com crespos, e
 apanhados, guarnecido de franjas, bordas, e requifes de ouro
 especialmente a cabeceira em que avia relevos debordados e re=
 quife de ouro de mais de hum pulgada de alto, e nesta Ca=
 95 za se pozera o nas portas e janellas cortinas, esaneiras, Cadei=
 ras ou tamborettes, e cadeira furrada, irmãos da Cama.

A ilharga desta caza ha outra escura em
 que se armou hum cama das que abaixo se dirá para algum

Criado do Embaixador.

Mais adiante desta casa havia outra que foi a camera de Viado para quem se armou humma cama de damasco carmoem; guarnecida, e um parter brida de galão de ouro. Esta casa tem pasteculas suaveitas p.^a e quanto debaixo por onde o d.^o Viado se lava.

No quarto baixo em tres casas seguintes tem mozas; a primeira adn Criado de Sibri, na segunda a do Criado da camera, a que chamamos Guarda roupa; na terceira adn Pegum, e gentileza, todas estas mozas e rãs criadas e servias com educação catholica, mas com adequada competente a mozas Ricas que são; e com suas a paradas competentes segundo sua necessidade.

Nas casas interiores que ficam ao lado destas se armam sete Sibri com suas armazens de damasco carmoem, guarnecidas de ouro para o d.^o Criado, e o de Sibri a quem se faziam em outra casa, bustas com reboleros de pano encarnado.

A primeira que fica a esta Hospedagem foi o d.^o Viado D. Francisco Xavier Pedro de Souza, que governava toda a acção. Humo Almo da l. armaz, para distribuir os ordens que elle dava, e foi Pedro Floriano Barrozo. O Escrivão da Cozinha foi Luiz de Barros Miguêta. Para o governo da Cozinha, e tambem foi o Comprador della Domingos Ant.^o O Manteciao Caet de Andrade Pinto, para o governo dos moços da Mantecaria, e pãta, e guarda Suprimento Francisco Eustachio de Seix, para mandar fazer o ornato das Casas e servias da Mesa por 26 Representor que ficou a lém dos Representor Jacques Vilhena designa a ordem do servio da Mesa das iguarias da Cozinha e do ditto

||3v|| Criado do Embaixador.

100 Mais adiante desta cazahavia outra que foi
a camera do Viador para quem se armou huma cama
de damasco carmezim, guarnecida, e em partes bordada
de galaó de ouro. Esta caza tem particular serventia para
o quarto debaixo por onde o dito Viador se servia.

105 No quarto baixo em tres cazas seguidas tres
mezas; a primeira ados Criados deLibré, na segunda a
dos Criados da camera, a que chamamos Guarda roupas;
na terceira ados Pagens, e gentilomens, todas estas mezas e
vaó ornadas e servidas com destinação entre si, mas com ade=
110 cencia competente a mezas Reais que saó; ecom seus a
paradores competentes segundo era necessario.

Nas cazas interiores que ficaó aolado destas
se armaraó sete Leitos com suas armaçoens de damas=
co carmezim, guarnecidas deouro paraos ditos Criados, ex=
115 ceto os de Libré a quem se pozeraó em outra caza, barras
com cobertores de pano encarnado.

As pessoas que foraó a esta Hospedagem fo=
raó, o Viador Dom Francisco Xavier Pedro de Souza, que
governava toda a acção. Hum Mosso daCamera, pa=
120 ra distribuir as ordens queelle desse, e foi Pedro Florencio
Barrozo. O Escrivaó daCozinha Joaó Lucas de Bar=
ros Mesquita. Para o governo daCozinha, e tambem foi
o Comprador della Domingos Antonio O Mantuiro
Caetano de Andrade Pinto; parao governo dos mossos da
125 Mantearia, e prata, e o guarda Tapessaria Francisco
Eustachio deLeiro; para mandar fazer o ornato das
Cazas e serviço daMeza por 24 Reposteiros que foraõ a
lem dos Reposteiros Iaques Vilhome derigia aordem
do Serviço da Meza das iguarias daCozinha eo ditto

torabui que preparava a do Povo, e em mais outros encas
regados dal'aria da Terra, e outros da Copia d'Agua. Alguns
Passadinhos, e hums Capelães, e more da Capela.

No Domingo 8 de Junho pella 11 da ma-
nhã chegou acitta Quenta o Embaixador conduzido pello
dillo Visor em hum Carro da pua, de veludo Carme-
zini, bordado de Ouro, e a familia do Embaixador em ma-
n quãto Carros.

O Servico das Almas se fez pello Repente-
m que todo n'24 traxia as iguarias da primeira Cozinha:
para os outros duas feras reservadas e em 16 cozinhas a
muito e aservias em quanto durava, sem delle se aparta-
rem; cada tres guisados por humo quanto que era mais prã-
to na materia.

Os mesmos Repentinos traxia de poro o cafe
que se tomava sem formalidade, nem afento, e chã a
seu tempo servia: tambem as moças da familia do
Embaixador sem se celarem adn de Sibi' um he sentu-
mo, nouto caso elles metia's lizes, elevadas na mais he-
refrues de dous esbaldas a Embaixador que veyo na-
tarde de alguns dias, e quãto a acompanhadas com
texas até o Ocho quando nouta noite se foi, os mesmos
feras na ultima noite quando acabada a ceia. O
Embaixador sentou-se que foi, e a sua familia condu-
zido a sua Casa na mesma forma que viera.

130 ||4r|| Terrabuci que preparava a do Dezer, foi mais outro encar-
regado daCaza daSera, e outro daCopa d'Agoa. Alguns
Varredores, e hum Capelaó, e mossa daCapela.

No Domingo 8 de Junho pellas 11 da ma=
nha chegou aditta quinta o Embaixador conduzido pello
135 ditto Viador em hum Coxe da pessoa, de veludo Carme=
zim, bordado deOuro, e aFamilia do Embaixador em ma-
is quatro Coches.

O Serviço das Mezas se fes pellos Repostei=
ros que todos os 24 traziaó as iguarias da primeira Coberta:
140 para as outras duas ficavaó reservados 8 eos 16 cercavaó a
meza e aserviaó em quanto durava, sem dellaseaparta=
rem; cada tres guiados por hum quarto queera mais prati=
co na materia.

Os mesmos Reposteiros traziaó depois o café
145 que se tomava sem formalidade, nem asento, eo chá a
seu tempo serviaó: tambem as mezas daFamilia do
Embaixador sem excetuar ados de Libré comohe o costu=
me, nestes cazos elles metiaó luzes, elevaraó na maó hú
refresco de doces ebebidas aEmbaixatris que veyo na=
150 tarde do Segundo dia, e quatro a acompanharaó com
toxas até o Coche quando nessa noite se foi, eo mesmo
fizeraó na ultima noite quando acabada aceia. O
Embaixador seretirou que foi, easuaFamilia condu=
zidos a suaCaza na mesma forma que viera.

colheu S. Mag^o para em o dia. Assim era agora
que na sua regem se chamava a sala oval e era a
em que a Patriarcha Tereza Slavop^o, esta se armou com
humma armazão de lã nova da Sítia de Constantino q.
se comprava para Mofta, nas Anclas e p^oitos della
separação cortinas de damasco novas guarnecidas de galão
de ouro com saizos de damasco sulustica de ouro: e
parimento todo alcatifado com alcatifas da India, no
meio da cabeceira ca. Caia selvanteira humma cortina
de lã de gran e sobre ella humm Poel. Cadreira, elo-
chom para S. Mag^o. esta Cadreira era de madeira en-
talhada, e dobrada, e o assento, Cochoim, munto para q.
cobria a Tarrima e Poel era de lã de ouro teido com
que servira na Armazão do Sm. Rey D. Iovê em
cujo acito sepe de vez com mudeira como era: perto do
por da Caia havia humma tribuna alta e saçada fora
que vestem com armazão chamada do Borsu que
era ovalado com murem bordada de ouro, e muito rica
e repavimento da caia na torca parte do comprim^{to}.
della entrando selvanteira duas toias cada humma de-
llas de sua parte de tal comprimento que duzavão
entre si humma bem larga passagem que seria oit^oas
da largura da caia que era muita, e da altura de
três palmos coberto de damasco e guarnecidas de ouro.

A sala antecedente a esta que era a chamada regia
de Patriarcha por onde avia de ser a entrada para
a aumada. Se lhe concedeu a armazão que tinha
que era humm panos de lã excellentes da Heitoria
e Chizantica, e outros que com elles se ajuntavão e
alcatifava lã.

155 ||4v|| Escolheo *Sua Magestade* para dar o dia Audiencia acaza
 que nasua origem se chamava aSala oual e era a
 em que o Patrearcha fazia olavapes, esta se armou com
 huma armação de ras nova da Istoria deConstantino *que*
 se comprara para Mafra, nas lanelas e portas della
 160 se pozeroáo cortinas de damasco novas guarnecidas de galaó
 de ouro com sanefas de damasco oulustrina deouro: o
 pavimento todo alcatifado com alcatifas da India, no
 meio dacabeceira daCaza selevantou huma tarima
 de tres degraos e sobre ellahum Docel, Cadeira, eCo=
 165 chim para *Sua Magestade* esta Cadeira era de madeira en=
 talhada, e dourada, eo asento, Cochim, encosto pano *que*
 cobria aTarima e Docel era de ráz de ouro tudo o mesmo
 que servira naAclamação do *Senhor Rey Dom Iozé* em
 cujo accto sepode ver com miudeza como era: perto dos
 170 pes daCaza haviahuma tribuna alta esacada fora
 que se ornou com armação chamada do Berço que
 era develudo carmezim bordada deOuro, e muito rica
 e no pavimento da caza na terça parte do comprimento
 della entrando selevantaraó duas teias cadahuma de=
 175 llas desua parte de tal comprimento que deixavaó
 entre si huma bem larga passagem que seria o terço
 dalargura da caza queera muita, e da altura de
 tres palmos cobertos de damasco e guarnecidas de ouro.
 A Sala antecedente a esta que era a chamada regia
 180 do Patriarcha por onde avia de ser a entrada para
 a asima dita se lhe concervou a armação que tinha
 que eraó huns panos de rás excelentes da Historia
 eclesiastica, e outros que com elles se ajuntaraó e=
 alcatifouse toda.

Para esta sala se entrava pela que ficava já na Salaria da Carrizjaria que se armou com a armazém de tubos chamada grance, e a seguir já para o quintal da Rainha e a que ficava imediata a da Gule.

ARGUMENTO NACIONAL

Para El Rey N. Sr. entusi o Sr. Infante
D. Pedro se armassão as duas caxas de armadas das
Batalhas Conselho de Estado, e para o Sr. In-
fante D. Fernando as duas galarias da Throna-
summa e outras com panos de São Denis, Bofetes,
e cadenas de brancos delles, tudo de veludo carmeo, gu-
arnições de ouro, e os mais Bofetes necessarios armass.

Agora na Empresa de Embarcações reuniram-se com pa-
nos de lã, alisada com hum Bofete quente com
grasso de vaca, e quatro tamboretes raios do Curo.

Desamparando-me de Carrangano e vindo de
muito mais longe de Serra dos Aimorés que com este vai
e que não tem duvida he que O Carrizal Pedreira
mandou este velho D. João, O Velho D. Antonio e
seus Amigos passarem que não entendes q' por estas
questões.

Chegado: Embaixador do Paes, e os que haem de
Officiaes da Casa que se exporao' no Monte da
Julga que tambem e Capitao da Guarda que esta de
Servico se bem que nao se acompanhara, e Julga q'
nao se sei' d'os Officiaes da Casa para elle pois que a
sum e da a entender haues na Casa da exporao' qua-
lto aserito.

185 ||5r|| Para esta Sala se entrava pela que ficava já
na Galeria da Campainha que se armou com a
armação de Tubias chamada grande, e a outra *que*
já para o quarto da Rainha e a que ficava imidia=
ta a da Gale.

190 Para El Rey Nosso Senhor então o Senhor Infante²⁶
Dom Pedro se armaraó as duas cazas chamadas das
Batalhas e Conselho de Estado; e para o *Senhor In*=
fante *Dom* Antonio as duas galarias da Tribuna
humas e outras com panos de ras Doceis, Bofetes,
195 e cadeiras debaixo delles, tudo de veludo carmezim gu=
arnecido de Ouro, e os mais Bofetes necessarios irmaos.

A caza da Espera do Embaixador se armou com pa=
nos de ras, alcatifada com hum Bofete coberto com
pano de veludo, e quatro tamboretas razos de Couro.

200 Do acompanhamento de Carruagens e ordem dele
milhor constará do Livro dos avizos que comeste vai
o que não tem duvida he que O Cardial Patriarcha
mandou coche eo *Senhor Dom* Ioaó, O *Senhor Dom* Antonio e
seus Irmaos paresem que não entendeo *que* por evitar
205 questoens.

Chegado o Embaixador ao Paço creio que hum dos
Officiais da Caza que o esperavaó foi o Mestre Sala
julgo que tambem o Capitaó da Guarda que está de
serviço se bem que não sei se acompanha, e julgo *que*
210 não se são dois os Officiais da Caza fora elle pois que a
sim o dá a entender haver na Caza da espera só qua=
tro assentos.

²⁶ No início desta linha há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”. Não há, neste fôlio, o carimbo elíptico do Arquivo Nacional, verificado nos retos dos demais fôlios.

A Magestade vossa para a Sala da Presidência
 nella corteza interior d'His' D. Antão, e seus
 Irmãos, mestres e grandes e officiais da Casa, le-
 mande os seus lugares costumados das teias para dentro
 e encostem as teias cobertas e de Conselho para fma-
 das teias as mais peças que podem entrar principal-
 mente n'outra sala que costumam ou não costumam
 acompanhadas a S. Mag^{de} que vossas teias todos ordem
 para assistir.

As mais munições de s'armas não tem eu
 as saberei dizer, e vossas que em arzen de lousa se acham
 bastante mente.

Também não faço menção de duas questo-
 im que vossas na Hospedagem, por me parcos de neces-
 sario, mas quando e quando sabes as dizes.

||5v|| *Sua Magestade* veio para a Sala da Audiencia
 pella cerventia interior o *Senhor Dom Antonio*, e Seus
 215 Irmaos, adestirao os Grandes e officiais da Caza, to=
 maraó os seus lugares costumados das teias para dentro
 e encostados as teias estiveraó os do Conselho para fora
 das teias as mais pessoas que podem entrar principal=
 mente os Criados da Caza que costumaó ou naó costumaó
 220 acompanhar a *Sua Magestade* que creio tiveraó todos ordem
 para adestir.

As mais miudezas do Seremonial nem eu
 as saberei dizer, e creio que dos avizos do livro secolhem
 bastante-mente.

225 Tambem naó faço mençaó de duas questo=
 ins que ouve na Hospedagem, por me parecer de nesse=
 sario, mas quando se queiraó saber as direi.

1767

4º Legação
 7ª Classe
 Série A
 3ª Coluna

Obra estabelecimento de uma Tesouraria Geral.

Caixa 22 - I -

||1r||

4^a Secção²⁷7^a Classe

Serie A

3^a Collecção²⁸5 Sobre estabelecimento de uma Thesouraria Geral.²⁹

²⁷ Na parte superior deste fôlio, há registrada a numeração, “nº 4”, no centro, e, mais à direita, o ano do documento: 1767. As anotações foram realizadas em tinta preta, que provocava traçado mais grosso do que o instrumento utilizado no restante do fôlio. O “nº 4” indica provavelmente que este manuscrito era o quarto da Caixa 22, Classe 7, série A da Seção Histórica. Há também, no canto superior direito do fôlio, o número 2, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 4. A numeração deste documento inicia-se no número 2 e termina no 6, que é um fôlio em branco.

²⁸ Logo após esta linha, há dois carimbos do Arquivo Nacional: o redondo à esquerda e o elíptico à direita. Tais carimbos são encontrados nos retos de todos os fôlios deste documento, à exceção do fôlio 4r.

²⁹ Entre esta linha e a inferior há um espaço grande, de mais de meio fôlio, onde há a anotação “C. 22” (Caixa 22), em letras de corpo grande, escritas na diagonal, com giz de cera azul. No final do fôlio, no canto inferior direito, há a informação “Caixa 22 – I –”, escrita por punho diferente do que escreveu o título do documento, a lápis. Tal informação é escrita, sempre a lápis, pelo mesmo punho que colocou as informações sobre as caixas ao longo do terceiro e do quarto volumes da Coleção.

R. L.

M^{mo} Ex^{ma} Senhor

1767 Dez. 26

ctº 1

Ofereço na presença de Vossa
Excellencia hum Memorial de al-
gumas Providencias precizas para
entrar a formalizar o estabeleci-
to da nova Thesouraria Geral, e
recadação da Real Fazenda, que
Majestade manda estabelecer na
ta Capitania: para que mereça
a approvação de Vossa Excellencia.
Se digné de fazer expedir as Ordens
necessarias. Rio de Janeiro 26.
Dezembro de 1767.

O Escr. da Junta da Faz. Real. Simão Carlos Correa Leão

||2r|| *Illustrissimo eExcelentissimo* Senhor³⁰

Ofereço na presença de Vossa³¹

Excelencia huma Memoria de algumas Providencias precisas para

- 10 entrar aformalizar o estabeleci[men-]
to da nova Thesouraria Geral, e arrecadação daReal Fazenda, que *Sua*
Magestade manda estabelecer ne[s]
ta Capitanía: para que merecen[do]
15 a aprovação de Vossa Excelenci[a]
se digne defazer expedir as Orde[ns]
necessarias. Rio deJaneiro 26 [de]
Dezembro de 1767.

O Escrivam da Iunta daFazenda Real Joam Carlos Correa Le[mos]

³⁰ Acima desta linha, no canto superior esquerdo do fôlio há as letras R.J. (*Rio de Janeiro*), escritas a lápis. Um pouco abaixo, há o número 25, em giz de cera azul.

³¹ Entre esta linha e a de cima há dois carimbos do Arquivo Nacional: o redondo à esquerda e o elíptico à direita, mais abaixo. Acima do carimbo elíptico, há a informação “1767 Dez. 26”, feita a lápis, e a numeração “Nº 1”, sublinhada, escrita com giz de cera azul. Tal numeração indica provavelmente que este é o primeiro documento do volume 4.

Memoria de algumas Providencias, que
he preciso d'artar-se a fim de se estabelecer
a nova Thesouraria Geral, e arrecadação das
rendas da Capitania na boa forma,
que Sua Magestade determina.

N.º 1

Devem-se formar novos Livros de Aven-
tamento de todos os Ordenados dos Ministros, e Ofi-
cinos da Real Fazenda, e Justica, para se poder
saber a importancia que se hade pagar annualmen-
te, e a esse fim o Provedor da Moeda, o Juiz, e o
Administrador da Alfandega devem mandar en-
tregar ao Provedor da Real Fazenda humas Listas
correctas do nome das pessoas occupadas nas suas res-
pectivas Estações com declaração dos seus empregos,
e dos Ordenados que recebem, acompanhadas das suas
Cartas de propriedade, Privilegios, ou Comarca-
ens originaes para se lhe pôem Vertas da como se
cam notados nos novos Livros de Aven-
tamento: e depois se restituirem aos seus Proprietarios. Do
Tribunal da Relação he preciso o mesmo.

semelhantemente se devem formar Livros de Aven-
tamento dos Congruas dos Ecclesiasticos pagas
pelo Provedor da Real: para o que ha no Provedoria
ao clareo necessarios, e os Cartas que os Eccle-
siasticos apresentem os seus Alvaras, Privilegios, ou
outro qualquer Título para se lhe pôem as Vertas
como acima.

O Thesoureiro da Casa da Moeda, e o da
Alfandega devem entregar nos mezes de nova The-
souraria Geral os seus respectivos Rendimentos a-
companhados de Certidões authenticas, atestadas
ao do primeiro pelo Provedor, e ao do segundo, pelo
Juiz.

At

- 20 ||3r|| Memoria de algumas Providencias, que
 he precizo darem-se a fim de se estabelecer
 a nova Thesouraria Geral, e arrecadação daFa-
 zenda Real desta Capitania naboia forma,
 que Sua Magestade determina.³²
- 25 Devem-se formar novos Livros de Assenta-
 mento de todos os Ordenados dos Ministros, e Ofi-
 ciaes daReal Fazenda, e Iustica, para se poder
 saber a importancia que se hade pagar annualmen-
 te; e a esse fim o Provedor da Moeda, o Iuiz, e o
- 30 Administrador da Alfandega devem mandar en-
 tregar na Provedoria daReal Fazenda huma Lista
 exacta dos nomes das pessoas ocupadas nas suas res-
 pectivas Estações com declaração dos seus empregos,
 e dos Ordenados que vencem, acompanhadas das suas
- 35 Cartas de propriedade, Provimentos, ou Nomeaço-
 ens originaes para se lhe pôrem Verbas de como fi-
 cam notadas nos novos Livros deAssentamento: e
 depois se restituirem aos seus Proprietarios. Do
 Tribunal da Relação he precizo o mesmo.
- 40 Igualmente se devem formar Livros de As-
 sentamento das Congruas dos Ecclesiasticos pagas
 pelaFazendaReal para o queha na Provedoria
 as clarezas necessarias, e só bastará que os Ecclesi-
 asticos apresentem os seus Alvaras, Provizoens, ou
- 45 outro qualquer Titulo para se lhe pôrem as Verbas
 como assima.
- O Thesoureiro da Caza da Moeda, e o da
 Alfandega devem entregar aos mezes na nova The-
 souraria Geral os seus respectivos Rendimentos a-
 companhados de Certidoens authenticas, atestadas
- 50 as do primeiro pelo Provedor, e as do segundo pelo
 Iuiz.

A

³² Abaixo desta linha, do lado direito, há a numeração “Nº 1”, sublinhada, em giz de cera azul, feita pelo mesmo punho do fôlio anterior.

A respeito da Casa da Moeda, sobre a presente dictada: e Na mão do Tesoureiro, costumavão ficar duzentos, ou trezentos mil cruzados, e mais, para que quando as partes entregavam terras de Curo para se reduzirem a dinheiro não experimentassem demora, pagando-se-lhes logo a importância da avaliação das mesmas terras. Agora na forma das Ordenanças de Sua Magestade não deve pagar dinheiro em poder dos Tesoureiros particulares, mas vim ser todo entregue na Tesouraria Geral; de que se segue inconveniente ás partes, não havendo dinheiro pronto na Moeda; porém isto parece que pode remediar-se, ordenando-se que immediatamente entregarem as terras, e se fizer a avaliação se lhe pagem Conhecimentos para irem logo á Tesouraria Geral receber o seu valor, onde se fará Carga ao Tesor. da Moeda das mesmas terras para dar Conta das suas importancias: ou havendo grande número de partes podem-se emprestar da Tesouraria Geral á Casa da Moeda aquellas porções que fôrto precisas para que não pare o expediente da mesma Casa.

Como nas ditas Estações há despensa indispensavel dos seus expedientes, os Chefes das mesmas repartições devem fazer verificar os seus Documentos e os fins de cada uma, no quartel mandar formar sua avaliação da sua importância, para que na Tesouraria Geral se entregue, por Despacho do ^{mo} Alcaide e do ^{mo} Conde Vice-Rey, os Tesoureiros das mesmas Casas para satisfazerem os d.^{as} Despesas, e depois depositar na Tesouraria Geral Conta com os Documentos, e Conhecimentos de recibos das porções, á quem fôrto o pagamento.

De todo os recibos, e mais recibos das Contas antigas, que se acham em poder do Contador Pedro da Gândara, ou do Escrivão que fôrto das Contas de João Francisco Xavier devem ser entregues na Contador

||3v|| [[A]] respeito da Caza da Moeda ocorre a pre-

- 55 sente dívida: Na mão doThesoureiro costumavaõ
ficar duzentos, ou trezentos mil cruzados, e mais, pa-
ra que quando as partes entregavaõ barras de Ouro
para se reduzirem a dinheiro não experimentassem
demora, pagando-se-lhes logo a importancia da avali-
60 ação das mesmas barras. Agora na forma das Or-
dens deSua Magestade não deve parar dinheiro em po-
der dos Thesoureiros particulares, mas sim ser todo
entregue naThesouraria Geral; de que se segue
inconveniente ás partes, não havendo dinheiro pronto
65 na Moeda; porê m isto parece que pode remediar-se,
ou ordenando-se que imediatamente entregarem as
barras, e se fizer a avaliação selhe passem Conhe-
cimentos para irem logo á ThesourariaGeral rece-
ber o seu valor, aonde se fara Carga aoThesoureiro da
70 Moeda das mesmas barras para dar Conta das suas
importancias: ou havendo grande concurso de partes
podem-se emprestar daThesouraria Geral a Caza
da Moeda aquellas porçoens que forem precisas pa-
ra que não pare o expediente da mesma Caza.
- 75 Como nas ditas Estaçoens ha despezas miu-
das dos seus expedientes, os Chefes das mesmas Re-
partiçoens devem fazer verificar os seus Documentos
e no fim de cada mez, ou quartel mandar formar
huã Relação da sua importancia para que naThe-
80 souraria Geral se entregue, por Despacho do *Illustrissimo*
e *Excelentissimo Senhor* Conde Vice-Rey aos Thesoureiros das
mesmas Cazaz para satisfazerem as *ditas* Despezas,
e darem depois na Thesouraria Geral conta com
os Documentos, e Conhecimentos deRecibos das
85 pessoas, a quem fizeram os pagamentos.

Todos os Livros, e mais Papeis das Contas an-
tigas, que se acham em poder do Contador Pedro
Fagundes, ou do Escrivaõ que foi dos Contos Juliaõ
Francisco Xavier devem ser entregues na Contado-

- 90 ria

5
 na Junta não só para se ajustarem as que es-
 tiverem ainda por liquidar, mas para se exami-
 narem diversas clarezas, de que há carencia no Re-
 al Erário.

Pio de Lincoir 26. de Dez. de 1769.

ARQUIVO NACIONAL

E. Ex.^{ma} da Junta da C.^a Real. Nam. Carlos Correa Lima

||4r|| [[ria]] da Junta não só para se ajustarem as que es-
tiverem ainda por liquidar, mas para se extrahi-
rem diversas clarezas, de que ha carencia noRe-
al Erario

95 Rio de Janeiro 26 de Dezembro de 1767.³³

O Escrivam da Junta daFazenda Real Joam Carlos CorreaLemos

³³ Logo abaixo desta linha, na margem esquerda, há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”. Não há, neste fôlio, os carimbos e redondo verificados nos retos dos demais fôlios.

nº 1

Índios Guarany's no Rio G. do Sul

1468

ARQUIVO NACIONAL

Serie C

COD. 807
VOL. 11
07942

Caixa 26-I

||1r||

nº 1³⁴Índios Guaranys no Rio *Grande* do Sul1768³⁵Serie C³⁶

³⁴ No canto superior direito do fôlio, há o número 2, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 11. A numeração deste documento, feita em algarismo arábico sublinhado, inicia-se no número 2 e termina no 7, que é um fôlio em branco. O “nº 1”, da primeira linha do fôlio de abertura, indica provavelmente que este manuscrito era o primeiro da Caixa 26, Classe 7, série E da Seção Histórica.

³⁵ Entre esta linha e a inferior há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”. Este carimbo é encontrado nos retos de todos os fôlios que constituem o documento, na margem esquerda, à exceção do fôlio 7, que está em branco.

³⁶ Abaixo desta linha, na parte central do fôlio, há a informação “1ª Col”, escrita em giz de cera vermelho em letra de corpo grande. No canto inferior direito encontram-se as seguintes informações, escritas a lápis e na diagonal, em letra de corpo pequeno: “COD. 807 | VOL. 11 | 02942”. Abaixo, há a informação “Caixa 26 – I”, também escrita a lápis. Após esta última linha escrita, observa-se um traço em giz de cera azul, que toma a penúltima e última linhas da pauta.

V. Sereni
 P. Claver
 Serie E
 P. Colletti

ARCHIVO NACIONAL

Indice de manuscrits de la Grande Bibliothèque
 de la Grande Bibliothèque de la Grande Bibliothèque
 de la Grande Bibliothèque de la Grande Bibliothèque

5 ||2r||

4ª Secção

7ª Classe

Serie E

1ª Collecção

Indios Guaranys na ProvinciadeRioGrande doSul.

10 “officio de Antonio Pinto C....., de 21 de Fevereiro
de 1768, ao Vice Rei Conde de Azambuja.”

St. Louis, Mo. 1892

Havendo dado ao Ex.^a Conta em 4 de
 Janeiro, de 1802, daque mesmo comarregado,
 cabo alomra, que o Ex.^a mefor, em Carta de 4
 de Fevereiro, nella me ordena o Ex.^a alomeia Parmyo
 Contey, q' ja deprende, e gasta adas Comprimento
 Ordem do Ex.^a Conquanto Ino.^a aq' inter
 sobre autelidade, comque os Juizes Juvaray poder
 servir a esta Capitania; E a omou o discurso tas
 to, que comela nasa ppo adientar, que al Ex.^a
 va, cabre a esy bntencia expoy nacomte, a
 cipay repuyosay, que neste Estabelecimento
 primental, cominto que de bntencia, somen
 alomra do Ex.^a expoytes: bem que tal
 tudo, com amoste dohos Conde de Bstada, q
 dea em ta gloria Eja. Pello que aq
 ar com uenienca, que a pectura prometem, to
 rendem da bntencia, que pceberem nabra de
 trina, que pcebera p. o Regimen; pondo se yta
 regularidade, sortamente pcebera adientar o
 ris legio, nabalisy do respectoy que beneficiar
 conthoy, que em seu uso dea com lomo.
 de 1.º Mag.^a naiz pcebera expoytes nacomte
 bntencia, e bntencia, indague somen to a to

||3r|| Illustrissimo eExcellentissimo Senhor³⁷

Havendo dado aVossaExcellencia conta em 11 de

Janeiro, dacomilha, de que meacho emcarregado, r[e]

15 cebo ahonrra, que VossaExcellencia me faz, em carta de 4 [do]

corrente; nella me hordena VossaExcellencia, aremeça dazmes[mas]

contas, que já dezpachei, e passo adar comprimento [a]

Ordem de VossaExcellencia

Enquanto senhor; aoque inten[de]

20 sobre autelidade, emque oz Jndioz Guaranis³⁸ podem

servir aeza Capitania; hê o'meu dizcurso taõ [cer]

to, que comelle nada posso adientar, que aVossaExcellencia [de]

va; esobre asubsistencia expus naconta, a[s prin]

cipães nessecidades, que neste Eztabelecimento [ex]

25 primentaõ, comuito que se[a]dientaraõ, somerese[m]

ahonrra deVossaExcellencia oz proctejer: bem que lhe há [es]

tado; com amorte dosenhor conde de Bobadella, qu[e]

Deoz em santa gloria haja. [espaço] Pello que rezpei[ta]

áz com veniencias, que afocturo premetem, to[das]

30 pendem daatenção, que preceberem naboia do[u]

trina, que precisaõ, para oregimen; pondosse este [na]

regularidade, sertamente poderão adientar o [era]

rio regio, nazsahidas doz efeitos que beneficiare[m]

eoutros, que em seu uzo deaõ consumo.

35 serto sua Magestade; não pode existir nacontinuaç[ão]

sustento, evistuario (indaque deminuto) ataõ [cresci-]

³⁷ Na parte superior esquerda do fólio há algumas anotações feitas a lápis: “1768 21 Fevereiro | Civilização dos Indios Guaranys”. Um pouco mais abaixo há a abreviatura “RioGrande doSul”.

³⁸ Além do pingo na letra *i*, ainda há o acento circunflexo sobre ele. Abaixo da expressão “Indios Guaranis” há um traço feito em giz de cera vermelho.

Cresce numero de familias, poram se fheendo ao
 bom, que detyz eheuy parenty, epprimemta oespo Oper-
 cito em Muiro, dejustica, odena mymo bno, porha
 Real grandesa, Varha Estabelecimento, Comque lura
 brytas, inda quando, pormoreperem adonra decheu bi-
 taly, tanty trabaly eay pacado, neha lorty cam-
 pany, dore tam pomeio inferito

Mis e tan-
 ta amathada do Prio, Como publica avir populos, Ca-
 rehy pobra suma, esta acompanhada do pmo Con-
 cimento, ocom Caminha amathada, eay de pmo
 spirito, na porque de felle oraturat. deatiny, Ca-
 mo oexprimemta comramoy pinqy demantemonty
 nehy na e tanta alytubetade, nem dechida he
 bar dor engany, Comque geralmente tody, ou amais
 parte do continente, sequerem utelizar dehy traba-
 ly, e Comtas may satisfay, Como oexprimemta
 de miseravay, aburoy que mona eay deo pomeio
 de terrytoy, pormay cautela, que tenha by cabo
 lo regulando se esta neha, tena limite apaypoy
 que contra eha poytem, sendo alyua origem, afalta
 de pagamenty, que comadorey oexprimemta dozador
 Comque e. Muiro de sustenta, Como sabem de este
 omstuo de terrytoy, pomeio de terrytoy alyua, pomeio
 limite de felle: na se fheendo, que ne expe-

||3v|| [[cresci]]do numero de Familias, porem reflecionando ao
 bem, que destes eseus parentes, exprimentou onosso, Exer-
 cito em Miçções, de juztiça, oz deue omesmo *senhor*, por sua
 40 Real grandeza, dar-lhe eztabelecimento, comque suz
 bsistaõ, inda quando, por meresseroem ahonrra deseus va-
 ssalos, tantos trabalhos haõ paçado, nessaz vaztas cam-
 panhas, donde tem perecido infinito.

Naõ hê tan-

45 ta amaldade doIndio, como poblica avôz popular, ha
 nelles pobreza suma, ezta acompanhada dopouco conhe-
 cimento, oz emcaminha amaldades, eaçções depouco
 spirito, naõ porque lhe falte onatural dealtiues, co-
 mo oexprimento emozannos pingues de mantimentos;
 50 nestes naõ hê tanta auolubelidade, nem se deichaõ le-
 var doz enganõs, comque geralmente todos, ou a maior
 parte docontinente, sequerem utelizar deseus traba-
 lhos, e comtaõ mãs satisfações, como aexprimentaõ
 oz miseraveis, abuzos que menaõ haõ sido pociueiz
 55 desterrados, por mais cautelas, que tenha buscado
 só regulando-sse ezta nazçaõ, teraõ lemite az paixõez,
 que contra ella prezistem, sendo asua origem, a falta
 depagamentos, que ozmoradores exprimentaõ doz gadoz,
 comque *sua*Magestade ozsustenta; como sabem ser ezte
 60 omotivo doatraço, procuraõ destruhir acauza, paraque
 lemite oefeito: naõ reflecionando, que na exhiste[n-]

exultancia de sua Comens, ponde o seu maior socor-
 ro, fazendo-lhe o necessário trabalho, que não puz-
 tado ao trabalho, notando de est. Mag. ^{da} indubitavelmente
 o amovendo, pesso, comque o muito seuerias mor-
 ficando, sem poderem tratar da vida: juço, que
 tenha o trabalho, com constancia forte, e sempre e
 acutela, de que esteja prompto, tanto para a
 der, ou que deida em desatencamente, como para
 coirem apegues: e de natural mente são os
 dehytos, ehytos no trabalho, sendo a maior causa, a
 acutem a obra, deitando muita obra depla-
 Coura aigua, para ahi mento das suas famílias, e
 preuem agra, por se immentes acaidando, ehy
 dehytos, que não fazem em otho, nem bueim
 ehy, de forma, ehy porco, que são muito, de
 nome ao exultante, mortificador no contem-
 enque vivem. Os muitos Judios, que andas-
 fora, são os ladinos, que foi feito o lito por be-
 porum como o vesturado cothume de andarem
 fazendo, logo salutaras aaly, donde taly he
 cinto, oque não dizem, por ventelizarom do to-
 ho: de ta forma causa a pretencia a obra
 comque aqutly andas, para que, ou que vivem no
 cinto dehy casque, e corrigidory, hyguem aq

||4r|| [[exhiste]]ncia destez homens, pende oseu maior socego, [po-]
 iz faltando elles, ocrescido trabalho, que sehá aug[men-]
 tado aoz Indios noservisso desua *Magestade*; indubitavel se[naõ]
 65 aoz moradores pezo, comque muito seueriaõ mor[te-]
 ficados, esem poderem tratar da vida: jugo, que
 leraõ oz Indios, com constancia forte, esempre [com]
 acautela, deque eztejaõ promptos, tanto para r[en]
 der, ozque seachaõ em Deztacamentos, como par[a a-]
 70 codirem aoprecizo: eztes natural-mente saõ oz [mais]
 robustos, edestros no trabalho, sendo amaior rezaõ, [de]
 acodirem aoseu, deichando muitas vezes depla[ntar]
 couza alguã, para alimentos daz suas Familias, [ilegível]
 prevem apadesser-sse immenças nesceidades, elas obr[igaõ-]
 75 llos aroubos, que naõ fazem em oPouo, nem vezin[han]
 ças; de for-ma, oz disperços, que saõ muitos, daó [este]
 nome aoz exhistentes, morteficados nocontinuo g[eito]
 enque vivem.

Oz muitos Indioz, que anda[õ]

80 fora, saõ oz indioz, que hei feito recolher por [briga]
 porem com oinveterado costume de andarem [pelas]
 fazendas, logo seretiraõ aelles, donde talues lhe [ilegível]
 cintaõ, oque naõ deuem, por seutelizarem doztr[aba-]
 llos: desta forma cauza apetencia aocioza [vida]
 85 emque aquelles andaõ, paraque, ozque vivem no [pre-]
 ceito deseus caciques, e corregedores, busquem a m[es-]

amezma Uniao, que ásenas evitar, Creçerá, maior, mente,
Conseruando-se o dobro do Preço, que ordinariamente pondera-
ção / que são os mais / sempre procura a aquella digni-
dade, para esta basta a falta de casto, proprio, spiritual.
Sempre clamei, a respeito daquela gente, me punha
esta emolestabilidade, dizem-me Vão até pouco ao
vencido, a tempo, que a maior distancia em doo a doo,
Como é a do Barranca, para donde tem sido a água e
berey em grande numero, capõe

||4v|| [[ames]]ma ruina, que ásenáo evitar, crescerá, maior-mente,
 concervando-sse óz doRio Pardo; que oz demenos pondera-
 ção (que são oz mais) sempre procuraõ aquella disssolu-
 90 ção; para esta basta afalta depazto, proprio, spiritual.
 sempre clamei, arezpeito daquela gente, mepunhaõ
 esta emvolubelidade, dizem-me são ali precizos ao
 servisso; atempo, que amaior distancia emdobro acodem
 como hé á daBarranca, pára donde tem hido alguãz
 95 vezes emgrande numero, aapêe.

Ultima-mente, ezta Familias
 caressem deprocteção, e como co[n]hesso a encontraõ na
 innacta piedade deVossaExcellencia; prezumo teraõ lemite todas
 as suas infelecidades.

100 Estaõ mui nús, de forma, que já
 não acodem muitos a miçça, por falta deterem comque
 cubraõ az carnes; the agora sopriu-lhe a ezmola deroupa
 que ageneroza grandeza de sua Magestade; lhez mandou, sebem
 que dela se vestiraõ muitaz Tropaz, deInfantaria, eDragoens,
 105 porque já izto não hia mais, que adestruhio, não me fal-
 tando cri[s]jes, pello que aseu respeito hei pugnido, em
 virtude daz Ordens comque meachaua, eaVossaExcellencia reme-
 te; não deichando demehaver restringido, em muita par-
 te, nella pouca atenção, que haõ merecido az minhaz
 110 representações.

Tambem exprimen=

||5r|| [[exprimen]]taõ muitas faltaz de ferramentas de toda acas-
ta; emais que tudo; de mestres de todos os Offícios e Fa-
ctura de Templo, que com pouco dispendio se erige, e
115 vistimentas, para selebração dos officios Devinos: o mais
com o tempo se irá remediando, e mostrará, e pondosse
em regularidade, e diferença dopaçado, ao futuro.

Tem sido taõ pouco o meu merecimento, nesta parte,
quanto confesso, não hei dado satisfação ás minhas obriga-
120 ções; porem afirmo a *Vossa Excellencia*; nasce a promissão do meu
emprego, em o pouco que delle setem feito apreço, não
deixando de ser misterio, e ainda a concertação deste
Pouos, e tantas necessidades, e penalizadoz, sem que pre-
cebaõ estipendio algum por seus trabalhos continua
125 doz. [espaço] Tenho-me alargado mais, do que deu[zo]
de que humildemente peço a *Vossa Excellencia* perdão, sabem que [esse]
preceito em que me poem a carta de *Vossa Excellencia*; me dê lu[gar]
a [o] referido, e á algum excesso, e zello que me acompanha [no]
serviço de sua Magestade; a credito da nação.

130 Deoz con-
cerue a vida de *Vossa Excellencia*; com prospera saúde, por annos
muito dilatados, para amparo dos aflitos, e protecção
dos que temos a honra de servir de baixo os preceitos
de *Vossa Excellencia* Estabelecimento de Nossa senhora dos Anjos
135 a 21 de Fevereiro de 1768
<Illustrissimo e Excellentissimo senhor Conde
de Azambuja>

Antonio Pinto Carneir[o]³⁹

³⁹ No índice da Coleção, realizado pelo arquivista Dr. Antonio Carlos Chichorro da Gama, o nome do autor do documento é transcrito como Antonio Pinto C... Há uma emenda, no entanto, escrevendo-se sobre o "C..." a palavra "Carneiro", que se considera aqui uma possível leitura.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Requerimento das quitandeiras, no qual pede
dem se lhes não proíba
vender suas quitandas
defronte da casa da
bomana na fente do
Mar.

29/5/1776.

cod 807.

v. 19.

||1r|| Requerimento das qui-

tandeiras, no qual pe-

dem se lhes não proiba

vender suas quitandas

5 defronte da casa da

Câmara na frente do

Mar.

29/5/1776.

cod 807.

10 v. 19.⁴⁰

⁴⁰ Este fólio trata-se, na verdade, de uma folha solta timbrada do Serviço Público Federal, escrita a caneta azul. No alto do fólio, centralizado, há o ano do documento: 1776, escrito a lápis.

Rio de Janeiro

3. 162

LENGUAGEM

Requerimento dos quitandistas em que pedem
se lhes não prohiba vender suas quitandas,
defronte da casa da Camara, em frente
ao Mar.

Em 29 de Maio de 1776

||2r||

Rio de Janeiro⁴¹Requerimento das quitandeiras em que pedem⁴²

se lhes não proíba vender suas quitandas,

defronte da casa da Camara, em frente

15 ao Mar

Em 29 de Maio de 1776

⁴¹ No canto superior direito do fôlio, há o número 00062, feito com carimbo. A numeração deste documento, realizada com carimbo, inicia-se no número 00062 e termina no número 000069, sendo que os fôlios 64, 67 e 69 estão em branco. Em todos os documentos do volume 19 da Coleção, a numeração é feita com carimbo.

⁴² Há entre esta linha e anterior, ao lado esquerdo do fôlio, um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”, que aparece também nos fôlios 5r e 6r. O grifo sob as palavras “quitandeiras” e “em” foi realizado com giz de cera azul.

||3r|| <Informe o Senado da Camara,
ouvindo oProcurador da mesma Ca=
mara. Rio a 29 deMayo de1776>

20

*Illustrissimo Excellentissimo Senhor*⁴³

Dizem as Quitandeiras⁴⁴

que sempre gozaraõ aposse de vender suas quitandas defronte da caza da
Camera na frente do Mar, e *juntamente* na vezinhança das bancas em *que* se ven-
de o pescado, sem *que* por isso se embarace a serventia da rua; para o *que* costumãõ
25 *annualmente* tirar Licenca do Senado, epagar o devido foro, como o mesmo Escrivam,
e Tezoureiro do Senado podem informar: porem o Meretissimo Doutor Juis de
Fora absolutamente lhes mandou *que* despejácem dos seus lugares, cuja ordem em con-
templação do seu Prezidente, confirmou o Senado da Camera, mandando, *que* se
procedece contra as *que* fossem renitentes em não obbedecer: e como as Suplicantes, confor-
30 me asima fica dito, já tem pago o costumado afforamento do chaõ para na dita
paragem poderem vender, e desta expúlção lhe ha redundado gravissimo
prejuizo, *que* sera inda maior pelo tempo adiante por não terem outro lu-
gar mais sufficiente, segundo o mesmo Senado da Camera tambem [o te]m
affirmado. Portanto

35

Pede avossa Excellencia queira ser servido mandar
que não se lhes inpeça o venderem nas parágens donde as
expeliraõ atendendo ao grande incomodo aos compra

<Haja vista ao Procurador do Senado
Rio emCamera ao *primeiro* de Iunho de
40 1776

Coelho Nascentes

Lima A[ndrade]Lima>⁴⁵

⁴³ Entre esta linha e a seguinte há um espaço em branco, onde há, no canto superior esquerdo, logo abaixo do despacho, uma rubrica e, no centro, a informação “Camara Municipal”, em punho diferente do que escreveu o documento, porém com tinta da mesma coloração. A lápis, ao lado e abaixo da anotação “Camara Municipal” aparecem as seguintes informações: “1776 | Rio deJaneiro”. Ao lado esquerdo de “Rio deJaneiro”, também a lápis, parece haver uma assinatura, que não foi possível ler.

⁴⁴ Há sobre o final desta palavra o carimbo elíptico do Arquivo Nacional.

⁴⁵ Este despacho foi escrito pelo mesmo punho que redigiu o documento transcrito no fôlio 5r.

||3v|| dores, e a taõ notavel prejuizo das *Suplicantes*

EsperaReceber Merce

45 ||4r|| Senhores do Senado

Naõ há duvida, que as Quitandeiras,⁴⁶
 de que trata orequerimento; tem estado athe agora como
 deposse do lugar, que alegaõ, para venderem aopovo os
 generos, queselhes offerece; e destaparagem as mandou
 50 despejar o *Doutor* Juis deFora, na ocaziaõ dasua mayor in
 fermidade, pela molestia edesasossego, *que* lhe cauzava o grande
 alarido, que naquelleCircuito se ouvia, posto que (segundo se
 há observado) naõ procedia das *que* de continuo existiaõ com
 licença doSenado daCamara, a quem pagaõ Foro annoal,
 55 mas sim de outras muitas adventicias, e incert[a]s⁴⁷, *queselhes*
agregavaõ aindasem terem alicencaconveniente, e *que* aindase
 entremetem a vender, e existir nomesmoSitio. Attendendo
 pois esteSenado a queixa do *Doutor* Iuiz *Prezidente* ena consideração taõ
 bem, de queseria porlimitado tempo oretiro das sobreditas Quitan
 60 deiras, oqualpodia Cessar, cessadaquefosse aenfermidade, que
 haviasido motivo primario *para* aqueleprocedimento; condecen-
 deo com avontade do dito *Doutor* Juis deFora, mandando *que* despejassem
 as *que* aindaficavaõ; e comosem embargo das *que* existiaõ comlicença
 eforaõ mandadas despejar continuaõ sempre as *que* vendem sem
 65 licença os generos *que* diariamente chegaõ das Ortas e Rossas, sem
que abulha, *que* estas fa[z]em mo[t]ive incomodos (talves por ser maior
 ou quazi extinta a queixa do *Doutor* Juis *Prezidente*) parecejusto final
 mente

⁴⁶ Há sobre esta palavra o carimbo elíptico do Arquivo Nacional.

⁴⁷ Intervenção do editor: no manuscrito, o autor do documento usa a letra 'q' no lugar do que provavelmente seria a letra 'a'.

Finalmente que se restitua a todos os Escravos
 expulsados a seu antigo possor, por não haver outro q' se lhe
 possa determinar, e por não se ter dado a esse acome-
 to quando se fez o inventário da fazenda de São Paulo para q' se
 não possa inquirir, que se tem experimentado a favor.
 V. M. Encarregado mandamos que se faça o Rec.
 do furo. 3 de Junho de 1776

O. P. Pereira

João Antonio de S. Lima

||4v||[[finalmente]] que ser restituão as demais Quitandeiras
 70 expulsadas ao Seu antigo pouzo, por não haver outro que Selhe
 possa determinar, e por na realidade seter dado assás aconhe=
 cer o quanto he sensível a falta dellas na cidade paragem pelo
 não pouco incómodo que disso tem experimentado o povo.

Vossas Mercês com tudo mandaraõ o que forem servidos. Rio
 75 de Janeiro 3 de Junho de 1776

O Procurador

João Antunes de A[ndrade] Lima

Alto e E. me São

Ouvindo gto. Senado ao Proc.^{to} Sello sobre o:
 Equivoco que a V. Ex.^a firmou a respeito de Paly:
 posto de ordem expulsa de lugar em que vendem o:
 eiz. Amegre, por oq. negociaram de V. Ex.^a ains
 formou a inclusa que de ome Proc.^{to} carrega
 de llo. no mandado V. Ex.^a que for devido. P.
 de amio. confere a 8. de Junho de 1776.

Ant.^o José Coelho.
 Antonio Nerey da Costa
 Ignacio da Silva Lima
 João Antonio da Silva

||5r||

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Ouvindo este Senado ao Procurador delle Sobre o=
 80 requerimento, que a *Vossa Excellencia* fizeraõ as Quitandeiras a res=
 peito deSerem expulsas doLugar em que vendem os=
 Seos comestiveis; pomos naprezença de*VossaExcellencia* a in=
 formação incluza, que deo o mesmo Procurador, e avista
 della nos mandará *VossaExcellencia* o que for Servido. Rio
 85 de Janeiro emCamera aos 8 de Junho de1776

[ilegível]n[te] Joze Coelho.

Antonio Nascentes Pinto.

Ignasio daFonsecaLima

IoaõAntunes deA[ndrade]Lima

18
 Vista a Informaçã do Sr. Deputado Senador
 a q' Vm.^{ces} se referem, devo dizer-lhes q' eu sinto
 q' Vm.^{ces} houverem de tomar a resolução de man-
 darem despejar as Quintandeiras do lugar q' nomei-
 mo Senado. Mas deitarem p.^o venderem as suas qui-
 ladeiras, e de q' ellas pagarem o foro annualm, pelo
 motivo, q' Vm.^{ces} me referem, sem primeiro me
 haverem dado p.^o por se não dever mover como
 alguma de q' se tiverem mentado. nova Câmara sem
 Ordem Superior, e ser indecoroso a mesma Câmara
 alterar o q' não se tem disposto, por ser tudo em
 benefício do bem comum, q' deve prevalecer a
 qual q' utilidade ^{determinada} particular; e q' se
 conformidade das Vm.^{ces} a providencia p.^o as
 Quintandeiras tornarem logo p.^o o lugar, de don-
 de se lhes mandou despejar. De q' a Vm.^{ces} Hei
 de Sam.^a a 11 de Junho de 1756.

Sr. Jui. Presidente, em an. Off.
 da. para desta lid.

Reg. vol. 12 das senten. do Min.^o a q' 156.

90 ||6r|| Vista a Informaçã do Procurador desse Senado
a *que Vossasmerces* se referem, devo diser lhes *que* eu sinto
que Vossasmerces houvessem detomar a resolução de mam-
darem despejar as Quitandeiras dolugar *que* omes-
mo Senado lhes destinou *para* venderem as suas qui-
95 tandas, ede *que* ellas pagaõ o foro *ãualmente*, pelo
motivo, *que Vossasmerces* me referem, sem primeiro me
haverem dadoparte; por se naõ dever mover cousa
algũa do *que* setiver assentado nessaCamara sem
Ordem superior, [e] ser indecorozo a mesmaCamara
100 alterar o*que* nella se tem disposto; por sertudo <determinado> em
beneficio dobem comum, *que* deve prevalescer a
qual *quer* utilidade publica particular; enesta
conformidade daraõ *Vossasmerces* a providencia *para* as
Quitandeiras tornaremlogo *para* olugar, de don-
105 de selhes mandou despejar. Deos *guarde* a*Vossasmerces* Rio
de Ianeiro a 11 de Junho de 1776
Senhor Iuis Presidente, emais Officiaes
daCamara destaCidade

Registrada noLivro 12 dasCartas aos Ministros afolhas 156.

Vista Catalogo da Exposição da História da Dinastia
 N.º 7,383 - Data e Off. de C. R. para a Comunidade
 e Livro, de 15 de Novembro de 1783.

Serie A
 vol. 1.º

N.º 51

ARQUIVO NACIONAL

Capitulo do Barão da Provincia do Rio de Janeiro

Razões dos orgaos da Capitula de Customs da Provincia do
 Rio de Janeiro, que se havia de celebrar em 10 de
 Maio de 1783, com distincção das parochias de
 a 7 pertenciam.

Mostram-se como são illegitimos alguns or-
 gãos da Capitula de Customs da Provincia do
 Rio de Janeiro, que se pertencia celebrar em
 10 de Maio de 1783

Relação dos Prados destinados para os Lugares da
 Provincia do Barão do Rio de Janeiro no Capitulo,
 que se pertencia celebrar em 10 de Maio
 de 1783, conforme a parochialidade, que havia
 de pertencer, cujas qualidades vão declaradas
 no seu proprio Lugar

Relação (da Comenda Ultramarina) 15 de Maio de
 1744 ao governador e Capitão General do
 Capitulo do Rio de Janeiro sobre os allegados
 da provincia (capitulo)

Relação da Tabela de Indulgencias do Capitulo

||1r|| Vide catalogo da Exposição da Historia do Brasil
nº 9,383 – Falta o *officio* do *Vice Rei* Lucio de Vasconcello[s]
e Sousa, de 15 de novembro de 1783.

serie A

5 col. 1^a⁴⁸

nº 51

Capitulo do Carmo da Provincia
do Rio de Janeiro

Relação dos vogaes do Capitulo do Carmo da Provincia do
Rio de Janeiro, que se havia de celebrar em 10 de
10 Maio de 1783, com distinção das parcialidades
á *que* pertencem.

Mostra-se como erão ellegitimos alguns vo-
gaes do Capitulo do Carmo da Provincia do
Rio de Janeiro, que se pertendia celebrar e[m]
15 10 de maio de 1783

Relação dos Frades destinados para os Lugares da
Provincia do Carmo do Rio de Janeiro no Capi[-]
tulo, que se pertendia celebrar em 10 de Mai[o]
de 1783, conforme a parcialidade, que houves[s]
20 de prevalecer, cujas qualidades vão declarada[s]
no seo proprio Lugar.

P[r]ovisão (do Conselho Ultramarino) 15 de Maio de
1744 ao governador e Capitão General da
Capitania do Rio de Janeiro sobre os religiosos[os]

25 da provinica (copia)

Rellação de todos os Individuos, de que se

⁴⁸ Abaixo desta linha, há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”.

||1v|| compoem a Provincia do Carmo do Rio de Janei[ro]

(com 6 annexos A, B, B, B., B, C)

Documento 6º Certidão e 5 annexos

- 30 “ 7 “ “ “ “ “
- “ 8 “
- “ 9 Relação de todos os Frades conventuaes
Convento do Carmo do Rio de Janeiro,
com distinção dos aprovados para confessar
35 e dos que o não são, por se não quere[rem]
examinar
- “ 10 1 certidão
- “ 11 “
- “ 12 Relação das Fazendas e casas, que se
40 sabem pertencer aos diversos Conventos
do Carmo, comprehendidas na Provincia
do Rio de Janeiro
- “ 13 Certidão
- “ 14 Relação das elleições a que se costu[ma]
45 proceder no dia do Capitulo da P[ro]
vincia de Nossa Senhora do Monte [do]
Carmo do Rio de Janeiro.

Pedro Henrique da Cunha Escrivão
 da Ouvidoria geral do Crime da Relação de
 esta Cidade do Rio de Janeiro do Seráfico.
 que por Ordem do Sr. Desembargador Ouvidor
 Geral do Crime Antonio José Cabral de
 Almeida, Comis Intendente Geral da Po-
 lícia me Informou de alguns factos dos
 Religiosos de d. b. s. de d. h. do Carmo de
 esta Cidade que chegaram a presença do Sr.
 Menyho para Redar a Providencia que de-
 ley p. d. f. m. e. d. e. n. d. proprias do d. h. d. lugar, e
 como f. f. t. o a d. e. y. d. e. r. e. m. d. e. t. h. y. v. g. u. e. l.
 vao d. y. t. e. n. p. i. a. d. o. y. n. a. e. l. e. l. a. c. a. d. e. n. d. e. l. u. x. a.
 p. o. r. m. i. o. n. d. e. u. n. i. v. e. r. s. a. d. o. s. u. c. a. r. g. o. a. s. i. g. n. a. d. a.
 n. a. q. u. a. l. v. a. o. i. n. d. i. v. i. d. u. a. d. o. y. s. e. q. u. e. d. i. c. i. m. l. y.
 p. u. t. o. a. d. e. a. d. a. e. u. n. d. o. y. d. i. s. t. o. y. R. e. l. i. g. i. o. s. o. y. n. a. d.
 s. e. f. a. z. e. n. d. o. p. u. b. l. i. c. o. n. e. m. v. i. s. f. o. r. m. a. n. d. o. p. r. o.
 p. e. c. o. a. d. e. p. u. t. o. d. e. l. e. y. p. e. l. o. p. e. r. i. g. o. q. u. e. p. o. d. i. a.
 d. e. r. u. l. t. a. r. a. e. R. e. l. i. g. i. o. s. a. d. e. m. e. u. n. i. v. e. r. s. a. d. o. s.
 m. e. n. t. e. s. e. h. e. d. e. r. a. n. d. o. a. l. g. u. i. o. n. y. p. r. o. v. i. d. e. n. c. i. a.
 p. a. r. t. i. c. u. l. a. r. y. q. u. e. p. o. d. i. a. n. f. a. z. e. r. d. e. l. i. t. a. r. m. a.
 y. o. r. y. d. e. o. r. d. e. n. y. e. i. n. d. o. a. l. g. u. i. o. n. y. d. o. y. m. e. y. m. e. y.
 f. a. c. t. o. y. p. o. r. e. n. t. r. i. d. o. e. n. y. e. m. e. l. i. p. a. r. a. d. o. q. u. e. d. e.
 g. a. r. a. n. d. a. r. e. m. p. r. o. f. e. c. o. y. p. u. b. l. i. c. o. y. t. r. a. t. a. d. o. y.
 e. n. t. r. e. d. i. v. e. r. s. a. y. p. a. r. t. i. d. e. y. e. m. o. d. o. s. a. d. a. m. i. t. e.
 g. e. i. t. a. a. m. u. l. a. t. o. e. l. a. i. r. m. u. n. d. o. y. e. r. a. v. o. d. e.
 D. n. a. e. v. a. s. a. M. a. r. i. a. B. e. r. t. i. n. o. e. n. q. u. e. d. a.

||2r|| Pedro Henrique da Cunha Escrivão⁴⁹
da Ouvidoria geral do Crime da Relação des⁵⁰
50 ta Cidade do Rio de Janeiro et cetera Certificado
que por Ordem do Dezbargador ouvidor
Geral do Crime Antonio Jozé Cabral de
Almeida, Como Intendente Geral da Po-
licia me Informe y de alguns factos do
55 Rilegiosos de Nossa Senhora do Carmo des-
ta Cidade que chegaraõ aprezenssa dele
Menistro para lhe dar as Providencias que e-
les pedissem e Eraõ proprias do Seu Lugar, e
comefeito a Chey Serem Sertos os que
60 vaõ Sustanssiados na Relação in Cluza
por mim Escrivão do Seu Cargo a Signada
na qual vaõ individuados os que dizem Res-
peito a Cada hum dos ditos Relegiosos, naõ
Sefazendo publico, nem Seformando pro-
65 sseço a Respeito deles pelo perigo que podia
rezultar a Relegião em Cumum, e Só-
mente Selhe deraõ algumas providenssias
particulares que podiaõ fazer evitar ma-
yóres desordens, hindo alguns dos mesmos
70 factos por Certidoens em Separado que che-
garaõ a andar em prosseços publicos tratados
entre diverssas partes, Como Saõ o da morte
feita a mulato Raimundo escravo de
Dona Iozefa Maria Pereira em que a⁵¹

⁴⁹ No canto superior direito do fôlio há o número 220, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o 3º volume da coleção. A numeração deste documento inicia-se no número 220 e termina no 235. Os fôlios de números 229 a 234 não constam da presente edição, por não constarem do CD elaborado pelo Arquivo Nacional, em 2004, com a digitalização dos documentos solicitados, tendo-se percebido sua ausência somente quando da nova visita ao arquivo, em setembro de 2007. Ao lado do número do fôlio, existe a anotação “Nº 6º”, que indica que este é o sexto documento do “Capítulo do Carmo da Província do Rio de Janeiro”.

⁵⁰ Entre esta linha e a superior, há um carimbo elíptico do Arquivo Nacional, que aparece nos retos de todos os fôlios que compõem este documento.

⁵¹ No final do fôlio, após a última linha, há dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e, abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra ‘r’ minúscula.

Enquid a Justica a Cruzado ay matado
 Miguel pardo e Manoel Angola yoravos do
 Padre Frey Juliao Rangel fillos da myma
 Dona Inez. Do selvamento que neste
 Juizo poytre o Padre Frey Bernardo de
 S. Joze na Caua de miquid a Justia a Cruzado
 as Res Manoel Simplicio Correa de
 Aguiar sobre a applicao e deflorao da
 Orpla e Riza Maria filha do fidalgo do tan
 cyes Martim Morira, e Anna Joaqui
 na, Como tambem outra Certidao con
 traria as que se ymprimos Religio de Lu
 na y de munda que se curou na myma
 Durao. Glorialmente outra Certidao en
 tralida do autor entre pany Joao Vitor
 ra Luiz Combranyes vitoriano Pereira
 sobre Luiz yoravos que adigou o mymo
 Author que se tivera o Culto o Padre
 Frey Joao de Carmelo em Carade de la
 May que se nao expelido na myma
 Relao por se de diversa materia, e pa
 ra ditudo se constando mandou de le
 dito Ministro pafar a prezente a que na
 Junta de mymos do Cummento que se
 segue se seguem Rio de Janeiro, tra
 ta hum de Pullo de mil e setenta e cinco

- 75 ||2v|| [[Em que]] a Iustiça aCuzou aos matadores
 Miguel pardo eManoel Angola escravosdo
 Padre Freý Iuliaõ Rangel filho damesma
 DonaIozefa; edoIuramento que neste
 Iuizo prestou oPadre Freý Bernardo de
 80 Saõ Iozé naCauza emque a Iustica aCu
 zou aoReo Manoel Simplicio Correa de
 Aguiar Sobre aalissiação edefloração da
 Orpha Roza Maria filha dosfalessidos Fran
 cisco Martins Moreira; eAnna Ioaqui
 85 na, Como tambem outraCertidaõ Com
 traria aoque dis omesmo Religiozo dehu
 maTestemunha queIurou namesma
 Devaça; Efinalmente outraCertidaõ ex
 trahidados auttos entre parttes Ioaõ Ferreý
 90 raLuvas ComFrancisco vitoriano Pereira
 Sobre huns escravos que alegou omesmo
 Auttor que lhos tivera oCultos oPadre
 Freý IozedoCarmelo emCaza deSua
 Maý que Senaõ expessifica namesma
 95 Relação por Ser dediversa materia, epa
 ra detudo hir constando mandou ele
 dito Ministro passar aprezenete aquevaõ
 Juntos os mesmos doCumentos queSaõ
 osque SeSeguem Rio deIaneiro, trin
 100 ta ehum deIulho de mil eSetteCentos⁵²

⁵² No final do verso deste fôlio há, assim como em seu reto, dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra ‘r’ minúscula.

Le Centre et l'Orbita d'iceux amon

Le Centre et l'Orbita d'iceux amon

||3r|| [[ESetteCentoz]] eOitenta etréz annos

Pedro Henrique daCunha

||4r|| *Relaçam* dos prossedimentoz dealguns Religiozos
doConvento deNossaSenhora doCarmo desta
105 Cidade que chegaraõ aprezenca doDezembargador Ouvidor Geral do
Crime António IozéCabral deAlmeida e de
outros por informaçoenz que mandou exami
nar o dito Ministro Como Intendente Geral da
Polícia naforma que SedeClara naCerti
110 daõ retro.

§ 1 OPadre Frey IozéRodriguez deSanta Anna aChan
dosse molesto nasCazas doConsistorio deNo
ssaSenhora daGloria emdia detodos osSantoz
do anno prossime passado demil eSetteCen
115 toz eOitenta edouz Sejuntaraõ namesma
Caza oPadre Frey Bernardo Organista doCom
vento eoutros que Selhenaõ puderaõ Saber oz
Seus nomes, enamesmaCaza enodito dia
houve humBatuque emque Seacharaõ
120 huma filha dodito Frey IozéRodriguez, huma mu
lataChamada Anna Dosse, humaCrio
la chamada Maria Pam quente, e outra
Criola que Selhenaõ poude Saber onome,
oSoldado doSegundoRegimento Francis
125 co Iozé outro Soldado doRegimento da
Artelharia chamado Angelo, hum Sol
dado doprimeiro Regimento, ehum pardo
Aussiliar doTerço deles aos quaes Senaõ Sa
be os nomes, Cujafunçaõ SeaChara de
130 noyte por Se romper humaVoz que oIllustrissimo
eExcellentissimo

||4v|| [[Que oIllustrissimo eExcellentissimo]] Senhor Visse Rey manda
va dar huma Saltada naCaza//

OPadre Frey Ioaõ Pedro trata illicitamen §2
135 te ComhumaCriola chamadaMaria
por alcunha aCarssareira, Com aqual este
ve assistindo deporta adentro emhumasCa
zas que tinha alugado na RuadoCano, estan
do omesmo Religiozo assistindofora doCom
140 vento atitulo demolestia, etendo amesma
Criola desCompusturas edesordens Com Hu
ma mulata por Cauzadomesmo Padre
Se queýxou esta aoDezembargador Ouvidor
Geral doCrime, que mandando Informar
145 sse desta desordem fez Comque Semuda
ssem tanto adita Criola Como amesma
mulata paradiverssas ruas, eSendo omesmo
Padre Curregido por essaCauza erecolhido
aoSeuComvento, Consta queContinua
150 ahir aCazadamesma Criola que hoje hé
moradora na ruaChamada doOuvidor hin
dopara Saõ Francisco dePaula.....//

OPadre Frey DomingozCorrea trata Com §3
huma mulata chamada Ioanna abas
155 tantes annos daqual temfilhos jahomens,
Esta mulata hé moradora na rua doz

Ourivez

Doi Curioz em Cumã Caray que foy Com
propru de d'ed in Europa ara elyonymo.
Padre Cuyã mulata. Si e' Mano de Cumã
mulata Barbeiro e Camado Frederico que
foy escravo do mymo Convento do Carmo.

84 O P. Friz João de Marianno trata Com Cu
ma negra Camada de terra que foy escrava
de Cumã mulata e Camada Bernarda Pin
ta, Cuyã negra Si e' moradora na lousa de São Paulo
em Cumã Caray que dizem foy de d'ed my
mo Padre de quem tem Cumã foy que me
que anda unido Com Cabito de d'ed foy
cujos de Paula, e foy de Caray de Cumã mula
ta e Camada Vitoria moradora na lousa da
Cadeia

85 O P. Friz Fran. Brito que foy Religiozo
de Santo Antonio e foy de d'ed para d'ed mymo.
Convento do Carmo trata ameytoz amey
toz e Camada Com Cumã mulata e Ca
mada Anna moradora na lousa de São Paulo
Com aquilanda pro foy de d'ed Como amey
toz de d'ed e foy de d'ed estando em Cumã e Caray
na lousa da Cadeia

O P.

||5r|| [[Dos Ourives]] emhumasCazas quelhasCom
prou, ou deu odinheiro para elas omesmo

160 Padre, Cujá mulata hé Irman dehum
mulato Barbeiro chamado Izidorio que
foý escravo domesmoComvento doCarmo.

§ 4 O*Padre* Freý Ioaõ Marianno trata Com hu
ma negra chamada Thereza que foý escrava

165 dehumá mulata chamadaBernardaPin
ta, Cujá negra hé moradora na rua doPialho
emhumasCazas quedizem lhas dera omes
moPadre de quem tem humfilho piqueno
que andaVestido Com habito deSaõ Fran-
170 cisco dePaula, eestáenCaza dehumá mula
ta chamadaVissencia moradora na ruada
Cadea.....//

§ 5 O*Padre* Freý Francisco Brittes quefoý Religiozo
deSanto Antonio e Sepassou para omesmo

175 Comvento doCarmo trata amuy⁵³tos annos
com esCandalo Com humá mulata cha-
mada Anna moradora na rua deSaõ Iozé
Com aquál andapor funçoens Como apou-
cos dias Sussedeo estando emhumáChacara
180 naSenhora daCabessa.....//

O Padre

⁵³ Há um ponto sobre o y.

O Sr. Friz Paulo Jose da Com. ^{camle} ^{trata} me § 6
 entem. Com Eum mulata e Camada de
 e dora filha de Outra e Camada Esculytica que
 affete nasceu que Vay do Barto para Santo An-
 tonio ainda que de pouco tempo em lizar de tel
 Padre e costumam andar por diversas partes...

O Sr. Proffes Friz Braventura trata Com § 7
 Eum m. branca e Camada e Lura q. e fi-
 lha de Eum Cayarcio q. friz de h. e juba juba
 lido, e imradora nasceu de os rivis aspi-
 da Caza do Doz. m. ou. J. h. e crime donde
 e costumam entrar a toda a Ora todia que se
 parese...

O Sr. Friz Simao Per. de Sa. Salina ^{trata} me § 8
 m. am. Com Eum e Crisla e Camada Ma-
 ria da Com. ^{cam} ^{trata} de p. ca. nasceu e Cam-
 da de Friz da Bala da Se.

O Sr. Friz Juliao Rangel de publico tra § 9
 fava Com Eum e Crisla e de Caba e azada
 Com Eum mulato e Camado Raimundo
 escravo de sua Maj. Dona Joze Maria
 Per.

||5v|| [[OPadre]] Freý Paulo Iozé daComceicam tratapre § 6

zentemente Comhumamulata chamadaThe

odora filha deOutra chamadaEscolastica que

185 assiste na rua queVaý doParto para Santo An
tonio ainda que depouco tempo em rezaõ deste
Padre Customar andar por diversssaz partez.....//

OLEy⁵⁴go Profeço Freý Boaventura trata Com § 7

humamulher branca chamadaClara que hefi

190 lha dehumCarssareiro que foý doAljube jafa
lessido, hé moradora na rua dos Ourives aopé
daCazado Dezembargador Ouvidor Geral doCrime donde
custuma entrár atoda aOra dodia que lhe
paresse.....//

195 OPadre Freý Simaõ Pereira deSá Salinastrata á § 8
muitos annos Com huma Criola chamadaMa
ria daComceicam assistente deprezente na rua chama
da doIogo daBola daSeé.....//

OPadre Freý Iuliaõ Rangel hé publico tra § 9

200 tava Com humaCriola ouCabra Cazada
Com hum mulato chamado Raimundo
escravos deSua Maý DonaIozefa Maria

Pereira

⁵⁴ Há um ponto sobre o y.

224

Servira assistente no Engenho que esta tem
 em sua Lourenço n.º 1.º de São João de Ca
 raly, donde orrugmo trade guaraj sempre
 ytaua, e quid por Cauza da dita Cabra queron
 do Coutijar Com assistente armig mo multa
 to Raimundo o mandara enganado pa
 ra Com partido quid tem orrugmo trade ve
 parado da fazenda calyp. Com negro e
 outro mulato yoravoy do. Trade mandam
 dos amarrar entrara do. Raimundo agri
 tar ypondo felle Com Lerfo naboia + a foga
 ra, Com muller Comita da Coutidao da par
 te quideras de officio da Coutidao daquelle
 Distrito auctoridade yoravoy. Divido fonal de crime
 que entao servia o Doutor Antonio Binalga
 que addicte Cay Junta, por vidade da qual se
 professou de Decia poryste Juizes conque feras
 nionfado y mulato negro yoravoy do. Trade
 Cometeridse Com foylado de la ad Provin.
 fial, e por de com ad bornada o ytemunha, enad
 eegar a de aver prova para de Com p. uned yz di
 thoy mulato negro feras absolute.

81. O. P. Frey Fran. Quintanilla e Camado por
 aluonho + Frey e Egiuon de trata Com Coma
 mulata e Camada Maria miradora na lua
 da Cad. Lindo para a Carica da qual tem sua
 fillo e Camado Traquijo.

O. P.

||6r|| [[Pereira]] assistentes noEngenho que esta tem
 205 emSaõ Lourenço nafreguezia deSaõ Ioaõ deCa
 rahý, donde omesmo Frade quazý Sempre
 estava, e que porCauzadadita Cabra queren
 doCastigar Com assouttes aomesmo mula
 to Raimundo o mandara enganado pa
 210 rahum partido, que tem omesmo Frade Se
 parado daFazenda eahý por hum negro e
 outro mulato escravos dodito Frade mandan
 doo amarrár entrava odito Raimundo a gri
 tar e pondosselhe hum Lensso naboca o afoga
 215 raõ, Como melhor Consta daCertidaõ dapar
 te quederaõ osOfficiaes daVentena daquele
 Distrito aoDezembargador Ouvidor Geral doCrime
 que entañ Servia oDoutor Ambrozio Picaluga
 que aodi este Vaý Iunta, por virtude da quál Se
 220 prossedeu aDevaça por este Iuizo emque foraõ Por
 nunssiados omulato enegro escravos dodito Frade,
 remetendosse humTraslado dela aoProvin-
 ssial, epor Serem Sobornadas asTestemunhas, enañ
 chegar ahaver prova para Serem punidos oz di
 225 ttos mulato enegro foraõ Abssulutos.....//

§ 10 OPadre Freý Francisco Quintanelha chamado por
 alcunho oFreý chiquinho trata Com huma
 mulata chamadaMaria moradora na rua
 daCadea hindo para aCarioca daquál tem hum
 230 filho chamado Francisco.....//

OPadre

O. P. Frey Antonio Ber. trata com § 11
 Luma mulata e Luma Violante moradora
 natural da Vila donde custumam vir, de sorte que
 Lino Lier Misa e Azad o de. Qu. J. do
 Crime e mandam no seu sege levar ad Com
 vento e myme Padm. Reforço apiar a pinta de
 d. mulata por Cyad e aca não tornou a Cal
 za do. Minytre adivor Misa

O. P. Frey Ignacio da Capitania trata com § 12
 Luma mulata e Luma e Joana que foi vi
 coira de Luma m. e Luma e Laurencia, a qual
 seu myme Trade Luma e coira e Luma mora
 lora natural de Qu. Lino J. São Fran. de Pau
 la

O. P. Frey Estevão da Brindade trata com § 13
 Luma e Luma e Luma e Luma que mora no
 Citio do Botafogo, em Luma e Luma de Luma
 ma e Luma e Luma Trade

O. P. Frey Joze Ber. trata com Luma e Luma § 14
 e Luma e Luma que mora na lra de Luma
 arpe de Luma e Luma de Luma da Guarda

||6v|| [[OPadre]] Frey Antonio Pereira trata amuitos annos Com § 11

humamulata Chamada Violante moradora

na rua daVala dondeCustuma hir, dessorte que

235 hindo dizer Missa aCazadoDezembargador Ouvidor Geral do

Crime omandara nassuaSege Levár aoCom

vento eomesmo Padre Sefora apear aporta da

dita mulata por Cujacauza não tornou aCa

zadodito Ministro adizer Missa.....//

240 OPadre Frey Ignacio daCapitania trata Com § 12

humamulata chamadaIoanna quefoý es

crava dehumamulher chamada Florencia, áqual

deu omesmo Frade humaesrava Sendo mora

dora na ruadoOuvidor hindo paraSaõ Francisco dePau

245 la.....//

OPadre Frey Estevão daTrindade trata Com § 13

humacabra Chamada Ignacia que mora no

Citio doBotafogo, em humachacara dehu

maIrman domesmo Frade.....//

250 OPadre Frey IozéPereira trata Com humamula § 14

ttaChamada Maria que mora na rua deSao Jozé

aopé dehumavila deIoaõ daGuarda.....//

815 O. P. Fr. Manuel de Paes trata com
 Suma m. de São Paulo e Camada Maria.
 Madalena moradora natural que vai do Porto
 e ajuda em Cumpradinho que dizem a
 transfera o mesmo Padre de São Paulo..... //

816 O. P. Fr. Francisco Timoteo trata com Suma
 m. de Carada Camada Anna Maria do Pilar
 moradora natural da Ala, a qual tem filha já
 muçica, em Cumpradinho que dizem a
 dera o mesmo Padre..... //

817 O. P. Fr. M. de Anna e Camada Fr. Ma
 nod. do Porto trata a armazem com Suma parda viúva
 de São da Guarda Sapato, moradora natural
 de São José, e a qual se já tratava sendo
 o marido ainda vivo..... //

818 O. P. Fr. Simão Pedro que foi Religioso de
 Santo Antonio e se passou para o Carmo tra
 ta com Suma mulata Camada Theresia mora
 dora natural da Cad. off. e m. p. por que sendo
 preso pela Conda da Santa Suma mulata que
 Dize

||7r|| § 15 O Padre Frey Iozé Manoel de Sampaio trata Com
huma *mulher natural* de São Paulo chamada Maria

255 Madalena moradora na rua quevaí do Parto
para a Ajuda em humssobradinho, quedizem a
troussera o mesmo Padre de São Paulo.....//

§ 16 O Padre Frey Francisco Timoteo trata Com huma
mulher Cazada chamada Anna Maria do Pilar

260 moradora na rua da Vala, daqual tem filhas já
mulheres; em humas Cazas novas quedizem lhas
dera o mesmo Frade.....//

§ 17 O Padre Frey Manoel de Santa Anna chamado Frey Ma
noel Gordo trata a annos Com huma parda viuva

265 de Ioaõ da Guarda Sapateiro, moradora na rua
de São Iozé, Com aquál Sedis ja tratava Sendo
o Marido ainda Vivo.....//

§ 18 O Padre Frey Simão Sudré quefoý Religiozo de
Santo Antonio, e Sepassou para o Carmo tra

270 ta Com huma mulata chamada Thereza mora
dora na rua da Cadea oque Constou porque Sendo
prezo pela ronda da Iustiça hum muleque que

Disse

||7v|| [[Disse]] Ser escravo domesmo Padre eSendo aCha
 275 do Com humaChave deporta, lheperguntey
 eu Escrivão dedonde hera amesmaChave, edi
 zendome Ser daCaza deSeussenhor, eCondu
 zindoo eu Escrivam amesma rua para que mostra
 sse aCaza amostrou eahý fuý Informado por
 280 huma Vezinha que odito muleque hera escra
 vo dodito Padre oque severeficou por Ser este omes
 mo que requireo aSoltura dodito muleque, Infor
 mandome eu escrivão depois que naditaCaza a
 ssistia amesma mulata Tereza Com quem tra
 285 tava omesmoPadre, eque este mesmo ahavia
 Cazado Com hum mulato doSeuConhe
 ssimento, más que Sem Embargo disso, Lá Cus
 tumava hir.....//

O Padre Freý Antonio deSenna trata abastantes an § 19
 290 nos Com huma *mulher* chamada Izabel Maria de
 Iezus moradora na rua dosFerradores daquál ti
 vera Varios filhos eduas filhas, havendo esta noti
 cia porque Sendo prezoCom humafaca hum ne
 gro que disse Ser escravo domesmo Padre aparesse
 295 ra dahý adias amesma Izabel Maria pedin
 do aSoltura dodito negro quedizia Ser Seu escravo
 epara haver desessaber quem hera oSeuverda
 deiro *Senhor* mefuý eu Escrivam Informar, e acheý
 Ser odito negro escravo damesma Izabel Ma
 300 ria por lhohaver dado eoutros omesmo Frade

Por ter

Porter Comela trata abastante com os

226

§20 Freij. Joze Por. Campan. Curo de Freij. Joze.
 Riza que é baixo gordo e leggo de Freij. tra-
 ta com uma mulata chamada Inguina
 irmão do mulato chamado de Pato tanto mo-
 rada na lavoura e casa, em aqual dizem tra-
 ta apor muito tempo.

§21 Freij. Gomez que não é o outro de este nome na
 Religião e trata que a única vez de se amos fo-
 rrara uma criada chamada Narciza mora
 na fazenda da Pedra por perto de a Reli-
 gião a qual era uma negra e trata
 para m. tempo. Depois de lá no fmea ferrou
 uma cabra e era na mesma fazenda que
 até a proz. Senad. sabe o seu nome nem de
 de a pte.

§22 Supondo ser proz. um negro por ser a Ca-
 da com uma filha e pela Conda da Cy-
 fia e equerendo de depois de a b. l. t. do mesmo
 prate q. a p. r. i. n. c. i. p. i. o. l. o. r. i. a. s. e. r. u. r. a. v. o. d. e. u. m.
 mulato Barbeiro e o nome de teminado pe-
 lo dia. ou. g. l. d. o. crime f. f. e. a. e. a. d. o. l. t. a. r.

Amemo

||8r|| [[Por ter]] Com ela trato abastantes annos.....//

§ 20 Frey IozéPereira Companheiro deFrey Iozé

Rodriguez, quehé baýxo gordo eVesgo dos Olhos, tra

305 taCom huma mulataChamada Ioaquina

Irman do mulato chamdo oPatto tonto mo

radora na ruadoCano, Com aqual dizem tra

ta apouco tempo.....//

§ 21 Frey Gomez que não ha outro deste nome na

310 Religião Consta que aSinco ouSeis annos fo

rrara huma Criola chamada Narciza escra

va daFazenda daPedra pertenssente aReli

gião a quál dera huma negra e Comela tra

tara muito tempo. Depoiz disso há noticia forrou

315 humaCabra escravadamesmaFazenda que

até oprezente Senaõ Sabe oSeu nome nem don

de assiste.....//

§ 22 Sussedendo Ser prezo hum negro por Ser aCha

doCom humafacaVelha pela ronda daUs

320 tiça e requerendosse depois disso aSoltura domesmo

pretto que aoprinssipio dizia Ser escravo dehum

mulato Barbeiro, eSendome detreminado pe

loDezembargador Ouvidor Geral doCrime fosse aCadea Soltar

Omesmo

O mesmo preito, sendo eu Cur.^{am} noticiado quem
 procurava a ^{do} do preito por interposição
 do Lord e do Fr.^o Bernardo Camões e Rui
 os Religiosos do Carmo, por eu Cur.^{am} me achar
 em Carregado desta diligencia e Camões me
 mo preito e Redi se que sabia de nas Terceiras
 do do Barro, e que para voltar queria a
 ver quem era e de quem verdade. Por, ao que pelo
 mesmo preito me foi dito que a verda de Terceira
 de Terceira era de Cumã para a Camarada
 do Fr.^o Bernardo Ruiro aquil se o Carmo
 va a Terceira e era moradora na casa do do
 de eu mesmo Cur.^{am} e que conduzir um Comp.
 do Carfario e em ffecto apparecendo amey
 ma mudada, e sendo perguntada se mesmo
 yroa era sua por dizer que era e Redi se
 entrega dele.

Na casa de trás do Carmo da Suma Carinhay § 23
 por interposição ameyma Religiosa e guay de quem
 de Informaria do yroa e do mesmo Carmo
 um Cuzo e Caray que tem porta para ameyma
 casa de trás do Carmo. Tem outra porta no fim
 do de la que se comunica para dentro da
 casa do mesmo Religioso, sendo de yroa
 de alguns muleiros, que tem fido visto, a
 la em tratar com Carmo alguns Religiosos, que
 pela casa e ad ameyma Caray e a noticia
 que por esta porta entra e saem de mais de um
 do

325 ||8v|| [[Omesmo]] pretto, tendo eu Escrivam noticia *que* quem
 procurava assoltura do *dito* pretto por intrepоста pe
 ssoa hera o *Padre* Frey Fernando chamado o Ruý
 vo Religiozo do Carmo; por eu Escrivam meachar
 enCarregado desta deligencia chamey omes
 330 mo pretto elhedisse que Sabia elenaõ hera escravo
 do *dito* Barbeiro, e que para o Soltar queria Sa
 ber quem hera o Seu verdadeiro *Senhor*; ao que pelo
 mesmo pretto mefoý ditto que averdade hera *que*
 ele hera escravo de huma parda Camarada
 335 do *dito* Frey Fernando Ruývo aquál Se Chama
 va Luiza, e hera moradora na ruada Cadea don
 de eu mesmo Escrivam ofiz Conduzir em *Companhia*
 do Carssareiro, e Com effeito aparessendo ames
 ma mulata, e Sendo perguntada Se mesmo
 340 escravo hera Seu por dizer que o hera Selhefêz
 entrega dele.....//

Na rua detrás do Carmo há humas Cazinhas § 23
 pertenssentes a mesma Religiaõ as quaes Servem
 de Infermaria dos escravos do mesmo *Comvento*
 345 em Cujas Cazes que tem porta para a mesma
 rua detrás do Carmo tem outra porta nos fun
 dos dela que se Comunica para dentro da
 Serca dos mesmoz Religiozos, donde Custumaõ
 hir algumas mulheres que tem Sido Vistas, afa
 350 larem e tratarem Com alguns Religiozos, que
 pela Serca vaõ a mesma Caza, e há noticia
 que por estas portas entraõ e Sahem denoyte Sen
 do

Sendo alguém em Contradição, que se não de la
 raõ e nome por não terem Le Conhecedora
 sem estar vey Credito p. se segue a seu
 Carator. N. de Cam. 01 de Junho
 1783"

Cam. da Que. g. de Crime,

Pedro Henrique da Junqueira

||9r|| [[Sendo]] alguns enContrados, queSenaõ deCla
 355 raõ os nomes por naõ Serem reConhessidos ea
 sim Seevitar odesCredito *queSeSegue* aoSeu
 Carater. [espaço] Rio deIaneiro 31 deIulho
 de 1783//

O Escrivam daOuvidoria *geral* doCrime

360 Pedro Henrique daCunha

Pedro Amiguel da Cunha Escrivão da Ou-
 vidoria Geral do Crime da Real Cadeia desta Cidade
 do Rio de Janeiro do seguinte que vivendo adde-
 vada agredido e por este Juiz pela morte
 feita ao parão Raimundo yerao de Omea
 e sua Maria Pereira moradora no Engenho de
 São Laurencio nella Real Cadeia e uma parte que
 deu ao Officiary da Ventena daquelle Distrito
 sobre a mesma morte, ao Dezoito de Junho de
 1770 Juiz do Crime que então havia e de
 seu Ambrosio Puallega de Cuija parte e de
 seu Leodegundo e seu Dezoito de Junho de
 1770 Juiz do Crime e de sua frequência de
 São Paulo de Caradiz de onde e de sua Officia-
 ry da Ventena e de sua que no dia vinte e três
 de Novembro do presente anno de mil e sette
 Centos e Oitenta e Oito, foy feita pela
 foy para o Criado Lora de tarde, no Cadeia do
 Padre Fray Juliano Rangel filho de Omea
 e sua Maria Pereira dona do Engenho de
 São Laurencio matarao armulato e Raimun-
 do yerao da dita Dona e sua, por ordem
 ou mandado do dito Padre, sendo um mo-
 mulato affogado pegando foy pela e sua pro-
 pter baiza, e que depois de morto foy manda-
 do sepultar a mesma frequência, com que

||10r|| Pedro Henrique da Cunha Escrivão da Ou-
vidoria Geral do Crime da Relação desta Cidade
do Rio de Janeiro *et cetera* Certifico que revendo a De-
vassa a que se processou por este Juízo pela morte
365 feita aopardo Raimundo escravo de Dona Io-
zefa Maria Pereira moradora no Engenho de
São Lourenço nela se acha huma parte que
dava os Officiaes da Ventena daquele Distrito
Sobre a mesma morte ao Desembargador ou
370 vidor Geral do Crime que então servia o Dou-
tor Ambrozio Picaluga, de cuja⁵⁵ parte o seu
Thior hé o seguinte § Senhor Desembargador
ouvidor Geral do Crime // Nesta freguezia de
São João de Carahy dedonde Somos officia-
375 es da Ventena Consta que nodia vinte e três
de Novembro do presente anno de mil e Sette
Centos e Oitenta e hum, Sexta-feira pelas
tres para as quatro horas da tarde, no Citio do
Padre Frey Iuliao Rangel, filho de Dona
380 Iozefa Maria Pereira dona do Engenho de
São Lourenço mataraõ a mulato Ray⁵⁶ mu-
do escravo da dita Dona Iozefa, por ordem
ou mandato do dito Padre, Sendo o mesmo
mulato afogado pegando selhe pelas suas par-
385 tes bay⁵⁷ xas, e que depois de morto fora manda-
do sepultar a mesma freguezia, sem que⁵⁸

⁵⁵ Trecho sublinhado no manuscrito.

⁵⁶ Há um ponto sobre o y.

⁵⁷ Há um ponto sobre o y.

⁵⁸ Assim como nos fólhos 2r e 2v, no final deste fólho, após a última linha, há dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra 'r' minúscula.

Que Euvieste esta noticia, ou nuy Officiay aty
 refomey sinad nodia de Eze, que por o tempo
 fadoy dia nad yfara e Corroo um tempo de de
 Refazer Corroo de dedito nem magraa e item
 vud nad algiu may e enthuoery ou a lanchadul
 ray para e lanchadul Refazer Corroo de dedito, dany
 parte do Refirido a lanchadul merced para ditiemi
 nari e que for chovido, Rio de Janeiro vinte
 nove de Novembro de mil e sette Centos e
 deuta e Eum // Antonio Jose d'Almeida // Per
 vazio Bernande de Almeida // Enas de Centi
 nha may um ad ita parte que d'oraõ reistre
 ditos Officiay de lanchadul que se al Eum
 ta amyma de vaca que eu gerirao aqui
 magra e certidao de propria, aqued melle
 qmto e m aqua lanchadul e m fenda, e
 tem e vaca que d'oraõ faca e m m m m e
 orita e designada nuy lanchadul de lanchadul de lanchadul
 neiro foprinte e orato dia d'oraõ de lanchadul
 de mil e sette Centos e deuta e triz anno

Pedro Simij. da Silva

||10v|| [[Que]]houvesse esta noticia, ou nós Officiaes ati
 vessemos Senaõ nodia dehoje, que por Serem pa
 ssados dias não estará oCorpo emtermos deSe
 390 lhefazer Corpo dedelito, nem mostrará Setem
 ou não algumasContuzoens ou arranhadu⁵⁹
 ras para Sepoder fazer Corpo dedelito; damos
 parte do refirido aVossa merçe paradetremi
 nar oquefor Servido, Rio deIaneiro vinte
 395 enove deNovembro demil eSetteCentos eoý
 tenta ehum// Antonio Iozé dasFlores // Ger
 vazio Fernandes deMenezes // E não seConti
 nha mais em adita parte quederaõ osSobre
 ditos Officiaes deIustissa que SeachaIun
 400 ta amesma Devaça que eu escrevaõ aquí
 passey por Certidaõ dapropriã aque me re
 porto Com aqualVaý⁶⁰ estaConferida, e
 SemCouza que duvidaface epor mim Es
 crita eaSignada nestaCidade doRio deIa
 405 neiro aosvinte eCoatro dias domes de Iulho
 demil eSetteCentoz eOitenta etréz annoz

Pedro Henrique daCunha

⁵⁹ No manuscrito o copista utilizou neste vocábulo o chamado *r* dois de conta no lugar de *r* dobrado (*rr*), que foi utilizado sistematicamente ao longo do documento. Preferiu-se aqui optar pela transcrição utilizando o *r* dobrado, *arranhaduras*, por se considerar este grafema o representante tradicional do som pretendido pelo copista (vibrante alveolar múltipla ou fricativa velar) ao grafar a palavra.

⁶⁰ Há um ponto sobre o *y*.

[illegible]

||11r|| Pedro HenriquedacunhaEscrivaõ da
 Ouvidoria Geral doCrime daRelaçãõ desta
 410 Cidade doRio deIaneiro etcaeteraCertefico que
 [[que]] querelando neste Iuizo Ioaõ Ferreira
 Luvas deFrancisco vitoriano Pereira pela oCul
 taçãõ efurto dehuns Escravos, tirou o mesmo
 Reo SuaCarta deSeguro Comaqual prin
 415 ssipiando aLivrarssse oferesseo o mesmo Auctor
 oSeu Libelo noquál Seacha otersseiro⁶¹ Ar
 tigo doThior eforma Seguinte § Provará que <Artigo 3º>
 osdous escravos doAuctor chamados Pe
 dro Cabra eGetrudes Criola, induzio oReo
 420 efoý oCultar nestaCidade enCazadaMaý
 dehum Religiozo doCarmoChamado
 Freý Iozé doMonteCarmelo, oquál deCla
 rou avista de algumas pessoas que o Reo lhe
 rogara que tivesseemSecretto eoCultos os
 425 ditos escravos na ditaCaza Materna, eCom
 effeito nela estiveraõ osditos escravos nove
 para onze mezes § ECorrendo amesma
 Cauza Seus termos Iurou aTestemunha
 Estevaõ Gonssalves Pires naInquirissao do
 430 mesmo Auctor, edepondo aomesmo tersseiro
 Artigo deClara oSeguinte § Epergunta <Iuramento da |
 testemunha ao 3º Artigo>
 do aeleTestemunhapeloConteudo nos
 Artigos doLibelo disse aotersseiro que Susse⁶²

⁶¹ Trecho sublinhado no manuscrito.

⁶² Assim como nos fólhos 2r, 2v e 10r, no final deste fólho, após a última linha, há dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra 'r' minúscula.

Supondo Ser a Bstia de Le Systemunha
 um Cumã tarde amay de triz amoy pouco may
 ou menos segundo a sua sembiança o Padre
 Frey Loui do Carmelo e Religioso do Comen
 to de Nossa Senhora do Carmo em Cariaz
 que a Cy tambem se achava auctor Pedro
 se yte Comquid lezad vendo ele e Religioso
 Retirou a Cultoy em Cariaz e se yte eremay
 inegando o dito Padre Laver supellido tal
 Camou auctor pels yperavo Pedro que
 se achava nentior da Casa de Le System
 unha, e logo que yte appareceu mudou
 de Cor e dito Padre passando a perquirir
 auctor naquelle yperavo se achou, e
 supondo se auctor que se achou de se en
 tao ele que se se Retirou para
 que se yte em sua Casa junto com ou
 tra yperava e amada a Getrudy, e ele a fim
 a secura Ignorantemente supondo se
 um de se se e yperavo e Comendan
 do auctor por Cariaz e se a Cum Capri
 tad do matto que se yperava de se a Ca
 za de Le Systemunha, e de se yte em Cu
 ma de se yte que se yperavo ele e a via
 entregar com que a via se de se yte

435 ||11v|| [[Susse]]dendo hir aBotica deleTestemunha
 emhuma tarde amais detrés annos pouco mais
 ou menos Segundo assuaLembrança oPadre
 Freý IozedoCarmelo Religiozo doComven
 to deNossaSenhora doCarmo em oCaziaõ
 440 que ahý tambem Seachava oAuttur lhedi
 sse este Comque rezaõ Sendo ele Religiozo
 lhe tivera oCultos enCaza osSeus escravos
 enegando odito Padre haver Sussedido tál
 chamou oAuttur pelo escravo Pedro que
 445 Seachava noentrior daCaza deleTeste
 munha, eLogo que este apareceu mudou
 deCór odito Padre passando a perguntar
 aoAuttur Seaquele escravo hera Seu, e
 respondendo lhe oAuttur queSim disse en
 450 taõ ele que oReo lhetinha pedido para
 que otivesse emssuaCaza Junto Com ou
 tra escravaChamadaGetrudes, ee assim
 ofizera Ignorantemente Supondo Se
 rem doReo, Cujos escravos reComendan
 455 do oAuttur por Varias vezes ahumCapi
 taõ domatto queCustumava hir aCa
 za deleTestemunha, lhedissee este emhu
 ma dessas vezes que osEscravos ele oshavia
 entregar poremore quehavia Ser denoýte⁶³

⁶³ Também no final deste fôlio, após a última linha, há dois traços compridos, curvilíneos na ponta, e abaixo deles, três pequenos desenhos que se assemelham à forma da letra 'r' minúscula.

[illegible]

Edw. Henry La Junco

460 ||12r|| [[Denoýte]] fora deOras, porque tinha ordem
 para assim ofazer, Sem deClarár dequem
 edetreminando lhe oAuttur que osfosse en
 tregar aeleTestemunha, assim oexeCutou
 o dito Capitaõ domatto Levandoos emhu
 465 ma noýte hindo ahumaOra odito escravo
 algemado, eaOutra não esta Certo⁶⁴ oComo
 foý, emais não disse deste § E não SeContinha
 mais em odito Artigo eoqueIurou estaTes
 temunha aele que euSobredito Escrivaõ
 470 aquí passey porCertidaõ dos proprios autos
 queficaõ em meu poder eCartorio aqual
 escrevy eaSigney nestaCidade doRio de
 Janeiro Aos vinte eCoatro dias domesde
 Iulho de1783

475 Pedro Henrique daCunha

⁶⁴ Trecho sublinhado no manuscrito.

Relação de todos os Frades Conventuais no Convento do Carmo de São Paulo, com distincão dos approvados para confessor, e pregar, e de que o não são, por se não quizerem examinar

79

Approvados

Fr. João da Costa, Mestre e Doutor, Provincial actual	1
Fr. e Bernardo de Vasconcellos, Mestre Doutor, e Ex Provincial Real	2
Fr. São Pereira de Santa Anna, Mestre Doutor e Ex Provincial Real	3
Fr. São Antonio de Santa Anna, Mestre e Doutor	4
Fr. Innocencio de Dourado, Mestre Doutor, e Ex Provincial Real	5
Fr. Antonio Gonçalves, Mestre Doutor, e Definidor perpetuo	6
Fr. São Carmel, Mestre Doutor, e Definidor perpetuo	7
Fr. Fernando de Oliveira Lima, Mestre Doutor	8
Fr. Gregorio Nunes, Mestre Doutor, e Definidor actual	9
Fr. São Rodrigues, Mestre e Doutor	10
Fr. Domingos Loure, Mestre e Doutor	11
Fr. Amancio Furtado, Mestre Doutor e Secretario da Provincia	12
Fr. Manoel do Monte Carmello Silva, Precentado de Cadena	13
Fr. Thomaz da Madre de Deus, Precentado de Cadena	14
Fr. São Souza, Precentado de Pulpito, e Prior actual	15
Fr. João de São	16
Fr. São Pereira de Santa Inez, Precentado de Pulpito	17

Soma os Approvados

17

Não approvados

Fr. Damiao Lichtenhake, Mestre de Pulpito, e Definidor Geral	1
Fr. Mathheus Norantes, Mestre de Pulpito, e Ex Provincial Real	2
Fr. Miguel Antunes, Mestre de Pulpito, e Definidor perpetuo	3
Fr. São de Santa Catharina, Mestre de Pulpito, e Definidor actual	4
Fr. São Borja, Mestre de Pulpito, e Definidor perpetuo	5
Fr. Fernando do Monte Carmello, Mestre de Pulpito, e Definidor actual	6
Fr. João Rangel, Mestre de Pulpito	7
Fr. Antonio das Chagas Serra, Precentado de Pulpito, e Ex Provincial Real	8
Fr. Teopisto de Santa Anna, Precentado de Pulpito, e Convidado	9
Fr. São Galvão, Precentado de Pulpito, e Definidor actual	10
Fr. Antonio Lima, Precentado de Pulpito	11
Fr. Corneio de São João, Precentado de Pulpito, Definidor perpetuo, e Ex Provincial Titular	12
Fr. Manoel São de Santa Anna Lima, Precentado de Pulpito	13

17

||1r|| Relação de todos os Frades conventuaes no Convento do Carmo do Rio de Janeiro, com distinção dos aprovados para confessar, e pregar, e dos que o não são, por se não quererem examinar⁶⁵

Aprovados	
5	Frade Ioaõ daCosta, Mestre, e Doutor, Provincial actual..... 1
	Frade Bernardo de Vasconcellos, Mestre Doutor, e ExProvincial Real 2
	Frade Iozé Pereira de Santa Anna, Mestre Doutor, e ExProvincial Real 3
	Frade Iozé Antonio deSanta Anna, Mestre, e Doutor 4
	Frade Inocencio do Desterro, Mestre Doutor, e Ex Provincial Real 5 ⁶⁶
10	Frade Antonio Gonçalves, Mestre Doutor, e Definidor perpetuo 6
	Frade Ioaõ Coronel, Mestre Doutor, e Difinidor perpetuo 7
	Frade Fernando de Oliveira Pinto, Mestre Doutor 8
	Frade Francisco Thimoteo, Mestre Doutor, e Definidor actual 9
	Frade Iozé Rodrigues, Mestre, e Doutor 10
15	Frade Domingos Lopes, Mestre, e Doutor 11
	Frade Anastacio Furtado, Mestre Doutor, eSecretario da Provincia 12
	Frade Manoel doMonte Carmello Silva, Presentado de Cadeira 13
	Frade Thomé da Madre de Deos, Presentado de Cadeira 14
	Frade Iozé Fiuza, Presentado de Pulpito, e Priôr actual 15
20	Frade Simaõ Sodré 16
	Frade Iozé Pereira deSanta Thereza, Presentado de Pulpito 17
	Somaõ os Aprovados 17
Não Aprovados	
	Frade Damiaõ Quintanilha, Mestre de Pulpito, e Definidor Geral 1
25	Frade Matheus Nascentes, Mestre de Pulpito, e Ex Provincial Real 2
	Frade Miguel Antunes, Mestre de Pulpito, e Definidor perpetuo 3
	Frade Iozé deSanta Catharina, Mestre de Pulpito, e Definidor actual 4
	Frade Iozé Barreto, Mestre de Pulpito, e Definidor perpetuo 5
	Frade Fernando doMonte Carmello, Mestre de Pulpito, e Definidor actual 6
30	Frade Iuliaõ Rangel, Mestre de Pulpito 7
	Frade Antonio das Chagas Terra, Presentado de Pulpito, e Ex Provincial Real .. 8
	Frade Theodozio de Santa Anna, Presentado de Pulpito, eCustodio 9
	Frade Ioaõ Galvaõ, Presentado de Pulpito, e Definidor actual 10
	Frade Antonio Sena, Presentado de Pulpito 11
35	Frade Cosme Velho deSaõ Iozé, Presentado de Pulpito, Definidor perpetuo, e Ex Provin- cial Titular 12
	Frade Manoel Iozé deSanta AnnaCastro, Presentado de Pulpito 13
	Segue 17

⁶⁵ No canto superior direito do fôlio, há a numeração “Nº 9º”, que indica que este é o nono documento do “Capítulo do Carmo da Provincia do Rio de Janeiro”, que faz parte do volume 3 da coleção. Um pouco abaixo desse número, há a numeração do fôlio, sublinhada e escrita em tinta vermelha. Este documento inicia-se no fôlio 239 e termina no 240. Na presente edição, este nono documento do Capítulo do Carmo é acompanhado pelo manuscrito de nº 12, com a relação das fazendas e casas que pertenciam aos Conventos do Carmo, transcrito logo após este.

⁶⁶ Sobre esta linha e as duas inferiores há um carimbo elíptico do Arquivo Nacional.

<i>Soma dos Apromados.</i>	12
<i>Vem a Soma dos não apromados.</i>	13
<i>Dr. João Borges, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo.</i>	14
<i>Dr. João e Marciano, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo.</i>	15
<i>Dr. Domingos Mata, Presentado de Pulpito.</i>	16
<i>Dr. Francisco de Souza, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo.</i>	17
<i>Dr. Manoel Amaro, Presentado de Pulpito.</i>	18
<i>Dr. João do Carmo, Presentado de Pulpito.</i>	19
<i>Dr. João Vaz, Presentado de Pulpito.</i>	20
<i>Dr. Luiz de Santa Theresa Dague, Presentado de Pulpito.</i>	21
<i>Dr. Pedro do Nascimento, Presentado de Pulpito.</i>	22
<i>Dr. Antonio Lourenço, Presentado de Pulpito.</i>	23
<i>Dr. Manoel Pinto, Presentado de Pulpito.</i>	24
<i>Dr. João de Santa Anna, Presentado de Pulpito.</i>	25
<i>Dr. Domingos Lima, Presentado de Pulpito.</i>	26
<i>Dr. Alvaro de Andrade, Mestre de Juro em Pindamon.</i>	27
<i>Dr. João Manoel, Superior actual.</i>	28
<i>Dr. a Bernardo de Magalhães.</i>	29
<i>Dr. Ignacio Cunha.</i>	30
<i>Dr. Francisco de Santa Izabel.</i>	31
<i>Dr. Manoel de Silva.</i>	32
<i>Dr. Domingos Correa.</i>	33
<i>Dr. Ezequiel da Trindade.</i>	34
<i>Dr. João da Lourenço.</i>	35
<i>Dr. a Simão de Almeida.</i>	36
<i>Dr. Antonio de Souza.</i>	37
<i>Dr. João Pereira de Santa Rita.</i>	38
<i>Dr. Francisco Quentalha.</i>	39
<i>Dr. Riquel de Jesus Maria Pinheiro.</i>	40
<i>Dr. Paulo e João da Conceição.</i>	41
<i>Dr. Sebastião Lopes Barros.</i>	42
<i>Dr. Manoel Correa.</i>	43
<i>Dr. a João de Alencar.</i>	44
<i>Dr. João de Souza.</i>	45
<i>Dr. Carlos de Souza.</i>	46
<i>Dr. João Pedro de Santa Doroteia.</i>	47
<i>Dr. Vicente Almeida.</i>	48
<i>Dr. Manoel da Conceição.</i>	49
<i>Dr. Ignacio de Santa Anna.</i>	50

Segue.

	1v	Soma dos Aprovados	17
40		Vem a Soma dos não aprovados	13
		Frade Iozé Borges, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo	14
		Frade Felix Nascentes, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo	15
		Frade Domingos Mata, Presentado de Pulpito	16
		Frade Francisco deSouza, Presentado de Pulpito, e Definidor perpetuo	17
45		Frade Manoel Romeiro, Presentado de Pulpito	18
		Frade Iozé do Carmello, Presentado de Pulpito	19
		Frade Iozé Xavier, Presentado de Pulpito	20
		Frade Luiz deSanta Thereza Duque, Presentado de Pulpito	21
		Frade Pedro do Nascimento, Presentado de Pulpito	22
50		Frade Antonio Pereira, Presentado de Pulpito	23
		Frade Manoel Pinto, Presentado de Pulpito	24
		Frade Gomes deSanta Anna, Presentado de Pulpito	25
		Frade Domingos Leaõ, Presentado de Pulpito	26
		Frade Silverio de Andrade, Mestre de favor em Theologia	27
55		Frade Ioaõ Marianno, Superior actual	28
		Frade Bernardo de Magalhaens	29
		Frade Ignacio Cunha	30
		Frade Francisco deSanta Izabél	31
		Frade Manoel daSilva	32
60		Frade Domingos Correa	33
		Frade Estevaõ daTrindade	34
		Frade Iozé da Purificação	35
		Frade Thomaz Roberto	36
		Frade Antonio da Fonceca	37
65		Frade Iozé Pereira de SantaRita	38
		Frade Francisco Quintanilha	39
		Frade Miguel de Iezus Maria Proença	40
		Frade Paulo Iozé daConceição	41
		Frade Sebastiaõ Lopes Barroco	42
70		Frade Manoel Correa	43
		Frade Simaõ Salinas	44
		Frade Ioaõ deSouza	45
		Frade Antonio Terra	46
		Frade Ioaõ Pedro deSanta Perpetua	47
75		Frade Vicente Albino	48
		Frade Manoel da Assumpção	49
		Frade Ignacio de Santa Roca	50

Segue

Soma do Apontado		57
Vem a Soma do não apontado		60
Gr. Ignacio Gonçalves		51
Gr. Bernardino da Silva		52
Gr. Antonio do Amor Divino		53
Gr. Luiz de Almeida Canabro		54
Gr. Francisco da Madre de Deus		55
Gr. Ignacio Inaquim de Almeida		56
Gr. Manoel de Bonfatti		57
Gr. Salvador Bonfatti, Presentado de Pulgido		58
Gr. José de Jesus Maria Araújo, Presentado de Pulgido		59
Gr. José da Silva		60
Soma do não apontado		60
		<u>77</u>

	2r	Soma dos Aprovados	17
80		Vem a Soma dos não aprovados	50
	Frade Ignacio Gonçalves		51
	Frade Bernardino daSena		52
	Frade Antonio do Amor Divino		53
	Frade Luiz do Monte Carmello		54
85	Frade Francisco da Madre de Deos		55
	Frade Ignacio Ioaquim de Almeida		56
	Frade Manoel de Barcellos		57
	Frade Salvador Pessanha, Presentado de Pulpito		58
	Frade Iozé de Iezus Maria Araujo, Presentado de Pulpito		59
90	Frade Ioaõ daSilva		60
		Somaõ os não aprovados	<u>60</u>
			<u><u>77</u></u>

Relação das Fazendas e Casas que se sabem pertencer aos
diversos Conventos do Carmo, compreendidas na Província do Rio
de Janeiro

Casas	Convento do Rio de Janeiro	Fazenda Total
1. Fazenda da Leda	1	
Guaratiba	1	
Grati	1	
Guapi	1	
Lidade	1	
Macacú	1	
Ipitanga	1	
Quisemão	1	
Sumipêba	1	2

72. Moradas de Casas

	Convento de São Paulo	
Cariacal	1	
Aracamerim	1	
Alacica	1	
Grain	1	
Pontes	1	
Cagrasu	1	6

78. Moradas de Casas

	Convento de Santos	
Caica	1	
Una	1	2

80. Moradas de Casas e suas Chacaras

	Convento de Nupi	
Sabauma	1	
Santo Angelo	1	
Santo Albino	1	3

100.

Segue

20.

95 3r Relação das Fazendas, eCazas, que se sabem pertencer aos diversos Conventos doCarmo, comprehendidos na Provincia do Rio de Ianeiro. ⁶⁷		
	Cazas	Fazenda Totál
	Convento do Rio de Ianeiro.	
	A Fazenda da Pedra	1
	Guaratiba	1
	Iriri	1
100	Guapi	1
	Piedade	1
	Macacû	1
	Ipitanga	1
	Quisamân	1
105	Iurujûba	<u>1</u> 9
	72 Moradas de Cazas	
	Convento de São Paulo.	
	Capão Alto	1
	Sorocamerim	1
110	Aiacica	1
	Itaim	1
	Pontes	1
	Cagoassû	<u>1</u> 6
	18 Moradas deCazas	
115	Convento deSantos.	
	Gaieca	1
	Una	<u>1</u> 2
	10 Moradas de Cazas, e huá Chacara.	
	Convento de Mugí.	
120	Sabauma	1
	Santo Angelo	1
	Santo Alberto	<u>1</u> <u>3</u>
100	Segue	20

⁶⁷ No canto superior direito do fôlio, há a numeração “Nº 12º”, que indica que este é o décimo-segundo documento do “Capítulo do Carmo da Provincia do Rio de Janeiro”, que faz parte do volume 3 da coleção. Ao lado esquerdo do número 12º, há a numeração do fôlio, 258, sublinhada e escrita em tinta vermelha. A numeração deste 12º documento inicia-se no número 258 e termina no 259, que é um fôlio em branco.

Caixas			
Transporte			20.
<u>Convento da Ilha Grande</u>			
Ariri			1
Cametá			1
Lacúanga			3
<u>Convento da Capitania do Espírito Santo</u>			
Pirangua			1
Rio das Velhas			2
<u>Convento de Iti</u>			
Itom			1
Lidade			1
Parati			3
<u>Two.</u>		<u>Soma geral.</u>	<u>28</u>

125	3v Cazas	Fazendas	Totál
	100	Transporte	20
		Convento da Ilha Grande.	
	Ariró		1
	Camorim		1
	Iacuicanga		<u>1</u> 3
130		Convento da Capitania do Espírito Santo.	
	Piranema		1
	Rossas Velhas		<u>1</u> 2
		Convento de Itû.	
	Socorro		1
135	Piedade		1
	Tatubí		<u>1</u> <u>3</u>
	<u>100</u>	Soma geral	<u>28</u>

||1r||

4ª Secção⁶⁸

7ª Classe

Serie A

3ª Collecção.⁶⁹

5 Melhoramento da Arrecadação do Direito do Quinto. Luiz Beltraõ
Gouvea de Almeida.⁷⁰

⁶⁸ Não havia digitalização deste fôlio no CD enviado pelo Arquivo Nacional e esta era a única foto disponível do mesmo. Na parte superior deste fôlio, há registrada a numeração, “nº 3”, no centro. A anotação, cujo punho difere daquele que escreveu o título do documento, foi realizada em tinta preta, que provocava traçado mais grosso do que o instrumento utilizado no restante do fôlio. Tal numeração indica que este manuscrito pertencia à terceira coleção, conforme consta da linha 4, pois no fôlio seguinte há a numeração “Nº 2”, que provavelmente indica que ele era o segundo documento da Caixa 22, Classe 7, série A da Seção Histórica. Há também, no canto superior direito do fôlio, o número 7, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 4. A numeração deste documento, feita em algarismo arábico sublinhado, inicia-se no número 7 e termina no 34. Os fôlios 8 e 16 estão em branco.

⁶⁹ Na altura desta linha, na margem esquerda, há um carimbo do Arquivo Nacional, com os dizeres “Arquivo Nacional”. Todos os retos dos fôlios deste documento, à exceção dos fôlios 8 e 16, em branco, contêm esse carimbo no canto superior esquerdo.

⁷⁰ Abaixo desta linha, na diagonal, há a anotação “C. 22” (*Caixa 22*), em letras de corpo grande, escritas com giz de cera azul.

Mem. de Financas. Rec. 1

Nº 2

Melhoramento da
Arrecadação do Direito do
Quinto

Por

Luiz Bellas de Gouveia de Almeida?

||2r||⁷¹

Melhoramento da
Arrecadação do Direito do
Quinto⁷²

10

Por
Luiz Beltrão de Gouvea de Almeida.

⁷¹ Entre este fôlio e o anterior, há um fôlio em branco, cuja numeração no volume é 8. Por estar em branco, tal fôlio não foi considerado na contagem dos fôlios da presente edição.

⁷² No canto superior esquerdo do fôlio, há a anotação do ano do documento, 1790, escrita a lápis. Logo abaixo há o carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional” e, ao lado do título do manuscrito, o carimbo redondo. No canto superior direito, ao lado do número do fôlio, encontra-se a informação “Memoria Financeira. Brazil”, em letra de corpo pequeno, a lápis; e abaixo há a numeração “Nº 2”, sublinhada, escrita em giz de cera azul. A anotação “Nº 2”, conforme citado na nota de rodapé do fôlio anterior, indica provavelmente que este era o segundo documento da Caixa 22, Classe 7, série A da Seção Histórica.

Tendo falado incidentemente do Minério do Quinto quando tratei das utilidades, que se seguirão á Fazenda Real pela Faculdade, e ampla Liberdade de serem mineras das as terras da Demarcação Diamantina, e de todas as mais, que estão vedadas por se terem achado nelle Osmantes, não he fora de proposito apresentar as minhas observações d'quelle respeito: nem pelo que disse, nem pelo que vou a dizer, espero premio ou maior consideração a minha vaidade limitada se útil á minha Pátria; se auzo se verificarem, como estou convencido, as minhas ideias; se ellas com effeito não merecerem attenção, por haver em tudo Espirito de Contradição, e por tudo razões suaves dasquellas que talvez quizerão ser os Autores, sempre ao menor me fia o prazer de homem de bem, que he falar o que entende sem se embarçar com a approvação a Inicia.

Nam entre nas causas da Diminuição do Minério do Quinto da Capitania de Minas Geraes, todos sabem que o extravio; que a difficuldade da Mineração, por se terem esgotado os grandes Depozitos dos Uros; que a Ricana Forense, que tem em suspenso muitas, e boas Safras; que a grande difficuldade que o Mineiro tem de haver em boa conta, e preço o modo os Ceraos, o Ferro, que concorrem unidos, e se grandemente para a falta que se experimenta de anno a anno nesta qualidade do Minério Real, por em o attaque a todos estes males juntos he obra superior ás minhas forças, e que necessita de profundos, meditações, e delicadas especulações; o meu fim he a promover o 5.º do ouro, que actualmente se mineira;

||3r|| Tendo falado incidentalmente do Direito do Quinto quando tratei das utilidades, que se seguião á Fazenda Real pela Faculdade, e ampla Liberdade de serem minera-
 15 das as Terras da Demarcação Diamantina, e todas as mais, que estão vedadas por se terem achado nellas Diamantes, não he fora de prepozito apresentár as minhas observaçoens áquelle respeito: nem pelo que disse, nem pelo que vou a dizer, espero Premio ou maior concide-
 20 ração; a minha vaidade limitasse a sêr util á minha Patria; se acazo se verificarem, como estou convencido, as minhas ideias; se ellas com effeito não merecerem attenção, por haver em tudo Espiritos de contradicção, e para tudo razoens suasorias daquelles que
 25 talvez quizerão sêr os Autores, sempre ao menos me fica o prazer de homem de bem, que he falar o que entende sem se embarçar com a aprovação a lheia.

Nam entro nas cauzaes da Diminuição de
 30 Direito do Quinto da Capitania de Minas Geraes; todos sabem que o extravio; que a difficuldade da mineração, por se terem esgotado os grandes Depozitos dos rios; que a Xicana Forense, que tem em suspenso muitas, e boas Lavras; que a grande difficuldade
 35 que o Mineiro tem de haver em boa conta, e preço comodo os Escravos, e Ferro, que concorrem unidos, e se paradamente para a falta que se experimenta de anno a anno nesta qualidade de Direito Real; porem o ataque a todos estes males juntos he obra superior ás minhas forças, e que necessita de profundas meditaçoens, e delicadas especulaçoens; o meu fim he
 40 aproveitar o 5º do Ouro, que actualmente se minera,

diminuir o somma do Extravio; simplificar a Recuperação diminuindo a sua despesa; augmentar o Direito da Brascagem da Moeda; e por consequencia a utilidade da Fazenda Real, simplificar este Direito mais oneroso ao Público.

Para entrar com algum methodo na expozição das minhas ideias, devo primeiro classificar o Extravio; o mais prejudicial he o do Ouro em pó, porque não paga 5.^o nem Direito da brascagem; o segundo he o do ouro em Barra depois de fundido, e paga o 5.^o, mas que não entra na Cay da Moeda, e he enviado para a Europa ou para a Azia para saldar o commercio authorizado, ou clandestino, que os Negociantes das Barcas do Brazil tem naquellas duas Partes do Mundo. O 5.^o he huma consequencia do primeiro, e do segundo, e vem a ser a falsificação da Barra de Ouro, que se faz nos mesmos Sítios do Brazil, vindo para elle o ouro em pó, e fundindo se para passiar como fundido para a Europa, e para a Azia.

Todos sabem que o Mineiro não he Author de nenhuma das Classes do sobredito extravio, elle paga (com o ouro puro da sua Lavra) todos os Genios, que lhe são precizos; este Ouro gira de mãos com mãos either caber ou na do Homem de boa fé que o leva á Fundição, ou na do Extraviador, que principia em Minas a agiotagem do Extravio: este ouro pois que se demora no giro, que sahe do dominio do Mineiro, veio por diferente rotinas caber na mão do Commerciantes, que sendo devedor ás Barcas do Commercio, transporta o para ellas por diferentes vias, aonde he dada o valor real que tem; sem pagar o 5.^o, e sem receber a perda de 10, e 12 por cento; como

||3v|| [[di]]minuir a somma do Extravio; simplificar a recepção

45 diminuindo a sua despesa; augmentar o Direito da Bracagem da moeda, e por consequencias as utilidades da Fazenda Real, sem ficar este Direito mais onorozo ao Publico.

Para entrar com algum methodo na exposição
 50 das minhas ideias, devo primeiro classificar o extravio; o mais prejudicial he o do ouro em pó, porque não paga 5º nem Direito da bracagem; o segundo he o do ouro em Barra depois de fundido, e pago o 5º, mas que não entra na caza da Moeda, e he enviado para a Europa
 55 ou para a Azia para saldar o Commercio authorizado, ou clandestino, que os Negociantes das Praças do Brazil tem naquellas duas Partes do Mundo. O 3º he hum consequencia do primeiro, e do segundo, e vem a sêr a falcificação da Barra de ouro, que se faz nos mesmos Portos do Brazil, vindo para elles o ouro em pó, e
 60 fundindo se para passár como fica dito para a Europa, e para a Azia.

Todos sabem que o Mineiro não he Author de nenhuma das Classes do sobredito extravio, elle paga
 65 com o ouro puro da sua Lavra todos os Generos, que lhe são precizos; este ouro gira de mão em mão athe cahir ou na do Homem de boa fé que o leva á Fundição, ou na do Extraviador, que principia em Minas a agiotage do extravio: este ouro pois
 70 que se demora no giro, que sahe do dominio do Mineiro, veio por diferente rotinas cahir na mão do Commerciante, que sendo devedor ás Praças do Commercio, transporta-o para ellas por diferentes vias, aonde lhe dá o valor real que tem, sem pagar o 5º,
 75 e sem receber a perda de 10, e 12 por cento; como

acon-

ARQUIVO NACIONAL

(cont.) nas fundições a todo o ouro que anda no g.
ro, porque os Validadores não se esqueçam de augmen-
tar a sua Moeda, juntando-lhe Terra, ou diferentes
Metaes.

Não ha certamente coisa mais extravagante
do que edificar duas Casas de Moeda em dois pontos do lha-
do do Brazil distantes da Minas, comde se extrahê o
Ouro, huma nos Seguros, que he o Rio de Janeiro, ou-
tra no, que he a Bahia, em quanto na Capitania
de Minas he ao mesmo tempo a Casa de Fundição
que fazem da Bejeza a Sua Mag.^d 59. L. 014 963. r.
com 20.000.000. r. daquella Casa de Moeda rema-
a Bejeza no Brazil 79. L. 014 963. r.; não falo dos
Generos que vão da Europa, que vem a sêr Solimã,
Agua Forte, Cadilhos. &c. porque não sei a importan-
cia de seu valor: quem não vê que esta despeza he
superflua para reduzir hum metal ao ligo, que elle
ordinariamente tem? quem não vê que quando
mais se demora estas operações Químicas, quan-
to mais se complica, maior occasião se preste
ao extravio, e maior despeza fazem? quem não
sabe que todo o Genero de Extravio caminha mas
arruinado, quanto mais se facilita? Não ha co-
za mais simples do que levar o Mineiro o seu
ouro a huma Casa de Moeda estabelecida em
Minas, recebe-lo em Moeda de diferentes valores
para fazer os grandes, e pequenos pagamentos.

Não he possível que o extravio contem-
plado nas suas diferentes Clases possa continuar es-
tabelecida que sejam duas Casas de Moeda na Ca-
pitania de Minas Geraes: o Ouro passa da mão
do

||4r|| [[acon]]tece nas Fundiçoens a todo o ouro que anda no giro, porque os Falceficadores não se esquecem de augmentar a sua moeda, juntando-lhe Terra, ou diferentes

80 Metáes.

Nam ha certamente couza mais extravagante do que edificar duas cazas de Moeda em dois Portos do Mar do Brazil distantes de Minas, aonde se extrahe o Ouro, huma 100 Legoas, que he o Rio de Janeiro, ou-

85 tra 300, que he a Bahia, em quanto na Capitania de Minas ha ao mesmo tempo 4 cazas de Fundição que fazem de Despeza a Sua Magestade 59.401Cr963 reis com 20.000Cr000 reis daquellas Cazas da Moeda soma a Despeza no Brazil 79.401Cr963 reis; não falo dos

90 Generos que vão da Europa, que vem a sêr Solimão, Agua Forte, Cadilhos. *etcaetera* porque não sei a importancia do seu valor: quem não vê que esta despeza he superflua para reduzir hum metal ao Uzo, que elle ordinariamente tem? quem não vê que quanto

95 mais se demorão estas operaçoens Quimicas, quanto mais se complicão, maior occasião se presta ao extravio, e maior despeza fazem? quem não sabe que todo o Genero de extravio caminha mais arriscado, quanto mais se facilita? Não ha cou-

100 za mais simples do que levar o Mineiro o seu ouro a huma caza de moeda estabelecida em Minas, recebe-lo em moeda de diferentes valores para fazer os grandes, e piquenos pagamentos.

Nam he possivel que o extravio contemplado nas suas diferentes classes possa continuar, estabelecidas que sejam duas cazas de Moeda na Capitania de Minas Geraes: o ouro passa da mão

do

do Mineiro, immediatamente que he extrahido da
 Terra para humo dasquellas lazars de donde se lha
 extrahi o 5.^o; e o Mineiro da brayagem para depois en-
 trar no giro que deve ter: em lugar de girar em giro
 por 619769 moradores (que era a população da Ca-
 pitania do Minas no anno de 1776) não cahe naquelle
 especie mais do que a centesima parte, e por conse-
 quencia so humo centesima partes do extrahido, quan-
 do o haja he que pode ser contemplado: e ainda esta
 centesima parte fua em humo to, porque o Mineiro
 he quasi todo de braço; alem desta utilidade, pas-
 sando o ouro da Mão do Mineiro para a Moeda
 não perde Sua Mag.^d 10 por cento quando reduz
 seu Dinheiro a Moeda, e vem a lucrar em 50 arrobas
 5; e tem alem disso o Direito de Brayagem de 250
 Arrobas; e supondo que a metade deste peso era o
 que passava em Barra depois de extrahido o
 5.^o p.^o o Estrangeiro, ou para a Azia importa a
 Brayagem das 125 Arrobas em 381.000.000 rs.
 que he o Suuro de 400.000.000 rs. em cada moeda de 600.000 rs.
 ou de 800.000 rs. nas Moedas de 400.000 rs.; ainda
 este Suuro he contemplado n'hum mediano valor
 pois deve se notar que a moeda universal he
 feita com ouro de 22 2.^{ta} e que o ouro das capi-
 tanias humo 5.^{ta} parte delle deixará de tocar 22 2.^{ta};
 todo o mais excede este toque a 23 3.^{ta} por con-
 sequencia 2/3 partes do dito ouro desta excedente
 toque deixando de entrar na lara da Moeda com
 Sua Mag.^d 300 Particulares a vender o valor da
 quelle maior toque, e a saldar o de menor para o
 elevarem ao de 22. Tambem se deve notar que
 todo

||4v|| [[do]] Mineiro; immediatamente que he extrahido da
 110 Terra para huma daquellas Cazas de donde se lhe
 extrahe o 5º, e o Direito da braçagem para depois en-
 trar no giro que deve ter: em lugar de girar em pó
 por 319.769 moradores (que era a população da Ca-
 pitania de Minas no anno de 1776) não cahe naquella
 115 especie mais do que a centessima parte; e por conse-
 quencia so huma centessima parte do extravio, quan-
 do o haja he que poder sêr contemplado; e ainda esta
 centessima parte fica em hum 10, porque o mineiro
 he quazi todo de boa fê; alem desta utilidade, pas-
 120 sando o ouro da mão do Mineiro para a moeda
 não perde Sua Magestade 10 por cento quando reduz o
 seu Quinto á moeda, e vem a lucrar em 50 arrobas
 5; e tem alem disso o Direito de Braçagem de 250
 Arrobas; e supondo que a metade deste pezo era o
 125 que passava em Barra depois de extrahido o
 5º para o Estrangeiro, ou para a Azia importa a
 Braçagem das 125 Arrobas em 38.400Cr000 reis
 que he o Lucro de 400 reis em cada moeda de 6Cr400 reis,
 ou de 800 reis nas moedas de 4Cr800 reis; ainda
 130 este Lucro he contemplado n'hum mediano valor,
 pois deve-se notar que a moeda universal he
 feita com ouro de 22 Quilates e que o ouro das Capi-
 tanias huma 3ª parte delle deixará de tocar 22 Quilates,
 todo o mais excede este toque athe 23»3» por con-
 135 sequencia 2/3 partes do dito ouro deste excelente
 toque deixando de entrar na caza da Moeda, vem
 Sua Magestade, e os Particulares a perder o valor da
 quelle maior toque, e a saldar o de menor para o
 elevarem ao de 22. Tambem se deve notar que
 toda

Toda a macela estrangeira em que se fez a operação química se hão achado fabricada de ouro de 22 2^{as} furos, sendo a refina do mesmo 22 furos; não ha razão nenhuma para que se deias de seguir o mesmo método, e se não aproveite esta utilidade, que parece de pequeno momento, mas que he verdadeiramente interessante, calculada sobre humas grandes quantias de ouro, tal como a de 250 arrobas, de que se tira o 5^o de 50.

He necessario que o commerciante seja hum fidal Vassallo para registar a tentação do extravio; ja disse que o Mineiro, e Proprietario nunca ~~se~~ extraviam, elles não tem relações com as Casas de Commercio, apartem nas suas Laoras, e Propas isolados das grandes Sociedades, onde não tem trato algum com os traficantes, porisso entre mil extravios, apenas haverá hum feito por Mineiro, ou Proprietario; pelo contrario succede com o commerciante, em cujas mãos vai resahir o ouro depois de girar por immensas; este ouro ja falsificado, e empregado de materias heterogeneas, alterado depois que sahio da Mina, e das mãos do Mineiro, não pode certamente deixar de ser levado por extravio: O commerciante vê que deve, por exemplo em qualquer Casa de Commercio 1.000 outaivas de ouro, propoe esta mesma quantia por fundir, e com ella pretende saldar as suas contas com os seus Creditores; se a fundição que perde 20 p^o cento que he o 5^o, e que alem disso perde 10 e 12 p^o de quebra na fundição que he o segurado

das

||5r|| [[toda]] a moeda Estrangeira em que se fizer operação quimica se ha de achar fabricada de ouro de 22 *Quilates* fracos, sendo a nossa dos mesmos 22 fortes; não ha razão nenhuma para que se deixe de seguir o mesmo me=
 145 thodo, e se não aproveite esta utilidade, que parece de piqueno momento, mas que he verdadeiramente interessante, calculada sobre huma grande quantia de ouro, tal como a de 250 arrobas de que se tira o 5º de 50.

150 He necessario que o Comerciante seja hum fiel Vassallo para rezistir á tentação do extravio; ja disse que o Mineiro, e Rossieiro nunca são extraviadores, elles não tem Relações com as Praças de Commercio, assistem nas suas Lavras, e Rossas issolados das
 155 grandes Povoações, onde não tem trato algum com os traficantes; porisso entre mil extravios, apenas haverá hum feito por Mineiro, ou Rossieiro; pelo contrario succede com o Comerciante, em cujas mãos vai recahir o ouro depois de girar por
 160 immensas; este ouro ja falceficado, empregnado de materias othrogeneas, alterado depois que sahio da Mina, e das mãos do Mineiro, não pode certamente deixar de sêr levado por extravio: O Comerciante vê que deve, por exemplo em qual-
 165 quer Praça de Commercio 1.000 outaivas de ouro, possue essa mesma quantia por fundir, e com ella pertende saldar as suas Contas com os seus Credores; se afundo sabe que perde 20 por cento que he o 5º, e que alem disso perde 10 e 12 por
 170 *Cento* de quebra na fundição que he o resultado
 das

das falsificações, que se fazem no mesmo ouro os diversos indivíduos, por cujas mãos elle girou, até chegar áquelle estado, e era aqui o Negociante porle n'humas quasi necessidade de contrariar a Ley; admira como se tenha por tanto tempo ignorado, ou tolerado estes erros, podendo ser acautelados na sua origem.

Creio quão temer, ou ter os planos da Fabricação da Moeda falsa tem embaracado até agora, que o Governo adopte o estabelecimento das Lays da moeda; he preciso que eu mostre que he mais difficiltozo estabelecer humas Lays de moeda na Capitania de Minas de Goyaz, ou de Matto Grosso do que em qualquer Porto de Mar, aonde actualmente ellas estã estabelecidas, por conta de Sua Mag.^d Quem não vê que he preciso humas Fabricas complicadas para a factura da Moeda? Em nenhuma parte pode haver mais comodo para esta Fabrica do que em hum Porto de Mar, para onde podem vir do Estrangeiro os Cunkos, e todos os Instrumentos necessarios: nas Cidades populosas só humas Policia muito vigilante pode indagar, e saber o que cada individuo faz na sua casa, a sua occupação, e Officio; pelo contrario nas Capitancias acima mencionadas, aonde apenas haerão hum Homem, que deicerto ser sortheido pelo Magistrado, e Juiz de Paz; julga ao mais pelo que a mim me acontêce; em humas Lays de 11.0 Leguas de comprimento, e 100 de largo qual era o do Sabará, não haeria humas só de poz estabelecida, que eu não conhecesse no tempo em que

||5v|| [[das]] falceficaçãoens que fizerão no mesmo ouro os diversos
Individuos, por cujas mãos elle girou, athe chegár áquelle
estado, e exaqui o Negociante posto n'huma quazi neces
175 sidade de contravir á Ley; admiro como se tinham por-
tanto tempo ignorado, ou tolerado estes erros, podendo
sêr acautelados nasua origem.

Creio que o temor, ou terror panico da fabrica-
ção da moeda falça tem embaraçado athe agora que
180 o Governo adopte o estabelecimento das Cazas da moeda
he preciso que eu mostre que he mais difficultozo es-
tabelecer huma caza de moeda na capitania de
Minas de Goyaz; ou de Matto Grosso do que em
qualquer Porto de Már, aonde actualmente ellas es-
185 tão estabelecidas por conta deSua Magestade Quem
não vê que he preciso huma Fabrica complicada
para a factura da moeda? Em nenhuma par-
te pode haver mais comodo para esta Fabrica
do que em hum Porto de Már, para onde podem
190 vir do Estrangeiro os cunhos, e todos os Instrumen-
tos necessarios: nas Cidades populozas só huma
Policia muito vigilante pode indagár, e saber
o que cada Individuo faz na sua caza, a sua oc-
cupação, eOfficio; pelo contrario nas capitancias
195 acima mencionadas, aonde apenas haverá hum
Homem, que deixe de sêr conhecido pelo Magis-
trado, e Justiças do Paiz; julgo aos mais pelo que
a mim me aconteece; em huma comarca de
140 Leguas de comprimento, e 100 de largo qual
200 era a do Sabará, não haveria huma só Pessoa
estabelecida, que eu não conhecesse no tempo em
que

ARQUIVO NACIONAL

que ali fui ouvidor; o mesmo mo aconteceu na Comarca do Serro do Frio, sendo nelle Intendente dos Diamantes; isto quer a mim mo succedea aonde eu estava estabelecido.

Além disto para se estabelecer humo Lazareto Moeda em Minas he necessario que os Proprietarios della sejam ou Mineiros, ou Comerciantes para terem hum fundo do ouro capaz de tentar a ambição pelos Lueros; não ha Mineiro que tire actualmente o ouro para fazer o objecto de humo Lazareto Moeda; pelo que sepeita os commerciantes, logo que elle não vende o seu Genero a ouro em pó, falta-lhe o objecto primario para a dita Fabrica; a qualques outro Individuo que não seja Mineiro succede o mesmo; para haver o ouro em pó he preciso have-lo da mão do Mineiro, não de hum só, mas de muitos, porque humo piqueno parcella, e hum piqueno Luoer não he objecto de tentação, e para se fazer huma maior aquisição he preciso que o falsificador hajades muitos Mineiros a quem tirar neopharias para a dita Fabrica; he preciso que elle tente a muitos, e estas diligencias não se fazem com tanto segredo que não transpirem; além de que a maior parte dos Mineiros são Homens de attizada bondade.

Tambem he couza admiravel que se tenta a falsificação da Moeda, e que se não tem a ao mesmo tempo a falsificação do ouro em pó; a razão do temer da primeira falsificação he a mesma.

||6r|| [[que]] ali fui ouvidor; o mesmo me aconteeo na comar-
 ca do Serro do Frio, sendo nella Intendente dos Diaman-
 205 tes; isto que a mim me succedeo acontece aos outros Ma-
 gistrados.

Alem disto para se estabelecer huma caza da
 Moeda em Minas he necessario que os Proprietarios
 della sejam, ou Mineiros, ou commerciantes para te=
 210 rem hum fundo de ouro capaz de tentár a ambi-
 ção pelos Lucros; não ha Mineiro que tire actual=
 mente o ouro para fazer o objecto de huma caza de
 Moeda; pelo que respeita ao commerciante, logo
 que elle não venda os seus Generos a ouro em pó, fal-
 215 ta-lhe o objecto primario para a dita Fabrica; a
 qualquer outro Individuo que não seja Mineiro suc-
 cede o mesmo; para haver o Ouro em pó he preci[zo]⁷³
 have-lo da mão do mineiro, não de hum só, mas de
 muitos porque huma piquena parcella, e hum
 220 piqueno Lucro não he objecto de tentação, e
 para se fazer huma maior aquisição he preciso
 que o falceficador haja de muitos Mineiros as quan-
 tias necessarias para a dita Fabrica; he preciso
 que elle tente a muitos, e estas diligencias não
 225 se fazem com tanto segredo que não transpirem,
 alem de que a maior parte dos Mineiros são Ho-
 mens de attestada boa fé.

Tambem he couza admiravel que se tema
 a falcificação da moeda, e que se não tema ao
 230 mesmo tempo a falcificação do Ouro em pó; a
 razão do temor da primeira falcificação he a mes-
 ma

⁷³ Intervenção do editor: não há no manuscrito a sílaba –zo.

ma) que deve haver na segunda; na primeira a perda se perder 6, e 8 por cento inrenovavelmente, por que a bruta, ou o cobre nestas quantidades unido com o ouro feito em Moeda, são difficultozas de conhecer; na segunda o cobre, o Latão, o Ferro, e a Terra tudo he misturado com o ouro, e faz humo perda de 10 e 12 p. c. quando entra na Fundição.

Ainda que os males particulares não são contemplados, quando se trata da cauza publica, e na sua sensibilidade com tudo he tocada, quando não puder hum individuo da nossa especie; deste principio nasce o que vou a dizer, vendo que o estabelecimento das Casas da Moeda em Minas vão prejudicar a humo duzia de individuos occupados athen agora nas Fundições; conheço muito bem que o Estado tem humo quasi obrigação de occupar os Raphaellos benemeritos nos Lugares que são de Serviço do mesmo Estado; mas quando estes Lugares são onerosos; quando elles são cruzados, quando a cauza publica pede economia; he huma injustiça feita aos mais Raphaellos a sua conservação; porque a despeza que elles fazem falta às necessidades do Estado, e hade reuahir por consequencia sobre a Sociedade em geral: deve ser humo humo Axioma Economico de todo o Governo que qualquer verba da Despeza feita sem necessidade, ou sem utilidade para o Governo he onerosa, e prejudicial a Sociedade em união. Além de que os Officiaes da Casa da Fundição e titimitor devem ficar com

||6v|| [[ma]] que deve haver na segunda; na primeira
pode-se perder 6, e 8 por cento insencivelmente, por
235 que a Prata, ou o cobre nestas quantidades unidos
com o ouro feito em Moeda são dificultozas de conhe-
cer; na Segunda o cobre, o Latão, o Ferro, e a Terra
tudo he misturado com o ouro, e faz huma perda
de 10, e 12 por *Cento* quando entra na Fundição.

240 Ainda que os males particulares não são con-
templados, quando se trata da cauza publica, a nos-
sa sensibilidade com tudo he tocada, quando vê
padecer um Indivíduo da nossa especie; deste
princípio nasce o que vou a dizer, vendo que o esta
245 belecimento das Cazas da Moeda em Minas vão pre-
judicar a huma duzia de Indivíduos occupados athe
agora nas Fundiçoens; conheço muito bem que o
Estado tem huma quazi obrigação de occupar os Vassal=
los benemeritos nos Lugares, que são de Serviço do
250 mesmo Estado; mas quando esses Lugares são one-
rozos; quando elles são escuzados, quando a cauza
publica pede economia; he huma injustiça feita
aos mais Vassallos a sua conservação; porque a
despeza que elles fazem falta às precizoens do
255 Estado, e hade recahir por consequencia sobre a
Sociedade em Geral: deve sêr hum [[hum]] Axióma
Economico de todo o Governo que qualquer verba
da Despeza feita sem necessidade, ou sem utili-
dade para esse Governo he oneroza, e prejudicial
260 a Sociedade em união. Alem de que os Officiaes
da caza da Fundição extinctos devem ficár com

SEGURO NACIONAL

o Minuto de preferencia aos Lugares que vagarem nas Lazas de Moeda; e pelo que respeita aos Ministros occupados nas Intendencias, ou Fundaçoes, deve saber-se que em Minas, estabelecendo-se somente duas Lazas de Moeda, o que deve sêr, vem a faltar somente o Lugar de Intendente de Sabará occupado, porque no Terro do Urco serve de Intendente do Ouro o Ouvidor da Comarca; no Rio das Mortes, e Villa Rica devem os dois Intendentes das Fundaçoes ficar Intendentes das Lazas de Moeda.

Para facilitar aos Mineros o cambio do seu ouro limpo, e puro tal como elles o extrahem da Mina não são preciso mais estabelecimentos, do que aquelles que estão feitos nos confins de Minas, aproximando os mais para o seu centro; estes estabelecimentos tem o nome de legistos, e servião de permutar o Ouro em pó por Moeda aos viajantes, que sahião de Minas, ou a Moeda por ouro em Barra, e pó aos que entravam para elles: ainda estes estabelecimentos devem sêr diminuidos do seu numero, por quanto duas Lazas de Moeda, huma em Villa Rica, outra em S. João d'El Rey com o legisto de permuta em Sabará, em S.ª Barbara, em Pitangui, em Parauape, em Villa do Principe, em Minas, Nova, na Campanha de Rio Verde, e na Villa de Queluz são muito bastantes, e unicamente necessarios para o dito fim, vindo por consequencia a abulir os demais de necessarios, e inúteis.

H.

||7r|| [[o]] Direito de preferencia aos Lugares que vagarem
nas Cazas de moeda; e pelo que respeita aos Ministros
265 occupados nas Intendencias, ou Fundiçoens, deve sa-
ber-se que em Minas, estabelecendo-se somente duas
cazas de Moeda, o que deve sêr, vem a ficár somen-
te o Lugar de Intendente deSabará escuzado,
porque no Serro do Frio serve de Intendente do
270 Ouro o Ouvidor da comarca; no Rio das Mortes, e
Villa Rica devem os dois Intendentes das Fundi-
çoens ficar Intendentes das Cazas de moeda.

Para facilitar aos Mineiros o Cambio do
seu ouro limpo, e puro tal como elles o extrahem
275 da Mina não são precizos mais estabelecimentos
do que aquelles que estão feitos nos confins de
Minas, aproximando os mais para o seu centro;
estes estabelecimentos tem o nome de registos, e
servião de permutar o ouro em pó por Moeda
280 aos viajantes, que sahião de Minas, ou a Moeda
por ouro em Barra, e pó aos que entravão para
ellas: ainda estes estabelecimentos devem sêr
diminuidos do seu numero, por quanto duas Ca-
zas de Moeda, huma em Villa Rica, outra em
285 São João d'ElRey com os registo[s]⁷⁴ de permuta
em Sabará, em *Santa Barbara*, em Pitungui,
em Paracabu, em Villa do Principe, em Minas
Novas, na Campanha de Rio Verde, e na Villa
de Queluz são muito bastantes, e unicamente ne-
290 cessarios para o dito fim, vindo por consequencia
a abulir-se 11 como desnecessarios, e inuteis.

He

⁷⁴ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural -s.

He e propria d'este Lugar huma observação a respeito da Laza da Moeda estabelecida na Bahia; esta Laza apenas chega a seu rendimento e equilibrar a Despesa que Sua Magestade faz com ella, devese ser, como a do Rio de Janeiro, abolida totalmente, e transportada para Minas; mas o curso da Camara da Jacobina, e o que sem gula via do Commercio da Costa da Mina, deve fazer necessaria ainda naquella Cidade huma mais Laza de Moeda, pois apim como a Receita tem diminuido 3 partes, tambem o trabalho tem diminuido outro tanto, e por consequencia a Despesa deve tambem ser reduzida a 3 partes menos; desta Laza deve sahir a Moeda para huma 10 Laza de permuta, que deve ficar na Jacobina, por serem aquellas Minas de pouca consideração, e dever ser o primeiro objecto do Ministerio embarazar que desça de Minas o ouro em pó, ou Barra para evitar o extravio em todas as Elahes em que foi notado.

A conclusão de tudo o que foy dito, vem a reduzir-se as seguintes; abolidas as Lazas de Fundição; estabelecidas as duas Lazas de Moeda; prohibido o giro do ouro em pó, ou Barra; concedido 6 mezes para ser o mesmo ouro conduzido ás Lazas de Moeda, ou permuta; pena de ser reputado extraviador todo o que se achiar com esta qualidade de ouro alem do espaço concedido; os Mineiros, e Faiscadores obrigados a primicias de

||7v|| [[He]] propria deste Lugar huma observação
a respeito da Caza da moeda estabelecida na Ba=
295 hia; esta Caza apenas chega o seu rendimento
a equilibrár a Despeza que Sua Magestade faz com ella,
devera sêr, como a do Rio de Janeiro, abolida total-
mente, e transportada para Minas; mas o ouro da
Camara da Jacobina, e o que vem pela via do Com-
300 mercio da Costa da Mina, deve fazer necessaria
ainda naquella Cidade huma meia Caza de Moe-
da, pois assim como a receita tem diminuido 3
partes, tambem o trabalho tem diminuido outro
tanto, e por consequencia a Despeza deve tambem
305 sêr reduzida a 3 partes menos; desta caza de-
ve sahir a moeda pará huma só Caza de per=
muta, que deve ficár na Jacobina, por serem
aquellas Minas de pouca concideração, e dever sêr
o primeiro objecto do Ministerio embarçar que
310 desça de Minas o ouro em pó, ou Barra para
evitar o extravio em todas as Classes em que foi
notado.

A concluzão de tudo o que fica dito, vem
a reduzir-se ao seguinte; abolidas as Cazas de
315 Fundição; estabelecidas as duas Cazas de moeda;
prohibido o giro do ouro em pó, ou Barra; conce-
didos 6 mezes para sêr o mesmo ouro conduzido
às Cazas de Moeda, ou permuta; pena de sêr
reputado extraviador todo o que se achar com esta
320 qualidade de ouro alem do espaço concedido; os
Mineiros, e Faiscadores obrigados os primeiros to=
dos

dos os mezes, os segundos todas as semanas, a fim de
bregar o ouro, que extrahirem limpo, e puro da lapa-
da Moeda, aonde as houver, ou de commissão, e
permuta; todas as compras, e vendas serão feitas
de futuro em Moeda corrente; todo o vendedor, ou
comprador em ouro em pó deverá ser reputado
como extravieador, e deverá sentir a pena, que
a Ley estabelecer.

Tudo o que fôr dito a respeito da capita-
nia de Minas Geraes, deve entender-se seme-
lhantemente para a de Goyaz, e Mato Grosso,
fixando em cada huma dellas huma só Casa
de Moeda em lugar de Fundições, estabele-
cendo Casas de permuta em lugar de Registos na-
quelles sitios somente, em que houver mine-
ração de ouro, servindo cada huma dellas pa-
ra os Mineiros da distancia de 10 atthe 15 Le-
goas: Tambem devo advertir, que tanto as
Casas de Fundição em Minas, como de Moeda
forão antigamente providas de Officiaes super-
fluos (erro de todas as Instituições Portuguezas,
porisso se consume toda a utilidade em Mespa-
za) este erro proprio do fausto, do caracter
Nacional deve ser abolido, reduzindo os Officiaes
ao numero justamente necessario.

Nam he propavel calcular a importan-
cia dos Dividos que a Fazenda Real reube
nos primeiros 6 mezes do estabelecimento das Ca-
sas de Moeda, por que estes Dividos são relati-
vos

||8r|| [[dos]] os mezes, os segundos todas as semanas, a hir en=
 tregar o ouro, que extrahirem limpo, e puro às Cazas
 325 da Moeda, aonde as houver, ou de commissão, e
 permuta; todas a[s]⁷⁵ compras, e vendas serão feitas
 de futuro em moeda corrente; todo o vendedor, ou
 comprador em ouro em pó deverá sêr reputado
 como extraviador, e deverá sentir a pena, que
 330 a Ley estabelecer.

Tudo o que fica dito a respeito da Capita
 nia de Minas Geraes, deve entender se sime=
 lhantemente para a de Goyaz, e Matto Grosso,
 ficando em cada huma dellas huma só Caza
 335 de Moeda em lugar de Fundiçoens, estabele-
 cendo cazas de permuta em lugar de registos na-
 quelles sitios somente, em que houver mine-
 ração deouro, servindo cada huma dellas pa-
 ra os Mineiros da distancia de 10 athe 15 Le-
 340 goas: Tambem devo advirtir, que tanto as
 cazas de Fundição em Minas, como de moeda
 forão antigamente providas de Officiaes super-
 fluos (erro de todas as Instituiçoens Portuguezas,
 porisso se consome toda a utilidade em Despe-
 345 za) este erro proprio do fausto, do character
 Nacional deve sêr abolido, reduzindo os Officiaes
 ao numero justamente necessario.

Nam he possivel calcular a importan-
 cia dos Direitos que aFazenda Real recebe
 350 nos primeiros 6 mezes do estabelecimento das Ca-
 zas de Moeda, por que estes Direitos são relati-

vos

⁷⁵ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural -s.

1.ª a quantidade de) ou o erro de) ou a) enlaçada no cap.
 Histo, ou tempo, que) anda) alternamente, em giro; tanto
 hum, como outro, entra) immediatamente na) leza) do)
 No)da; o primeiro paga) o Direito de) Bracagem; o
 2.º paga) o 3.º e a mesma Bracagem; e o produto de)
 ambos pode talvez fazer hum total bem importante
 para as actuaes circumstancias; mas ainda que)
 esta utilidade de) occazão se não verificasse, nem
 porisso deixava de) ser superior o Mithodo pa)so por)
 pelas utilidades annuaes, que se derivão d'elle. O E)
 tado he) humma grande familia; em que as precizaes
 se succedem. O Day de) familia não dexa)as qua)l)
 tem o numerario para as necessidaes prezentes, e
 futuro inerte dese)the o mesmo cuidado; melhora
 as suas rendas, e thezouriza para acudir a neces)
 sidade, quando se a prezente, e á the)chega) a eco)
 nomizar, com esta) vista) foi dictada a) proviza)
 junta, de que ignora a fortuna, e o resultado.

||8v|| [[vos]] á quantidade de ouro em Barra estagnado nos cofres
fortes, ou em pó que anda actualmente em giro; tanto
355 hum, como outro, entra immediatamente na Caza da
Moeda; o primeiro paga o Direito de Braçagem; o
2º paga o 5º e a mesma Braçagem, e o producto de
ambos pode talvez fazer hum total bem importante
para as actuaes circumstancias; mas ainda que
360 esta utilidade de occazião se não verificasse, nem
porisso deixava de sêr necessario o methodo ja exposto
pelas utilidades annuaes, que se derivão delle: OEs
tado he huma grande Familia, em que as precizoens
se succedem: O Pay de Familia não descança quando
365 tem o numerario para as necessidades presentes, o
futuro incerto deve-lhe o mesmo cuidado; melhora
as suas rendas, e thezouriza para acudir á neces-
sidade, quando se aprezenste, e athe chega a eco-
nomizar, com estas vistas foi dictada a Provizão
370 junta, de que ignoro a fortuna, e o rezultado.⁷⁶

⁷⁶ O fóllo seguinte, de número 16 (na numeração do volume 4 da Coleção), está em branco, tanto no reto como no verso.

Cópia de 1841

17

Regras e princípios: arriscado, e muito incerto assignar a sorte de qualquer plano, em acção por mais bem pensada, calculada, combinada, que seja: as consequências do mesmo ordinariamente das circumstancias que apparecem de novo; e a execução atida muitas vezes contradiz com não esperadas, prejuizos não previstos, perdas não calculadas; por isso não afirmarei a infalibilidade das minhas ideias sobre hum novo sistema de arrecadação do Diamante; mas comparando todos os que até aqui tem sido adoptados com o que de novo se deve estabelecer, conhecer-se-ha para que lado peza a balança das utilidades e dos prejuizos.

Não he necessaria a historia deste ramo de Fazenda: elle para o seu plano não adama os papéis das Despozas, que devem com a sua approvação dar-lhe o seu parecer existencial futuro: a prospectiva unica dos sistemas da Am. indiana passada he bastante para fazer conhecer o motivo, que obrigará a mudar do hum methodo actual de Administração, por conta do Hia Mag^d: O estado da receita e despesa deste mostraria se he ou não util a sua continuação, e se o valor da receita, realzada na Europa, compensa a despesa feita na America; por esta combinação se mostrará que he preciso buscar outro sistema não perfeito, por ser impossível ao espirito humano, mas hum, que tenha menos vicio, menos risco, mais utilidades, mais conformidade ao estado da Paiz, mais adequado a situação das Terras Diamantinas, e finalmente mais ajustado aos interesses

||9r|| He grandemente arriscado, e muito incerto assignar⁷⁷
a sorte de qualquer Plano, ou acção por mais bem pensada,
calculada, ou combinada, que seja: as consequencias de-
pendem ordinariamente de circumstancias que apare-
375 cem de novo; e a execução acha muitas vezes contradi-
ções não esperadas, prejuizos não previstos, perdas não
calculadas; porisso não afirmarei a infalibilidade das
minhas ideias sobre hum novo sistema de arrecadação
de Diamantes; mas comparando todos os que athe aqui
380 tem sido adoptados com o que de novo se deve esta-
belecer, conhecer-se-ha para que lado peza a Balança
das utilida[de]s⁷⁸, e dos prejuizos.

Não he necessaria a historia deste ramo de Fazenda;
ella para o seu plano não aclara os passos das Pessoas, que
385 devem com a sua aprovação dar-lhe o sêr, e a existen-
cia futura: a prespectiva unica dos Sistemas da Arre-
cadação passada he bastante para fazer conhecer os
motivos, que obrigarão a mudar de hum methodo a ou-
tro athe parar no actual de Administração, por conta de
390 Sua Magestade: O estado da receita e despeza deste mostrará
se he, ou não util a sua continuação, e se o valor da re-
ceita, realizado na Europa, compensa a Despeza feita
na America; por esta combinação se mostrará que he
precizo buscar outro sistema não perfeito, por sêr im-
395 possivel ao espirito humano, mas hum, que tenha me-
nos vicios, menos riscos, mais utilidades, mais conforme
ao estado do Paiz, mais adquado á situação das Terras
Diamantinas, e finalmente mais ajustado aos interes-

ses

⁷⁷ Além do carimbo do Arquivo Nacional, no canto superior esquerdo, e da numeração, 17, no canto superior direito, há ainda neste fôlio a anotação “Mem Braz.”, a lápis, no alto do fôlio, do lado direito, feita pelo mesmo punho que escreveu a informação “Memoria Financeira. Brazil”, no segundo fôlio do documento.

⁷⁸ Intervenção do editor: não há no manuscrito a sílaba –de.

ses de Sua Magestade e dos seus Vassallos. Pelo orden
do tempo e lição e dos diversos métodos, sem mais ocu-
pou com declamações infructuosas; porque o mal pa-
do não tem remédio, e o presente não merece crítica; e
para a sua emenda não são necessárias longas dis-
cussões, nem humas erudições intempestivas.

Capitulo I.

Primeiro Sistema de capitação a título de
quinto.

§ 1.

O Direito de capitação era imposto nos Curatos que
os Proprietarios destinavam para a mineração dos Di-
amantes, e para elle fôrão matriculados. A primei-
ra capitação fôr em 22 de Abril de 1722, por ella pagava
todo o Proprietario por cada Curato Minero 200,000 r.
annuas. A segunda fôr em 21 de Junho de 1730,
em que o Proprietario pagava 50,000 r. por cada Curato
no, além do Donativo a que era obrigado por lançamento
da Câmara. A terceira fôr a 16 de Abril de 1733, no
valor de 250,000 r. por cada Curato. A quarta fi-
nalmente fôr de 2 de Dezembro de 1733, pagand-
o 1,000,000 r. o Proprietario de cada Curato Minero.

§ 2.

A utilidade deste Sistema apresentão-se fôr
ilumina, ainda que algumas são somente apparentes
e illusorias.

A primeira era a igualdade de Arithmetica
a respeito de que era obrigado a pagar todo o Vassallo,
que empregava o seu Curato na mineração. A se-
gunda.

400 ||9v|| [[ses]] de Sua Magestade e dos seus Vassallos. Pela ordem
 dos tempos hirá a dos diversos methodos, sem me occu=
 par com declamaçoens infructuozas; porque o mal passa-
 do não tem remedio, o presente não merece crítica, e
 para a sua emenda não são necessarias longas dizerta-
 405 çoens, nem huma erudição intempestiva

Capitulo 1

Primeiro Sistema de capitação a titulo de
 quinto.

§ 1º

410 O Direito de capitação éra imposto nos Escravos que
 os Proprietarios destinavão para a mineração dos Dia
 mantes, e para este fim erão matriculados. A primei=
 ra capitação foi em 22 de Abril de1722, por ella pagava
 todo o Proprietario por cada Escravo Mineiro 20Cr000 reis
 415 annuaes. A Segunda foi em 24 de Junho de 1730,
 em que o Proprietario pagava 5Cr000 reis por cada Escra=
 vo, alem do Donativo a que era obrigado por lançamento
 da camara. A terceira foi a 16 de Abril de1733, no
 valor de 25Cr600 reis por cada Escravo. A quarta fi=
 420 nalmente he de 2 de Dezembro de1733, pagando
 40Cr000 reis o Proprietario de cada Escravo Mineiro.

§ 2º

As utilidades deste Sistema apresentão-se fa-
 cilmente, ainda que algumas são somente aparentes
 425 e iluzorias.

A primeira era a igualdade de Arithemetica
 a respeito de que era obrigado a pagar todo o Vassallo,
 que empregava os seus Escravos na mineração. A se=
 gunda

quinta era a liberdade do mesmo Vassallo para ex-
 trahirem os Diamantes, e outro segundo o exigissem as
 suas utilidades. A terceira era a mesma Liberdade
 de vender cada hum o producto do seu trabalho a
 quem julgasse mais conveniente; e pelo preço mais ven-
 tajoso. A quarta era hum Delicto do mesmo no lo-
 digo Criminal, e por consequencia meno. infelice.
 A quinta era o Direito que a Fazenda Real recebia
 sem rima, e com pouca Despesa, sendo as vendas Di-
 amantinas por conta dos Mineiros. Tambem sua
 Mage.^d recebia hum por cento das Lembras dos mes-
 mos Diamantes para a Europa, sendo todos obri-
 gados a remittel-os nas Naus de Sua Mage.^d por or-
 dem do So de Outubro de 1733.

§. 3.

Depois de mostrár as apparentes utilidades he
 necessario averiguar se realmente o eras, e averi-
 guar os prejuizos.

Em primeiro lugar não havia nem podia
 haver proporção entre o Direito da Capitania, e o
 Lucro, e utilidades de quem o pagava. O Proprie-
 tario de hum unico Cerrado podia extrahir no an-
 no muito, mil quilates de Diamantes, pagand-
 o somente 100,000 rs.; emquanto o proprietario
 de numerosa Cerradões podia ser reduzido a
 pobreza, e miseria, pagando o mesmo Direito da
 Capitania por 50, ou 100 Cerrados, sem extrahir
 Diamante algum. A multiplicidade da Cerrados
 no Juizo Fiscal era outro prejuizo que resultava do mes-
 mo.

430 ||10r|| [[gunda]] era a liberdade dos mesmos Vassallos para extrahirem os Diamantes, e ouro segundo o exigissem as suas utilidades. A terceira era a mesma Liberdade de vender cada hum o producto do seu trabalho a quem julgasse mais conveniente, e pelo preço mais ventajoso. A quarta era hum Delicto de menos no Código Criminal, e por consequencia menos infelices. A quinta era o Direito que a Fazenda Real recebia sem risco, e com pouca Despeza, sendo as vendas Diamantinas por conta dos Mineiros. Tambem sua Magestade recebia hum por cento das remessas dos mesmos Diamantes para a Europa, sendo todos obrigados a remetê-los nas Naus de Sua Magestade por ordem de 30 de Outubro de 1733.

§ 3º

445 Depois de mostrár as aparentes utilidades he necessario averiguar se realmente o erão, e averiguar os prejuizos.

Em primeiro lugar não havia nem podia haver proporção entre o Direito da Capitação, e os Lucros, e Utilidades, de quem o pagava: O Proprietario de hum unico Escravo podia extrahir no anno muitos mil quilates de Diamantes, pagando somente 40Cr000 reis; em quanto o Proprietario de numeroza Escravatura podia sêr reduzido a pobreza, e miseria, pagando o mesmo Direito da Capitação por 50, ou 100 Escravos, sem extrahir Diamante algum. A multiplicidade de couzas no Juizo Fiscal era outro prejuizo que rezultava do mes-

[[mes-]]

no Sistema: O Mineiro que não usava Diamante, não deixava de ser obrigado a pagar o Dízimo da Capitania; daqui nascião Segueiros, Execução, e Falidos; sendo ordinariamente prejudicada a Fazenda Real, por que os proprietarios fugião com os seus Dinheiros, que facilmente transportaão para diferentes Capitâneas, e a grande extensão do Paiz não dava lugar a Reconhecimento.

Esta mesma extensão fazia illusão por outro lado aquella Dízimo: qualquer Proprietario trazia mais Negros na Mineração do que aquelles que matriculava; as Terras, Montes, Lugares desabitados, e Porcos, facilitavaõ semelhante Fraude em hum Paiz que tem 52 Segos de circunferencia, e no qual a natureza apresenta as maiores difficuldades para ser bem guardado. Temo, mortuado a impossibilidade do humas Divizão Arithmetica para proporcionar o Dízimo que cada hum devia pagar, segundo as suas utilidades; a Divizão Geometrica seria unica para graduar esse mesmo Dízimo; mas ella era impossivel, devendo reuahir sobre hum genero, que facilmente se occultava, e transportava.

Capitulo 2.

Segundo methodo de Arrematações por Contrato,

ou Arrematações

§ 1.

Seu principio este Sistema no anno de 1760, no qual foi feita a primeira arrematação que durou até 1763, pelo preço de 138.000 \$ 000 m. em 600 braças, ou Negros Mineiros, que rema a 23 \$ 000 m. por

460 ||10v|| mo Sistema: o Mineiro que não tirava Diamantes
 não deixava de sêr obrigado a pagar o Direito da capi-
 tação; daqui nascião Sequestros, Execuçoens, e Falidos;
 sendo ordinariamente prejudicada a Fazenda Real,
 por que os Proprietarios fugiaõ com os seus Escravos,
 465 que facilmente transportavão para diferentes capita-
 nias, e agrande extenção do Paiz não dava lugar a
 reconhecimentos.

Esta mesma extenção fazia illudir por outro
 lado aquelle Direito: qualquer Proprietario trazia
 470 mais Negros na Mineração do que aquelles que matri-
 culava; as Serras, Montes, Lugares dificeis, e Bosques
 facilitavão semelhante fraude em hum Paiz que
 tem 52 Leguas de circunferencia, e no qual a
 natureza apresenta as maiores difficuldades para
 475 sêr bem guardado. Temos mostrado a impossibi-
 lidade de huma Divizão Arithmetica para pro-
 porcionar o Direito que cada hum devia pagar, se-
 gundo as suas utilidades; a Divizão Geometrica se-
 ria unica para graduar esse mesmo Direito; mas
 480 ella era impossivel, devendo recahir sobre hum gene-
 ro, que facilmente se occultava, e transportava

Capitulo 2º

Segundo methodo de Arrecadação por contracto,

ou Arrematação

485 § 1º

Teve principio este Sistema no anno de 1740,
 no qual foi feita a primeira arrematação que du-
 rou athe 1743, pelo preço de 138.000Cr000 reis com
 600 Praças, ou Negros Mineiros, que vem a ser 230Cr000 reis

490 por

ARQUIVO NACIONAL

por cada praia. O segundo Contrato teve principio em 1751, com a differença de 1.000.000 rs, a favor da Fazenda Real sendo em tudo o mais semelhante ao primeiro. O terceiro Contrato principiou em Janeiro de 1752, e acabou em Dezembro de 1752, foi estipulado com igual numero de Indias, com a differença porém do trabalho de 400 no Ferro de Frio, e 200 na Capitania de Goyaz; e a divisão das Indias fez talvez diminuir o preço do Contrato; pois observa-se que sendo o segundo de 2.700.000 rs por praia, he o terceiro de 2.300.000 rs. O Quarto Contrato foi arrematado por 6 annos, com o mesmo numero de Indias, pagando o Contratado 2.400.000 rs annuaes por cada huma; teve o principio no anno de 1753, e acabou em 1759, e porque o 3.º Contrato de hum anno, foi huma consequencia do 2.º, sendo o Contratado o mesmo, o preço, e as condições as mesmas, não o conto em lugar separado. Do 6.º Contrato não achei Memorias sobre o preço, e condições, porisso ignoro se foi, ou não ventajoso

§ 2.º

A primeira vista não ha certamente hum sistema, que apresente mais utilidades para a Fazenda Real; mas este sistema examinado circunspectamente pelo factor, pela pratica, e pela execução he o mais destrutivo de todos quanto se tem adoptado, e o que foi mais prejudicial á mesma Real Fazenda, e aos Individuos em particular. Basta considera-lo não polio para se lhe deves annexar huma multidão de

||11r|| [[por]] cada praça. O Segundo Contracto teve principio em 1744 com a diferença de 40Cr000 *reis*, a favor da Fazenda

Real sendo em tudo o mais semelhante ao primeiro. O

terceiro contracto principiou em Janeiro de 1749, e a-

495 cabou em Dezembro de 1752, foi estipulado com igual numero de Praças com a diferença porem de trabalharem

400 no Serro do frio, e 200 na capitania de Goyaz: es-

ta divizão das Praças fez talvez diminuir o preço do

Contracto; pois observa-se que sendo o segundo de

500 270Cr000 *reis* por praça, he o terceiro de 230Cr000 *reis*.

O Quarto Contracto foi arrematado por 6 annos com

o mesmo numero de Praças, pagando o Contractador

240Cr000 *reis* annuaes por cada huma; teve princi=

pio no anno de 1753, e acabou em 1759, e porque

505 o 5º Contracto de hum anno, foi huma consequencia

do 4º, sendo o Contractador o mesmo, o preço, e as Con-

diçoens as mesmas, não o conto em lugar separado.

Do 6º Contracto não achei Memorias sobre o preço, e

condiçoens, porisso ignoro se foi, ou não ventajozo

510 § 2º

A primeira vista não ha certamente hum Sis=

tema, que apresente mais utilidades para a Fazen=

da Real; mas este sistema examinado circumspecta=

mente pelos factos, pela pratica, e pela execução he

515 o mais destructivo de todos quantos se tem adopta=

do, e o que foi mais prejudicial á mesma Real Fazenda,

e aos Individuos em particular. Basta concidera-lo Mo-

nopolio para se lhe devêr annexár huma multidão de

ideias

ideias desvantajosas; mas deve principiar pelas utilidades.

A primeira, e a mais solida, foi o preço da Arrematação, 138.000\$000 annuaes era rendimento muito superior ao da Capitania. 2.^a A Seguranca da Fazenda Real nos Pedros do Contratador, e Fiaadores (se o podesse haver seguras por esta importancia naquella Capitania) sendo esta seguranca de bons Fiaadores, muito mais solida do que aquella, que se contemplava ordinariamente, em serem recolhidos, em hum (offo) os Diamantes, sem ficarem á disposiçã do Contratador, esta providencia era muito falivel; he verdade que no caso de haver bondade no Contratador, e Felicidade na mineração, podia haver hum terceira utilidade, e vinha a sêr huma especulação mercantil para se dar maior valor aos Diamantes, reuendo os seus Mag^{os} no preço do Contrato, thezourizarem os, ou para não perderem a sua estimativa, ou para lhe dar mais; sem sêr prejuizo reverter ao meio com que se peritendo acutelar a decadencia do preço destas Pedras pela Santa Regia de 30 de Outubro de 1733.

§ 3.^o

Entre os prejuizos do Contrato distinguo hum proximo, ou de remota; nos primeiros considero os que attañam as condiçoes estipuladas nas arrematações; nos segundos clasifico aquelles, que sem attañarem o ajuste feito entre a Fazenda Real, e o Contratador prejudicando a quella, e aos seus particulares; deve no
tar

520 ||11v|| [[ideias]] dezavantajozas; mas devo principiar pelas utilidades

A primeira, e a mais solida foi o preço da Arrematação, 138.000Cr000 *reis* annuaes era rendimento muito superior ao da capitação. 2ª A Segurança da

525 Fazenda Real nos Bens dos Contractador⁷⁹, e Fiadores; (se os pode haver seguros por esta importancia naquella Capitania) sendo esta segurança de bons Fiadores muito mais solida do que aquella, que se contemplava ordinariamente em serem recolhidos em hum

530 Cofre os Diamantes, sem ficarem á disposição do Contractador, esta providencia era muito falivel; he verdade que no cazo de haver boa fé no Contratador, e felicidade na mineração, podia haver huma terceira utilidade, e vinha a sêr huma especulação mercantil para se

535 dár maior valor aos Diamantes, recebendo-os Sua Magestade no preço do Contracto, thezourizando-os; ou para não perderem a sua estimação, ou para lha dár maior; sem sêr preciso recorrer ao meio com que se pertendeo acautelár a decadencia do preço destas Pedras pela

540 Carta Regia de 30 de outubro de 1733.

§ 3º

Entre os prejuizos do Contracto distingo huns proximos, outros remotos; nos primeiros concidero os que atacaraõ as Condiçoens estipuladas nas arremata=

545 çõens; nos segundos classifico aquelles, que sem atacarem o ajuste feito entre a Fazenda Real, e o Contratador prejudicarão áquella, e aos seus particulares; devo no

tar

⁷⁹ Não houve interferência do editor, que optou por deixar o texto como grafado no manuscrito: “A Segurança da | Fazenda Real nos Bens dos Contractador, e Fiadores”.

MUSEU NACIONAL

tar que jamais separe o interesse dos Vassallos doquelle de Sua Mag.^d ambas estão tão intimamente ligadas, que qualquer arbitrariedade se fizer, ha de ser prejudicial a hum e ao outro.

O primeiro prejuizo foi a fraude dos Contratadores, que em lugar de 600 Braças estipuladas, mineravam com 1 ou 2000 Negros, tanto por hum laudo consentimento da Corte, dos Generaes, e Ministros, de seu tempo, como pela sua particular authoridade, trazendo lobos de Cinavos, a titulo de fugidos, que mineravão por todas as Terras Diamantinas. O segundo prejuizo tambem era outra fraude sobre a arrecadação dos Diamantes nos lotes destinados para ella; porquanto sendo os apalariados pagos pelos Contratadores, e verdadeiramente seus criados, de pouco servia a condução de entrarem em lotes, para segurança do Contracto, os Diamantes extrahidos. Elles tinham o direito da escolha, e da preferencia, tiravão as quantidades, e qualidades que lhes parecia para segurar a sua fortuna. De tudo ha factos, e exemplos importantes, de que prezentemente he excluzida a historia. Terceiro, sendo o extravio hum Delicto grave não o era para o Contratador; elle trazia por todos os servios, e por toda a parte os seus Amparos, chamados Sombeiros para comprarem os Diamantes, que os Negros furtavão; isto he conhecido a todo o mundo, como he conhecida a Ley de 11 de Agosto de 1753.

§ 7. Não sei em qua Jurisprudencia se propo em

||12r|| [[tar]] que jamais separo o interesse dos Vassallos daquelle
 550 de Sua Magestade ambos estão tão intimamente ligados,
 que qualquer abstracção, que se fizer, hade sêr prejudi-
 cial a hum e aoutro.

O primeiro prejuizo foi a fraude dos Contracta-
 dores, que em lugar de 600 Praças estipuladas mine-
 555 rarão com 4 ou 5,000 Negros, tanto por hum tacito
 consentimento da corte, dos Generaes, e Ministros desse
 tempo, como pela sua particular authoridade trazendo
 lotes de Escravos a titulo de fugidos, que mineravão
 por todas as Terras Diamantinas. O segundo pre-
 560 juizo tambem era outra fraude sobre a arrecadação
 dos Diamantes nos cofres destinados para ella; por-
 quanto sendo os assalariados pagos pelos Contratadores,
 e verdadeiramente seus criados de pouco servia a
 condição de entrarem em cofre, para segurança do
 565 contracto, os Diamantes extrahidos. Elles tinham o
 direito da escolha, e da preferencia, tiravão as quan-
 tidades, e qualidades, que lhes parecia para segura-
 rem a sua fortuna. De tudo ha factos, e exemplos im-
 portantes, de que prezenemente he excuzada a his-
 570 toria. Terceiro, sendo o extravio hum Delicto
 grave não o era para o contractador; elle trazia por
 todos os serviços, e por toda a parte os seus Emissarios,
 chamados Pombeiros para comprarem os Diamantes,
 que os Negros furtavão; isto he conhecido a todos, e assim
 575 como he conhecida a Ley de 11 de Agosto de 1753
 § 1º Nam sei em que Jurispurdencia se possa en-
 caixar

(cruar huma Ley criminal, comprehendendo geralmente os individuos de huma Sociedade), e suspendendo as suas sanções a favor de hum Membro da mesma Sociedade, que ena ao mesmo tempo he, Acusador, Fiscal, e Denunciante: As Fieções do Direito Romano erão celebres, mas não tinham huma tão extravagante como a presente, em que o mesmo homem, e no mesmo tempo, sem mudar de estado, nem de figura, representa tantas, e tão contraditorias.

§ 2.

Depois dos prejuizos remotos, o primeiro foi o monopolio dos Contratadores em todos os ramos de industria; ja mais será feliz hum Estado no qual hum individuo, ou poucos chapas a subitancia do corpo do litico, emquanto a multidão morre de miseria, e fregueza: Se o Contratador tinha Generos nas suas lojas, os poucos Negociantes, que havia nas vendas: Os Compradores, e gatiladores, erão os empregados no Contrato, e as suas Familias; alem disto quem poderia sustentar a concorrência com os Contratadores? He mais util ao Estado ter muitas Familias abundantes do que hum so homem rico; a pobreza faz a inercia, a indolencia, a ignorancia; emquanto a abundancia facilita os meios á industria, ao commercio, e ás Artes: o homem que vê fechado o caminho da sua subsistencia não trabalha mais; para trabalhar, são-lhes necessarios os Generos proprios, e todos elles ficarão caros por effeito do

||12v|| [[caixar]] huma Ley criminal, comprehendendo geralmente
os individuos de huma Sociedade, e suspendendo a sua
580 sanção a favor de hum Membro da mesma Sociedade,
que era ao mesmo tempo reo, Acuzador, Fiscal, e Denun-
ciante: As ficções do Direito Romano erão celebres,
mas não tinham huma tão extravagante como a
prezente, em que o mesmo homem, e no mesmo tem=
585 po, sem mudar de estado, nem de figura, repre-
zenta tantas, e tão contraditorias.

§ 4º

Passo aos prejuizos remotos; o primeiro foi o mo-
nopolio dos contratadores em todos os ramos de indus-
590 tria; ja mais será feliz hum Estado no qual hum In-
dividuo, ou poucos chupão a substancia do corpo Po-
litico, em quanto a multidão morre de miseria, e fra-
queza: Se o contratador tinha Generos nas suas Loges,
os poucos Negociantes, que havia não vendião: os
595 compradores, e gastadores erão os empregados nos con-
tractos, e as suas Familias; alem disso quem poderia
sustentar a concorrência com os Contratadores? He
mais util ao Estado ter muitas Familias abundan-
tes do que hum so homem rico; a pobreza faz a
600 inercia, a indolencia, a ignorancia; em quanto a
abundancia facilita os meios á industria, ao com-
mercio, e ás Artes: o homem que vê fechados os ca-
minhos da sua subsistencia não trabalha, men-
diga; para trabalhar, são-lhes necessarios os Gene=
605 ros proprios, e todos elles ficarão caros por effeito do
Mo=

Monopólio: he porem o meio mais facil e mais seguro que he necessario para conservar o Brazil foye-lo pobre, e ignorante; são outros os meios, deixemos aquelles ao tempo, foydes. Segundo, a Mineração no tempo do Contrato ficou obstruida, e perigosa; foye agora da Mineração do ouro; Se a Lavra era rica, o Contratado, levantando-lhe o testimonho de que tinha Diamantes, ficava com ella, ou em barafusa a sua Mineração; se era pobre, os gamos e os negociantes, para a extração do ouro, comprados por elle, puzero nas Loges do Contratado aborrecia o ouro, e o Mineiro deixava de minar para não correr o risco de hum total ruina. Terceiro, o Placador no Sistema do Monopólio tambem sentia os seus effectos; como o Contratado era unico comprador, puzia o preço, fazia o mercado, como e quando lhe parecia, consultando somente a sua utilidade, e a preciação: os ultimos Contratadores tambem plantarão para evitar a depreza do Genero, da primeira necessidade, relativa ao sustento do Saiz. Todos sabem a facilidade com que se adquire hum grado de civilização em hum colonia sumamente extensa, e desprovida de tudo, conhecem tambem a fertilidade do terreno logo que ha braos suficientes para esta cultura, tanto por hum he a produção ordinaria.

Capitulo 3.

Sistema da Administração Real creada pelo Alvará de 2 de Agosto de 1711 para a qual assigna Sua Magestade com 200.000 \$ 000 r. ann.
nuos.

||13r|| [[Mono]]polio: he po[li]tica⁸⁰ miseravel crer que he necessario pa-
 ra conservar o Brazil faze-lo pobre, e ignorante; são outros
 os meios, deixemos aquelles aos tempos feudaes. Segundo,
 610 a Mineração no tempo do contracto: ficou obstruida, e
 perigoza, falo agora da Mineração do ouro; Se a La-
 vra era rica, o contratador, levantando-lhe o testemu-
 nho de que tinha Diamantes, ficava com ella, ou em-
 barassava a sua Mineração; se era pobre, os generos
 615 necessarios para a extracção do ouro, comprados por al-
 to preço nas Loges do Contratador absorvião os lucros,
 e o Mineiro deixava de minerár para não correr o
 risco de hum total ruina. Terceiro, o Plantador no
 Sistema do Monopolio tambem sentia os seus effeitos; co-
 620 mo o Contratador era o unico comprador punha o preço,
 fazia o mercado, como, e quando lhe parecia, consul-
 tando somente a sua utilidade, e precizão: os ulti-
 mos contratadores tambem plantarão para evitarem
 a despeza dos Generos da primeira necessidade, relativa
 625 ao sustento do Paiz. Todos sabem a facilidade com
 que se adquire hum grande termo de cultura em
 hum colonia summamente extensa, e despovoadas,
 e todos conhecem tambem a fertilidade do terreno lo-
 go que ha braços suficientes para esta cultura, cento
 630 por hum he a producção ordinaria.

Capitulo 3º

Sistema da Administração Real creada pelo
 Alvará de 2 de Agosto de 1771 para a qual
 assistia Sua Magestade com 200.000Cr000 reis an-
 635 nuaes

⁸⁰ Intervenção do editor: não há no manuscrito a sílaba -li-.

recas, além de 1.0.000\$000.00 em Sete...

Estadas por aquella Administração sobre

e Crário.

§. 1.º

Como este sistema heraquella sobraquella deve
realizar a reforma, por se presentemente sobre a
Fazenda Real, he necessario fazer a sua exposição mais
extensa para não deixar duvida alguma; seguindo
a ordem alho aqui praticada, mostrarei quasi foras
as suas utilidades, e causas d'ellas; mostrarei depois o
prejuizo, e a sua origem; e como a Ordem de 6 de
Março do anno passado determinou que a afistencia
de 200.000\$000.00 fosse reduzida a 100.000\$000.00
devo igualmente mostrar que esta Ordem evita sim
a maior despesa, mas não a perda, por ser esta relativa
a receita, e não a afistencia, e que além disto, a mesma
Ordem vai a causar maior extravio, e a ser causa im-
mediata de prejuizo immenso tanto da Fazenda
Real, como dos particulares; mostrarei finalmente o
unico modo provavel de evitar estes prejuizos, de gran-
gear além de boa utilidade, e proporcionar a
receita, com a Despesa.

§. 2.º

Antes de mostrar as utilidades, e prejuizos da
Administração Real devo apresentar o Mappa
da Receita, e Despesa N.º 1.º desde o seu principio
no anno de 1772 até 1794 inclusive. A minha
inspeção neste Negocio principiou em o anno de

||13v|| [[nuaes]], alem de 40.000*Cr*000 *reis* em Letras
Sacadas por aquella Administração sobre
o Erário.

§. 1º

640 Como este sistema he aquelle sobre quem deve
recahir a reforma, por sêr prezenemente onorozo á
Fazenda Real, he necessario fazêr a sua expozição mais
extença para não deixar duvida alguma; seguindo
a ordem athe aqui praticada, mostrarei quaes forão
645 as suas utilidades, e cauzas dellas; mostrarei depois os
prejuizos, e a sua origem; e como a ordem de 6 de
Março do anno passado determinou que a assistencia
de 200.000*Cr*000 *reis* ficasse reduzida a 100.000*Cr*000 *reis*
devo igualmente mostrár que esta ordem evita sim
650 a maior despeza, mas não a perda, por sêr esta relativa
a receita, e não a assistencia, e que alem disto, a mesma
ordem vai a cauzár maior extravio, e a sêr cauza im-
mediata de prejuizos immenssos tanto da Fazenda
Real, como dos particulares; mostrarei finalmente o
655 unico modo provavel de evitar estes prejuizos, de gran-
gear alem disso bastantes utilidades, e proporcionar a
receita, com a Despeza.

§ 2º

Antes de mostrar as utilidades, e prejuizos da
660 Administração Real devo apresentar o Mappa
da receita, e Despeza Nº 1º desde o seu principio
no anno de 1772 athe 1794 incluzive. A minha
inspecção neste Negocio principiou em o anno de

1789

ARQUIVO NACIONAL

1789, e calculando sempre com a propiavel igualdade a mesma Leitura e Pesagem já mais pôde obter que devesse de haver em alguns annos hum deficit relativo á assistencia, menor nos annos de 1789 e 90; comtudo no espaço de 23 annos só os de 1779, 80, e 81. Forão mais conformes á assistencia annual; as verbas da Pesagem Ordinaria, que fazem aquelle total podem ver-se no Mapa N.º 2.º em que se quando hum mais termo em attenção dos annos em que ella foi maior, ou menor.

§ 3.º

Da utilidade da Administração civil, primeira na igualdade dos Lueros, que tinham os Proprietarios dos Casas alugados para a mineração; a Administração tinha somente os Casas, inconsideradamente comprados no anno de 1771 ao ultimo contratado por 52.516.000; e sendo o seu numero 581 estas reduzi-
dos a menos de 200, daqui se vê que esta compra a-
lém de absorver hum grande Capital, já perdido, tem-
sido elle agra e enroga a mesma Administração, por ser
necessario hum Armazem para o vender, hum Hospital, e
Policia para os curar. 2.º O Luro dos Herreros, em quan-
to o desas, que em outro tempo era de pura perda para
a Fazenda Real, e em beneficio do Contratado. 3.º A
estagnação dos Diamantes nos Picaes lofes para se
lhes poder dar o preço, segundo as precizões. Luto, ou
moda na Europa. 4.º O augmento do commercio,
que não achando contra si o Monopolio, faz se muito
mais extenso; e como este commercio he puramente
passivo, a importação dos Generos para o Paiz he

665 ||14r|| [[1789]], e calculando sempre com a possível igualdade a
 mesma receita e Despeza já mais pode obter que deixas-
 se de haver em alguns annos hum deficit relativo á
 assistencia, menos nos annos de 1789 e 90; com tudo no
 espaço de 25 annos só os de 1779, 80 e 81,⁸¹ forão mais
 670 conformes á assistencia annual; as verbas da Despeza
 ordinaria, que fazem aquelle total podem vêr se no
 Mapa N° 2° em que se guardou hum meio termo em
 attenção aos annos em que ella foi maior, ou menor.

§ 3°

675 As utilidades da Administração consistião, primeiro
 na igualdade dos Lucros que tinhão os Proprietarios dos
 Escravos alugados para a mineração; a Administração
 tinha somente os Escravos inconsideradamente com-
 prados no anno de 1771 ao ultimo contratador por
 680 52.510 Cr000; e sendo o seu numero 581 estão reduzi-
 dos a menos de 200, daqui se ve que esta compra a=
 lem de absorver hum grande capital, já perdido, tem
 sido athe agora onorosa a mesma Administração, por sêr
 necessario hum Armazem para os vestir, hum Hospital, e
 685 Botica para os curar. 2° O Lucro dos Serviços, em quan-
 to o derão, que em outro tempo era de pura perda para
 a Fazenda Real, e em beneficio do Contratador. 3ª A
 estagnação dos Diamantes nos Reaes Cofres para se
 lhe poder dar o preço, segundo as precizoens, Luxo, ou
 690 moda na Europa. 4ª O augmento do Commercio,
 que não achando contra si o Monopolio, fas-se muito
 mais extenso; e como este Commercio he puramente
 passivo, a importação dos Generos para o Paiz he
 de

⁸¹ No manuscrito, o sinal gráfico utilizado entre 1790 e 80 e após 81 não é propriamente uma vírgula, mas dois traços mais curtos que a vírgula, localizados um pouco acima da pauta inferior.

de grande utilidade para o Contracto Real dos Esga-
gens. 5.^o O augmento da cultura, que se multiplica-
vou pelo maior consumo dos Gervasos, pela igualdade
das Compras, e com as possibilidades dos quitadores;
o que não havia no sistema de Monopólio, desta ori-
gem nasceu também o augmento dos Rizimos com be-
nefício da Real Fazenda.

Estas eras as utilidades que a Fazenda Real
percebia do sistema da Administração; que se re-
duzem a bem pequenos valores, se se considerarem se-
paradas dos Interesses dos Vassallos, por que o risco de
600 mil Cruzados, não he compensado por humo levi-
ta duvidga na percepção, e muito mais duvidga
na sua disposição, para a mortuar os prejuizos.

§ I.

O primeiro consistia em serem necessarios
muito mais Trabalhadores, e Mineiros para a Execu-
ção de qualquer Serviço, do que acontecia no tempo
do Contracto; e este prejuizo provodia de tres prin-
cipios; 1.^o porque o Contratador administrava a
sua Fazenda, via, e vigiava sobre ella; pelo contrá-
rio a Administração, onde poucas vezes se encontra-
o zelo do Administrador, proporcionado ao do pro-
prietario; 2.^o porque a Fazenda Real, quando admi-
nistrada pelo sistema da Administração, calculou sobre hum
erro; pensou que os Contratadores terhão minerado
com as 600 Dinaes, estipuladas nas suas Condições,
e não se lembrou de que elles trabalharão com 3 e

695 ||14v|| [[de]] grande utilidade para o contracto Real das Passa-
gens. 5º O augmento da cultura, que se multipli=
cou pelo maior consumo dos Generos, pela igualdade
das Compras, e com as possibilidades dos gastadores;
o que não havia no Sistema do Monopolio, desta ori-
700 gem nasceo tambem o augmento dos Dizimos em be-
neficio da Real Fazenda.

Estas erão as utilidades que a Fazenda Real
percebia do sistema da Administração; que se re=
duzem a bem piqueno valor, se se conciderarem se=
705 paradas dos Interesses dos Vassallos, por que o risco de
600 mil cruzados, não he compensado por huma recei-
ta duvidoza na percepção, e muito mais duvidoza
na sua dispozição, passo a mostrár os prejuizos.

§ 4º

710 O primeiro consistia em serem necessarios
muitos mais Trabalhadores, e Mineiros para a factu-
ra de qualquer Serviço, do que acontecia no tempo
do contracto; e este prejuizo procedia de trez prin-
cipios; o 1º porque o contratador administrava a
715 sua Fazenda; via, e vigiava sobre ella; pelo contra=
rio a Administração, onde poucas vezes se encontra
o zello do Administrador, proporcionado ao do Pro=
prietario; 2º porque aFazenda Real, quando adop-
tou o Sistema da Administração, calculou sobre hum
720 erro; pensou que os contratadores tinhamo minerado
com as 600 Praças, estipuladas nas suas Condiçoens,
e não se lembrou de que elles trabalharão com 3 e

ARQUIVO NACIONAL

e 4 mil Curavos. O 3º he o mau método de Mineração praticado pelos Contratadores; como se não conhecia outra fonte de riqueza mais que o depósito feito pelo alluvioes no Rio, para elles se virou a cobiza dos Contratadores, que não tendo outro objecto mais que o seu interesse pessoal, minerarão sem ordem; e que deo cauza a encher de entulho, e de montes os marmos Rio, de tal forma que o Vermo, que em outro tempo podia ser minerado com 100, ou 200 Curavos necessita presentemente de 400, ou 500; esta desordem pretendes evitar-se pelo Alvará de 2 de Agosto de 1771 § 1º mais e mal estava feito, e sem remédio.

He verdade que os jornaes da Curavatura alugada diminuíram, mas não foi em proporção; he necessario hoje o numero triplicado de Curavatura em quanto os jornaes abaterão a metade do seu valor, com pouca differença. O maior numero de Curavos exegio outros maiores numeros de Administradores, Fictores, e custando achar duzentos Homens Fieis, quem poderá responder por 400, ou 500? Tambem he certo que os Ordenados diminuíram, mas por isto mesmo diminuiu tambem a fidelidade. O homem que tem hum fortuna não serve por 4 ou 500 m. de Ordenado; e o que a não tem, se não he virtuoso, que faz-la sem se embarazar com os maus. Contareis com o 3º prejuizo, e talvez o mais capital; a ignorancia dos Leis em materias de Administraçã; a cegueira de Le-
tões

||15r|| [[e 4]] mil Escravos. O 3º he o mau methodo de
 725 Mineração praticado pelos Contratadores; como se não
 conhecia outra fonte de riqueza mais que o depozito
 feito pelo alluvioens nos Rios, para elles se virou a
 cobiça dos contratadores, que não tendo outro objecto
 mais que o seu interesse pessoal, minerarão sem or-
 730 dem; o que deo cauza a encher de entulhos, e des-
 montes os mesmos Rios, de tal forma que o Serviço
 que em outro tempo podia sêr minerado com
 100, ou 200 Escravos necessita prezenemente de
 400, ou 500; esta dezordem pertendeo evitar-se
 735 pelo Alvará de 2 de Agosto de 1771 § 4º mas ja
 o mal estava feito, e sem remedio.

He verdade que os Jornais da Escravatura aluga-
 da diminuirão, mas não foi em proporção; he necessario
 hoje o numero triplicado de Escravatura em quanto os
 740 jornaes abaterão a metade do seu valor, com pouca diferença.
 O maior numero de Escravos exegio outro maior numero de
 Administradores, e Feitores; e custando achar duzentos
 Homens fieis, quem poderá responder por 400, ou 500?
 Tambem he certo que os ordenados diminuirão, mas por-
 745 isso mesmo diminuiu tambem a fidelidade: O homem
 que tem huma fortuna não serve por 400000 reis de or-
 denado; e o que a não tem, se não he virtuozo, quer fa-
 ze-la sem se embaraçar com os meios. Contarei com o 3º
 prejuizo, e talvez o mais capital; a ignorancia dos cai-
 750 xas em materia de Administração; á excepção de Cae-
 tano

trano José de Souza, nenhum sabia fazer hum a conta de somar, este sendo muito intelligente do Governo da Administração, sendo homem de calculo, fortal no seu fante, ambição, e valdade, que no anno de 1772 unio da sua Administração, fez importar a Despesa em 4.31.491/462 r.

§ 5º

Todos estes prejuizos que a Administração tem experimentado atth o presente, existem, nem elle podem ser removidos pela unica ordem de 6 de Março do anno passado: he fasil diminuir o numero do Engenho, e do Curador; a despesa de 1 a 2, mas como se não pode fazer o Serviço de 100 com 50, nem equilibrar a receita com a despesa sempre a perda relativa hade ser infalivel, porque existem as causas; por quanto se 1.000 Negros fazendo hum a despesa á Fazenda Real de 240.000 \$ 000 r. extrahidas 1800 Oitavas de Diamantes annuaes a extração futura virá a ser proporcionada á aptidão; e se a receita de 1800 Oitavas não compensava a Despesa de 240.000 \$ também a receita de 900 Oitavas, que se extrahirem, não compensará a Despesa de 100.000 \$ 000 r. com que aquella dita ordem manda apurter; daqui se vê que fica oneroso como diante á Real Fazenda a mesma Administração, e que sem se evitar o prejuizo, originarão-se outros de novo de bastantes conseqüencias.

§ 6º

Por effeito daquella ordem ficam rendimentos dentro

||15v|| [[tano]] Joze de Souza, nenhum sabia fazer huma conta de somar, e este sendo muito inteligente do Governo da Administração, sendo homem de calculo, foi-
 755 tal no seu fausto, ambição, e vaidade, que no anno de 1772 unico da sua Administração, fez importár a Despeza em 431.491Cr462 reis

§5º

Todos estes prejuizos que a Administração
 760 tem experimentado athe o presente, existem, nem elles podem sêr removidos pela unica ordem de 6 de Março do anno passado: he facil diminuir o numero dos Empregados, e dos Escravos; a despeza de 4 a 2, mas como se não pode fazer o Serviço de 100 com 50, nem equili-
 765 brar a receita com a despeza sempre a perda relativa hade sêr infalivel, porque existem as causas; por quanto se 4.000 Negros fazendo huma despeza á Fazenda Real de 240.000Cr000 reis; extrahirão 1800 oitavas de Diamantes annuaes a extracção futura virá a
 770 sêr proporcionada á assistencia; e se a receita das 1.800 oitavas não compensava a Despeza dos 240.000Cr000 reis⁸² tambem a receita de 900 oitavas, que se extrahirem, não compensará a Despeza de 100.000Cr000 reis com que aquella dita ordem manda assistir; daqui se vê
 775 que fica onoroza como dantes á Real Fazenda a mesma Administração, e que sem se evitár o prejuizo, originarão-se outros de novo de bastantes consequencias.

§ 6º

Por effeito daquella ordem ficão sem destino den-
 780 tro

⁸² Apesar de não aparecer na imagem digitalizada, há no manuscrito os dois zeros finais e a abreviatura de réis.

tro da Demarcação 300 Empregados, e 2, ou 3000 Li-
vros; os primeiros pela Disposição do § 23 do Alre-
já do 2 de Agosto de 1771 devem ser expulsos da
Demarcação, e como a maior parte são naturaes d'elle;
devem por consequencia expatriar-se, e serem redigi-
dos ao estado de Vagabundos, e deite ao de Test; que
degradação não se pôde evitar antes do que castigar
Delictos. os segundos vão a ficar infalivelmente
Mineiros clandestinos.

§. 7.º

Entramos no conhecimento físico, ou moral do
Homem Africano: elle chama seu Officio aquella
primeira occupação, a que o applia, logo que he
tirado do Utero; e não ha forças nem castigos que
o possam rezolver a mudar de Officio; por effeito desta
Carta de 6 de Maio, muitos Empregados que foram ex-
pulsos venderão os Livros a Cultivadores do mandambu-
camento; em poucos dias ficarão sem elles, ou porque vol-
tando á mineração Diamantina, ou porque nos vizin-
hanças das Repas de seus Senhores acharão ouro, em cuja
mineração se occupão: os Livros plantados, os que
habita nas Povoações, Villas, e Cidades succede o mes-
mo; o primeiro já mais será Mineiro, e os ultimos já
mais servirão nos trabalhos rústicos: O Filozofa Na-
turalista examinará se este capricho do Homem
negro he natural, ou factício, querá mim so me per-
tence mostrar que esta expulsão, ou diminuição de

(fin)

||16r|| [[tro]] da Demarcação 300 Empregados, e 2, ou 3.000 Es-⁸³

cravos; os primeiros pela Disposição do § 23 do Alvará de 2 de Agosto de 1771 devem sêr expulções da Demarcação, e como a maior parte são naturaes della, devem por consequencia expatriar-se, e serem reduzidos ao estado de Vagabundos, e deste ao de reos; que desgraça não sêr possível evitár antes do que castigar Delictos! Os segundos vão a ficár infalivelmente Mineiros clandestinos.

790 § 7º

Entremos no conhecimento físico, ou moral do Homem Africano: elle chama seu officio aquella primeira occupação, a que o applicaõ, logo que he tirado do Comboy; e não ha forças nem castigos que o possão rezolver a mudar de Serviço; por effeito desta carta de 6 de Março, muitos empregados que forão expulções venderão os escravos a cultivadores do meu conhecimento; em poucos dias ficarão sem elles, ou porque voltarão á mineração Diamantina; ou porque nos rios vizinhos ás rossas de seus Senhores acharão ouro, em cuja mineração se occupão: ao Escravo plantador, ao que habita nas Povoações, Villas, e Cidades succede o mesmo; o primeiro ja mais será mineiro, e os ultimos já mais servirão nos trabalhos rusticos: O Filozofista examinará se este caprixo do Homem negro he natural, ou facticio, que a mim so me pertence mostrar que esta expulção, ou diminuição de

Em

⁸³ A numeração deste fólio deveria ser 24, já que o anterior apresenta a numeração 23, porém no canto superior direito encontra-se o número 23A, sublinhado. Talvez, durante o processo de numeração, o profissional responsável tenha saltado este fólio, por isso teve de inserir uma numeração alternativa, para não rasurar todos os fólios seguintes.

Empregados, e Curavos virão a sêr huma origem fecunda de extravios, e de delictos, que po dem unicamente evitar-se apim como os antigos prejuizos da Administração pelo methodo que passo a expôr.

Capitulo I.

Sistema de Arrecadação Diamantina pela Mineração Franca, e livre compra do Sua Mag.^{de} os Diamantes aos Mineiros que os extrahirem

§ 1.

Por este methodo unido para o estado presente das Terras Diamantinas, vem ás utilidades seguintes. 1.^a Sepa o risco da assistência dos 240.000\$000.00. 2.^a Sepa o augmento annual da Divida papiva contrahida pela Real Fazenda. 3.^a Fina o extravio vedado. 4.^a A entrada dos Diamantes nos Reaes Cothres para se lhe dár o valor, que o tempo, e a ouazião pedir. 5.^a A occupação necessaria a milhares de individuos que presentemente não tem. 6.^a O augmento do Commercio muito mais extenso em proporção das neccidades para a mineração. 7.^a A Agricultura, e População augmentada, porque os meior animão as Almas, que a pobreza repugna. 8.^a Finalmente a extracção do ouro, vedado até agora por cauza dos Diamantes.

§ 2.

He neccario ampliar todas estas utilidades para que

||16v|| [[Em]]pregados, e Escravos virá a sêr huma origem fecun-

810 da de extravios, e de delictos, que podem unicamente
evitar-se assim como os antigos prejuizos da Adminis=
tração pelo methodo que passo a expôr.

Capitulo 4º

815 Sistema de Arrecadação Diamantina
pela Mineração franca, e livre compran-
do Sua Magestade os Diamantes aos Mi=
neiros que os extrahirem

§ 1º

Por este methodo unico para o estado pre=
820 zente das Terras Diamantinas; vem as utilidades
seguintes. 1ª Sessa o risco da assistencia dos
240.000Cr000 reis 2ª Sessa o augmento annual da
Divida passiva contrahida pela Real Fazenda.
3ª Fica o extravio vedado. 4ª A entrada dos
825 Diamantes nos Reaes Cofres para se lhe dár ovalor,
que o tempo, e a occasião pedir. 5ª A occupação neces-
saria a milhares de Individuos que prezentemente a
não tem. 6ª O augmento do Commercio muito
mais extenso em proporção das necessidades para
830 a mineração. 7ª A Agricultura, e População
augmentada, porque os meios animão as Alianças
que a pobreza repugna. 8ª finalmente a extracção
do ouro, vedado athe agora por cauza dos Diamantes.

§ 2º

835 He necessario ampliar todas estas utilidades para
que

1.^a que não possam por paradores: a primeira, e a 2.^a (utilidade) proviã-se por si mesma, por quanto apertan-
 do o preço porque Sua Mag.^d deve comprar o Quilate
 de Diamante, calculado sobre o valor actual da Euro-
 pa; e sobre o Luuro do Mineiro, que extrahê no Brro-
 zil, fica sem risco o capital empregado. A 3.^a parece
 impossível, mas examinada seriamente, fica veda a.
 deira: o Mineiro, ou Fainador, tendo certo o Luuro
 na compra que Sua Mag.^d faz dos Diamantes, não
 se arrisca a perder tudo, Liberdade, e Fazenda; alem
 disto o Mineiro não he quem faz o extraviio; os Nego-
 ciantes da Praça do Comercio, os labradores deites, os com-
 bradores, e Mascates são os tanques por onde elle corre, para
 estafiar as Leys em seu vigo, nem ha que temer deller
 logo que tem consentido a comprar, qual he a Fazenda
 Real; o genero não he faz conta por hum preço medio
 com risco; hum prova desta verdade he o que acon-
 tece no tempo dos contractos: os Extraviadores preferias
 na venda aos Contratadores, tanto porque estes lhe
 pagavaes melhor, como por evitarem o emplate do seu
 Dinheiro, remetendo os Diamantes, esperando as vendas
 no Porto de Mar, ou na Europa, e correndo infine-
 tos riscos antes, e depois da sua disposição. Se os acon-
 tecimentos papados afiançao o futuro, deve esperar a-
 gorá o que então acontecia: ainda quando se não se-
 vito todo o contrabando, nem por isso deixa de utilizar
 se a Real Fazenda por hum via indirecta; por quan-

||17r|| [[que]] não passem por paradoxos: a primeira, e a 2^a utilidade provão se por si mesmas, por quanto assentando o preço por que Sua Magestade deve comprar o Quilate de Diamantes, calculado sobre o valor actual da Europa, e sobre o Lucro do Mineiro, que o extrahe no Brazil, fica sem risco o capital empregado. A 3^a parece impossivel, mas examinada seriamente, fica verdadeira: o Mineiro, ou Faiscador, tendo certo o Lucro na compra que Sua Magestade faz dos Diamantes, não se arrisca a perder tudo, Liberdade, e Fazenda, alem disto o Mineiro não he quem faz o extravio; os Navegantes da Praça de comercio, os cobradores destes, os Comboyeiros, e Mascates são os canaes por onde elle corre, para estes ficão as Leys em seu vigor, nem ha que temer delles logo que tem concorrente ás compras, qual he a Fazenda Real; o genero não lhe faz conta por hum preço medio com risco; huma prova desta verdade he o que acontecia no tempo dos Contractos: os extraviadores preferião na venda aos contratadores, tanto porque estes lhe pagavão melhor, como por evitarem o empate do seu Dinheiro, remetendo os Diamantes, esperando as vendas nos Portos de Mar, ou na Europa, e correndo infinitos riscos antes, e depois da sua disposição. Se os acontecimentos passados afianção os futuros devese esperar agora o que então acontecia: ainda quando se não evita todo o contrabando, nem porisso deixa de utilizar-se a Real Fazenda por huma via indirecta; por quan-

to

1.º o Extraviado não faz esta negociação clandestina para thezaurizar, o producto della he empregado em Fazenda, e Genero que vão pagar Direito nas Alfândegas, augmentar o Commercio Nacional, retrocedendo com o Luro. A 2.ª utilidade he huma consequencia d'ella. A 3.ª he huma occupação necessaria a milhares de Individuos, que presentemente a não tem; já se vê que todos os que foram expulsos, Feitores, ou Curavos, entras na Mineração, servio em quaeslunhas se o creador, e se elle precisamente como fua mostrado não de entrar na mineração clandestina por effeito daquelle Ordem de 6 de Maio, que utilidade pode comprehender a de fazer homens innocentes, e uteis á sua Patria, tirando os do estado de Pec, e de mineiros clandestinos, pelo metho da Mineração Franca, e livre? A 4.ª he a liberdade do Commercio; na Administração era restricta, e limitada esta Liberdade a certo numero de Logos, e Sabernas, cujo numero se não podia allargar, nem reduzir por hum effeito da Determinação do § 33 do Alvará de 2 de Agosto de 1771; esta ultima limitação a certos individuos privilegiados, deve ser abolida; logo que hum Vapallo he benemerito deve gozar quereudo de todos os Direitos, e vantagens da Sociedade, em que existe; as excepções são odiosas, e prejudiciaes. A 5.ª utilidade tem por objecto a agricultura, e populações; pelo que pertence á 1.ª se bem todos que o cultivador tira alha á proporção de

865 ||17v|| [[to]] o extraviador não faz esta negociação clandestina
para thesaurizar, o producto della he empregado em
Fazenda, e Generos que vão pagar Direitos nas Alfande-
gas, augmentar o Commercio Nacional, retrocedendo com
os Lucros. A 4^a utilidade he huma consequencia deste
870 A 5^a he huma occupação necessaria a milhares de
Individuos, que prezentemente a não tem; ja se vê
que todos os que forão expulços, Feitores, ou Escravos en-
trão na Mineração, serviço em que tinham sido crea-
dos, e se elles precisamente como fica mostrado hão de
875 entrar na mineração clandestina por effeito daquella
Ordem de 6 de Março, que utilidade pode compensár
á de f[a]zer⁸⁴ homens innocentes, e uteis á sua Patria, ti-
rando os do estado de Reos, e de mineiros clandestinos,
pelo metho[do]⁸⁵ da mineração franca, e livre? A 6^a he a
880 liberdade do commercio; na Administração era res-
tricta, elimitada esta Liberdade a certo numero
de Loges, e Tabernas, cujo numero se não podia alterár,
nem exceder por hum effeito da Determinação do §
33 do Alvará de 2 de Agosto de 1771; esta ultima
885 limitação a certos individuos privilegiados, deve sêr
abulida; logo que hum Vassallo he benemerito deve
gozar querendo de todos os Direitos, e ventagens da
Sociedade, em que existe; as excepções são odiozas,
e prejudiciaes. A 7^a utilidade tem por objecto a A-
890 gricultura, e população; pelo que pertence á 1^a sa-
bem todos que o cultivador trabalha á proporção da
ex-

⁸⁴ Intervenção do editor: o autor do documento grafou “fezer” por “fazer”.

⁸⁵ Intervenção do editor: não há no manuscrito a sílaba –do.

ARQUIVO NACIONAL

extração dos seus generos; se lhe não considera venda (limita-se) ao nupcial, e a hum pequena sobreleitura para os casos fortuitos, se tem exportação certa, calcula sobre ella o augmento do seu trabalho, e lavoura. Ora havendo pela facilidade de minar maior numero de gaudadores, hum a cultura mais extensa he consequencia necessaria.

Do que resulta a população todos sabem que a pobreza he hum obstaculo ao seu augmento, falo no, povo civilizado, e que não tem Ley contra os celibatarios, o homem sem paiz não se decide a tomar hum estado, em que prevê maiores necessidades, e necessidades; a sua pobreza ja lhe he onerosa; como hade querer augmentar la pela mulher, e filhos? O espirito do Homem tem forças para afrontar a miseria, e a necessidade propria, mas não resiste certamente quando vê acometido por este flagello as pessoas que ama como tesouro; por tanto a repartição das terras diamantinas, bem conduzida, dando meios de subsistencia a mais de mil Familias, faz outro igual numero de subdivisões a favor dos seus descendentes.

A 8.^a e ultima utilidade he relativa ao G. do ouro. Não prometo hum augmento exagerado ordinariamente pela imaginação de muito entusiasmados, que vêm sempre com porte grande as fortunas futuras; he verdade que o Paiz foi muito abundante deste Metal, mas he certo tambem que extrahirao muito, e que

||18r|| [[ex]] tracção dos seus generos; se lhe não concidera venda
 limitasse ao necessario, e a hum piqueno sobrecelente
 895 para os cazos fortuitos, se tem exportação certa, calcu-
 la sobre ella o augmento do seu trabalho, e lavoura;
 ora havendo pela faculdade de minerar maior nume-
 ro de gastadores, huma cultura mais extensa he
 consequencia necessaria.

900 Pelo que respeita á população todos sabem que a
 pobreza he hum obstaculo ao seu augmento, falo nos
 Povos civilizados, e que não tem Leys contra os celibatarios;
 o homem sem paixão não se decide a tomár hum
 estado, em que prevê maiores precizoens, e necessida-
 905 des; a sua pobreza ja lhe he onoroza; como hade que=
 rer augmentá-la pela mulher, e Filhos? O espirito do
 Homem tem forças para afrontar a mizeria, e a neces-
 sidade propria, mas não reziste certamente quan-
 do vê acometidas por este flagello as pessoas que
 910 ama com ternura; por tanto a repartição das terras
 diamantinas, bem conduzida, dando meios de subsis-
 tencia a mais de mil Familias, faz outro igual nu-
 mero de subdivizoens a favor dos seus descendentes.

A 8ª e ultima utilidade he relativa ao 5º do
 915 ouro. Não prometo hum augmento exagerado ordina-
 riamente pela imaginação de muitos Entuziastas, que
 vêm sempre em ponto grande as fortunas futuras;
 he verdade que o Paiz foi muito abundante deste Me=
 tal; mas he certo tambem que extrahirão muito, e que

920 a

a Administração até o anno de 1791, minerou
 1.19.855 $\frac{3}{8}$ 3/4 3; mas como os montes estão intactos
 por ter sido a mineração até o presente nos Rio, po-
 dem as matrizes desta legua ser descobertas, e a
 mineração futura muito mais importante.

§ 3.

Não he so a Demarcação Diamantina a
 que padecer o embarço da extração do ouro: o Rio
 Claro em Goyaz, e alguns em Matto Grosso tambem
 estão vedados por haver nelle Diamantes; a todos se
 deve estender a facultade da mineração, e todos de-
 vem concorrer no tempo presente para as necessidades
 urgentes do Estado. Nestes lugares, em que não ha
 estabelecida humá Administração dos Diamantes de-
 vem ser estes avaliados, pagos, e arrecadados, pelas
 Juntas da Real Fazenda, como qualquero outro Nego-
 cio da sua inspecção, e remittidos com os Quintos da
 quella Capitania nas occasiões do costume.

§ 4.

Não devo papáir em silencio nem tratar da
 quimerica a esperanza de humá util, e nova des-
 cuberta fizica, de que ha muitos indícios, e factos,
 que a provão: todos sabem que na Asia são os
 Diamantes minerados nas suas matrizes, ou nos
 Montes, o que vale o mesmo: no Brazil pelo con-
 trario tem sido extrahidos dos Rio, e lugares pro-
 pri-

||18v|| [[a]] Administração athe o anno de 1794 minerou
 449.855 *oitavas* $\frac{3}{4}$ 3: mas como os montes estão intactos
 por têr sido a mineração athe o presente nos rios, po-
 dem as matrizes desta riqueza sêr descobertas, e a
 925 mineração futura muito mais importante.

§ 3º

Não he so a Demarcação Diamantina a
 que padece o embaraço da extracção do ouro: o Rio
 Claro em Goyaz, e alguns em Matto Grosso tambem
 930 estão vedados por haver nelles Diamantes; a todos se
 deve estender a faculdade da mineração, e todos de-
 vem concorrer no tempo presente para as necessidades
 urgentes do Estado. Nestes lugares, em que não ha
 estabelecida huma Administração de Diamantes de-
 935 vem sêr estes avaliados, pagos, e arrecadados pelas
 Juntas da Real Fazenda, como qualquer outro Nego-
 cio da sua inspecção, e remetidos com os Quintos da-
 queles Capitánias nas occasioens do costume.

§ 4º

940 Nam devo passár em silencio nem tratár de
 quimerica a esperança de huma util, e nova des-
 cuberta física, de que ha muitos indícios, e factos,
 que a provão: todos sabem que na Azia são os
 Diamantes minerados nas suas matrizes, ou nos
 945 Montes, o que vale o mesmo: no Brazil pelo con-
 trario tem sido extrahidos dos rios, e lugares pro-

MODULO NACIONAL

26
 e correr, por onde elles correrão, e que deixarão, já porque
 as suas aguas, e correntes profundarão os seus Leitões, e
 (ancas, já porque os obilaculos, e cataractas, que fazia
 deixar as suas aguas se diminuídas, já por outras causas
 (como Hezias, que o mundo tem experimentado em diver-
 sas épocas; a prova d'isto he), acharem se os Diamantes
 misturados sempre como o carvalho que não he outro.
 coisa mais do que pedras, cristais, e brechas, que pela sua
 figura mostram como toda a natureza tem sido arrastada,
 por hum liquido, e que no movimento de rotações toma
 não a figura esphérica, que se lhe acha, que não tenha
 na sua origem; a pedra he sempre irregular, o cris-
 tal he sempre sereno, por tanto a forma que se encon-
 tra no canaço, he accidental, e por accidente foram arro-
 jados, bem como os Diamantes das suas Matrizes que
 existem nos Montes. Estas Matrizes he que podem
 ser descobertas pelo sistema da Mineração Franca, e
 livre, o que não se de aonde na Administração, porque
 o temor de pagar por mau Administrador, e de arriscar
 serviços não deixa lugar a tentativas: a natureza he
 a mesma por toda a parte na fabrica das suas produ-
 ções, porque razão hade diversificar esta fabrica
 na Ásia, e no Brazil? Aqui já vimos alguns signaes,
 tem sido descobertos muitos e bons Diamantes nas Ser-
 ras, e Montes elevados, mas faltarão os exames, e exa-
 vações profundas para verificar a minha conjectu-
 ra, que deixo ao tempo, e liberdade da Mineração;

||19r|| [[xi]]mos, por onde elles correrão, e que deixarão; ja porque
 as suas aguas, e correntes profundarão os seus Leitos, e
 950 Canaes, ja porque os obstaculos, e cataractas, que fazia
 elevar as suas aguas se diminuirão, ja por outras convul-
 ções físicas, que o Mundo tem experimentado em diver-
 sas épocas; a prova disto he, acharem se os Diamantes
 misturados sempre com o cascalho que não he outra
 955 couza mais do que Pedras Cristaes, e Areias, que pela sua
 figura mostram com toda a certeza terem sido arrojados
 por hum liquido, e que no movimento de rotação toma=
 rão a figura esferica, que se lhe acha, que não tinham
 na sua origem; a pedra he sempre irregular, o Cris-
 960 tal he sempre se[rr]agno⁸⁶, por tanto a forma que se encon-
 tra no cascalho, he accidental, e por accidente forão arro-
 jados, bem como os Diamantes das suas Matrizes que
 existem nos Montes: estas matrizes he que podem
 sêr descobertas pelo sistema da mineração franca, e
 965 livre, o que não pode acontecer na Administração; porque
 o temor de passár por mau Administrador, e de arriscar
 Serviços não deixa lugar a tentativas: a natureza he
 a mesma por toda a parte na fabrica das suas produ-
 ções; porque razão ha de diversificar esta fabrica
 970 na Azia, e no Brazil? Aqui ja vimos alguns signaes;
 tem sido descubertos muitos, e bons Diamantes nas Ser-
 ras, e Montes elevados, mas faltarão os exames, e exca-
 vações profundas para verificár a minha conjectu-
 ra, que deixo ao tempo, e liberdade da Mineração;
 975 a

⁸⁶ Intervenção do editor: serragno (serrano), já que o cristal é encontrado nos montes.

o de Ouro teve os mesmos principios, progressivamente
passou dos rios aos lugares vizinhos, a que derão nome
de Taboleiros, quando a Terra era igual; de Grapiaras,
quando ella tinha declive, daqui subio para os Montes,
onde hoje se faz com maior utilidade, e arteficio.

§ 5.º

Nada mais resta na expozição do meu sistema
do que calcular o valor dos Diamantes pelo seu Qui-
lotes, e peso para mostrar o preço, porque Sua Mag.
os deve pagar ao Minero: este calculo não he cerebrino,
mas aponta no preço geral da Europa, e para elle
consultei Luiz Joze de Brito, o Homem mais inte-
ligente nesta materia, que actualmente conheço, que
medeo a sua taxa dos valores, tal como aqui se vê,
he verdade, que as minhas ideias a este respeito não
estão muito distantes das suas, mas faltava-me a
certeza dos valores no Paiz Estrangeiro, e ignorava,
como ainda hoje ignoro, o preço porque Sua Mag.
tem contratado a venda com os diversos comprado-
res, ou Cominparios.

§ 6.º

Os Diamantes que se extrahem por conta da
Sua Mag.^d vem da America divididos em 4 lo-
tes, ou grandezas; a correspondencia, que pelo ordina-
rio se acha nestas pedras, he do 1.º lote a t, como
de 2 a t; do 3.º ao 2.º como de 3 a t; e do 4.º ao 1.º
como de 4 a t: e cuntas a Sua Mag.^d calculada a

||19v|| [[a]] do ouro teve os mesmos principios, progressivamente
passou dos rios aos lugares vizinhos, a que derão nome
de Taboleiros, quando a Terra era igual, de Grupiaras,
quando ella tinha declive, daqui subio para os Montes,
980 onde hoje se faz com maior utilidade, e artificio.

§ 5º

Nada mais resta na exposição do meu Sistema
do que calcular o valor dos Diamantes pelos seu[s]⁸⁷ Qui-
lates, e pezo para mostrar o preço, porque Sua *Magestade*
985 os deve pagar ao Mineiro: este calculo não he cerebrino,
mas assenta no preço geral da Europa, e para elle
consultei Luiz Joze de Brito, o Homem mais inte-
ligente nesta materia, que actualmente conheço, que
me deo a sua tarifa dos valores, tal como aqui se vê;
990 he verdade, que as minha[s]⁸⁸ ideias a este respeito não
erão muito distantes das suas, mas faltava-me a
certeza dos valores no Paiz Estrangeiro, e ignorava,
como ainda hoje ignoro, o preço porque Sua *Magestade*
tem contratado a venda com os diversos comprado-
995 res, ou Commissarios

§ 6º

Os Diamantes que se extrahem por conta de
Sua *Magestade* vem da America divididos em 4 lo-
tes, ou grandezas: a correspondencia, que pelo ordina-
1000 rio se acha nestas Pedras, he do 2º lote a 1ª, como
de 2 a 1; do 3º ao 2º como de 3 a 1; e do 4º ao 1º
como de 7º a 1; e custão a Sua *Magestade* calculada a

Des

⁸⁷ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural –s.

⁸⁸ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural –s.

Respeito de hum anno por outros a 64487 por
 Quilate. Nestes 6 lotes (nao entrando as pedras de
 6 Quilates para cima) porque estas tem valor se-
 parado de cada hum sobre si, segundo o seu tam-
 nho) do 1.º 4; do 2.º 2; do 3.º 3; do 4.º 3; como se mostra
 do Mapa N.º 3.º em que vao assignaladas as gran-
 dezas que entrão em cada separação. Nestas dez qua-
 lidades depois de esolhidas, e lotadas nas proporções
 competentes, he que em Holanda se formão as par-
 tidas, que de ordinario se vendem a 33 Florins por
 Quilate, que regulada a variações do cambio, pode
 na fazer 114000 m.

§. 7.º

Cite he o preço da Holanda, e da Fazenda Real he como
 ficado do 64487, mas com a differença que cite he
 pelo Diamante como sahem da Mina; e aquillo he pelo
 Diamante esolhido, e lotado. Nestes dois preços sah-
 hum medio, pelo qual a Fazenda Real deve pagar o
 Quilate do Diamante ao Mineiro, e vem a ser a razão
 de 54460, no qual vem a lucrar a Fazenda Real 10528 m.
 por Quilate; este preço embaracará infalivelmente a
 tentação do Mineiro para deixar de o vender ao Extravia-
 do, e preferir a Fazenda Real a todo, e qualquer
 comprador.

§. 8.º

Supondo a extração annual pelo methodo da mi-
 neração Franca ser de 2.000 oitavas de Diamante.

||20r|| [[Des]]peza de huns annos por outros a 6Cr487 por
 1005 Quilate. Destes 4 lotes (não entrando as Pedras de
 6 Quilates para sima, porque estas tem valor se-
 parado de cada hum sobre si, segundo o seu tama-
 nho) dá o 1º dez grandezas diversas, que são do 1º
 lote 2; do 2º 2; do 3º 3, do 4º 3; como se mostra
 1010 do Mapa N° 3º em que vão assignaladas as gran-
 dezias, que entrão em cada separação. Destas dez qua-
 lidades depois escolhidas, e lotadas nas proporçoens
 competentes, he que em Holanda se formão as par-
 tidas, que de ordinario se vendem a 33 Florins por
 1015 Quilate, que regulada a variação do cambios pode
 rá fazer 11Cr000 reis.

§ 7º

Este he o preço da Holanda, o da Fazenda Real he como
 fica dito de 6Cr487, mas com a diferença que este he
 1020 pelos Diamantes como sahem da mina, e aquelle he pelos
 Diamantes escolhidos, e lotados. Destes dois preços sahe
 hum medio, pelo qual a Fazenda Real deve pagar o
 Quilate de Diamantes ao Mineiro, e vem a sêr a razão
 de 5Cr160, no qual vem a lucrar a Fazenda Real 1Cr527 reis
 1025 por Quilate, e este preço embaraçará infalivelmente a
 tentação do Mineiro para deixar de o vender ao Extravia-
 dor, e preferir a Fazenda Real a todo, e qualquer
 Comprador.

§ 8º

1030 Supondo a extração annual pelo methodo da mi-
 neração franca sêr de 2.000 oitavas de Diamantes,
 vem

com ella a custar a Fazenda Real pelo preço estabe-
lecido 180.000 \$ 000.00, e lucra a mesma como Estran-
geiro 1.6.1.6.54000.00. ventagem esta incalculavel,
pelamania, que faz com as que ficão mostradas neste
novo sistema. Mas como as cautelas para evitar a pro-
variação, dolo e má fé não são excozadas, parecia
ainda necessário assignar algum premio ao Negro Mi-
neiro que manifestasse qualquer Diamante do peso
de 18 Quilates inclusive, para que o proprietario não
seja tentado a oculta-lo: o premio que mais tentará es-
ta qualidada de individuos he a Liberdade, a qual
sendo comprada pela Fazenda Real a seu Senho, por
humã junta avaliação he de tão pouca importancia,
que ainda o valor da pedra pago ao proprietario,
pode com este acrescimo, que evita a fraude, e o pre-
juizo contemplado no extravi.

§ 9.

No Sistema exporto, no caso de ser aprovado
por Sua Mag.^d seguem-se as providencias para o
seu estabelecimento. A Mineracão Diamantina
livre, e franca aos moradores da Demarcação, comprando
Sua Mag.^d os Diamantes a 3400.00 por Quilates
para que não aconteça que os moradores das mais lo-
marcas da Capitania larguem, com esperanças de
melhor fortuna, os seus antigos estabelecimentos de
Lavras, e Poços, deve reuahir a repartiçã das Ferras
da Demarcação nos seus naturaes, e moradores comen-

||20v|| [[vem]] esta a custar á Fazenda Real pelo preço estabe-
 lecido 180.600Cr000. *reis*, e lucra a mesma com o Estran-
 1035 geiro 46.445Cr000. *reis* ventagem esta incalculavel,
 pela união, que faz com as que ficão mostradas neste
 novo sistema. Mas como as cautelas para evitar a pre-
 varicação, dólo, e má fé não são excuzadas, parecia
 ainda necessario assignar algum premio ao Negro Mi=
 1040 neiro que manifestasse qualquer Diamante de pezo
 de 18 Quilates inclusive, para que o Proprietario não
 seja tentado a oculta-lo: o premio que mais tenta es=
 ta qualidade de Indivíduos he a Liberdade, a qual
 sendo comprada pela Fazenda Real a seu Senhor por
 1045 huma justa avaliação he de tão pouca importancia,
 que ainda o valor da Pedra pago ao Proprietario,
 pode com este acrescimo, que evita a fraude, e o pre-
 juizo contemplado no extravio.

§ 9º

1050 Do Sistema exposto, no cazo de sêr aprovado
 por Sua Magestade seguem-se as Providencias para o
 seu estabelecimento. A mineração Diamantina
 livre, e franca aos moradores da Demarcação, comprando
 Sua Magestade os Diamantes a 5Cr160. *reis* por Quilate;
 1055 para que não aconteça que os moradores das mais co-
 marcas da Capitania larguem, com esperanças de
 melhor fortuna, os seus antigos estabelecimentos de
 Lavras, e Rossas, deve recahir a repartição das Terras
 da Demarcação nos seus naturaes, e moradores somen-
 1060 te

ARQUIVO NACIONAL

1.ª A repartição deve ser feita segundo o pagamento
 do ouro, Aditamento, e Ordens. Por tanto, sendo se-
 ladas grandes concessões: a proporção que o Mineiro
 mostra o laço das datas concedidas, devem ser lhe con-
 ceder outras sahindo do seu Dominio immediatamente
 a que apun deisar, para se poderem requerer e dar
 a quem as quizer, sem que o primeiro Proprietario po-
 sa alegar Direito algum para ser mantido na
 posse della; logo que tiver dellas, e quando a lavoura
 puder outras por esta razão. Deve ficar abolida a
 3.ª, ou abuzo de conceder por lites extenção alguma
 do terreno, e toda a concessão deve ser medida, e de-
 marcada. A repartição das Terras deve ser feita pelo
 Intendente, como Ministro mais vizinho, e unico
 encarregado desta inspecção. O mesmo Intendente
 com hum Guarda-Livro, e hum Thezoureiro sa-
 do sobre para receberem pagarem, e realizarem
 conjuntamente todos os Diamantes extrahidos,
 que devem entrar effectivamente em lotes no fim
 de cada semana em hum dia determinado, sendo
 os Mineiros, e Fabricadores obrigados a apresentá-los
 no mesmo dia para receberem o seu preço, e nenhum
 os poderá guardar em suas casas mais de oito dias.
 Como do calculo apima feito 2.000/8.º de Diamantes,
 que se poderão extrahir annualmente importão
 em 180.000/1000.000.000. esta deve ser a apilexia
 da Fazenda Real para pagamentos da sobredita

quau

||21r|| [[te]]. A repartição deve ser feita segundo o Regimento do ouro, Aditamento, e ordens. Por nenhum calculo se farão grandes concessões: á proporção que o mineiro mostrar o lavor das datas concedidas devem-se lhe conceder outras sahindo do seu Dominio immediatamente as que assim deixar, para se poderem requerer, e dár a quem as quizer, sem que o primeiro Proprietario possa alegar Direito algum para sêr mantenido na posse dellas, logo que tivêr declarado que as lavrou, e pedir outras por essa razão. Deve ficar abolido o uzo, ou abuzo de conceder por Cortes extenção alguma de terreno, e toda a concessão deve sêr medida, e demarcada. A repartição das Terras deve sêr feita pelo Intendente, como Ministro mais vezinho, e unico encarregado desta inspecção. O mesmo Intendente com hum Guarda-Livros, e hum Thezoureiro são de sobejo para receberem pagarem, e avaliarem conjunctamente todos os Diamantes extrahidos, que devem entrar effectivamente em Cofre no fim de cada semana em um dia determinado, sendo os mineiros, e Faiscadores obrigados a apresenta-los no mesmo dia para receberem o seu preço, e nenhum os poderá guardár em suas cazas mais de oito dias Como do calculo assima feito 2.000 *oitavas* de Diamantes, que se poderão extrahir annualmente importão em 180.6000*Cr*000 *reis* esta deve sêr a assistencia da Fazenda Real para pagamento da sobredita

quan

quantia, e no caso de ser maior a extração o seu pa-
 gamento ficará demorado para se realizar no epis-
 tome do anno futuro com preferencia a extração
 daquelle anno, ou se pagará² Letras sobre a Fazenda
 Real da villa Rica segund^o o que se julgar mais
 util. Se a assignatura for superior à extração an-
 nual ficará em letre para o anno que se seguir.
 O que se achar conveniente de comprar Diamantes
 deve ser castigado irremediavelmente com as penas da
 Ley de 11 de Agosto de 1753, e da outra de 4. de
 Agosto de 1774, ainda que alegue em sua defesa,
 que comprou os Diamantes para os vender a Fazen-
 da Real, pois que ella não reputa de similhantes
 Procuradores. O § 2.º de Alvará de 2 de Agosto
 de 1774, e os §§ 11, e 37 do mesmo Alvará devem
 ficar em seu inteiro vigor. A Disposição do Alva-
 rá de 11 de Agosto de 1753 § 12 deve infalivelm^{te}
 executar-se para ser vendido o Restoamento Mili-
 tar de 6 em 6 mezes desde o seu Commandante
 e Officiaes até o ultimo Soldado, e alem deste len-
 dimento deve ficar ao arbitrio do Intendente a ex-
 curção voltarem, ou não os mesmos a quella Re-
 manação. Como para o Serviço actual he muito
 bastante hum a só companhia de Pedestre, deve
 ser abolida a chamada de Contratto, e como a dita
 Intendencia era paga pelo importe das Armas,
 e Tabernas, que tinham hum numero determina-
 do

||21v|| [[quan]]tia, e no cazo de sêr maior a extracção o seu pagamento ficará demorado para se realizár na assistencia do anno futuro com preferencia a extracção daquelle anno, ou se passarão Letras sobre a Fazenda Real de Villa Rica segundo o que se julgar mais util. Se a assistencia for superior á extracção annual ficará em cofre para o anno que se seguir.

O que se achar convencido de comprar Diamantes deve sêr castigado irremessivelmente com as Penas da Ley de 11 de Agosto de 1753, e da outra de 1º de Agosto de 1771, ainda que alegue em sua defeza, que comprou os Diamantes para os vendêr á Fazenda Real, pois que ella não necessita de similhantes Procuradores. O § 4º do Alvará de 2 de Agosto de 1771, e os §§. 11, e 37 do mesmo Alvará devem ficar em seu inteiro vigor. A Disposição do Alvará de 11 de Agosto de 1753 § 12 deve infalivelmente executar-se para sêr rendido o Destacamento militar de 6 em 6 mezes desde o seu Commandante, e Officiaes athe o ultimo Soldado, e alem deste rendimento deve ficar ao arbitrio do Intendente a excuza de voltarem, ou não os mesmo áquella Demarcação. Como para o Serviço actual he muito bastante huma só companhia de Pedestres, deve sêr abolida a chamada do Contracto, e como a da Intendencia era paga pelo imposto das Loges, e Tabernas, que tinham hum numero determinado

ARQUIVO
 29
 do em observancia do §. 33 do Alvará do l. de
 Agosto de 1774 fica livre a todo o morador n.º do
 mesmo Commercio do Loge, ou Taberna, pagando em
 offeito o mesmo Donativo em beneficio da Fazenda
 Real. D.º do parecer de Luiz Beltrão de
 Gouvea de Almeida.

||22r|| [[do]] em observancia do § 33 do Alvará do 1º de
Agosto de 1771 fica livre a todo o morador uzar do
mesmo Commercio de Loge, ou Taberna, pagando com
1120 effeito o mesmo Donativo em beneficio da Fazenda
Real// Tal he o parecer de Luiz Beltrão de
Gouvea de Almeida//

30

*Mapa do Rendimento e Despesa
da Real Extração dos Diamantes nos annos abainha-
clarados.*

Anno.	Diamantes extraídos		Despesa
	Oitavas	Oitavas	
1772	1.932 $\frac{3}{4}$ 1	13.583 $\frac{3}{4}$ 4	434.491 q 1.62
1773	2.876 $\frac{1}{2}$ 7	10.619 $\frac{3}{4}$ 2	361.468 q 500
1774	2.119 1	10.559 6	266.305 q 586 $\frac{1}{2}$
1775	2.107 $\frac{1}{4}$ 1	17.707 $\frac{1}{4}$ 6	264.798 q 698
1776	2.137 $\frac{3}{4}$ 2	17.846 $\frac{3}{4}$ 6	295.607 q 091
1777	2.315 $\frac{1}{4}$ 3 $\frac{1}{2}$	28.024 3	260.584 q 173 $\frac{1}{2}$
1778	2.232 $\frac{1}{4}$ 7	25.592 $\frac{1}{4}$ 7	248.066 q 219
1779	2.255 $\frac{3}{4}$ 7 $\frac{1}{2}$	25.106 $\frac{3}{4}$ 7	214.766 q 562
1780	1.825 5 $\frac{1}{2}$	25.126 $\frac{3}{4}$ 7	235.245 q 067 $\frac{1}{2}$
1781	2.205 $\frac{1}{4}$ 3 $\frac{1}{2}$	33.792 $\frac{3}{4}$ 6	239.662 q 086 $\frac{1}{2}$
1782	2.928 $\frac{3}{4}$ 1	28.297 $\frac{1}{2}$	279.816 q 394 $\frac{1}{2}$
1783	2.749 $\frac{1}{2}$ 2	24.177 7	268.515 q 714
1784	3.543 5	24.927 $\frac{3}{4}$ 4	266.950 q 282
1785	2.143 $\frac{1}{2}$	18.234 $\frac{1}{2}$ 4	269 q 676 q 202
1786	1.752 $\frac{3}{4}$ 7 $\frac{1}{2}$	17.781 $\frac{1}{4}$ 6	262 q 131 q 923
1787	1.623 2	11.763 $\frac{1}{2}$ 2	260.990 q 858
1788	1.635	15.553 $\frac{1}{2}$ 3	278.488 q 122
1789	1.688 $\frac{3}{4}$ 7	15.482 6	244.369 q 114
1790	1.883 1	12.881 4	236.021 q 722
1791	1.621 $\frac{1}{4}$ 1	13.364	250.000 q 000
1792	1.490 1	16.856 $\frac{1}{2}$	250.000 q 000
1793	1.583 $\frac{3}{4}$ 7	15.132 $\frac{3}{4}$ 7	250.000 q 000
1794	1.893 $\frac{3}{4}$ 7	27.308 $\frac{1}{2}$	250.000 q 000
23	18.547 $\frac{1}{4}$ $\frac{1}{2}$	149.851 $\frac{1}{4}$ 3	6.184.963 q 810

||23r|| N° 1º

1125 Mapa do Rendimento e Despeza
da Real Extracção dos Diamantes nos annos abaixo de=

	Annos,, ⁸⁹	Diamantes extrahidos	Ouro extrahido	Despeza
		Oitavas	Oitavas	
1130	1772	1.932 „ ³ / ₄ „ 1	13.583 ³ / ₄ „ 4.....	431.491Cr462
	1773	2.876 „ ¹ / ₂ „ 7.....	10.619,, ³ / ₄ „ 2.....	361.468Cr500
	1774	2.119 „ _ „ 1.....	10.559 „ _ „ 6.....	266.305Cr586 ¹ / ₂
	1775	2.107 „ ¹ / ₄ „ 1.....	17.707 „ ¹ / ₄ „ 6.....	264.798Cr698
	1776	2.137 „ ³ / ₄ „ 2.....	17.846 „ ³ / ₄ „ 6.....	295.607Cr091
1135	1777	2.315 „ ¹ / ₄ „ 3 ¹ / ₂	28.024 „ „ 5.....	260.584Cr173 ¹ / ₂
	1778	2.232 „ ¹ / ₄ „ 7.....	25.592 „ ¹ / ₄ „ 7.....	248.066Cr219
	1779	2.255 „ ³ / ₄ „ 7 ¹ / ₂	25.106 „ ³ / ₄ „ 7.....	214.766Cr562
	1780	1.825 „ „ 5 ¹ / ₂	25.126 „ ³ / ₄ „ 7.....	235.245Cr067 ¹ / ₂
	1781	2.205 „ ¹ / ₄ „ 3 ¹ / ₂	33.792 „ ³ / ₄ „ 6.....	239.662Cr086 ¹ / ₂
1140	1782	2.928 „ ³ / ₄ „ 1.....	28.297 „ ¹ / ₂ „ _.....	279.816Cr394 ¹ / ₂
	1783	2.749 „ ¹ / ₂ „ 2.....	24.177 „ _ „ 7.....	268.515Cr714
	1784	3.543 „ „ 5.....	24.927 „ ³ / ₄ „ 4.....	266.950Cr282
	1785	2.145 „ ¹ / ₂ „ _.....	18.234 „ ¹ / ₂ „ 4.....	269[.]676Cr202
	1786	1.752 „ ³ / ₄ „ 7 ¹ / ₂	17.781 „ ¹ / ₄ „ 6.....	262[.]131Cr925 ⁹⁰
1145	1787	1.623 „ _ „ 2.....	11.763 „ ¹ / ₂ „ 2.....	260.990Cr858
	1788	1.635 „ _ „ _.....	15.553 ¹ / ₂ „ 3.....	278.488Cr122
	1789	1.688 „ ³ / ₄ „ 7.....	15.482 „ _ „ 6.....	244.369Cr114
	1790	1.883 „ _ „ 1.....	12.881 „ „ 4.....	236.021Cr722
	1791	1.621 „ ¹ / ₄ „ 1	13.564 „ _ „ _.....	250.000Cr000
1150	1792	1.490 „ _ „ 1.....	16.856 ¹ / ₂ „ _.....	250.000Cr000
	1793	1.583 „ ³ / ₄ „ 7.....	15.132 ³ / ₄ „ 7.....	250.000Cr000
	1794	1.893 „ ³ / ₄ „ 7.....	27.308 ¹ / ₂ „ „.....	250.000Cr000
	23	48.547 „ ¹ / ₄ „ ¹ / ₂	449.851 ³ / ₄ „ 3.....	6.184.963Cr810

⁸⁹ Na margem esquerda do fôlio, na mesma altura da primeira linha da tabela, o autor escreveu “Ann”. Talvez quisesse começar a tabela alinhada à esquerda, mas depois decidiu escrevê-la mais à direita do fôlio, seguindo o alinhamento do título.

⁹⁰ Seguramente terá sido um equívoco a repetição do símbolo da moeda nesta linha e na anterior.

Contado da Despesa annual da Real Extração dos Marmellos.

BOGIVO NACIONAL

Ordenados dos Empregados.

3. Casas Adminis. Gerais	7200000
1. Guarda-Livros e Escripturarios	1800000
1. Compradores de Mantimentos	1000000
1. Feitores de Armazens	800000
1. Medico	1100000
1. Cirurgiao	600000
2. Enfermeiros	1600000
2. Boticarios	1700000
1. Procurador de Levas	1000000
1. Contineus da Junta	1000000
12. Moleiros, e Bayoleiros	8400000
3. Arrieiros, quando com a carga	3200000
1. Ferradores	800000
13. Ferreiros	8200000
12. Carpinteiros	8000000
11. Capelães	2750000
23. Administradores	2500000
35. Feitores	4850000
16. Sedutores	3450987
496	36.5069787

Comedorias dos ditos.

6. Escripturarios	7200000
1. Feitores de Armazens	1800000
2. Enfermeiros	1600000
2. Boticarios	1700000
12. Moleiros, e Bayoleiros	8400000
3. Arrieiros quando com a carga	3600000
1. Ferradores	7200000
13. Ferreiros	9360000
12. Carpinteiros	8640000
23. Administradores	2760000
35. Feitores	25278000
Mantimentos dos sedutores	1290050
32	4.336450
Importa ordenados, e comedorias dos ditos empregados	68.9406297
2. 35. Negros puros mais ou menos com o tempo das legas vehiculas de fornaes	83992050
62. Negros em fornaes de legas	78300000
Mantimentos de quando com a carga e com o fornaes acima	33.1860975
195	1.7994475
Comas Postas de larga do serviço das co- ras, e das da tendas, dos Mantimentos, local guardas dos Arm. e Negros quando com a	2.4180650
12. Postas de larga	1950300
Com os Pradidos de serviço das legas	267.333060

||24r||

Nº 2º

Calculo da Despeza annual da Real Extracção dos Diamantes

1155	<u>Ordenados dos Empregados.</u>	
	3 Caixas Administradores Geraes.....	7.200Cr000
	1 Guarda Livros e 6 Escripturarios.....	1.800Cr000
	1 Comprador de Mantimentos.....	400Cr000
	1 Feitor do Armazem.....	80Cr000
1160	1 Medico.....	140Cr000
	1 Cirurgião.....	60Cr000
	2 Enfermeiros.....	160Cr000
	2 Boticarios.....	176Cr800
	1 Procurador de Cauzas.....	40Cr000
1165	1 Continuo da Junta.....	40Cr000
	12 Moleiros, e Payoleiros.....	840Cr000
	5 Arrieiros que andão com as Tropas.....	320Cr000
	1 Ferrador.....	80Cr000
	13 Ferreiros.....	820Cr000
1170	12 Carpinteiros.....	800Cr000
	11 Capelaens.....	2.750Cr000
	23 Administradores.....	2.510Cr000
	351 Feitores.....	4.850Cr000
	<u>46 Pedestres.....</u>	<u>3.439Cr987</u>
1175	<u>496</u>	36.506Cr787.
	<u>Comedorias dos ditos</u>	
	6 Escripturarios.....	720Cr000
	1 Feitor do Armazem.....	120Cr000
	2 Enfermeiros.....	144Cr000
1180	2 Boticarios.....	192Cr000
	12 Moleiros, e Payoleiros.....	864Cr000
	5 Arrieiros que andão com as Tropas.....	360Cr000
	1 Ferrador.....	72Cr000
	13 Ferreiros.....	936Cr000
1185	12 Carpinteiros.....	864Cr000
	23 Administradores.....	2.760Cr000
	351 Feitores.....	25.272Cr000
	<u>Municiamento dos Pedestres.....</u>	<u>129Cr450 32.433Cr450</u>
	Importa os Ordenados, e Comedorias dos ditos Empregados.....	68.940Cr237
1190	4.550 Negros pouco mais, ou menos em sete mezes do tempo das Aguas vencerão de Jornaes.....	83.992Cr500
	6.000 Negros em 5 mezes de seca.....	78.300Cr000 162.292Cr500
	Mantimentos despendidos com os Negros que vencerão os Jornaes acima.....	33.186Cr975 195.479Cr475
1195	Com as Bestas de Carga dos Serviços das Lavras, e das da Condução, dos Mantimentos, Cavalgaduras dos Administradores, e Negros, que andão com as ditas Bestas de Carga.....	2.418Cr650
	<u>Com os Bois de Carro do Serviço das Lavras.....</u>	<u>495Cr300 2.913Cr950</u>
1200		267.333Cr662

Vem da Lenda antecedente	267.333.966
Com a Curatela e enfermaria proprias da Real Criação que vem a curar-se no Hospital, com o Forro de do mesmo, Botica e Armazem V. ^o	1.360.000
Com a Lenda do 33o Curator, pouco mais ou menos proprio da Real Criação empregados nas Lavras	2.119.325
Com o Expediente das Luzes para o Rio de Janeiro, Hospital e Botica	90.000
Com varias Despesas miudas de Rendas extraordinarias dos Negros empregados na condução de nequero de este Arquipel para as Lavras, e com o que acompa- nhão os Conductores dos Diamantes V. ^o	200.000
Com as Fazendas, e Fabricas despendidas annualmen- te no Corteio das Lavras Mamantinas	14.000.000
Com varias Ajudas de Custo, que costumão dar-se aos Feitores, que conduzem Diamantes ao Rio de Janeiro, que vão buscar a Villa Rica duas vezes no anno o curso da Apistencia para esta Administra- ção, e a varios Sedentes expedidos com cartas ao Rio de Janeiro	500.000
De la importancia da consignação feita aos Administradores dos Servicos para o capim dos seus Cavallos	276.000
Abata-se desta conta o curso que regularmente se extrahem em cada hum anno das Lavras Ma- mantinas	32.000.000
	<u>253.878.987</u>

	24v Vem da Lauda antecedente.....	267.333Cr662
	Com a Escravatura enferma propria da Real E[x] ⁹¹ tra- ção que vem a curar-se no Hospital, com os Serventes do mesmo, Botica, e Armazem <i>etcaetera</i>	1.360Cr000
1205	Com a ração de 330 Escravos pouco mais ou menos proprios da Real Extracção empregados na Lavras.....	2.119Cr325
	Com o Expediente das Luzes para os Moinhos, Hospi- tal, e Botica.....	90Cr000
	Com varias Despezas miudas de reçoens extraordina- rias dos Negros empregados na condução do necessario deste Arrayal para as Lavras, e com os que acompa= nhão os Conductores dos Diamantes <i>etcaetera</i>	200Cr000
1210	Com as Fazendas, eFabricas despendidas annualmen- te no Costeio das Lavras Diamantinas.....	14.000Cr000
1215	Com varias Ajudas de Custo, que costumão dar-se aos Feitores, que conduzem Diamantes ao Rio de Janeiro, que vão buscar aVilla Rica duas vezes no anno o ouro da Assistencia para esta Administra ção, e a varios Pedestres expedidos com cartas ao Rio de Janeiro.....	500Cr000
1220	Pela importancia da consignação feita aos Administradores dos Serviços para o capim dos seus Cavallos.....	276Cr000
		285.878Cr987
1225	Abata-se desta Conta o ouro que regularmente se extrahe em cada hum anno das Lavras Dia- mantinas.....	32.000Cr000
	<u>Resultado</u>	<u>253.878Cr987</u>

⁹¹ Intervenção do editor: não há no manuscrito a letra -x-.

||25r|| Mappa dos differentes tamanhos dos

1230 Diamantes, modo dos Surtimentos dos que vem do Serro do Frio, acorrespondencia que os Lottes tem entre si a respeito dos tamanhos, efinalmente opreço por que sahem á Fazenda Real, regulados huns annos pelos outros: aSaber.

1235

1 Lotte	}	Custa a reis 6Cr487 por Quillate
2 Ditto he ao 1º Lotte como de 2 a 1		
3 Ditto he ao 2º _____ 3 a 1		
4 Ditto he ao 1º _____ 7 a 1		

Differentes tamanhos em que se dividem os
quatro Lottes acima, evalores que lhes corresponde.

1240	4º Lotte	{ 10 Qualidades de 16 a 25 em Quilate a	31Cr000Cr Oitava ou reis	1Cr823 por Quilate
		{ 9 Ditta de 9 a 15 Ditto	41Cr000 Ditta	2Cr417
		{ 8 Ditta de 7 a 8 Ditto	65Cr000 Ditta	3Cr823
	3º Lotte	{ 7 Ditta de 5 a 6 Ditto	96Cr000 Ditta	5Cr547
		{ 6 Ditta de 4 a 5 Dittos	110Cr000 Ditta	6Cr471
1245		{ 5 Ditta de 1 a 2 Graons	120Cr000 Ditta	7Cr039
		{ 4 Ditta de 2 a 3 Dittos	130Cr000 Ditta	7Cr647
	2º Lotte	{ 3 Ditta de 4 a 6 Dittos	140Cr000 Ditta	8Cr235
		2 Ditta de 2 a 3 Quilates	155Cr000 Ditta	9Cr118
		1 Ditta de 3 a 5 Dittos	174Cr000 Ditta	9Cr943
1250				Preço total do Quilate
		6 a 7 Quilates a _____	10Cr500	68Cr250
		8 a 9 Dittos _____	14Cr400	119Cr000
		10 a 11 Dittos _____	18Cr500	194Cr000
		12 Dittos _____	22Cr000	264Cr000
1255		13 Dittos _____	27Cr000	351Cr000
		14 Dittos _____	29Cr000	406Cr000
		15 Dittos _____	32Cr000	480Cr000
		16 Dittos _____	35Cr000	560Cr000
		17 Dittos _____	40Cr000	608Cr000
1260		18 Dittos _____	45Cr000	810Cr000
		Segue		

19. Guallata	50\$000	950\$000
20. Dittos	56\$000	1.100\$000
21. Dittos	57\$000	1.197\$000
22. Dittos	62\$000	1.312\$000
23. Dittos	65\$000	1.495\$000
24. Dittos	70\$000	1.680\$000
25. Dittos	72\$000	1.800\$000
26. Dittos	78\$000	2.028\$000
27. Dittos	86\$000	2.322\$000
28. Dittos	92\$000	2.576\$000
29. Dittos	100\$000	2.900\$000
30. Dittos	110\$000	3.300\$000

Offno. São por Em outro papel, que teve a honra de apresentar a V. Ex.^a, mostra que no anno de 1787, importou o Quinto da Capitania de Minas Geraes em arrobas 43, 11, 4, 6, 15, para a sua cobrança despendio a Fazenda Real at. 65:278\$514, que reduzidas at. 18500, por Octava fazem arrobas 10, 39, 7, 7, 30, que abatidas da Decima ficam unicamente sobre para Sua Magestade arrobas 32, 35, 4, 6, 57, caente e a mais aquella das 100, arrobas.

O Quinto da Capitania de Goiaz importou no dito anno de 1787 arrobas 9, 57, 2, 1, 2, e a decima chega at. 19:255\$687, que a 18500^o por Octava fazem arrobas 38, 4, 5, 8, que abatidas da cobrança ficam arrobas 6, 3, 8, 5, 4, 4.

No Governo das Minas Geraes ha quatro Intendencias, que são Villa Rica, Sabará, Rio das Mortes, Villa do Príncipe. No de Goiaz ha as duas de Villa Rica, ex. Felis: para cada hũa dellas se estabeleceu hum Intendente com 1.600\$000^o de Ordenado, 6500\$000^o de ajude de justo pelo trabalho das Devaças, tres Escrivães, dois com 800\$000^o, hum com 700\$000^o, hum Thezourero: e de Villa Rica com 1.000\$000^o, e as outras duas com 800\$000^o, hum Fiscal, hum Moirinho,

1265	25v	19 Quillates a _____	50Cr000	950Cr000
		20 Dittos _____	55Cr000	1:100Cr000
		21 Dittos _____	57Cr000	1:197Cr000
		22 Dittos _____	61Cr000	1:342Cr000
		23 Dittos _____	65Cr000	1:495Cr000
		24 Dittos _____	70Cr000	1:680Cr000
1270		25 Dittos _____	72Cr000	1:800Cr000
		26 Dittos _____	78Cr000	2:028Cr000
		27 Dittos _____	80Cr000	2:322Cr000
		28 Dittos _____	92Cr000	2:576Cr000
		29 Dittos _____	100Cr000	2:900Cr000
		<u>30 Dittos _____</u>	<u>110Cr000</u>	<u>3:300Cr000</u>

- Illustrissimo eExcellentissimo Senhor Em outro papel, que tive ahonra de appre=
1275 sentar aVossaExcellencia, mostrei que no anno de 1787, importou o
Quinto da Capitania de Minas Geraes em arrobas 43,,11,,
4,,6,,15,,⁹² para asua cobrança despendeô aFazenda Re=
al reis 65:278Cr544, que reduzidas areis 1Cr500 por Oitava
fazem arrobas 10,,39,,7,,7,,30,, que abatidas da receita fi=
1280 caõ unicamente Livre para Sua Magestade arrobas
32,,35,,4,,6,,57,, e aisto se reduz a quotta das 100,, arrobas.
OQuinto da Capitania de Goyaz importou no
dito anno de 1787 arrobas 9,,57,,2,,1,,2,, e a despeza chega
areis 19:255Cr687, que a1Cr500 reis por Oitava fazem arrobas
1285 3,,8,,4,,5,,8,, que abatidas da cobrança ficão arrobas 6,,4,,
8,,5,,4,,4,,
No Governo das Minas Geraes há quatro In=
tendencias, que saõ Villa Rica, Sabará, Rio das Mortes,
eVilla do Princepe. No de Goyaz há as duas deVil
1290 la Boa eSão Felis: para cada hũa dellas se estabeleçêo
hũ Intendente com 1:600Cr000 reis de Ordenado, e 500Cr000 reis
de ajuda de custo pelo trabalho das Devaças, tres Escrivães,
dous com 800Cr000 reis, ehum com 700Cr000 reis, hum The=
zoureiro: o deVilla Rica com 1:000Cr000 reis, e os das ou=
1295 tras com 800Cr000 reis, hum Fiscal, ehum Meirinho;

ca

⁹² No manuscrito, o sinal gráfico utilizado entre estes números e os próximos não é propriamente uma vírgula, mas dois traços mais curtos que a vírgula, localizados um pouco acima da pauta inferior.

cada humo com 100,000\$, humo Alcaide em Villa Rica com 800,000\$, em cada humo das ditas juizes hão Insayador com 800,000\$, humo Afidante com 800,000\$, humo primeiro Promotor com 800,000\$, humo segundo com 200,000\$, tem de mais a de Villa Rica humo terceiro com 400,000\$. As despesas de Jornais, Carvões, Salinha, Carragem, conduções de Guabará, e de material, que se permittem desta Corte chegam annualmente em Villa Rica a 30.278\$500. Na Capitania de Goiaz poderão chegar as ditas despesas a 338,000\$.

Quando se estabelecerão as Casas de Penitenciã, de Legallães ou Ordenados com tanta generosidade, e sem nenhuma suplicação, de que o Ouiz acostumado na Capitania de Villa Rica, certamente habilitaria as mesmas promettidas, e que o da Capitania de Goiaz seria mais auxiliado, seguindo-se pelo que vem a ser principio que chegou al Barrocas, e que o produto das doze villas d'estes dous Governos daria, se não para toda, ao menos para a mayor parte ditas despesas, mas sempre mantendo o engano, e a bazarida. Não he quem pague.

O Remedio desta desordem consiste em se evitar o que se deo, sem que porique ahi se arriscam do Suinto. Desta natureza são os Ordenados dos Intendentes, e das Obligacoes podem bem superior a Oubrey das Expectativas. Commarcas, que residem nas terras, em que se acham as Intendencias com o cumprimento dos 500,000\$, que se pagão aos Intendentes pelas devações, porque a experiencia tem mostrado que esta acruzamento de trabalho não embarca o independente dos Povoadores de Sabará, Villa do Principe, quando inteiramente servem de Intendentes, e que os mesmos mil onzados de menor despesa. Acreação de humo

||26r|| [[ca]]da hum com *reis* 100Cr000; hum Abridor em Villa Rica com 800Cr000 *reis*, em cada hũa das ditas cazas hũ Ensayador com 800Cr000 *reis*, hũ Ajudante com 400Cr000 *reis*,
 1300 hũ primeiro Fundidor com 800Cr000 *reis*, hũ segundo com 400Cr000 *reis*, tem de mais a de Villa Rica hum terceiro com 400Cr000 *reis*. As despesas de Jornaes, Carvão, Le= nha, Ferragem, conducções Quebras *etcaetera.*, e de materi=
 1305 te em Villa Rica *areis* 30:278Cr544,, NaCapitania do Goyaz poderaõ chegar as ditas despesas a 1:334Cr000 *reis*.

Quando se estabelecerão as Cazas de Fundição; se regullaraõ os Ordenados com tanta generosidade, e foi na falça supoziação, de que o ouro extrahido na capita=
 1310 nia deVilla Rica, certamente restituiria ás 100 arro= bas prometidas, e que o da Capitania de Goyaz seria ma=
 is avultado, regullando-se pelo que rendeõ noprincipio que chegou a16 arrobas, eque oproducto das Escovilhas destes dous Governos daria, se não para toda, aomenos
 1315 para amayor parte destas despesas, mas otempo mos= trou o engano; e aFazenda Real he quem opaga.

ORemedio desta desordem consiste em se evi= tar o que póde ser, sem que perigue aexacta arrecadação do Quinto. Desta natureza são os Ordenados dos Jn=
 1320 tendentes, cujas obrigaçoens podem bem suprir os Ouvi= dores das respectivas Commarcas, que rezidem nas ter ras, em que se achão as Jntendencias com o estipendio dos 500Cr000 *reis* que se pagão aos Jntendentes pelas De=
 vaças; porque aexperiencia tem mostrado que este ac
 1325 crescimento de trabalho não embaraçou o expediente dos Ouvidores do Sabará, eVilla do Princepe, quando inte rinamente Servirão de Jntendentes, e quitemos vinte mil cruzados de menor despeza. A creação de hũ
 ter

terceiro Coronado com o Ordenado de 800,000^{rs}, a conde-
 mnação de se poder suprir todo o expediente
 de, em todas as Forças, cada licença e despesa, no que se
 poupa do mil Cruzado em cada Anno. Os cinco Mil-
 rinhos cada hão com 300,000^{rs}, tão bem são inúteis,
 visto as poucas diligencias que ha nesta Repartição,
 as quaes sem incomoda as não fazer o Porteiro, e quando
 por acaso appareça alguma que seja precisa executar
 se com mayor diligencia, apressa encarregar ao Mei-
 rinho do Juizo, com o que se evita a despesa annual
 de 150,000^{rs}. Os Ordenados dos Thezoureiros são
 exorbitantes, pelo que parece que ficando o de Villa
 Rica com 800,000^{rs}, os outros com 600,000^{rs}, fica-
 ria o seu trabalho satisfeito, e a Real utiliza-
 do com 4.000,000^{rs} cada anno. O Ordenado de 800,000^{rs}
 a havi o Meirinho em Villa Rica, tão bem se poderia pou-
 par, remettendo-se da Caixa da Accida desta Cidade os
 cunhos necessarios, para se marcarem as barras. Igual
 payable corre o Ordenado de 100,000^{rs}, que vence o don-
 do Fundador de Villa Rica, considerada a diminuição do
 Ouro que se acquirimenta nas Lavras.

Estas parcelas juntas fazem a somma de
 39.250 Cruzados que poupa a Real neste Or-
 denado inútil, e que se não depende de algum modo
 se pode considerar, como indemnisação da grande falta
 com que se acha o rendimento do Quinto.

A vista do que V. E. determinára aqui
 for mais accorados. Contadonia Geral de 15 de
 Outubro de 1790

- 1330 ||26v|| [[ter]]ceiro Escrivão com o Ordenado de 800Cr000 *reis*, a conside=
 ro desnecessaria por se poder suprir todo o expedien=
 te, com o das Forjas, e o da receita e despeza, no que se
 poupaõ des mil crusados cada anno. Os cinco Mei=
 rinhos cada hũ com 300Cr000 *reis*, taõ-bem saõ inuteis,
 1335 vistao as poucas diligencias que ha nesta Repartiçaõ,
 as quaes sem incomodo as pode fazer oPorteiro, e quando
 por accazo appareça algũa que Seja preciso executar=
 se em mayor distancia, apodèsse encarregar ao Mei=
 rinho do Juizo, com o que se evita a despeza annual
 1340 de 1:500Cr000 *reis*. Os Ordenados dos Thezoueiros saõ
 exorbitantes, pelo que parece que ficando o deVilla
 Rica com 800Cr000 *reis*, eos outros com 600Cr000 *reis*, fica=
 ria oseu trabalho satisfeito, e aFazenda Real utiliza=
 da com 1:000Cr000 *reis* cada anno. O Ordenado de 800Cr000 *reis*
 1345 a hum Abridor em Villa Rica, taõ-bem se poderia pou=
 par, remettendo-se da Caza da Moeda desta Cidade os
 cunhos necessarios, para se marcarem as barras. Igual
 paralêlo corre o Ordenado de 400Cr000 *reis*, que vence otercei=
 ro Fundidor de Villa Rica, considerada a diminuiçaõ do
 1350 Ouro que se experimenta nas Lavras.
 Estas parcellas juntas fazem asomma de
 39.250,, Crusados que poupa aFazenda Real nestes Or=
 denados inuteis, eo que se não despende, de algum modo
 se pode considerar, como indemnisaçaõ da grande falta,
 1355 em que se acha o rendimento do Quinto.

Á vista do que VossaExcelencia detreminará o que
 for mais accertado. Contadoria Geral *etcaetera* em 14 de
 Ouctubro de1790

||27r||

Nº 3º

1360	Mapa do[s] ⁹³ diferentes tamanhos dos Diamantes, modo dos Sortimentos dos que vem do Serro do Frio, a correspondencia que os Lotes tem entre si a respeito dos tamanhos; finalmente por que sahem á Fazenda Real, regulados huns annos por		
1365	outro – a saber –		
	1. Lote		
	2. Dito he ao 1º Lote como de 2 a 1		
	3. Dito he ao 2º 3 a 1 } Custa a reis ,, 6Cr487 por Quilate		
	4. Dito he ao 1º 7 a 1		
1370	Diferentes tamanhos em que se dividem os 4 Lotes assim, e valores que lhe correspondem		
	4º Lote	10 Qualidade de 6 a 25 em Quilate a	31Cr000 por Oitava reis 1Cr823 por Quilate
		9 dita 9 a 15 Dito	41Cr000 Dito 2Cr417
		8 dita 7 a 8 Dito	65Cr000 Dito 3Cr823
1375	3º Lote	7 dita 5 a 6 Dito	96Cr000 Dito 5Cr647
		6 dita 4 a 5 Dito	110Cr000 Dito 6Cr471
		5 dita 1 a 2 Graõs	120Cr000 Dito 7Cr059
	2º Lote	4 dita 2 a 3 Dito	130Cr000 Dito 7Cr647
		3 dita 4 a 6 Dito	140Cr000 Dito 8Cr235
1380	1º Lote	2 dita 2 a 3 Quilates	155Cr000 Dito 9Cr118
		1 dita 3 a 5 Dito	174Cr000 Dito 9Cr943
			Preço total do
			<u>Quilate</u>
	6 a 7 Quilates a		10Cr500 68Cr250
1385	8 a 9 Dittos		14Cr400 119Cr000
	10 a 11 Dittos		18Cr500 194Cr000
	12 Dittos		22Cr000 264Cr000
	13 Dittos		27Cr000 351Cr000
	14 Dittos		29Cr000 406Cr000
1390	15 Dittos		32Cr000 480Cr000
	16 Dittos		35Cr000 560Cr000
	17 Dittos		40Cr000 608Cr000
	18 Dittos		45Cr000 810Cr000
	19 Dittos		50Cr000 950Cr000
1395	20 Dittos		55Cr000 1:100Cr000
	21 Dittos		57Cr000 1:197Cr000
	22 Dittos		61Cr000 1:342Cr000
	23 Dittos		65Cr000 1:495Cr000
	24 Dittos		70Cr000 1:680Cr000
1400	25 Dittos		72Cr000 1:800Cr000
	26 Dittos		78Cr000 2:028Cr000
	27 Dittos		86Cr000 2:322Cr000
	28 Dittos		92Cr000 2:576Cr000
	29 Dittos		100Cr000 2:900Cr000
1405	30 Dittos		110Cr000 3:300Cr000

⁹³ Intervenção do editor: não há no manuscrito o morfema de plural –s.

3

n° 6

163

Memoria.

Sobre um projecto para armar a esquadra
mimica, por João Landro Melles da
Cruz

1793

Al. F. de
Ar. F.
Ar. F.

||1r||

nº 6⁹⁴

Memoria.

Sobre um projecto para arruinar a esquadra

inimiga, por Jozé Leandro Melliani da

5

Cruz

1793⁹⁵

⁹⁴ Na altura desta linha, na margem esquerda, há o número 3, sublinhado, escrito a lápis, com letra de corpo maior do que a utilizada para escrever “nº 6”. A informação “nº 6” provavelmente indica que este manuscrito era o sexto da Caixa 27, Classe 7, série F da Seção Histórica. No canto superior direito, há a numeração 165, sublinhada, escrita em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 12. A numeração deste documento, feita em algarismo arábico sublinhado, inicia-se no número 165 e termina no 169. No espaço em branco que se segue após esta primeira linha há dois carimbos do Arquivo Nacional: o elíptico e o redondo, que irão aparecer em todos os retos dos fôlios que constituem este documento.

⁹⁵ Após o ano, há algumas informações anotadas na diagonal em letra de corpo bem maior do que a utilizada no título do documento. As anotações são: “Cel. 7 | Serie Fe | Col. 1”. A informação “Serie Fe” foi escrita com giz de cera azul e sublinhada, as demais informações foram anotadas a lápis.

1392
 O segredo, ou melhor dizer, o projecto, pois que em mim não há segredo, que podendo ser útil ao Serv. de S. Mag.^a eu haja de occultar, digo o projecto de armar a armada inimiga, de que já falei a V. Ex.^a q^{da} tratai de poder ser ou não invadido o Rejo, aqum para aderever: consiste em lhes queimar as velhas e todos ornamentos dos navios, por hum modo tam facil como util ao Real Servico e he o seguinte.

Mandar se ha^o fazer quantos de foquetes, como os ordinarios, de diferentes grandezas, com hum ferro, de duas farpas de asso tempeado, pegado no fundo ou cabeca de cada foquete. Este ferro sera soldado a hum roda de ferro ou folha de flandres, cuja concavidade sera cheia da mesma pólvora. Sahiram tres tiras da mesma folha e domemos tamanhos de madeira de canudo, de 40 de canudo, pegadas á roda, as quaes sera unidas e ligadas com quita adomemos canudo ficando por modo de roiam ou lancia. Preparar se ha o peso da lancia ou pau, que ha de servir de cauda ou contrapeso ao foquete. f. de the das olomprim^{to} sufficiente p^o attar horizontalm^{te}. Ou tambem se achasse a ponta da lancia se the meteram hum pedaço de lata, ou de steado forte ou balsa, como planta, de modo que resistindo ao ar, leve a ponta do foquete direita p^o onde for dirigido esse plano a^o ponta rachada p^o que nas cais, a lata, ou o que se the puser, ficando o foquete fazendo alguma de hum. lancia, como mostram as figuras 1, 2, 3, 4, 5.

Depois se tiram bombas com as topos ensofadas, em picadum e amoladas.

||2r||

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

O Segredo, ou *para* melhor dizer, o projec
to, pois que em mim não há Segredo, que po
10 dendo ser util aoserviço de *Sua Magestade* eu haja de
ocultar, digo oprojecto de arruinar a Armada
inimiga, de que ja falei a *Vossa Excellencia*, *quando* tratei
de poder ser, ou não invadido oTejo, e agora
passo adescrever: Consiste em lhes queimar
15 as vellas etodo omassame dos navios, por hum
modo tam facil como util ao Real Serviço,
e he oSeguinte.

Mandar se haõ fazer quantidades de
foguetes, como os ordinarios, ede diferentes
20 grandezas, com hum ferro, de duas farpas, de
asso temperado, pegado no fundo ou cabeça
de cada foguete. Este ferro será solda
do ahuma roda de ferro ou folha de flan
des, cuja concavidade será cheia da mesma solda
25 edella sahiram tres tiras da mesma folha, e
domesmo tamanho ~~da grossura~~⁹⁶ docanudo, di
go do canudo, pegadas á roda, as quaes serão
unidas e ligadas com guita aomesmo canudo,
ficando por modo de rojam ou lança. Pro
30 var se ha opezo da cana ou páu, que hade
servir de cauda ou Contrapezo ao foguete,
para se lhe dar oComprimento suficiente *para* ati-
rar horizontalmente. Ou tambem rachar sehá
aponta da cana e se lhe meteram huns peda
35 ços de lata, ou deoleado forte ou cousa seme
lhante, de modo que resistindo ao ár, leve a
ponta do foguete direita *para* onde for dirigido,
ese atará *adita* ponta rachada *para* que não caia
a lata, ou oque se lhe puzer, ficando ofogue
40 te fazendo afigura de hum seta, como
mostraõ as figuras 1, 2, 3, *etcaetera*.

Depois se faram bombas com es
topas ensopadas em alcatram e embebidas

⁹⁶ Esta palavra está riscada, com pequenos traços diagonais; por isso a opção pelo tachado do editor, devendo-se à suposição de que o autor do documento desejava tê-la excluído do mesmo.

no mixto, abaixo indicado, se encherem d'ouros
no mixto, se cubrirem de papel e se atarem
com guita, deixando por em dentro da bomba
hum vaso, que se hade encher de polvora, e
hum buraco com asua espicleta ordinaria, a que
hade communicar o fogo, por meio de estugim
p. a. e.

Effeito

Os tres foguetes lançados de vellas, e mais,
come do navio, as romperam com a lanca, e nas
podendo passar adiante, por causa da cabeça do
foguete, nem cahir, por causa das duas fuzpas
que hade ficar presas nas vellas, ficando as
lendas no mesmo lugar onde foram lançados.
Deste modo arreventando as bombas, e pegando
do fogo no mixto, este arderá e fará por
instante, arder as vellas, e tudo o mais onde
cahir e se communicar. A qualto os estugim
que cahirem sobre a gente da guarnição da
nação, a queimarão e desordenarão. Vinde
tudo a náu as vellas e mais queimarão,
ficará sem governo e inhabilitada p' qual
quer manobra. Os tres foguetes lançados em
terra e em q' quantida sobre a tropa, fazem
tambem hum q' effeito, pois que ar dendo
acachando sobre ella os estugim, os da massa
das bombas, aha de por força desordenar e
dar nos lugares e tempo p' a recaptar mos.

As nossas náus devem tam
bem estar providas de quantida sufficiente, ain
da mesmo p' se servirem dellas, no mar longo
em qualquer occas perigosa, pois he certo q
serão huma vantagem m' q' sobre o inimig
o, queimando he as vellas, como podem, inu
tando he, por este meio todas as suas

||2v|| no mixto, abaixo indicado, se encheram domes⁹⁷

45 mo mixto, se cubriram de papel e se ataram
com guita, deixando porem dentro dadita bomba,
hum vasio, que se hade encher de polvora, e
hum buraco com asua espoleta ordinaria, aque
hade comunicar se ofogo, por meio de estupim
50 etcaetera e.

Efeito

Estes foguetes lansados ás vellas emas
same dos navios, as romperam com a lansa, e não
podendo passar adiante, por causa da cabeça do
55 foguete, nem cahir, por causa das duas farpas
que haode ficar prezas nas vellas, ficarám ar
dendo no mesmo lugar onde foraõ lansados.
Deste modo arrebetando as bombas epegan
do ofogo no mixto, este arderá e fará, por
60 conseguinte, arder as vellas etudo omais onde
cahir e se comunicar. Igualmente os estilhassos
que cahirem sobre agente da guarnicaõ da
náu, aqueimaraõ e desordenaraõ. Finalmente,
tendo a náu as vellas emassame queimado,
65 ficará sem governo e inhabilitada para qual
quer manobra.

Estes foguetes lansados em
terra e em grande quantidade sobre a tropa, faram
tambem hum grande effeito, pois que ardendo
70 ecahindo sobre ella os estilhassos da massa
das bombas, ahaõ de por força desordenar e
dar nos lugar e tempo para a rechassarmos.

As nossas náus devem tam
bem estar providas de quantidade suficiente, ain
75 da mesmo para se servirem delles no mar longo
em qualquer acção perigosa, pois he certo que
teram huma ventagem muito grande sobre o inimi
go, queimando lhe as vellas, como podem, inu
[tili]zando lhe, por este meio todas as suas

⁹⁷ Além da numeração habitual da coleção, que se inicia no número 165 neste documento, há uma outra numeração, de 1 a 4, colocada nos retos dos fôlios, ao canto superior direito, ao lado da numeração interna do volume. É possível ler os números de 2 a 4, deste fôlio em diante nos originais. O número 1, provavelmente escrito no fôlio anterior, não é possível ler, devido à deterioração e escurecimento do papel em sua porção superior.

manobras.

Deve também haver suficiente pro-
visão de lhas, nas baterias e pelas margens
do rio, e embarcar pequenas e ligeiras, que
crusem o rio, atirando somente pela proa
e popa das náus inimigas, tanto para se
livrarem do fogo das suas baterias, como pa-
ra apanharem as velhas pela sua largura.

Dever-se fazer, além destes fogue-
tes ordinários, outros de maior, com hastes
de pau, para cravar no bordo das embar-
cações e lhes comunicar o fogo.

Composições

De mixto das bombas.

Salitre. —

Pólvora moída. —

Permentina. —

Enxofre. — 3 partes iguais de cada coisa

Antimonio cruo — a metade de humas destas
partes.

Outra

Enxofre. —

Ber. —

Verina —

Pólvora moída — 3 partes iguais de cada coisa e

Antimonio — a metade de cada humas destas
partes.

Outra

Pólvora em grão — 3

Salitre — 4

Enxofre — 1

80 ||3r|| manobras.

Deve tambem haver suficiente pro
visaõ delles, nas baterias epelas margens
do Tejo, e em barcas pequenas e ligeiras, que
crusem o rio, atirando somente pela prôa

85 epoupa das náus inimigas, tanto para se
livrarem dofogo das suas baterias, como pa-
ra apanharem as vellas pela sua largura.

Devem se fazer, alem destes fogue
tes ordinarios, outros *muito* maiores, com hastes
90 de páu, para cravar no Costado das embar
cações elhe o comunicar ofogo.

Composiçao
do mixto das bombas.

Salitre

95 Polvora moida.

Tormentina.

Enxofre _ _ _ Parttes iguaes de cada cousa e
Antimonio cruo – a metade dehuma destas
partes.

100 Outra

Enxofre _____

Pez _____

Rezina _____

Polvora moida – Parttes iguaes de cada cousa e

105 Antimonio – a metade de cada humas destas
partes.

Outra

Polvora em gram ____ 3

Salitre _____ 4

110 Enxofre _____ 1

Biz — 2

Antimonio cru $\frac{1}{2}$

Dessejase apôr em huma Aldeia, e em estado de retido, torere do lume, e se lhe destem todos estes ingredientes, bem misturados, e com este composto se encheão as bombas.

Todas estas composições, de vem ser experimentadas, e escolher a que for mais activa, que naturalmente será esta ultima, e qd se ache mto forte se diminuirá a polvora, como também, pelo contrario, se lhe acrescentará, achandoa fraca.

Como esta nova especie de Arma, a que daremos o nome de Seta fulminante, Levada á sua perfeição, deve vir a fazer p.º futuro, huma parte separada na Artilharia, assim como as bombas e minas &c., deve por conseg.ª ter a sua applicação, metódica e fixa. Isto he, que depois de serem construidas com medidas certas, e examinados os seus alcances, devem ser lançadas, com firme as regras e leis do movimento, e tudo sujeito á calculo. Quem fizer, conforme as leis, não os corpos projectos, como por exp.º as bombas e balas &c., que tem o seu movimento por meio de huma accão instantanea, que a polvora, como forza motriz, lhe comunica, e ellas recebem na proporção da sua massa; cujo movimento por se, embaixado pela resistencia do ar e pela gravidade, que as retarda cada vez mais, lhe

||3v|| Pêz _____ 2

Antimonio cruo $\frac{1}{2}$

Derretase opêz em huma Caldeira, e em estando derretido, tirese do lume

115 e se lhe deitem todos estes ingredientes, bem misturados, e com este composto se enchaõ as bombas.

Todas estas composições de vem ser experimentadas, e escolher aque
120 for mais activa, que naturalmente, será esta ultima, e *quando* se ache *muito* forte, se diminuirá a polvora, como tambem, pelo contrario, se lhe acrescentará, achandoa fraca.

Como esta nova especie de
125 Arma, aque daremos o nome de Seta fulminante, levada á sua perfeiçam, deve vir a fazer *para* ofuturo, huma parte separada na Artilharia, asim como as bombas e minas *etcaetera*, deve por *consequinte*, ser asua applicam, *metodicamente* feita. Isto he, que depois de serem construidas com medidas certas, e examinados os seus alcances, devem ser lansas, conforme as regras e Leis do movimento, e tudo sугeito a calculo.

135 Quero dizer, conforme as leis, não dos corpos projectos, como por *exemplo* as bombas e ballas *etcaetera*; que tem o seu movimento por meio de huma acção instantanea, que a polvora, como forsa motris, lhe comunica, e ellas recebem
140 na proporção da sua massa; cujo movimento por ser embarassado pela resistencia do ar e pela gravidade que as retardaõ cada ves mais, lhe

168

He chamados os Mathematicos, movimento retardado; por ser como estas novas armas, ou Setas fulminantes tem humia accão, que continuam^{te} a actuar ou impelle, e m^{te} dura o fogo, deve ser esse movimento uniforme e continuamente acelerado, até o ponto em que se extingue o fogo, cuja velocidade finda com elle, quasi neste ponto, por não haver massa que conserve o movimento, pelo que devem sempre por consequente ser lançadas conforme as leis do movimento uniforme e continuamente acelerado, e segundo estas mesmas leis he que se devem formar os calculos, p^o serem lançadas.

E por agora servindo nos n^{os} deb^{es}los praticamente, sem mais outra regra, que o que tenho dito, sendo he Realagrado, quer hever p^o tempo mais opportuno, e depois de algumas experiencias m^{te} necessarias, que por agora me são impossiveis, e tratar sobre este assumpto, com mais particularidade, como tambem, dar a estas armas, massa, ou peso para a continuacão do seu movimento, ainda que, já estas leveo algum, que he de, por meio da solda com que se encham as copas, onde vai soldado o ferro das farpas.

Por hum distancia a que todos os homens estão sujeitos, não puz no seu lugar o modo de lançar estas armas, e he o seg^{to}.

Nunca se lançará nenhuma destas setas fulminantes, sempre que a cabeça esteja encostada a hum parapetto, ou torção semelhante. Hum homem pegará na haste e assim mesmo sustentará com a outra mão, e ao mesmo tempo que outro he de o fogo com a sua voz. Isto he lançando se hum por cada vez, em distancias grandes; por em em pequenas dist^{as}.

||4r|| [[lhe]] chamaõ os Mathematicos, movimento retardado;
porem como estas novas armas, ou Setas fulminan

145 tes tem huma acção, que continuamente as actua ou
impelle, emquanto dura ofogo, deve ser o seu movimento
uniforme e continuamente acelerado, até o ponto
em que se extingue o dito fogo, cuja velocidade finda
com elle, quasi neste ponto, por não haver massa
150 que conserve o movimento, pelo que devem sim
por conseguinte ser lançadas conforme as leis
do movimento uniforme e continuamente accelera
do, e segundo estas mesmas leis he que se de
vem formar os calculos, para serem lançadas.

155 E por agora servindo nos nós del-
las practicamente, sem mais outra regra, que
oque tenho dito, sendo do Real agrado, guar
demos para tempo mais oportuno, e depois de
algumas experiencias muito necessarias, que por a
160 gora me são impossiveis, e tratar sobre este
assumpto, com mais particularidade, como
tambem, dar a estas armas, massa, ou pezo
para a continuação do seu movimento,
ainda que, já estas levão algum, que
165 lhe dei, por meio da Solda com que se
enchem as copas, onde vai soldado o ferro
das farpas.

Por huma distracção a que todos os homens estão sujei
tos, não pus no seu lugar o modo de Lançar estas armas
170 e he o seguinte.

Nunca se lançará nenhuma destas
setas fulminantes, sem que a sua cabeça esteja encostada
a hum parapeito, ou cousa semelhante. Hum homem
pegará na haste e assim mesmo sustentará com ponta
175 ria, e ao mesmo tempo que outro lhe dará ofogo com a
sua vós. Isto he lançando se hum por cada vez,
em distancias grandes; porem em pequenas distancias

Se poderão lançar m^{to} por cada vez, sendo preciso p^o
isso, usar de hum especie de grabe—fig 4^a— assim
que estando as cabeças das setas asentadas na regua
de fora e as hastes na outra, hum hornco pegando na
regua—D— expontando por as duas pinculas que tem,
outro, á voz delle, lhe lance o fogo, por meio de hum
estupim.

O L^o O^o a V^o Ex^o m^o annos.

M^o e Ex^o S^or.

De V^o Ex^o.

Com aq^uo attento e obsequioso Criado

Cactus 25 de Junho
de 1793.

Joze Leonardo Melliani da Silva

||4v|| sepoderaõ lançar *muitos* por cadaves, sendo preciso *para*
 isso, uzar de huma especie de grade – *figura 4ª* – afin

180 que estando as cabeças das setas asentadas na regua
 defora e as hastes naoutra, hum homem pegando na
 regua – D – eapontando por as duas pinulas que tem,
 outro, á vós delle, lhe lance ofogo, por meio de hum
 estupim.

185 Deos *Guarde aVossaExcellencia* *muitos* annos.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

De Vossa Excellencia

O mais attento eobsequioso Criado

190 Caetanos 25 de Fevereiro
 de – 1793 –

Ioze Leandro Melliani daCrus

N^o 3

1793

39

ARQUIVO NACIONAL

*Narrativa de um parto anormal - 1793.**M. Cas. de Riphopageia*

||1r||

nº 3⁹⁸Narrativa de um parto anormal – 1793⁹⁹Um caso de xiphopagia¹⁰⁰

⁹⁸ A informação “nº 3” provavelmente indica que este manuscrito era o terceiro da Caixa 22, Classe 7, série A da Seção Histórica. Na primeira linha, mais à direita, há o ano do documento, 1793, em letra de corpo pequeno. No canto superior direito do fólio, encontra-se o número 39, sublinhado, escrito em tinta vermelha, assim como ocorre com a numeração dos demais manuscritos que compõem o volume 4. A numeração deste documento, feita em algarismo arábico sublinhado, inicia-se no número 39 e termina no 45. Uma particularidade verificada neste documento é o fato de a numeração ser colocada também nos versos dos fólhos que não estão em branco. Assim, há os seguintes números, escritos a lápis, no canto superior esquerdo dos versos dos fólhos: 41v, 42v, 43v e 44v. No verso do último fólio, 45, há apenas o número 4, a lápis, no mesmo canto.

⁹⁹ Acima desta linha, há um carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”, que aparece nos retos de todos os fólhos que constituem este documento.

¹⁰⁰ Abaixo desta linha, há o número 22, antecedido por um ponto, escrito em letras maiores, com giz de cera azul, na diagonal. Este fólio está rasgado na parte inferior esquerda, onde provavelmente estaria o “C”, abreviatura de *Caixa*, como verificado nos outros fólhos de abertura do volume 4.

Rio Grande do Sul.

40

1793

C. N. R.

ARQUIVO NACIONAL

Senhor

Manoel. Marques de São Paulo.

Vigário da Várzea, Quatrel do Rio

C. N. R.

Pela minha Causa, amizada

fulchivância

Esta narrativa

Antônio de Freitas Santos

||2r||

AO Muito Respeitado¹⁰¹

5

Senhor.

Manoel Marques de *Sam* Payo.

Vigario da Vara deste Quartel do Rio

Pa[rdo]

Com Devida Obrigação

10

Pela minha cencera amizade

e

fiel obediencia

Esta narrativa

Antonio deFreitas Santos

15 <Ce[di]da pelo Doutor Rodolfo V[i]l[hun]a.>

¹⁰¹ Acima desta linha, há as informações “Rio Grande do Sul.” e “1793”, grafadas em punho diferente do que escreveu o documento. Além do carimbo com os dizeres “Arquivo Nacional”, existe o carimbo redondo do Arquivo Nacional, um pouco acima da primeira linha, do lado esquerdo.

||3r|| No dia segunda-feira-3-do¹⁰²

- mes de Junho de 1793, neste Quartel da Fronteira do Rio pardo, deu aluz pela meya noute (com tres dias departo) duas crianças unidas, Ana Maria da Silveira, de 17 anos de idade, natural da Freguezia do Senhor Bom Jezus do Triunfo, continente do Rio Grande de São Pedro, Bis-pado do Rio de Janeiro, cazada a 18 mezes, com Antonio de Castro Monteiro, natural da Freguezia de Nossa Senhora das Neves, cabeça de Mouro, comarca de Moncorvo, Arcebispado de Braga, de 33 anos de idade, e vivem neste Quartel de taverna. As crianças viverão meya ora, depois de dadas aluz. Foraõ baptizadas hũa com onome de Maria, e outra com o de Ana. Dis aparteira Maria da Conceição, *que* nasceraõ de cabeça, e *que* huma viera com a cabeça debaixo da barba da outra, tinhaõ decomprido palmo, e meyo. A uniaõ principiava pela cartilagem (a) chi foidea, e tegumentos (b) the aregiaõ (c) Epigastrica inferiormente

¹⁰² Há na parte superior do fôlio, ocupando aproximadamente metade da folha, um desenho com três figuras, a primeira representa dois recém-nascidos unidos pela região do abdome, e a segunda e a terceira retratam órgãos do sistema gastro-intestinal. Há também os dois carimbos do Arquivo Nacional já citados na nota do fôlio anterior.

ficando livres a região umbilical e Hipogastrica, e pectus primum mun-
 tum, ou da nobreza. Sendo a terceira de sem. fenomeno, trata-se de ir a
 occidua, onde se achava, Vê hia variedade q. mostra a fig. 1.ª Sua
 estrutura era de dois corpos, fixa hia a diáfana uentre caridades, p.
 na superior, animada, ou das aras; na media, ou uentre mediano uentre
 de achavao perfectas; na terceira, e ultima carid. observo o contrario,
 isto he, uentre q. rupeita as entranchas uentreas inclua a caridade de
 Abdomen, ou baixo uentre q. q. achu dois uentriculos. p. em gran-
 deza, e proporção p. p. a diferença, q. os intestinos p. p. as-
 sendo uentre progressos, antes de chegarem ao segundo contiguo, se di-
 tava a uentre hum com outro como mostra a fig. 2.ª p. p. sendo se
 na sua longitudinal, algumas glandulas q. de Armas q. comum. uentre
 ta extensas, hia em grande quantidade, e em q. ao figado. p. p.
 erao bastante volumozos; era hum deito com uentre lida tirando o
 escuro, estes se achavao unidos pela sua parte superior, p. p. li-
 gam. p. p. coronario como mostra a fig. 3.ª. No q. p. p. a os
 musculo p. p. a mesma caridade, tanto os dois grandes obli-
 cendentes, como os pequenos obli-
 cendentes, q. costumao a ter o
 suposto fipo na cartilagem chifoidica, extremidades de todas as
 costelas verdadeiras: estes quatro musculo, e os dois rectos, q. co-
 tumao a ter o suposto fipo, p. p. algumas dentilacoes, a cartilagem
 chifoidica, osso externo, Viuho a fere, todos seis, os seus pontos
 fijos nas tres ultimas costelas falsas, onde formavao tres elis,
 tanto de hum lado, como do outro, hia forte duplicatura. Era
 abertura, q. formavao, q. era em figura pyramidal, se achavao
 os dois diaphragmas infundidos pelas suas partes concavas, dei-
 xando bem livres os seus orificios. Tanto hia oriana como a outra

||3v|| ficandolivres a região umbilical, e Hipogastrica, epecten Vouum mou-
tanum, ou dapoberdade. Tendo notícia *desemelhante* fenomeno, tratey de ir à
residência, onde se achavaõ, Vi hũararidade (*que* mostra *afigura 1ª*) Sua
estructura eradedous corpos, fiz-lhe adicessaõ nas tres cavidades, (d)
35 nasuperior, animaes, oudarazaõ; na media, ouventre mediano vitaes,
se acharaõ perfeitas; na terceira, eultima cavidade observei o contrario,
istohe, no *que* respeita às entranhas naturaes encluidas na cavidade de
Abdomen, oubaixo ventre *por que* achei dous ventriculos (e) com gran-
deza, e oroficios proporcionados So c[om] diferença, *que* os intestinos (f) duo-
40 denos noseu progreço, antes de chegarem aosegundo contorno, sedila-
tavaõ a unir-se hum com outro (como mostra *afigura 2ª*) percebendo-se
nasua longitude, algumas glandulas (g) deBruner *que* comumente nes-
ta extençaõ, saõ em grande quantidade, E em *quanto* aos figados (h) *que*
eraõ *bastantemente* volumozos; erahum deles com cor livida tirandopara
45 escuro; estes se achavaõ unidos pelasua parte Superior, pelo li-
gamento (i) coronario (como mostra *afigura 3ª*) No *que* pertence aos
musculos (l) da mesma cavidade, tanto os dous grandes oblicos des-
cendentes, como os piquenos oblicos ascendentes, *que* costumaõ ater o
seuponto fixo na cartilagem chifoidea, extremidades detodas as
50 costelas verdadeiras: estes quatro musculos, e os dous rectos, *que* cos-
tumaõ ater oseuponto fixo, por algumas dentilaçoens, a cartilagem
chifoidea, osso externo; vinhaõ afazer, todos seis, os seus pontos
fixos nas tres ultimas costelas falças, onde formavaõ todos eles,
tanto dehum lado, como do outro, hũa forte duplicatura. E na
55 abertura, *que* formavaõ, *que* era emfigura pyramidal, se achavaõ
os dous diafragmas (m) unidos pelas suas partes concavas, dei-
xando bem livres os seus orofícios. Tanto *hua* criança como a outra

ARQUIVO NACIONAL

Se achando com seis dentes su. *profectis* nas maxillulas superiores, eijos
erao quatro incisivos, e dois canina. E a Mary das orianças no fim
de 20 dias passara com saúde *perfecta*.

Analyse

1a) Osso esterno; he apinhado, e se acha na parte anterior do peito,
e se divide em tres partes, superior denominada furcula, mediana
denominada corpo, e inferior cartilagem chiffoidea, q. no adulto se
osifica; todas estas peças se separao humas das outras, e se apoia
conjuntem de tres, ou quatro peças, q. no adulto se apenas se lhe ve
em o vestigio da sua ossificacao, na sua extremidade, se acha
apinhado cartilaginosa de figura de ponta de chua espada, a q. se
denominao cartilagem inornata, ou espinhela, a q. se osifica
na velhice.

1b) Cutis. Se he tegumento commum, a quelle embrião, universal, q.
reveste todas as partes, q. externamente compoem o corpo humano.
elles determinao a forma, e a beleza, e ser o acento das cores diversas

1c) Topica como o Geografo descrevera o mundo mencionando as
leis e diferentes Paizes, q. o compoem, a q. deo o nome de regiao,
q. milhor conhecia. Laquelle, q. se applica para a sciencia da
Geografia. Topica tambem, e Anatomica, e comparacao

||4r|| se achavaõ com seis dentes (n) perfeitos nas mandíbulas superiores, cujos
eraõ quatro incessivos, e dous caninos. E a May das crianças no fim
60 de 20 dias passeava com saude perfeita.

Analyse

(a) O osso externo; he aquelle osso, *que* se acha na parte anterior do peito,
e le se divide em tres partes, superior denominada fíbula, mediana
denominada corpo, e inferior cartilagem chifóidea, *que* no adulto se
65 ossifica, todas estas peças se separam umas das outras, este osso se
compoem de tres, ou quatro peças, *que* no adulto são apenas se lhe ve-
em os vestígios da sua ossificação, na sua extremidade, se nota hũa
apêndice cartilaginosa de figura de pontade hũa espada, a *que* de-
nominaõ cartilagem mucronata, ou espinhela, a *qual* se ossifica
70 na velhice.

(b) Entende-se por tegumentos comuns, aquelle embrulho, univérçal, *que*
reveste todas as partes, *que* externamente compoem o corpo humano:
elles determinam a forma, e a beleza, por ser o acento das cores diversas

(c) Assim como os Geógrafos descreveram o mundo mencionando n'el-
75 le os diferentes Paizes, *que* o compoem, *aque* deram o nome de regiões,
para melhor conhecimento d'aquelles, *que* se applicassem a sciencia da
Geografia. Assim tambem, os Anatomicos, por comparaçãõ

||4v|| para os *que* sedestinassem ao conhecimento do corpo humano, lhe notaraõ
 as suas diversas regioens, para melhor marcarem os lugares do corpo
 humano, *que* se pertende conhecer. O conhecimento da formalidade exterior do o-
 mem, ou anatomia de proporçoens, hé utilissima, não so aos Profe-
 çores de anatomia, Medecina, e ainda aos da Juris prudência,
 mas também aos da Estatuaría, e Pintura, *que* sem estes previos
 conhecimentos, Não seteriaõ vistosahir das mãos destes Artistas, ou
 chefes de obras, *que* fara para sempre immortaes os seus Autores.
 Entende-se pelas regioens do corpo humano, hum certo espaço de-
 terminado, sobre a superficie do nosso corpo, ao qual respondem cer-
 tas partes, como por exemplo a região Epygastrica, umblical,
 e região axilar. *etcaetera*.

(d) Entende-se por *cavidade* toda a depreção, ou vazio sensível, *que*
 se encontra, se denomina cavidade, e estas de diferentes claçes.

(e) Ventriculo, ou estomago, he hum saco membrano=musculo-
 zo Situado na região Epygastrica, por baixo da abobeda do di-
 afragma, diante do figado, detras das falças costelas; a sua
 figura he semelhante a foleda de hũa gaita galega, o seu orofi-
 cio superior, se denomina cardias, e corresponde ao isofago, o
 inferior se denomina pilouro, e corresponde ao intestino duode-
 no. o Estomago he dotado de muitas pregas, *que* se augmenta,
quando elle se contrahe, e deza parecem *quando* se dilata. o uzo desta
 visçera, creyo ninguem o ignora.

ARQUIVO NACIONAL

[11] Os intestinos proprios são humas canaes membranosas, grandes, e compridos, redondos, concavos, de mais ou menos grossura, q^{ue} tem a sua origem no orificio inferior do estomago, denominado pilouro, e se estende até ao ano; foyza posterior a sua extensão total, segundo alguns anatomicos, he de sete vezes o comprim^{to}. do foyzo. O numero do intestino he de seis, tres delgado, e tres grosso: o delgado, se denomina duodeno, jejuno, e illon: o grosso, são denominados secum, colono, e rectum: estas divisões são deas, e são feitas p^{or} a comoddade. O duodeno, assim denominado p^{or} ter o comprim^{to} de doze polgadas, tem a sua origem no pilouro, e endea progredir faz dois contornos, q^{ue} o fazem descrever a figura de hum S. romano, situado transversalmente da direita p^{or} a esquerda.

[12] Estende-se p^{or} glandulas humas corpo de diferentes grandezas, situado em diversos lugares do digesto, destinado p^{or} separarem do sangue certos humores, p^{or} certo uso, e a sua maquina. Elas se compoem, segundo Pouqueux, de hum interlacam^{to} de vasos de todo o genero, a saber arterias, veias, assim sanguineas, como lymphaticas, vasos secretorios, e excretorios, &c. Estas glandulas differem exactam^{te} de si pelo seu volume, pela sua consistencia, pela sua figura, e pela sua cor, e ainda mais, pelo q^{ue} respecta as suas funcoes, e as ditas de Bruner, ou Estenias, q^{ue} se acham entre as laminas do dito intestino, e entao o mais filtrado o suco estenico, q^{ue} lubrifica a parte volubidade do canal estenico. Esta he a veia gual, q^{ue} se produce da estrutura das glandulas,

||5r|| (f) Os intestinos (ou tripas) são huns canaes membranosos grandes, ecompridos, redondos, concavos, demais ou menos groçura, *que* tem asua origem no orofício inferior do estomago, denominado pilouro, ese estende the ao anos; (ouvya posterior) asua extensão total,
 105 segundo alguns anatomicos, he sete vezes o comprimento dosugeito
 O numero dos intestinos hedeseis, tres delgados, etres groços: os delgados, se denominañ duodeno, jejuno, e illion: os groços, são denominados secum, colosso, erectum estas divisoens são ideas, esañ feitas *para* a comodidade. oduodeno asim denominado *por* ter o comprimento
 110 dedoze polgadas, tem asua origem nopilouro, enoseu progreço fas dous contornos, *que* ofazemdescrever a figurade hum S. romano, situado transversalmente dadireita *para* a esquerda.

(g) Entende-se por glandulas huns corpos dediferentes grandezas,
 115 situados emdiversos lugares dosugeito, destinados *para* separarem dosangue certos umores, *para* certos uzos, danossa maquina. Elas se compoem, segundo Ruisquio, dehum interlaçamento devazos detodo o genero, asaber arterias, eveyas, asim sanguineas, como linfaticas, vazos secretorios, e excretorios, *etcaetera*. As glandulas dife-
 120 rem exactamente desi pelo seu volume, pelasua consistencia, pelasua figura, epelasua cor, e ainda mais, pelo *que* respeita as suas funçoens, e as ditas de Bruner, ou Estericas, *que* se achañ entre as laminas dodito intestino, e emtodos os mais flitrañ osuco eisterico, *que* lubrifica aparte voludada do canal eisterico. Esta
 125 ta he aidea geral, *que* sepodedar da estructura das glandulas,

43v

De q^{te} resulta o seu mecanismo.

[14] O fígado, he hua viscerã, de hum volume consideravel. Situado no hypochondrio direito debaixo das falsas costelas, elle se estende, no estado natural, the ao Epigastrica, onde cotro a porta inferior do Estomago. O fígado se contém na sua situação, p^o m^oyo de tres ligamentos principaes, do quaes o primeiro, he aquelle, q^{te} attaca o fígado pela sua parte superior e convexa, à parte concava do Diafragma, o qual se denomina coronario. O segundo o fígado, a immensura de coza, os outros dois se denominão lateraes. Estes ligam^{to}s prendem também o fígado, pelo seu lado ao mesmo diafragma. A figura do fígado, ainda q^{te} irregular, quare se assemelha à p^{te}ta de hum boy. O uero fígado he de delibras a secueça da billa, por fel do sangue q^{te} lhe fornece, principalm^{te} a p^{te}ta porta, cujo sangue tem a propried^{de} de produzir este sabao natural, tão necessário às foveas naturais, p^o se p^{er}enas ja apto, e attado pelo intestino, ebaço de donde he deduzido. A cor do fígado he livida.

[15] Os Ligamentos, são hums corpos brancos, fibrosos, compactos, flexiveis, mais ou menos elasticos de diferente consistencia membranosa, q^{te} as cartilagens. Consideramos o ligam^{to} em duas classes geraes, a primeira compreh^{de} aq^uels, q^{te} propriam^{te} pertencem ao offi^o, a segunda, a q^{te} prende, e suspendem diferentes partes molles, como o ligam^{to} coronario, q^{te} suspende o fígado.

[16] Musculo, assim denominado, de mus-muris, q^{te} si-

||5v|| de *que* rezulta oseumacanismos.

(h) O figado, he hua viscera, de hum volume consideravel situado no opicondrio direito debaixo das falças costelas; elle se estende, no estado natural, lhe¹⁰³ ao Epigastrico, onde cobre a porção inferior do Estomago. O figado se contém na sua situação, por meyo de tres ligamentos principaes, dos quaes o primeiro, he aquele, *que* acta o figado pela sua parte superior e convexa, à parte concavado Diafragma, o qual se denomina corona[r]io, por circundar o figado, a maneira de coroa, os outros dous se denominam lateraes. Estes ligamentos prendem
 130 também o figado, pelos seus lados ao mesmo diafragma. A figura do figado, ainda *que* irregular, quase se asemelha à patada de hum boy. O uso do figado he de se celebrar a secreção do biliar, (ou fel) do sangue *que* lhe fornece, principalmente a veia porta, cujo sangue tem a propriedade de produzir este sabaõ natural, tão necessário às funções naturaes, por se pensar já apto, e actuado pelos
 140 intestinos, e aco de donde he deduzido. A cor do figado he livida.

(i) Os ligamentos, são huns corpos brancos, fibrosos, compactos, flexiveis, mais ou menos elasticos de diferente consistência menos duros, *que* as cartilagens. Consideramos os ligamentos em duas classes
 145 geraes, a primeira comprehende aqueles, *que* propriamente pertencem aos ossos, a segunda, os *que* prende, e suspendem diferentes partes moles; como o ligamento coronario, *que* suspende o figado.

(l) Musculo, assim denominado, de mus-muris, *que* si-

¹⁰³ No manuscrito, encontra-se o grafema *l*, porém, pelo sentido da oração, deveria ser *t*, para ficar “the”, redução de “até”.

Significa orate, pela rapidez com q. se move. ele he hum organo, ou parte do nosso corpo, composto de muitas fibras carnosas, principalm^{te} no seu corpo de cor vermelha, e tendinosas nas suas extremidades, de cor branca. Não he regra geral, q. todas as extremidades, dos musculos sejam tendinosas, e brancas: muito musculo ha, q. as suas extremidades tambem são carnosas, sem q. se isso dei por de porer as suas funções. Para o musculo exercerem o seu movim^{to} necessitam d'umo ataque, alem d'al-
gum elemento, semelhante ao do p^{er}to de G^{ra}via, com q. se movem o p^{er}to. O primeiro ataque, se denomina fijo, e qual esta atacado a quella parte, q. se não move, durante a contractão do musculo, o segundo se denomina movivel, e qual esta atacado a parte q. se hade mover, durante a contractão do dito musculo. O terceiro se chama ponto de apoio, q. serve p^{ra} augmentar, e dirigir as forças ao musculo, q. exerce o seu movim^{to}. Por esta theoria se comprehende, q. o mecanismo do musculo, he semelhante ao das maquinas, q. tem enventado a G^{ra}via p^{er} mover o p^{er}to, ou o p^{er}to, ou as alavancas, as roldanas, as torçoes, as tirouas, &c.

pon / O Diafragma he hum musculo, o mais consideravel, q. concorre a respiração, como inspirador, e expirador, este tem o seu ponto fijo, p^{er} dois apendices carnosos, nas partes lateraes do corpo das quatro verteb^{ras} lombares superiores. o seu ataque continua p^{er} hum apendice aponevrotico, a q. chama^{se} o s^untro nervoso do Diafragma, a sua situação he horizontal, formando p^{er} a parte do Abdomen humo concavidade, e p^{er} a

||6r|| [[si]]gnifica orato, pela rapides com *que* semove: ele he hum
 150 organo, ou parte donosso corpo, composto de muitas fibras car-
 nozas, principalmente no seu corpo, de cor vermelha, e tendinozas
 nas suas extremidades, de cor branca. Naõ he regra geral, *que* to-
 das as extremidades, dos musculos sejaõ tendinozas, ebrancas: muitos
 musculos ha, *que* as suas extremidades tambemsaõ carnozas, sem
 155 *que* por isso deixem de exercer as suas fõçoens. Para os musculos
 exercerem os seus movimentos necessitaõ dous ataques, alem de al-
 gum emcosto, semelhante as m[aq]uinas daTatica, com *que* se
 movem os pezos, oprimeiro ataque, se denomina fixo, o qual
 esta atacado àquela parte, *que* se naõ move, durante a contraçaõ
 160 domusculo, osegundo sedenomina movivel, o qual esta reunido
 aparte *que* se hade mover, durante a contraçaõ do dito musculo,
 o Terceiro se chama ponto de apoyo, *que* serve para augmentar, e
 dirigir as forças ao musculo, *que* exerce oseu movimento Por esta
 theorica se compreende, *que* o macanismo dos musculos, he semi-
 165 lhante aos das maquinas, *que* tem inventado aTatica, para mo-
 ver os prodegiosos pezos, Taes saõ as alavancas, as roldanas, as
 torquezes, as tizouras, *etcaetera*.

(m) O Diafragma he hum musculo, omais consideravel, *que*
 concorre arespiraçaõ, como inspirador, e expirador, estetem
 170 oseuponto fixo, por dous apendices carnozos, nas partes late-
 raes dos corpos das quatro vertrebas lombares supreores. oseu
 ataque continua por hũa expançaõ apenevrotica, a *que* chamaõ
 sentro nervozo doDiafragma, asua situaçaõ he horizontal,
 formando para aparte do Abdomen huma concavidade, epara a

parte do peito hãa convergência. Ele se acha perfurado com
três orifícios, q^{re} dão pa^{ra} a^{os} a^{os} varias visceras, entrando a as-
teria a^{os} ota descendente, e^o cava. Este musculo alem de de-
der o^o peito do Estomago, he o principal agente da respiração, e
he comum a^{os} inspiração, e^o a^{os} expiração. Geralmente as de-
nominações do musculo são do modo de seus coura^{os}, a^{os} saber,
da figura, q^{re} representa, da columna, da situação, da direcção, da
cavidade, e^o das diferentes partes, q^{re} se lhe notão.

/ Os dentes, são o^o o^o mais brancos, e^o ao mesmo tempo
mais duros, q^{re} se achão no fuzido, e^o são situados em duas ordens,
nas bordas das duas mandibulas, superiores, e inferiores, formando
o^o dentro do labio superior, e a^{os} entrada da boca, dividem-se em
três classes, q^{re} são incisivos, caninos, e molares, os incisivos, são
o^ota, quatro, superiores, e quatro inferiores, os caninos são o^ota
com superiores, e^o com inferiores, os molares são vinte, dez supe-
riores, e^o dez inferiores. Se se conta trinta e^o dois dentes
n^o hum adulto de vinte e cinco anos. Se diante o^ota primeiros
se denominão incisivos, pela sua figura incisiva, e^o p^o
dividem o^o alimento. Os quatro seguintes, q^{re} se achão a^{os} tra-
da do primeiro, q^{re} vulgarmente se chamão porcos / se denomi-
nã^o caninos, e^o p^o se assemelham a^{os} porcos do caão, e^o servem
de perfurarem o^o alimento. Cada hum dos dentes se divi-
de em duas partes, q^{re} são a^{os} q^{re} se vê, e^o manifesta, chamado
corpo, e^o outra encoberta, q^{re} são as raizes. Cada dente he com-
posto de duas modificações, de substancia, a^{os} eterna branca, e^o a^{os}

175 ||6v|| partedopeito hũa convexidade. Ele se acha perfurado com
tres oroficios, *que* dão passagem avarias visceras, entrando a ar-
teria a orta descendente, eveya cava. Este musculo alem de divi-
dir opeito do Abdomen, he o principal agente darespiração, e
he comum a inspiração, como a expiração. Geralmente as de-
180 nominaçoens dos musculos são derivados deseis couzas, asaber,
dafigura, *que* representa, do volume, dasituação, dadireção, da
conexão, e uzo das diferentes [p]artes, *que* selhe nota.

(n) Os dentes, são os ossos mais brancos, eao mesmo tempo
mais duros, *que* se achão nosugeito, estão situados em duas ordens,
185 nas bordas das duas mandibulas, superior, e inferior, formando
por dentro dos labios (ou beiços) a entrada da boca, devidem-se em
tres claces, *que* são incessivos, caninos, e molares, os incessivos, são
oito, quatro, superiores, e quatro inferiores, os Caninos são quatro
dous superiores, edous inferiores, os molares são vinte, desupe-
190 riores, edes inferiores; por cuja raza, se conta trinta edous dentes
n'hum adulto de Vinte e cinco anos por diante, os oito primei-
ros sedenomina, incessivos, pelasua figura incedente, epor
devidirem o alimento. os quatroseguintes, *que* se achão aos la-
dos dos primeiros, (*que* vulgarmente se chama, prezas) se denomi-
195 na, caninos, e por se asemilharem as prezas dos caens, eservem
de perfurarem os alimentos *etcaetera*. Cadahum dos dentes se devi-
de em duas partes, *que* são hũa *que* sevê, emanifesta, chamada
corpo, e outra escondida, *que* são as raizes. Cada dente he compos-
to deduas modificaçoens, desubstancia, a externa branca, liza,

ARQUIVO NACIONAL

Delica, a q. chasnao esmalte, outra interna, ofina, q. he
a q. se ve nas suas raizes. Cada uma de per se tem hum presen-
ta officio, q. as veis nao he vna denominada nutritiva, q.
da passagem a hum nervo, e a outra q. se distribuem
no interior do dente p. a sua nutricao.

CC. Nervos de fora do
osso de sustencao.
PP. Nervos de fora do osso
de sustencao.
q. a grande de prolonga-
q. se endo o osso de susten-
cao, humendo o osso.

TT. Continuação do in-
terno em lapas
SS. Cordão sublingual, q. se
fazem os dentes (mole-
tinas de fora, hum
com outro).

- 200 ||7r|| esolida, a *que* chamaõ esmalte, [e] outra interna, ossia, *que* he a *que* sevè nas suas raizes. Cada [de]nte depersi tem hum pequeno oroficio, *que* as vezes não he vizi[vel] denominado nutritivo, *para* dar passagem a hum nervo, ar[t]eria, eveya, *que* sedestribuem no interior do dente *para* asua nu[tri]ção.
- 205 o.o. cardias, ouboca superior do ventriculo. r.r. continuação dos intestinos outripas.
 p.p. pilouro, ou boca inferior do ventriculo. s.s. cordoens ublicaes, *que* vulgarmente chamaõ invide
 q. raridade daporlongação t. uniaõ dofigado, hum
 210 *que* fazem os intestinos duodenos, hum com-o-outro. com outro.

Segunda Parte – Tratamento das sibilantes

Durante a leitura, transcrição e edição de manuscritos, é natural que alguns fenômenos lingüísticos chamem a atenção do filólogo, ora por se distanciarem ora por se aproximarem da língua portuguesa escrita atual. Durante o processo de edição só é possível observar superficialmente a ocorrência dos fenômenos, que devem ser anotados, com a indicação de fôlio e linha onde foram encontrados, para possivelmente servirem de base para estudo posterior. Finalizado o trabalho de edição dos documentos, obtém-se, quando se adota essa metodologia, uma relação de fatos lingüísticos com suas respectivas localizações. Parte-se, então, para a verificação da produtividade do estudo de determinado fato, por meio da ordenação e quantificação das ocorrências encontradas e da pesquisa sobre o assunto na literatura.

Um dos fenômenos lingüísticos que mais chamou a atenção durante a edição do *corpus* da presente dissertação foi a tamanha variedade que se nota nos grafemas utilizados para representar os fonemas sibilantes (consoantes constrictivas fricativas linguodentais). Os diferentes grafemas utilizados para representar os fonemas /s/ e /z/ quando em posição inicial de palavra e em posição intervocálica; a conseqüente variação de escrita de um mesmo vocábulo, a polimorfia; e a variação grafemática, revelaram-se fatos produtivos a serem estudados, devido tanto à quantidade de ocorrências verificada no *corpus* quanto à falta de estudos específicos sobre essa variação em manuscritos setecentistas.

Apesar de muitos estudiosos do português arcaico¹⁰⁴ e de alguns pesquisadores do português moderno¹⁰⁵ terem realizado comentários sobre a variação das sibilantes encontrada em *corpora* diversos, não se tem notícia de um estudo sistematizado e uno sobre a

¹⁰⁴ Cf. MAIA, 1986, pp. 438-468; MATTOS E SILVA, 1989, pp. 91-94; TEYSSIER, 2001, pp. 59-63.

¹⁰⁵ Toma-se aqui a expressão “português moderno” como aquele que inicia depois de 1500, no Renascimento. (cf. VASCONCELOS, s/d, p. 19)

representação desses fonemas. Assim, os trabalhos são atomizados e não permitem uma visão de conjunto que possibilite a elaboração de hipóteses universais em dada sincronia da língua portuguesa. Sobre os trabalhos acerca da ortografia portuguesa, Gonçalves (2003, p. 17) afirma que “do muito que sobre ela se tem escrito, quase tudo se fica pelos estudos fragmentários, pela análise parcelar ou pelo estudo monográfico, pois até há pouco nem sequer existia um recenseamento mínimo das suas fontes”. A autora (2003, p. 15) comenta ainda que vê no estudo da história da ortografia portuguesa “um filão pouco explorado no âmbito da nossa historiografia lingüística”.

Como já informado, os documentos que constituem o *corpus* desta pesquisa foram escritos por copistas distintos. Portanto, além de tipologia e procedência variadas, também o autor varia conforme o documento. Tais características são interessantes em trabalhos que visam avaliar fatos lingüísticos em uma perspectiva histórica, pois a heterogeneidade tende a apagar marcas próprias de um escriba, de uma região ou de um tipo de documento, conferindo aos dados recolhidos um caráter mais universal, já que são observados em tipos documentais distintos, em punhos diversos, de escribas de diferentes lugares.

Mattos e Silva (1989, p. 23), ao comentar a documentação não-literária medieval portuguesa, corrobora a importância lingüística da heterogeneidade documental.

A importância lingüística fundamental dessa documentação decorre primeiramente do facto de esses documentos medievais provirem não só da chancelaria real, mas de notários de todo o reino. Isso põe o estudioso da língua arcaica diante de um *corpus* que deve reflectir não apenas o dialecto jurídico cortesão, mas também o dialecto jurídico com manifestações dialectais regionais e talvez sociais, graças aos documentos provenientes de vários pontos do reino e escritos por copistas de níveis distintos de instrução, além de proveniências geográficas diversas.

2.1 Sobre a metodologia

Para analisar as variações dos grafemas utilizados para representar as sibilantes, em posição inicial de palavra e em posição medial intervocálica¹⁰⁶, dividiu-se o *corpus* em dois grupos. O primeiro grupo foi constituído por cinco conjuntos de documentos: Estabelecimento de uma Tesouraria Geral, Índios Guaranis no Rio Grande do Sul, Processo das Quitandeiras, Armada Inimiga e Narrativa Parto Anormal – Xifopagia. O segundo grupo foi composto pelos documentos Hospedagem do Conde de Banchi, Processo dos Religiosos e Melhoramento do Quinto. O conjunto Relação de Frades e Fazendas foi excluído da análise, por se constituir, sobretudo, por relações de antropônimos e topônimos, o que não permitiria uma análise segura em relação à etimologia dos vocábulos, dada à liberdade existente para grafar esse tipo de vocábulo.

O objetivo de realizar tal divisão deveu-se à preocupação de identificação de eventual desequilíbrio entre os dados encontrados nos documentos. Como a principal característica do *corpus* é sua heterogeneidade, conforme já comentado, e um traço importante do mesmo é a desigualdade de extensão dos documentos, não seria eficaz agrupar os dados de todos os documentos numa análise conjunta. Os dados levantados do documento com maior extensão, Melhoramento do Quinto, que perfaz 29 fólios, poderiam neutralizar os dados dos conjuntos menores.

Dessa forma, para provocar contraponto, efetuou-se a divisão, que se assenta nos critérios descritos a seguir. Em primeiro lugar, com o intuito de avaliar a extensão de cada documento, levantou-se, com o auxílio da ferramenta ‘Contar palavras’ do programa *Microsoft Word 2003*, a quantidade de palavras de cada um. Depois, realizou-se a contagem de palavras da edição na íntegra: 21.123 palavras. Verificou-se que o conjunto Melhoramento

¹⁰⁶ Em benefício da economia geral do trabalho, excluíram-se da análise as consoantes em travamento silábico e em posição final de palavra, já que demandariam um estudo exaustivo da consoante seguinte, para determinar se a sibilante seria interpretada como surda ou sonora.

do Quinto, com 11.281 palavras, correspondia a mais de 50% do total da edição. Como a inclusão do número de palavras do conjunto Melhoramento do Quinto no cálculo da média geral não refletiria a extensão média real de cada documento, excluiu-se a quantidade de palavras desse conjunto do total obtido. O novo total passou a 9.842 palavras. Para obter a extensão média real de cada documento, dividiu-se esse valor pelo número de documentos restantes, no caso, 7, já que, conforme citado acima, havia-se excluído o documento Relação de Frades e Fazendas. Tal cálculo resultou na média real de cada conjunto: 1.406 palavras.

Os documentos que possuísem menos de 1.406 palavras fariam parte do primeiro grupo. Assim, foram incluídos nesse grupo os conjuntos Estabelecimento de uma Tesouraria Geral (641 palavras), Índios Guaranis no Rio Grande do Sul (899 palavras), Processo das Quitandeiras (710 palavras) e Armada Inimiga (1.226 palavras). Obteve-se assim um grupo formado por 3.476 palavras. Como o total de palavras do *corpus*, excluindo-se o Melhoramento do Quinto, era 9.842, decidiu-se acrescentar um conjunto, para analisar-se, pelo menos, 50% da extensão total do *corpus*. O documento que possuía a menor quantidade de palavras entre os que restaram, Narrativa Parto Anormal – xifopagia, foi incluído, assim, neste primeiro grupo, que passou a contar com 5.359 palavras, ou 54% do total do *corpus*.

Dessa forma, os dois grupos estavam constituídos.

A análise realizada no primeiro grupo foi exaustiva, ou seja, analisaram-se todas as ocorrências de grafemas utilizados para representar as sibilantes nos documentos do grupo. A análise do segundo grupo foi realizada por meio de contraponto em relação aos dados encontrados no primeiro.

Explicam-se a seguir, de forma detalhada, os critérios de análise de ambos os grupos.

Em primeiro lugar, efetuou-se o desmembramento da transcrição dos cinco conjuntos de documentos do primeiro grupo em cinco arquivos distintos do programa *Word*. Após a separação, utilizou-se uma ferramenta do *Word* chamada macro. Tal recurso permite que se

defina um conjunto de instruções para o programa, que são armazenadas, e, quando solicitadas, executam as instruções gravadas. Neste caso, a macro utilizada, chamada ‘ordena’, tem a função de listar, em ordem alfabética, todas as palavras existentes no arquivo, acompanhadas pela quantidade de ocorrências e pela(s) respectiva(s) linha(s).

Antes de executar a macro, no entanto, é necessário que se prepare o arquivo. A preparação para a macro ‘ordena’ consiste na retirada dos números, da pontuação, dos símbolos (tais como parênteses, colchetes, parênteses oblíquos, aspas e hífenes) e das formatações de fonte (itálico, negrito e sublinhado); na transformação de todas as letras em minúsculas; no trabalho manual de agrupar todas as palavras separadas em final de linha em uma só linha, a anterior; e na numeração das linhas do arquivo de uma em uma.

As abreviaturas que contivessem em seu desenvolvimento os grafemas utilizados para representar as sibilantes não poderiam ser consideradas para a análise dos dados, já que talvez não representassem a forma original que o autor do documento lhes teria dado. Dessa forma, foram avaliadas uma a uma todas as abreviaturas antes da retirada da formatação itálico. Se houvesse um dos grafemas usados na representação das sibilantes em itálico, indicando que tal grafema não estava no manuscrito, tal abreviatura era excluída do arquivo.

Após a preparação dos arquivos, executou-se a macro em cada um deles, gerando-se um arquivo de *Word* para cada conjunto de documentos, contendo a relação de todas as palavras, em ordem alfabética, acompanhadas pelo número de ocorrências e pela informação das linhas em que ocorriam. A relação de cada conjunto foi copiada em uma pasta de trabalho diferente do programa *Microsoft Excel*, totalizando cinco pastas de trabalho distintas.

Com a listagem das palavras, gerou-se no *Excel* uma planilha com três colunas: a primeira, chamada ‘Palavras’, com a relação dos vocábulos em ordem alfabética; a segunda, chamada ‘Ocorrências’, com a quantidade total de ocorrências do vocábulo; e a terceira, intitulada ‘Linhas’, com a informação do(s) número(s) da(s) linha(s) onde ocorria a palavra.

Dessa listagem com todas as palavras presentes nos documentos, foram excluídos, manualmente, os vocábulos que não possuísem os grafemas utilizados para representar as sibilantes e também os topônimos e antropônimos.

A planilha ficou, então, somente com as palavras que possuísem os grafemas usados na representação das sibilantes. A essa primeira planilha, com o total de palavras em que havia pelo menos uma consoante sibilante, seguiam-se outras seis, criadas para analisar os contextos de ocorrência dos grafemas. A segunda planilha analisava a sibilante surda em posição inicial, contemplando os grafemas *c*, *s*, *sc* e *ss*; a terceira, quarta, quinta e sexta planilhas analisavam a sibilante surda em posição medial intervocálica, contemplando os seguintes grafemas: *-c-*, *-ç-*, *-s-* e *-ss-*¹⁰⁷; e a sétima e última analisava a sibilante sonora em posição medial intervocálica, contemplando os grafemas *-s-*, *-x-*, *-z-* e, em alguns casos, *-ss-*. Não havia uma planilha para a sibilante sonora em posição inicial, pois foram encontradas somente duas ocorrências desse tipo no *corpus*, conforme já informado na análise paleográfica.

A análise dos dados em cada planilha foi realizada por meio do uso da ferramenta ‘Filtro avançado’, que se localiza no menu ‘Dados’ do *Excel*. Tal recurso permite que os dados sejam filtrados de acordo com critérios predefinidos. Dessa forma, pode-se, por exemplo, solicitar que o programa mostre somente as palavras que contenham a letra ‘s’ na posição inicial. Basta inserir a informação “s?” na área destinada ao intervalo de critérios, que significa vocábulo iniciado pela letra ‘s’ seguido por qualquer caractere único, e solicitar a filtragem. A planilha irá mostrar, então, só os vocábulos que correspondem àquele critério.

No caso da análise de sibilante em posição medial, inseria-se a informação “?*ç?” no intervalo de critérios, que significa qualquer número de caracteres, seguido por um caractere único, que possua a letra ‘ç’, e seja seguido por um caractere único e qualquer número de

¹⁰⁷ Foram contemplados também os grafemas da família *c* e *ç* que ocorreram no *corpus*, a saber: *sc*, *xc*, *zc*, *cç*, *çç*, *sç*, *zç*.

caracteres, para que o programa mostrasse apenas os vocábulos que correspondiam a esse critério. Na tabela 4 reproduzem-se os critérios utilizados para todas as filtrações efetuadas. A interrogação (?) significa qualquer caractere único e o asterisco (*) significa qualquer número de caracteres.

Tabela 4 – Critérios de filtração.

Grafema e contexto posicional procurado	Critérios utilizados
Sibilante surda em posição inicial	ce? ; ci?; s?
Sibilante surda em posição medial – grafema -c-	?*c?*
Sibilante surda em posição medial – grafema -ç-	?*ç?*
Sibilante surda em posição medial – grafema -s-	?*s?*
Sibilante surda em posição medial – grafema -ss-	*ss?*
Sibilante sonora em posição medial	*xa*; *xe*; *xi*; *xo*; *xu*; *z?; ?*s?*

A opção por analisar as sibilantes surdas em posição medial intervocálica em planilhas separadas (terceira, quarta, quinta e sexta planilhas) deve-se ao fato de tal modo de organização permitir uma visualização mais clara dos dados, já que, nesse contexto, podem ocorrer muitos grafemas distintos.

Após o programa mostrar o resultado das palavras que correspondiam aos critérios definidos, realizou-se a verificação de cada vocábulo para conferir se correspondia de fato ao critério desejado. Tal verificação manual excluía, por exemplo, a palavra ‘acompanhar’ da relação de palavras com grafema *c* representando sibilante surda, uma vez que a letra ‘c’ dessa palavra não representa uma sibilante surda.

Depois dessa verificação manual, partiu-se, então, para a contagem dos vocábulos. Após a contagem, analisou-se o desvio do grafema utilizado em relação à etimologia do vocábulo¹⁰⁸, e marcou-se qual grafema foi utilizado indevidamente. Dessa forma, a palavra ‘profeçores’ era marcada como desvio em relação ao grafema *ç*.

¹⁰⁸ Para a verificação da etimologia, utilizou-se a informação etimológica fornecida pelo dicionário Houaiss, que foi elaborada, conforme consta da seção Equipe Editorial, sob a supervisão de Antonio Geraldo da Cunha. Da bibliografia utilizada para a elaboração do dicionário Houaiss constam também as seguintes obras de natureza etimológica, publicadas por A. G. Cunha: *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997; *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1978; *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. Prefácio-estudo de Antônio Houaiss. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

Depois da análise dos dados dos cinco conjuntos de documentos, que totalizaram trinta e cinco planilhas do *Excel*, criou-se uma nova pasta de trabalho, onde os resultados foram consolidados. Essa pasta de trabalhos, por sua vez, possuía três planilhas: uma com a quantidade de ocorrências de palavras com sibilante surda em posição inicial, outra com a quantidade de ocorrências de sibilante surda em posição medial intervocálica, e a terceira com as ocorrências de sibilante sonora em posição medial intervocálica. Às quantidades de ocorrência, acresceram-se as quantidades de desvios em relação à etimologia.

Em cada planilha, efetuaram-se as análises, tanto individuais, de cada conjunto de documentos, quanto gerais, consolidando os resultados parciais dos conjuntos. Para auxiliar a análise, foram utilizadas fórmulas do *Excel*, que calculavam porcentagens e realizavam diversos tipos de contagens.

A análise do segundo grupo de documentos, constituído pelos documentos Hospedagem do Conde de Banchi, Processo dos Religiosos e Melhoramento do Quinto, foi realizada no próprio *Word*, por meio da ferramenta ‘Localizar’, no menu ‘Editar’. Como esses conjuntos de documentos funcionariam como contraponto aos dados analisados dos demais conjuntos, os recursos dessa ferramenta foram suficientes para realizar o confronto dos resultados com aqueles obtidos no primeiro grupo.

Já no levantamento inicial dos dados foram encontrados diversos casos de polimorfia, como: *serviço/servisso*, *cinco/sinco* e *presidente/prezidente*. Além disso, havia muitos vocábulos cuja grafia, no que se refere ao uso das sibilantes, não correspondia à etimologia, por exemplo: *açento*, *paçado*, *despejace*, *pezo*, *selebrar*, *sentro*, *lansa*, *forsa*, *cauzava*, *prodegiozos*, *tizouras*, *uzo*.

Os grafemas encontrados para registrar as sibilantes são os seguintes:

Tabela 5 – Relação de grafemas para representar as sibilantes.

Sibilante Surda	Sibilante Sonora
Posição inicial: <i>c, sc, s, ss</i>	Posição inicial: <i>z</i>
Posição medial: <i>c, ç, s, ss, sc, xc, zc, cç, çç, sç, zç</i>	Posição medial: <i>s, ss, z, x</i>

Por meio da análise do uso dos grafemas listados acima pretendia-se verificar se haveria uma tendência adotada pelos autores dos documentos na escolha dos grafemas utilizados para representar os fonemas consonantais sibilantes no *corpus* em questão e ainda se o uso dos grafemas correspondia ao que os ortógrafos da época preconizavam.

Convém ressaltar que as hipóteses formuladas a respeito da questão valem, a princípio, somente para o *corpus* utilizado nesta pesquisa, não devendo ser generalizadas para todos os documentos escritos no mesmo período em língua portuguesa. Entretanto, tais hipóteses podem configurar tendências a respeito da ortografia da língua portuguesa no século XVIII, já que se trata de *corpus* constituído por documentos heterogêneos. Sob esse ponto de vista, os dados aqui apresentados podem ser considerados representativos de um período.

Talvez a análise realizada possa servir de base para estudos futuros que visem a elaboração de uma gramática setecentista. Por se realizar em um *corpus* pouco extenso, este estudo se caracteriza como parcial, podendo ser tomado, no entanto, como complementar em relação a análises futuras efetuadas sobre outros documentos do século XVIII.

2.2 As consoantes sibilantes

O sistema atual das consoantes, tanto do português do Brasil quanto do português padrão de Portugal, apresenta dois fonemas constrictivos fricativos linguodentais, chamados sibilantes, o par [s] e [z], surdo e sonoro. A representação desses fonemas na língua escrita é

feita por uma série de grafemas: *c, ç, sc, ss, s, x, xc, xç, z...* Tal variedade provoca séria confusão na ortografia, que pode ser observada atualmente tanto em alunos da educação básica quanto em adultos escolarizados e cultos. A variação e a confusão no uso desses grafemas encontradas nos documentos do século XVIII que constituem o *corpus* desta dissertação, portanto, persistem nos textos atuais, causando dificuldades a praticamente todos os alfabetizados em língua portuguesa.

Para explicar a origem de tal confusão e da existência de tantos grafemas para representar as sibilantes, é necessária a pesquisa na história da língua portuguesa, com vistas a recuperar e explicar o surgimento de tais fonemas e grafemas. Como se trata de língua românica, inicia-se no latim o percurso histórico realizado.

O sistema consonântico latino pode ser considerado simples, como se observa no tabela 6¹⁰⁹. Sua principal característica era a predominância de consoantes oclusivas, que se dividiam em três pares (surda/sonora): as labiais, as anteriores e as posteriores. Às oclusivas acrescentavam-se as consoantes constrictivas, que se resumiam às surdas: [f] e [s], além das consoantes nasais, laterais e vibrantes.

Tabela 6 – Sistema consonântico latino.

	Ponto de Articulação	Labiais	Anteriores	Posteriores
Modo de articulação				
oclusivas	surdas	p	t	k
	sonoras	b	d	g
constrictivas	surdas	f	s	-
	sonoras	-	-	-
nasais	sonoras	m	n	-
laterais	sonoras	-	l	-
vibrantes	sonoras	-	r	-

A sibilante sonora, /z/, surge somente na evolução posterior do latim falado, sendo também grafada com ‘s’, conforme comenta Castro (1991, p. 30).

¹⁰⁹ Por não serem o foco principal do presente estudo, foram omitidas do quadro as consoantes geminadas, que são as primeiras a desaparecer no português.

O latim depositou no galego-português, em todo o território, uma distinção entre as sibilantes provenientes do *s* latino, consoante que era apenas surda, mas que, na evolução posterior do latim falado, se desdobrou numa correspondente sonora, igualmente grafada com *s*, mas que corresponde ao fonema /z/ quando se encontra em posição intervocálica.

Dessa forma, o latim deposita na língua portuguesa um par de sibilantes, surda/sonora, que eram articuladas com o ápice da língua tocando os alvéolos. Para representar esse par, havia apenas um grafema: *s*.

Durante o processo de formação da língua portuguesa, ocorre um fenômeno fundamental, que será o responsável pelo surgimento de mais um par de sibilantes: a palatalização. Câmara (1979, p. 50) comenta que “o quadro português [das consoantes], muito mais rico e mais equilibrado, resultou de um processo geral evolutivo, onde preponderam as tendências à lenização articulatória e à palatalização”. Segundo Teyssier (2001, p. 12), a palatalização é responsável pela criação de seis novos fonemas no galego-português, dos quais destacam-se apenas dois, /ts/ e /dz/, para a explicação da origem do novo par de fonemas sibilantes:

- **/ts/** - *cidade* < *ciuitatem*, *cem* < *centum*, *preço* < *pretium*, *praça* < *platea*, *faço* < *facio* (hoje /s/) – os grupos *ce/ci*, pronunciados no latim clássico como oclusivas velares, têm seu ponto de articulação alterado, aproximando-se da zona palatal no latim imperial.
- **/dz/** - *prezar* (*pretiare*) (hoje /z/) – as semivogais *i/e* não tônicas seguidas de vogal no latim clássico passam a ser pronunciadas como *yod* no latim imperial e palatalizam a consoante anterior.

Fonemas africados sibilantes, /ts/ e /dz/ possuem um momento oclusivo inicial seguido de uma parte final constritiva e caracterizam um som que sibila. Tais fonemas perdem o elemento oclusivo inicial e transformam-se em constritivos apenas, conhecidos como pré-dorsodentais ou pré-dorsais, pelo seu ponto de articulação.

Além da sibilante surda herdada do latim, /s/, e da sonora, /z/, surgida posteriormente no latim falado, que eram articuladas como fricativas ápico-alveolares, o português arcaico

passa a contar, portanto, com mais um par de sibilantes, /s/ e /z/, pré-dorsodentais, herdadas dos fonemas africados /ts/ e /dz/. Para representar os novos fonemas, são usados os grafemas ç e c (antes de e e i) para a surda e z para a sonora.

O sistema das sibilantes constritivas no português arcaico pode ser apresentado, então, da seguinte forma, de acordo com Teyssier (2001, p. 60):

Tabela 7 – Sibilantes no português arcaico.

	<i>Pré-dorsodentais</i>	<i>Ápico-alveolares</i>
surdas	/s/ escrito ç, e c antes de e e i ex.: paço	/ś/ escrito -s e -ss- ex.: passo
sonoras	/z/ escrito z ex.: cozer	/ž/ escrito -s- ex.: coser

Nota-se que há um grafema para representar cada fonema, e que, apesar da perda do momento oclusivo inicial, os fonemas não se confundem, já que o ponto de articulação é diverso.

Assim, mesmo com dois pares de fricativas, a grafia não se confundia, já que se constata o fenômeno da monovalência, ou seja, havia um grafema para representar cada fonema, o que seria o ideal da escrita alfabética. Assim, quando o fonema era /s/, pré-dorsodental, grafava-se ç ou c, e quando era /ś/, ápico-alveolar, registrava-se s ou ss. Vasconcelos (s/d, p. 21), ao caracterizar o português arcaico na fase chamada galego-portuguesa, reafirma a monovalência, apesar de ainda referir-se ao africamento dos fonemas /s/ e /z/.

Foneticamente há alguns traços importantes: Distinção absoluta e rigorosa na pronúncia (e conseqüentemente na grafia que tenta reproduzir aquela veridicamente e o consegue menos mal) entre ss (forte) inicial e medial e ç que se pronunciava ts: *paaço* < *palatium*, hoje *paço* e *passo* < *passus*. Igualmente entre s (brando) intervocálico e z pronunciado provavelmente ds: *cozer* < *coquere* e *coser* < *consuere*.

O sistema de quatro sibilantes, refletido na grafia, que fazia oposição entre os fonemas ápico-alveolares e pré-dorsais, parece, no entanto, ter se fixado somente na porção

setentrional de Portugal, dado que no centro-sul e na área da Galiza, já são documentadas confusões gráficas desde o século XIII, conforme afirma Maia (1986, p. 456)

É interessante observar que nos documentos portugueses da região (...) de Entre-Douro-e-Minho [norte] não ocorrem confusões gráficas idênticas às que foram indicadas relativamente à Galiza. E, de facto, era de esperar que assim acontecesse, dado que aquela região é ainda hoje, em parte, zona de distinção entre as sibilantes áptico-alveolares e as pré-dorso-alveolares (...) Pelo contrário, grafias paralelas às acima apontadas em relação à Galiza, ocorrem em documentos do Centro e Sul de Portugal, a partir do séc. XIII.

Mattos e Silva (1991, p. 95), ao citar o trabalho de Cintra, concorda com Maia.

Cintra em artigo já clássico sobre a questão demonstra as ‘confusões’ gráficas que observou em documentos não-literários portugueses e que lhe permitiu defender que elas começam em documentos dos arredores de Lisboa e do sul de Portugal desde os finais do século XIII.

Destarte, a datação do início da confusão na grafia é controversa, como atestam as informações divergentes de Vasconcelos e Maia. A primeira descreve “uma distinção absoluta e rigorosa” na pronúncia e na grafia, durante a época trovadoresca, que se estende do último quarto do século XII, no reinado de Sancho I, até 1350, fase em que a língua é chamada galego-portuguesa pela autora. A segunda afirma que as confusões gráficas são notadas desde o século XIII no centro-sul de Portugal e na Galiza, mas não são observadas em documentos do norte português. A afirmação de Maia, assentada em análises realizadas em manuscritos de diversas regiões do país — por isso com uma clara preocupação de delimitar geograficamente os fatos lingüísticos observados —, talvez demonstre que o sistema das sibilantes não teria se fixado de forma homogênea no território português. A descrição realizada por Vasconcelos poderia, portanto, ser verificada no norte de Portugal, mas não no centro-sul, onde os documentos atestam confusão já no século XIII.

Sendo assim, percebe-se a inegável importância de se informar as origens dos documentos que serviram de base para as análises realizadas, quando se trata da elaboração de teorias acerca das sibilantes nesse período da língua portuguesa, já que as realidades são distintas de acordo com o local onde se produziram os manuscritos, como mostra a extensa pesquisa de Maia.

É interessante observar que o chamado português padrão origina-se justamente nos falares do centro-sul português, onde parece não ter se fixado durante muito tempo a distinção entre os quatro fonemas sibilantes.

Assim como a datação do início da confusão na grafia, a datação do desafricamento também é controversa: os estudiosos parecem não encontrar data unânime para o fenômeno. Considera-se que os trechos reproduzidos abaixo são válidos para o português padrão, uma vez que não é feita nenhuma ressalva indicando que as afirmações são relativas a determinada região de Portugal. Novamente, é Maia (1986, p. 446) que apresenta a datação mais antiga para a transformação das africadas em fricativas: o século XIII.

(...) desde o século XIII, as antigas africadas pré-dorsais — neste caso a pré-dorsal surda —, por perda do momento oclusivo inicial, tinham começado já a transformar-se em fricativas sibilantes pré-dorsais. Além disso, como consequência desse processo fonético, resultou a confusão de /s/ (← /ʃ/) e /ʃ/, uma vez que era relativamente pequena a margem de segurança entre os dois fonemas.

Castro (1991, p. 30), apesar de não informar uma centúria precisa, situa o desafricamento no próprio período medieval.

No português medieval, este par [ts] / [dz], que se classifica como de africadas predorso-dentais e correspondia às grafias **c** e **z**, com a variante **ç** para as surdas, sofreu um desafricamento (com perda do elemento oclusivo) e fixou-se no par de fricativas predorso-dentais /s/ e /z/, fonologicamente distintas de /ʃ/ e /ʒ/.

Mattos e Silva (1989, p. 92) realiza comentário cauteloso sobre a transformação das africadas em fricativas durante o mesmo período.

Não se pode afirmar que já na época da versão A dos *Diálogos* [anterior ao último quarto do século XIV] fossem as predorso-dentais fricativas e não mais africadas, como devem ter sido, de acordo com a sua evolução histórica, uma vez que provenientes de oclusivas latinas seguidas de vogal ou semivogal palatal.

Gonçalves (2003, p. 110) considera que na língua antiga¹¹⁰ havia ainda os fonemas africanos, que só seriam simplificados posteriormente.

(...) tendo funcionado na língua antiga dois pares de fonemas (dois fricativos ápico-alveolares e dois africanos pré-dorsodentais), oriundos, respectivamente, da fricativa apical latina e da evolução das sequências /k^{e,i}/ e /t^{e,i}/, o sistema viria depois a simplificar-se, ao ponto de a língua-padrão, devido ao sêsseio, apenas comportar um

¹¹⁰ Apesar de não haver explicação a que período se refere a expressão ‘língua antiga’, o mais provável é que a autora a utilize como sinônimo de ‘português arcaico’, uma vez que ao adjetivo ‘antiga’ contrapõe-se ‘moderna’, qualificador usado por ela na expressão ‘português moderno’, que alude à língua portuguesa de 1500 em diante.

par de fricativas pré-dorsodentais, resultantes do desafricamento das antigas africadas.

A afirmação de Teyssier (2001, p. 59) indica o *terminus ad quem* da transformação: “por volta de 1500, as duas africadas /ts/ e /dz/ tinham perdido o seu elemento oclusivo inicial”.

Chega-se à conclusão, portanto, de que tanto o desafricamento quanto a confusão na grafia iniciaram-se no século XIII. Talvez seja justamente o desafricamento a causa da confusão gráfica, já que os dois pares de fonemas passaram a ser articulados do mesmo modo (sibilantes), com pontos de articulação próximos: alvéolos e palato duro.

Uma informação interessante sobre a articulação dos fonemas sibilantes surdos já no século XVIII é a descrição feita por Monte Carmelo (1767 *apud* GONÇALVES, 2003, p. 109¹¹¹).

«A Semivogal S (...) se profere applicando moderadamente a ponta da língua ao paladar junto aos dentes superiores, e impellindo a ar, como quem assobía». Por contraste com o anterior, <c> «se-pronuncia com a extremidade anterior da lingua applicada brandamente aos dentes superiores».

Maia (1986, p. 447) cita exemplos de diversos documentos dos séculos XV e XVI, do sul de Portugal, com confusões gráficas. A autora comenta a comparação realizada por José Joaquim Nunes entre as duas versões da Regra de São Bento, uma escrita entre 1414-1417 e a outra em 1565. Nunes comprova que desaparece na segunda versão a distinção feita na primeira entre *s* e *ç* e *s* e *z*. Segundo Maia (1986, p. 447), os gramáticos fornecem confirmações das confusões terem se intensificado no século XVI.

Uma outra confirmação de que durante o séc. XVI o facto deve ter avançado muito não só sob o ponto de vista regional, mas sociolinguístico é-nos dada pela análise dos gramáticos desse século. De facto, nem Fernão de Oliveira, que escreveu a *Grammatica da lingoagem portuguesa* em 1536, nem João de Barros na *Gramática da língua portuguesa* (1540) fazem a mais leve referência à confusão de sibilantes. Mas já aludem a ela Duarte Nunes de Leão na *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1574) e Pêro de Magalhães de Gândavo nas *Regras que ensinam a maneira de*

¹¹¹ CARMELO, Frei Luis do Monte. *Compendio de Orthographia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, para que em todas as Provincia, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologíã, e a Prosodia, isto he, a recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portugueza*. Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1767, p. 229 e p. 399.

escrever a ortografia da língua portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua (1574).

Ainda a respeito de a mudança ter se intensificado no século XVI, Teyssier (2001, p. 60-62) a confirma.

A existência dessas quatro unidades distintivas no português do início do século XVI não sofre dúvida. As grafias são sempre muito coerentes: encontram-se somente *ç* ou *c* em *paço, moça, parecer*; só *z* em *cozer, razão, vezes, vazio*; somente *-ss-* em *passo, disse, nosso, passar*; somente *-s-* em *coser, quiseste, casar, rosa*. (...) Enfim, a *Grammatica* de Fernão de Oliveira (1536) contém uma descrição bastante precisa dos quatro fonemas e permite identificá-los. (...) É pois, [a confusão das sibilantes] uma tendência de origem meridional que se generalizou no século XVI na língua padrão.

O fenômeno de confusão entre as sibilantes, ápico-alveolares e pré-dorsais, ocorrido no sul de Portugal, é conhecido como *seseo* ou *ceceo*¹¹², segundo Ivo Castro (1991).

O *seseio* consiste na confusão entre as sibilantes apicais e predorsais, seguida da transformação das apicais em predorsais, ou, dito de outra maneira, o desaparecimento das apicais, passando as palavras que continham sibilantes apicais a ser produzidas com consoantes predorso-dentais.

O quadro atual das consoantes sibilantes revela a manutenção dos quatro fonemas no nordeste de Portugal, em parte do Minho e de Beira Alta, e em Trás-os-Montes. Ao norte, na província do Entre-Douro-e-Minho, há confusão entre as sibilantes, mas prevalecem as ápico-alveolares. Na região centro-sul também existe confusão, prevalecendo as pré-dorsodentais, sibilantes que se mantêm também no português do Brasil.

¹¹² Utiliza-se aqui a grafia ‘ceceo’, proposta por Houaiss (2001), em oposição à forma ‘seseio’, utilizada por Castro.

Mapa 1 – Portugal: fronteiras dialetológicas¹¹³.

Sobre as razões da prevalência das pré-dorsais no Brasil, pode-se afirmar que estão pouco ligadas a uma suposta maior quantidade de portugueses provenientes do centro-sul terem vindo para a colônia. Segundo Teyssier (2001, p. 98), “o que sucedeu, de fato, foi que os colonos portugueses do Brasil elaboraram uma *koiné* por eliminação de todos os traços *marcados* dos falares portugueses do Norte e por generalização das maneiras *não marcadas* do Centro-Sul”.

No século XVIII, portanto, período em que foram escritos os documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa, restavam apenas dois fonemas sibilantes no português padrão, os pré-dorsodentais, /s/ e /z/, tanto em Portugal quanto no Brasil. Em virtude disso, a

¹¹³ Extraído de Teyssier, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 58.

chance de ocorrer variação na representação deles é maior, visto que se perde a monovalência, pois a um fonema passam a corresponder dois ou mais grafemas: no caso da sibilante surda, há os grafemas *ç*, *c*, *s* e *ss*; e, no caso da sonora, *z*, *s* e *x*.

No *Sermão da Sexagésima*, datado de 1655, o Padre Antônio Vieira (1981, p. 23) utiliza-se das distintas articulações das sibilantes no seguinte trecho: “Os de cá, achar-vos-eis com mais paço; os de lá, com mais passos: *Exiit seminare*. (grifo nosso)”. Portanto, mesmo que na língua padrão o sistema tenha se reduzido a apenas um par de sibilantes, o trecho indica que, articulados como pré-dorsal e como ápico-alveolar, os grafemas *ç* e *-ss-*, respectivamente, ainda eram percebidos como um par de oposição fonológica, o que facilitaria a compreensão do trecho do sermão pelos fiéis¹¹⁴.

2.3 A norma gráfica

Conforme observado, a perda da distinção fônica entre os dois pares de fonemas sibilantes, pré-dorsodentais e ápico-alveolares, gerou a polivalência: havia mais de um grafema para representar o mesmo fonema.

É interessante observar como se comportava a ortografia da língua portuguesa na época para verificar como eram tratados os grafemas utilizados para representar as sibilantes. Tradicionalmente, divide-se a história da ortografia portuguesa em três períodos: fonético, pseudo-etimológico e período da reforma. O primeiro deles, que perdurou até o século XVI,

¹¹⁴ É interessante notar que ainda há poucas décadas, no início da alfabetização, as professoras se utilizavam de certas oposições fonológicas, inexistentes no português brasileiro, para marcar a diferença no uso dos grafemas homofônicos. No caso das sibilantes, convém lembrar a diferença forçada de pronúncia entre *-sc-* e *-c-* em vocábulos como *nascer* e *doce*.

caracterizava-se por uma escrita colada à pronúncia. Tavani (1987, p. 201-202) faz uma importante consideração sobre esse período.

(...) os amanuenses que se viam na necessidade de pôr por escrito documentos legais e textos literários numa língua vernácula ainda jovem esforçavam-se por representar os sons do modo que lhes parecia mais fiel, adaptando velhas grafias caídas em desuso ou inventando-as de fresco, de modo a poderem reproduzir sons que não tinham existido em latim. (...) a falta de uma tradição de escrita ou sequer de um acordo mínimo entre os escribas tornou-se responsável pelas muitas incongruências dos textos antigos: chega a acontecer um mesmo som ser representado de modos diversos dentro da mesma palavra, ou sons diferentes serem representados por uma única forma gráfica.

As sibilantes pré-dorsais são um exemplo dos sons que não existiam em latim. Para representá-las, recupera-se o *z* visigótico, que será a origem tanto do grafema *z*, no caso da sonora, quanto do *ç*, no caso da surda. Segundo Maia (1986, p. 25), “a origem da cedilha remonta exactamente a essa evolução do *z* visigótico (ξ), quando o *z* se tornou menos acentuado do que *c*, acabando por ser um elemento secundário relativamente à parte superior da letra”.

O segundo período, chamado etimológico ou pseudo-etimológico, inicia-se no século XVI, com o Renascimento, e perdura até o início do século XX. Buscava-se nessa época recuperar os étimos das palavras no latim e no grego para escrever da forma mais correta, de acordo com os clássicos. Tavani (1987, p. 202) faz uma ressalva: “o despertar dos estudos humanísticos veio difundir o uso de grafias etimológicas (...), denotando o desejo de justificar as palavras vernáculas através das suas antecedentes latinas ou gregas, genuínas ou como tal imaginadas (grifo nosso)”. Ou seja, os ortógrafos e os homens cultos justificavam a grafia que conferiam às palavras assentados no rigor etimológico, porém, muitas vezes, como será verificado a seguir, desviavam-se do étimo, propondo grafias inexistentes no latim ou grego. Por outro lado, a tentativa de se aproximar do latim forçava a pronúncia de letras que já haviam caído em desuso na língua portuguesa, como o *g* de *digno* (TAVANI, 1987, p. 203).

Somente no século XX vem a lume a primeira norma gráfica portuguesa, com dois séculos de atraso em relação às suas vizinhas, Itália e Espanha, que já no século XVIII tinham suas normas fixadas. Adiante se explica a gênese da norma publicada em 1911.

Resta verificar primeiro se haveria, no século XVIII, algum tipo de norma estabelecida, mesmo que não oficial, que pudesse guiar os escribas na escolha acertada entre um ou outro grafema, e como a questão das sibilantes foi resolvida quando do estabelecimento da ortografia oficial, no século XX.

A autora Rita Marquilhas, em sua obra *Norma Gráfica Setecentista – Do Autógrafo ao Impresso* (1991), pesquisa originais de imprensa, que são os testemunhos que serviram, na tipografia, para a composição de um texto impresso. A importância desse tipo de material reside no fato de serem testemunhos diretos dos momentos da redação: contêm os manuscritos do autor na sua versão final e a primeira impressão de um texto.

A partir da análise de originais de imprensa de quatro autores do século XVIII, Marquilhas (1991, p. 8) busca a existência de uma norma gráfica setecentista comum, que não se concretiza:

Do conjunto, saltou uma conclusão importante: a de que, apesar de no século XVIII se terem criado em Portugal excepcionais condições culturais para a convenção de uma única ortografia, essa convenção nunca chegou a ser celebrada, nem sequer tacitamente, podendo falar-se apenas de várias ortotipografias, umas vezes paralelas, outras vezes divergentes.

De acordo com a autora, Portugal possuía um ambiente propício para a criação de uma norma: normatividade de um socioleto da Corte, com código escrito privativo; caracteres tipográficos nacionais, sem sujeição aos tipos importados; criação de oficina vinculada ao órgão central do poder; e o ensino do português oficialmente decretado, orientado por um único texto programático. Porém, “o conteúdo das ações humanas pode muitas vezes contrariar as possibilidades e os limites estabelecidos pela consideração prévia de uma situação global” (MARQUILHAS, 1991, p. 15).

Segundo Marquilhas (1991, p. 15), os originais de imprensa geram uma lista de variantes gráficas, que apresentam

discordância considerável (mas não generalizada) entre os sentidos que tomam as diversas atitudes de correcção ortográfica. O facto de poder falar-se em ortografias officinais para as tipografias do século XVIII (...) não é generalizável a ponto de ser autorizada a referência a uma maciça opção gráfica nacional.

De acordo com a autora, portanto, não se pode falar em uma norma gráfica setecentista. Apesar de as condições serem propícias para a fixação de uma norma, fatores externos à língua dificultaram o processo, conforme se observa no trecho abaixo (1991, p. 16).

a urgência na fixação de uma única escrita normativa, se era cada vez mais sentida, era também, ao mesmo tempo, progressivamente perturbada pela constante alteração das grandezas sociais; a consequência foi a de se não terem reunido condições para que se convencionasse um único conjunto de regras gráficas. A tentação que constituía a forte procura de manuais orientadores levou a que a produção do género fosse múltipla e dispersa; os compêndios de ortografia sucediam-se à medida que era renovada a decisão do tipo «desta vez é que é mesmo a sério». E nunca era.

Apesar de não se poder afirmar que havia uma norma gráfica, é certo que os donos de tipografias e os homens cultos de Portugal tinham acesso às gramáticas e ortografias da época, que tentavam estabelecer o uso correto e adequado da língua portuguesa.

Partindo-se desse pressuposto, procura-se verificar se as ortografias publicadas no século XVIII ditavam regras coerentes sobre a correta forma de representar as sibilantes. Foram selecionados três ortógrafos da época: Jeronymo Contador de Argote (1725), Madureira Feijó (1734) e Caetano de Lima (1736).

A primeira ortografia, de Contador de Argote, utiliza um sistema didático, de perguntas e respostas, para ensinar o valor das letras e dos sons. Ao comentar sobre as letras que uma vez têm um som e outras vezes, outro, Argote (1725, p. 344-345) explica o papel do *c*, do *s* e do *z*:

D. A letra C quando pega com a letra E, ou I, tem som da letra S, assim como *Ceo*, *Cinto*; quando pega com a letra A, O, V, tem som diverso da letra S, assim como *Camelo*, *Coco*, *Cura*.

M. E quando a letra C pega com A, O, V, e tem por bayxo huma plica?

D. Então conserva o som da letra S, assim como *Moço*, *Moça*, *Doçura*. (...)

M. Explicay a letra S.

D. A letra S em muytas palavras tem o som da letra Z, assim como *Fermoso, Resa*.
 M. Explicay a letra Z.
 D. Z no fim das palavras tem o som da letra S, assim como *Vez, Noz, Foz*.

O ortógrafo, em primeiro lugar, confirma a redução do quadro de quatro sibilantes a apenas duas quando afirma que tanto o *c* antes de *e* e *i* quanto o *ç* têm o som de *s*. Ou seja, Argote, no início do século XVIII, não faz qualquer referência à existência de outro par de fonemas sibilantes no português padrão. Percebe-se também que não há uma regra ou indicação que auxilie na escolha do grafema a ser utilizado para representar a sibilante, surda ou sonora. Comenta-se apenas que, em muitas palavras, a letra *s* tem som de *z*, não explicando quando se deve grafar com uma ou com outra letra.

Ao discorrer sobre os erros comuns de ortografia, divide-os em quatro modos: diminuição (escreve-se a palavra com menos letras do que deveria ter: *eclise* por *eclipse*), aumento (escreve-se a palavra com mais letras do que deveria ter: *metter* por *meter*), por mudança (no lugar de uma letra coloca-se outra, ou escreve-se com letra maiúscula onde seria minúscula) e por transposição (quando se coloca a letra em lugar errado: *frol* por *flor*). Quando trata do erro por mudança, Argote (1725, p. 349) usa como exemplos justamente as trocas de *s* por *z*: “Quando escrevemos *Cazo* em lugar de *Caso*, mudando o S em Z”.

Novamente não há disposição de regra que auxilie na escrita correta, Argote (1725, p. 349) afirma apenas que “as regras da Ortographia Portugueza a mayor parte depende de alguma noticia da lingua Latina, e como este tratadinho se faz para os que ainda não sabem a lingua latina, he escusado repetir essas regras”. Entre as sete regras que o autor repete, apenas uma relaciona-se com as sibilantes, a terceira: “a letra C quando vem antes de A, O, U, e se pronuncia como S, poem-selhe huma plica em bayxo, assim como *Caça, Corça, Çumo*” (1725, p. 350).

Madureira Feijó (1734, p. 2), por sua vez, constrói sua ortografia fundamentando-se na forma correta de pronunciar as palavras, conforme anuncia no início de sua obra.

Todos dizem, que devemos escrever como pronunciamos; mas nenhum ensina como devemos pronunciar, para assim escrevermos. Quem não sabe, que toda a causa de innumeráveis erros na Orthografia, he a multidão dos erros, que andão introduzidos na pronunção? E eu dissera, que mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro; porque na Orthografia poderíamos imitar aos melhores Auctores, que escreverão na nossa lingua; porque vemos como elles escreviaõ: mas na pronunção não os podemos imitar; porque não sabemos como elles pronunciavaõ. Esta queixa faziaõ ja os antigos Grammaticos no seu tempo, dizendo: que tinhaõ as oraçoens de Cicero para aprenderem a compor, e escrever como elle; mas que não tiveraõ a fortuna de o ouvirem orar, para saberem como elle pronunciava a lingua latina.

Diferentemente de Argote, Madureira Feijó (1734, p. 44) aponta duas diferentes pronúncias para as sibilantes surdas, descrevendo inclusive o modo correto de pronunciá-las.

Ja dissemos, que o *C* como *C* se pronuncia com a extremidade anterior da lingua tocando nos dentes quasi fechados, em quanto sahe o seu som, que he suavemente brando. O *S* pronunciase com a ponta da lingua moderadamente applicada ao paladar, junto aos dentes de cima com os beiços abertos, em quanto sahe hum som quasi assobiando do meyo da bocca; como se percebe nestas palavras *Sancto*, *Sá*, *Sé* etc. Pois se esta he a rigorosa, e propria pronunção do *S*, como se equivoca com a do *C*, que he tão diversa? Se os sons são diversos, como pode ser a consonancia a mesma? Demos a cada huma destas letras a diversidade da sua pronunção, e logo se perceberá a diversidade de *Sá*, ou *Ça*, *Sé*, ou *Ce*, *Si*, ou *Ci*, *So*, ou *Ço*, *Su*, ou *Çu*. Pronunciase *Çapato*, e *Sapato*; *Maça*, e *Massa*; e diga quem não he surdo a differença, que percebe entre hum, e outro som. O certo he, que os sons destas duas letras não se equivocaõ, e nós somos os que erramos a nossa pronunção, e por isso duvidamos.

O ortógrafo, portanto, descreve os dois fonemas sibilantes surdos, que, no século XVIII, já teriam sido reduzidos a um (pré-dorsal) no português padrão: o primeiro, descrito como “C”, seria o pré-dorsal, e o segundo, descrito como “S”, seria o ápico-alveolar. Pelo modo como a descrição é feita, parece que todos os falantes da época realizavam a distinção entre os dois sons: “e diga quem não he surdo a differença, que percebe entre hum, e outro som”. Porém, deve-se considerar o caráter autoritário e disciplinador dos ortógrafos e gramáticos do período, que muitas vezes deixavam de refletir o uso corrente da língua, preocupando-se com a criação de regras e formas de contenção da evolução natural do idioma. Convém ressaltar que o Pe. Madureira Feijó nasceu no distrito de Bragança, norte de Portugal, onde ainda hoje prevalece o sistema de quatro sibilantes.

Madureira Feijó (1734, p. 47) faz ainda uma crítica aguda a Bluteau, que havia proposto a redução do *ç* a *s*. Nesse momento, há menção aos dialetos portugueses:

O doutissimo Bluteau diz, que por evitar a variedade, que achou no uso do Ç e do S, as reduzio todas á classe do S. E eu digo, que desta classe so pôdem ter bons discipulos os Interamnenses [região de Entre-Douro-e-Minho], que por vicio patrio affectaõ sempre a pronunciação do S, e dizem *Cabesa, Sima, Simalha* etc. E nas palavras acima referidas, ou havemos de mudar a pronunciação Portugueza universalmente usada dos mais doutos, e sabios da Corte, das Universidades, e dos pulpitos; ou se haõ de escrever com Ç e as mais, que dellas se derivarem.

Nesse trecho, o ortógrafo faz referência ao chamado ‘s beirão’, que seria a sibilante apical, que predomina ainda hoje na zona noroeste-centro-leste de Portugal, onde praticamente não existe o fonema pré-dorsal do português padrão.

A respeito da sibilante sonora, Madureira Feijó (1734, p. 95-109) faz as seguintes considerações:

Os latinos nas palavras, que se escrevem com hum so S, entre duas vogaes, pronunciaõ o S como Z : v.g. *Musa, Casus, Physica, Philosophia, Risus* etc. Os Portuguezes á sua imitação escrevemos, e pronunciamos do mesmo modo todas as palavras, que delles participamos; como *Musa, Caso, Acaso, Riso* etc. E podem ser regra geral todas as que acabaõ em *ósa*, e *ôso*; como *Amorósa, Amorôso; Cuidadósa, Cuidadôso; Babósa, Babôso* etc. (...) E como ha outras muitas palavras, que se escrevem com hum so S, e se pronunciaõ como Z, as quaes naõ vem a regras certas, vejase adiante na letra Z, as que se escrevem com Z no meyo das vogaes, e excepto essas, todas as mais se escreverám com S. (...) Como a letra Z senaõ equivoca com nenhuma outra na pronunciação, e so o S entre duas vogaes se pronuncia como elle, naõ podem fazer duvida as palavras, que principiaõ por Z, porque a pronuciação as ensina. (...) *Das palavras, que se escrevem com Z intermedio*. Esta regra he mais difficultosa, por serem muitas as palavras, que entre duas vogaes se escrevem com hum so S, e se pronuncia como Z.

Ao descrever a letra *s*, Madureira Feijó (1734, p. 94) comenta sobre as palavras que se escrevem com *s*, mas que, entre duas vogais, têm o som de *z*: “A duvida mayor no uso do *S* he, quando se ha e escrever simplez, ou dobrado; porque escrevendose simplez, humas vezes sôa como *S*, e outras como *Z*”. Sobre esse fato diz não haver regra certa, por isso elabora uma lista com as palavras que apresentam *z* medial, indicando que as que não constarem dessa relação deverão ser escritas com *s*. Note-se que, diferentemente do surdo, no caso do fonema sonoro, Madureira Feijó não faz qualquer menção a uma possível pronúncia distinta entre *s* intervocálico e *z*.

Caetano de Lima (1736, p. 102-104) concorda com seu colega ao tratar da dificuldade de estabelecer regra para o uso de *s* ou *z* e confirma que a pronúncia era a mesma.

Ha muita dificuldade em averiguar, quando se deve escrever *S*, ou *Z* entre duas Vogaes, pois que a pronuncia he a mesma. A regra mais certa, que póde haver nesta materia, he escrever com *S* as palavras, que se derivarem do Latim, e tiverem *S* na ditta lingua, como entre outras as seguintes.(...) Não sendo as palavras derivadas do Latim, se escreverão com *Z*, principalmente nas terminaçoens AZA, EZA, IZA, OZA, UZA, AZO, EZO, IZO, OZO, UZO, por serem muy proprias da lingua Portugueza; e em outras occasiões, como se vê da lista seguinte. (...) Quando digo que não sendo as palavras derivadas do Latim, se escreverão com *Z*, fallo das que não são derivadas immediatamente, como he *Thesouro* de *Thesaurus*, ou que não tem *S* no Latim, como succede em *Agudeza* de *Acutus*, em *Catorze* de *Quatuordecim*, e outras semelhantes.

Discordam os dois ortógrafos, porém, ao tratar dos sufixos -osa e -oso. Enquanto Madureira Feijó recomenda o uso de *s*, Caetano de Lima indica o uso de *z*, utilizando o argumento de não serem “palavras” derivadas do latim. A regra que o último tenta propor se relaciona justamente à etimologia do vocábulo: “não sendo as palavras derivadas do Latim, se escreverão com *Z*”. Caetano de Lima ignora, portanto, a verdadeira origem de tais sufixos, uma vez que provêm justamente do latim: “-*ósus, a, um* 'abundancial, intensificador', formador de adjetivos sobre rad. nominais, pelo lat.vulg. -*osu/-osa*” (HOUAISS, 2001).

Além da discordância sobre o grafema correto a ser utilizado nesses sufixos, Caetano de Lima (1736, p. 75) também parece não concordar com Madureira Feijó quando descreve as sibilantes surdas, já que não faz nenhuma alusão às diferentes maneiras de se pronunciar o *c*, *ç*, *ss* e *s*, dizendo ter dificuldade em afirmar quando se usa um outro grafema: “a grande diffculdade consiste em saber quando devemos usar de Ç ou de dous SS, e ainda de hum só S, visto terem estas letras muitas vezes a mesma força.”. O ortógrafo, ao tentar estabelecer uma regra acertada, recorre à etimologia dos vocábulos, seguindo o mesmo procedimento que adota em relação à sibilante sonora.

Um fato curioso sobre a obra de Caetano de Lima (1736, p. 211) é um suplemento elaborado em defesa da letra *z*, que aparece no fim de sua ortografia. Segundo o autor, alguns críticos desnaturalizaram a letra *z*, sem razão, pois a entrada da letra no alfabeto português não se deve ao capricho de alguns autores, mas a uma tendência que se observa em várias nações do mundo: os caldeus e hebreus, entre outros, passaram a letra aos gregos, de quem os

romanos tomaram para representar o som [dz]. Seu uso inicial estava, portanto, ligado à africada [dz], que posteriormente se transformaria na sibilante pré-dorsal /z/, representada pelo grafema *z*. Gonçalves (2003, p. 129) faz referência ao suplemento elaborado pelo ortógrafo, afirmando que Verney também defende o grafema *z* de forma muito semelhante a Caetano de Lima: “É possível que o Barbadinho [Verney] tivesse sob os olhos o suplemento de Caetano de Lima, cuja *Orthographia* ele conhecia directamente, visto ser citada várias vezes na *Carta I do Verdadeiro Método de Estudar*.”.

Na tabela 8, encontra-se um resumo do que se verificou acerca das sibilantes nas ortografias de Contador de Argote, Madureira Feijó e Caetano de Lima.

Tabela 8 – Resumo de regras para o uso de sibilantes.

	Contador de Argote (1725)	Madureira Feijó (1734)	Caetano de Lima (1736)
Sistema de Sibilantes	Não faz referência à variação dialetal.	Faz distinção somente entre as sibilantes surdas: <i>c/ç</i> e <i>s/ss</i> .	Não faz referência à variação dialetal.
Regras	Não dispõe regra para a escolha de um ou outro grafema. Recomenda o estudo do latim para se escrever corretamente.	Sobre as surdas, recomenda observar a pronúncia distinta para escolher entre <i>c/ç</i> e <i>s/ss</i> . Sobre as sonoras, afirma ser difícil estabelecer regra, por isso faz uma relação das palavras com <i>z</i> intervocálico, afirmando que as demais se escreverão com <i>s</i> .	Tanto sobre as surdas quanto sobre as sonoras, afirma ser difícil estabelecer regras. Recomenda que se as palavras forem derivadas do latim e tiverem <i>s</i> ou <i>-ss-</i> , deverão ser grafadas com <i>s</i> ou <i>-ss-</i> . As palavras só devem ser escritas com <i>c/ç</i> e <i>z</i> se forem originariamente portuguesas ou se for remota a sua derivação do latim.

Como se pôde observar, não havia consenso entre os ortógrafos sobre o uso correto dos grafemas para representar as sibilantes. Se alguns se referiam à variação dialetal, outros nem a mencionavam, como se não houvesse em Portugal tamanha variedade diatópica.

Quando justificavam determinado uso pela etimologia, muitas vezes se equivocavam e propunham regras que se afastavam da origem dos vocábulos.

A confusão na grafia só seria discutida oficialmente no início do século XX. A primeira norma gráfica oficial é publicada em 1911, em Portugal. Tal norma não é oficialmente decretada no Brasil, que só conhece a primeira legislação ortográfica em 1931.

Talvez o maior responsável pela elaboração de uma ortografia oficial, Gonçalves Viana publica, em 1904, a *Ortografia Nacional*. Em sua obra, há diversas considerações a respeito da plurifonia dos grafemas *c*, *ç*, *s*, *-ss-* e *z*, que são estudados sob diversos aspectos, para que se proponha, no final do estudo, a regra mais acertada para facilitar a escrita de vocábulos que tivessem tais grafemas.

No capítulo I da obra, sobre o sistema português de escrita, o filólogo (1904, p. 24) comenta que o grafema *s* do abecedário romano, “mesmo entre vogais, tinha o valor do *ç* português, como é actualmente pronunciado”. Mais à frente, na p. 30, há referência às diferentes pronúncias dos dialetos portugueses, que servirão de justificativa, ao lado do aspecto histórico, para a manutenção dos diversos grafemas utilizados na representação das sibilantes.

Na pronúncia do centro do reino, e na actual culta de todo êle, são iguais entre si no valor os seguintes símbolos: **ch** e **x**; **s** inicial, **ss** medial e **ç** ou **c** antes de **e i**; **s** entre vogais e **z**. Não o são, porém, no falar no povo das províncias do norte, nas aldeias e campos sobretudo, nem o eram antigamente. É necessário, como veremos, manter-se a distinção entre êstes símbolos, porque pertence á história da língua, e quasi sempre se tem feito, e porque a abolição da diferença a deformaria e interromperia a sua continuidade literária, ao mesmo passo que a escrita deixaria de corresponder á pronúncia dialectal, que ainda distingue palavras em que essas letras figuram, e que se tornaram homónimas no idioma literário. São letras etimológicas dentro do português, representam factos fonéticos que lhe pertencem, ou pertenceram, e não devem ser menosprezados numa ortografia nacional, que represente o idioma total até o presente, e haja de ser perdurável no futuro.

No capítulo III, ao tratar do emprego do abecedário português, Viana (1904, p. 111-124) descreve o quadro dos grafemas utilizados para representar as sibilantes e propõe três soluções para facilitar a ortografia, optando por uma delas. Começando pelo recorte etimológico, por meio do qual justifica o emprego de *ç* no lugar do *s* árabe e propõe o

restabelecimento da antiga escrita nos vocábulos provenientes do latim que tiveram sua grafia abusivamente alterada, Viana (1904, p. 111) afirma que

outro modo mais simples de resolver a questão seria proscrever o **c**, **ç** com valor de **s**, e o **s** com valor de **z**. Esta simplificação, além de ter de abranjer grandíssimo número de palavras, e de ser historicamente falsa, tornaria a escrita incapaz de representar a pronúncia antiga e a de Trás-os-Montes, por exemplo, na qual ainda perdura a distinção de **ç** e **s**, e a de **z** e **s** medial.

A seguir, o autor propõe três formas para facilitar o emprego dos grafemas acima. A primeira delas sugere a proscrição absoluta de *c(e)*, *c(i)* e *ç*, que deveriam ser substituídos por *s* no início e por *ss* no meio das palavras; e a proscrição de *s* medial com valor de *z*, que deveria ser substituído por *z*. Ao final da proposta, o autor mesmo (1904, p. 112) já faz sua crítica a “esta regra de ortografia moderníssima e puramente empírica (...) que bastante contribuiu para deformar os vocábulos portugueses”.

A segunda solução dada por Viana propõe a proscrição do *ç* inicial e do *s* com valor de *z*, com a manutenção do *ce*, *ci* e *ç* medial, quando originados do *ce*, *ci* ou *ti* latinos. A terceira proposta, à qual o autor dá preferência e efetivamente utiliza para o estabelecimento da ortografia, é reproduzida a seguir.

3º Escrever com todo o rigor etimológico, e em harmonia com a escrita antiga e a pronúncia dos dialectos setentrionais, **s** como representante de **s** latino, quer surdo, quer sonoro (=z), duplicando-o entre vogais quando tenha o valor de inicial; **z** como representante de **Z**, **CI** ou **TI** latinos, e de **zz** arábicos, e ainda como substituto de **ss** arábicos em fim de sílaba; **ce**, **ci** e **ç**, como representantes de **ce**, **ci** e **ti** latinos, e de **ss** arábicos iniciais de sílaba, restabelecendo-se o uso do **ç** inicial, correspondente a **z** inicial do castelhano moderno, **ç** do antigo, e que sem a mínima razão foi proscrito.

Tal proposta tem, portanto, suas justificativas assentadas no rigor etimológico, na harmonia com a escrita antiga e na pronúncia dos dialetos setentrionais. Destarte, é a que mais se relaciona ao conceito *stricto sensu* de ortografia, que se baseia em uma tríade: etimologia, fonética e uso. Como informa Gonçalves (2003, p. 221), esses três princípios remontam à Antiguidade, “numa repetição quase tautológica de definições lapidares, sobretudo de Quintiliano e Horácio, nas quais estes resumiam a teoria cristalizada nos textos de gramáticos e ortógrafos criadores da tradição greco-latina”.

Após a escolha da melhor solução ortográfica para o sistema de sibilantes, Viana (1904, p. 113-114) procura datar a confusão entre os grafemas, fundamentando-se nas ortografias do século XVII e nos textos literários, donde conclui que a confusão iniciou-se no sul, em meados de Seiscentos; bem posterior, portanto, à datação que Maia informa: século XIII. O autor faz uma ressalva, porém, em relação às surdas (*ç* e *s/ss*), afirmando que a confusão entre elas deve ser posterior, uma vez que não se encontram exemplos nos escritores quinhentistas e seiscentistas.

A esse propósito, Viana (1904, p. 114) comenta que na edição das obras de Camões, realizada pela Biblioteca Portuguesa, há alterações na grafia de vocábulos finais de versos visando a rima. A palavra “madraço”, por exemplo, aparece ora com *-ss-* para rimar com “passo”, ora com *ç* para rimar com “pedaço”. O comentário do filólogo (1904, p. 115) é incisivo: “Assim se brinca levianamente com os nossos escritores clássicos, reformando-lhes os vocábulos”.

Após explicar o correto uso de *s* e *z* finais, Viana (1904, p. 118) faz importante consideração acerca da ortografia portuguesa, que deve levar em consideração tanto a variação dialetal quanto a etimologia.

A escrita dos vocábulos tem de servir para todo o reino, e é por isso que os preceitos ortográficos hão de regular-se pelo conhecimento das condições e vicissitudes de pronúncia de todos os dialectos da língua pátria, sem representarem particularmente nenhum, nem no tempo, nem no espaço. É isto condição essencial para sua aceitação. (...) Convém, portanto regular com todo o rigor etimológico o emprêgo das letras seguintes:

z e *s* **mediais**? – *gozar, ousar, baptizar, analysar*.

z e *s* **finais**? – *noz, nós*.

ç e *s(s)* **mediais**? – *paço, passo*.

(*ce, ci*) *ç* e *s* **iniciais**? – *çarça, salsa, cera, seira*.

sc e *c* **iniciais**? – *sciencia, centelha*.

No capítulo IV, ao tratar das distinções históricas e dialetais de pronúncia, Viana (1904, p. 147) resume a questão das sibilantes, que havia detalhado no capítulo anterior:

3. Os antigos, como ainda actualmente os trasmontanos e parte dos beirões e minhotos fazem distinção entre *ç* de *ss* ou *s* inicial, e entre *z* e *s* medial: assim, *paço* e *passo*, *cela* e *sela*, *cozer* e *coser* não eram antes nem são hoje ali confundidos, como o são no sul do reino actualmente, e desde o século XVII, pelo menos: o *s* e *ss* valiam por *ç*, e o *s* medial por *z*, subcacuminais, convém saber, proferidos com o

ápice da língua no ponto em que pronunciamos o *r* de *querer*. A confusão deve ter-se manifestado no século XVII, começando talvez já no XVI entre *z* e *s* medial.

No último capítulo da obra, dedicado às conclusões, ou seja, à proposta propriamente de uma “Ortografia nacional”, Viana indica (1904, p. 290) nas regras 15, 16 e 17 como hão de se representar as sibilantes¹¹⁵.

14. Distinção rigorosa entre *ç* (*ce, ci*) e *s* inicial, ou *ss* entre vogais, restabelecendo-se o *ç* inicial onde haja sido indevidamente substituído por *s*: *paço* e *passo*, *rocio*, *rossio*, *Seia*, *Sintra*, *sossêgo*, *Buçaco*, *çapato*, *çarça*.

16. Diferenciação rigorosa entre *z* e *s* em meio de vogais: *defesa*, *siso*, *Luísa*, *avareza*, *juízo*; e não, **defeza**, **sizo**, **avaresa**, **juiso**; *portuguesa*, *portugueses*, e não, **portugueza**, **portuguezes**.

17. Diferenciação rigorosa entre *s* e *z* final: *três*, *português*, *marquês*, e não **trez**, **portuguez**, **marquez**; mas *Díaz*, *Rodríguez*, *Márquez*, e não, **Dias**, **Rodrigues**, **Mâques**.

O estabelecimento da primeira ortografia oficial, em Portugal, acontece somente em 1911. Por meio de um ofício, datado de 17/12/1910, o chefe do serviço da revisão da Imprensa Nacional, Sr. José António Dias Coelho, alerta o administrador geral do órgão, Luís Derouet, sobre a “anarquia ortográfica”, que provocava descrédito e prejuízos pecuniários, uma vez que as composições sofriam muitas emendas, o que acabava por atrasar os trabalhos de impressão ou exigir novas impressões. O funcionário comenta sobre a necessidade de se fixar uma ortografia única, já apontando a obra a ser seguida para se alcançar êxito: “Em meu entender deverá adoptar-se a que no seu livro *A Ortografia Nacional* preconiza a maior autoridade no assunto, o doutíssimo filólogo Gonçalves Viana” (BASES, 1911, p. 4).

O administrador geral da Imprensa Nacional, em 14/1/1911, encaminha o ofício do chefe da revisão, seguido de seu parecer positivo, ao diretor geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. Em 15/2/1911, o Ministro do Interior assina uma portaria nomeando a comissão que ficaria encarregada de fixar as bases da ortografia.

A comissão, presidida por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e composta de dez membros, inicia suas reuniões em março do mesmo ano. Em setembro de 1911, é publicada

¹¹⁵ Na edição consultada (Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904), pula-se o algarismo 15 na enumeração das regras, repetindo-se o algarismo 14 em duas regras subseqüentes.

pelo Ministério do Interior, como resultado dos trabalhos dos estudiosos, uma proposta ortográfica intitulada *Bases para a unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas Escolas e Publicações Officiais*.

Em relação às regras sobre as sibilantes dispostas por Viana na *Ortografia Nacional*, são realizadas algumas alterações nas *Bases para a unificação da Ortografia...* (1911, p. 8-9).

Poucas e de pequena importância relativa foram as modificações que a Comissão entendeu conveniente que se fizessem no sistema ortográfico ali proposto e seguido, e essas foram adoptadas para que elle ficasse mais em harmonia com modos de escrever que, conquanto menos consequentes, se tornaram já, a bem dizer, habituais; e tais modificações em preceitos, que o autor daquelas obras defendera com razões históricas cuja valia a Comissão reconheceu, tiveram por causa o considerar a Comissão que alguns d'elles eram em demasia prematuros, e um ou outro já extemporâneo, em virtude de usos ortográficos radicados e que se não devem considerar absolutamente como erros scientificos. (...)

O autor, membro da Comissão, concordou com todas essas modificações, e votou com a maioria da Comissão em todas elas. (...) Os preceitos da segunda espécie, que, se bem que perfeitamente motivados nas propostas do autor do Questionário, a Comissão julgou já de há muito fora do uso comum, são principalmente o emprêgo de ç inicial, e o do z final, com o valor actual de s, em sílaba átona, que sobretudo figura na última sílaba de muitos nomes patronímicos, como Gonçalvez, Nunez, que presentemente se escrevem Gonçalves, Nunes, com -es, em opposição à sua etimologia, a desinência latina *ici*, de genetivo. Esses nomes e vocábulos, como ourives, simples, mesquinho, continuarão pois a escrever-se com s final de sílaba, na ortografia comum.

As regras propostas por Viana em 1904, sobretudo as do uso de ç inicial e z final, mesmo fundamentadas em argumentos históricos, são substituídas por outras, que se apóiam no uso corrente do idioma. De acordo com a comissão, Viana concordou com as alterações.¹¹⁶

A justificativa para a manutenção de todos os grafemas utilizados para representar as sibilantes está ligada à pronúncia e à história da língua (BASES, 1911, p. 16).

A diferenciação gráfica, conforme a sua origem, entre *se, si, e ce, ci*, iniciais, entre ç e *ss* mediais, bem como a que ainda dialectalmente subsiste entre *z* e *s* intervocálicos, ou *x* e *ch*, ou *ô* e *ou*, pertencem à história da língua, e a Comissão conserva-as, regulando-as com o maior rigor; pois ficaria em contradição com essa história se, o que fôra relativamente fácil, optasse por escrever sempre *z* entre vogais, e sempre *s* em finais de vocábulos; porque não seria lícito, nem ninguém lhe aceitaria, substituir *ce, ci, ç*, por *s* ou *ss*, em milhares de vocábulos e formas, que sempre se tem conservado diferentes na sua escrita, e com bons fundamentos.

Neste pressuposto, prescreve que *ce, ci, ç* ou *z* final de vocábulos correspondam a *ci, ti* latinos, a *ss* arábicos; e *s, ss* a *s* ou *ss* latinos; e, por outra parte, que *z* corresponda a *z*, ou *ce* ou *ci, ti* latinos, ou a *zz* arábicos; *s* entre vogais, ou final, a *s* latino. Nos vocábulos de origem americana indígena *ce, ci, ç* são preferíveis a *s*, seguindo-se nisso a escrita tradicional. Para quem não esteja preparado com umas noções, rudimentares que sejam, de latim, a consulta ao *Vocabulário* é indispensável em

¹¹⁶ Realmente não se encontra na literatura protesto do autor em relação à questão.

casos duvidosos, e muitas vezes é conveniente a comparação com as correspondentes formas ou palavras castelhanas, pois no idioma do centro de Espanha a confusão entre *s* e *c* ou *ç* (modernamente escrito *z*) é impossível, pois bem se diferenciam na pronúncia, como antes acontecia em Portugal e no resto da Península Hispânica.

É interessante notar que, no início do século XX, os filólogos já apresentavam a preocupação em refletir o uso corrente da língua na ortografia, preocupando-se, por exemplo, com os dialetos portugueses que diferenciam *s* intervocálico e *z*, o que reflete a história da língua. A comissão já antecipava também que a maioria dos falantes da língua portuguesa teria dificuldades provocadas pela manutenção dos vários grafemas utilizados para representar as sibilantes, já que na maior parte do país há apenas um par de sibilantes. Para dirimir as dificuldades, principalmente daqueles que não tivessem noções básicas de latim, sugere-se a consulta ao vocabulário em casos duvidosos e a comparação com o castelhano, que diferencia *s* e *c/ç* (escrito *z*).

Procede-se, a seguir, à análise dos dados relativos às sibilantes no *corpus* da presente dissertação.

2.4 Análise dos dados

No *corpus* em questão, conforme já informado no item **2.1 Sobre a metodologia**, analisam-se os grafemas utilizados para representar as sibilantes surdas e sonoras, em posição inicial e medial intervocálica.

Convém lembrar que os documentos foram analisados em dois grupos distintos. No primeiro, formado pelos manuscritos Estabelecimento de uma Tesouraria Geral, Índios Guranis no Rio Grande do Sul, Processo das Quitandeiras, Armada Inimiga e Narrativa Parto Anormal – Xifopagia, as ocorrências foram analisadas de forma exaustiva, através da

filtragem dos vocábulos e da separação daqueles que continham grafemas utilizados para representar as sibilantes. No segundo grupo, formado pelos documentos Hospedagem do Conde de Banchi, Processo dos Religiosos e Melhoramento do Quinto, os dados foram analisados por confronto em relação aos resultados do primeiro grupo.

Conforme informado na seção dedicada à metodologia, a divisão em dois grupos tinha como objetivos não neutralizar os resultados dos conjuntos de menor extensão e provocar um possível contraponto entre os grupos. O que se verificou, porém, como se esclarecerá adiante, foi a inexistência de contraste, sendo os dados de ambos os grupos, de forma geral¹¹⁷, homogêneos, tanto em relação ao tratamento das sibilantes surdas quanto em relação ao tratamento das sonoras.

Para representar a sibilante surda em posição inicial constata-se a existência de quatro grafemas: *c*, *sc*, *s*, *ss*. Há apenas duas ocorrências de vocábulos iniciados por sonora: *zello* (l. 128 – Índios Guaranis no Rio Grande do Sul e l. 717 – Melhoramento do Quinto). Para a posição medial, a quantidade de grafemas utilizados para representar o fonema surdo é elevada: onze grafemas – *c*, *ç*, *s*, *ss*, *sc*, *xc*, *zc*, *cç*, *çç*, *sç*, *zç*. No caso do sonoro, em posição medial, há quatro grafemas: *s*, *ss*, *z* e *x*.

O estudo inicia-se com a análise dos grafemas utilizados para representar a sibilante surda em posição inicial. Apresentam-se no gráfico 1 os grafemas encontrados no grupo 1 e as respectivas porcentagens em relação ao total de 530 ocorrências.

¹¹⁷ Alguns documentos destoaram do comportamento verificado nos demais. Tal discordância, no entanto, será comentada na análise efetuada a seguir.

Gráfico 1 – Sibilante surda em posição inicial: distribuição de ocorrências por grafema.

Verifica-se que, em posição inicial, o grafema mais utilizado, em 95,8% dos casos (ou 508 ocorrências), foi o *s*, assim como observado nos documentos do grupo 2. O uso dos demais grafemas, *c*, *ss* e *sc*, representa 4,2%.

Constata-se apenas uma ocorrência do grafema *sc*-, tanto no grupo 1 quanto no grupo 2. Tal grafema ocorre no vocábulo *asciencia* (Narrativa Parto Anormal – Xifopagia – l. 76), cuja etimologia justifica a escolha desse grupo consonantal. A respeito desse dígrafo, é interessante notar que Viana (1904, p. 23) o mantém: “É conservado o grupo inicial *sc*, das seguintes palavras e seus derivados e afins, em que o *s* é mudo: *scena*, *sciencia*, *scetro*, *sceptico*, *scisma*, *scisão*, *sciatico*, *scintilar*, *scelerado*, e algum outro menos usual”.

Considerou-se o uso do grafema *ss* em posição inicial no caso do pronome “se” acompanhado por verbo. Os autores dos documentos Índios Guaranis no Rio Grande do Sul e Melhoramento do Quinto utilizam o *s* longo seguido de *s* pequeno para grafar tal pronome quando antecedido por verbo. Não se trata, portanto, de vocábulo isolado iniciando-se com *ss*, mas de uma partícula verbal, que, no documento Índios Guaranis, ocorre três vezes separada por hífen (*regulando-sse* – l. 56, *apadesser-sse* – l. 74 e *concervando-sse* – l. 88) e outras duas vezes colada ao verbo (*pondosse* – l. 31 e l. 116); e, no documento Melhoramento do Quinto, ocorre duas vezes colada ao verbo (*limitasse* – l. 20 e l. 894).

Optou-se por registrar tais ocorrências como representação de sibilante surda em posição inicial já que as partículas verbais “se” nos demais conjuntos foram sistematicamente grafadas com *s* pequeno somente. Se não se registrasse tal hábito de escrita em posição inicial, o mesmo ficaria apagado, já que seria considerado como representação de sibilante surda em posição medial.

No documento *Processo dos Religiosos*, há uso sistemático de *s* longo isolado para representar a sibilante surda, tanto em posição inicial quanto em posição medial. Por representar o fonema surdo, optou-se pelo uso de *ss* para transcrever tal grafema neste manuscrito. Nos casos de verbos seguidos pelo pronome “se”, portanto, registra-se sempre a forma *sse* na edição: *aChan* | *dosse* – l. 111/112, *Informar* | *sse* – l. 144/145, *pondosselhe* – l. 214, *remetendosse* – l. 222, *requerendosse* – l. 320, *pegandosselhe* – l. 384, *Livrarsse* – l. 415 e *mostra* | *sse* – l. 278/279.

Observou-se que o índice de desvio etimológico da sibilante surda em posição inicial foi muito baixo, tanto nos documentos do grupo 1 quanto nos documentos do grupo 2. O gráfico 2 ilustra a ocorrência de desvios do primeiro grupo:

Gráfico 2 – Sibilante surda em posição inicial: índice de desvio.

A maior parte dos desvios deve-se justamente ao uso de *ss*, que não se justifica etimologicamente, apesar de se compreender que provavelmente tenha sido utilizado para reforçar a pronúncia do fonema surdo, já que o *s* pequeno sozinho em posição intervocálica representa o fonema sonoro.

Conforme apontado, o desvio apresentado em posição inicial pode ser considerado muito baixo, fato que corrobora a tendência da manutenção da consoante inicial na evolução do latim ao português.

A representação da sibilante surda em posição medial intervocálica foi a que apresentou, como já informado, o maior número de grafemas. O gráfico 3 mostra a distribuição de ocorrências por grafema encontrado no grupo 1, com as respectivas porcentagens em relação ao total de 454 ocorrências.

Gráfico 3 – Sibilante surda em posição medial: distribuição de ocorrências por grafema.

Verifica-se que os grafemas *c* e *ç*, que foram utilizados em 63% dos casos (286 ocorrências), são os preferidos pelos autores dos documentos, sendo o grafema *c* o mais usado, representando 33,9% do total de ocorrências. Em relação ao grupo 2, observa-se o mesmo comportamento, com alto índice dos mesmos grafemas. Apenas o documento Processo dos Religiosos destoa parcialmente da preferência geral, por apresentar alto índice de uso do grafema *s* longo em posição medial, transcrito como *ss*.

O grafema *s*, utilizado em 10,4% das ocorrências, foi observado tanto quando a sibilante surda era antecedita por consoantes como *b* (*observei* – Narrativa Parto Anormal – Xifopagia - l. 36), *l* (*expulsas* – Processo das Quitandeiras - l. 81), *m* (*consumo* – Índios Guaranis no Rio Grande do Sul - l. 34), *n* (*lansa* – Armada Inimiga - l. 53) e *r* (*concurso* – Estabelecimento de uma Tesouraria Geral - l. 71), quanto em posição intervocálica, em diversos vocábulos, como por exemplo: *asentada*, *asima*, *asim*, *asumpto* e *osefica*. Nestas ocorrências, utilizava-se *s* longo ou *s* pequeno, mas a pronúncia era de sibilante surda, não de sonora. No documento Hospedagem do Conde de Banchi, observa-se o mesmo uso de *s* intervocálico representando o fonema surdo, sendo todas as ocorrências, exceto uma, grafadas com *s* pequeno.

Os grafemas *çç*, *zç* e *zc* são observados em apenas um documento do *corpus*: Índios Guaranis no Rio Grande do Sul. O grafema *çç*, que ocorre três vezes, substitui o grafema *ss*, nas palavras *Miçções* (l. 39) e *miçça* (l. 101), e o grafema *ç* ou *cç*¹¹⁸, na palavra *eações* (l. 47). Os grafemas *zç* e *zc* são utilizados, respectivamente, nos vocábulos *nazção* (l. 56 e l. 129) e *nazcem* (l. 120).

O índice de desvios etimológicos apresentados pelo uso dos grafemas para representar as sibilantes surdas em posição medial foi de 23% (104 ocorrências), dez vezes maior do que o observado em posição inicial, o que confirma a afirmação de Mattos e Silva (1991, p. 81), “a maioria das mudanças na estrutura do latim para o português se verifica nas consoantes distribuídas no interior do vocábulo. As consoantes latinas em posição inicial se mantiveram no português”.

O documento que apresentou maior índice de desvio (36%), destoando dos demais, foi Índios Guaranis no Rio Grande do Sul, justamente por usar os grafemas citados acima, que

¹¹⁸ Se for considerada a norma ortográfica portuguesa.

não possuem justificativa etimológica. Por outro lado, o conjunto que apresentou menor índice foi o Estabelecimento de uma Tesouraria Geral, com apenas um desvio.

O gráfico 4 ilustra a distribuição de grafemas por ocorrências de desvios do primeiro grupo.

Gráfico 4 – Sibilante surda em posição medial: distribuição de grafemas por ocorrências de desvios.

No primeiro grupo, o grafema ç foi o que mais apresentou desvios, com um total de 33 ocorrências. Na maior parte dos desvios, o grafema a ser utilizado, segundo a etimologia, deveria ter sido *s* ou *ss*. Em relação aos desvios em *s* e *ss*, que representam 42% do total, observa-se o inverso, o grafema a ser utilizado na maioria dos casos deveria ter sido *c* ou *ç*.

Com relação a esta variação, entre *c/ç* e *s/ss*, comprova-se a confusão gráfica verificada desde o século XIII. Quando havia a distinção fônica entre tais grafemas: *c/ç* representavam a consoante pré-dorsodental, que se manteve no português padrão, e *s/ss* representavam a consoante ápico-alveolar, que se restringiu ao norte de Portugal. A opção pelo uso de *ç* poderia ser interpretada, talvez, como reflexo da pronúncia de uma sibilante pré-dorsodental, que era a mais comum no português padrão e no português falado no Brasil.

No segundo grupo, os documentos Hospedagem do Conde de Banchi e Melhoramento do Quinto apresentam o mesmo comportamento dos documentos do primeiro grupo em relação aos desvios, que foram baixos. Apenas o documento Processo dos Religiosos, que possui a particularidade do uso do *s* longo na maior parte das ocorrências de surda em posição medial, apresenta um maior índice de desvios do que o restante dos documentos. Listam-se a seguir alguns exemplos de vocábulos deste documento que possuem desvios etimológicos: *prosseços* (l. 71), *aalissiação* (l. 82), *dosfalessidos* (l. 83), *expessifica* (l. 94), *prossedimentoz* (l. 103), *aussiliar* (l. 128), *dacabessa* (l. 180), *Lenosso* (l. 214), *troussera* (l. 257), *doSeuConhe* | *ssimento* (l. 286/287), *aoprinssipio* (l. 321), *reConhessidos* (l. 355), *oferesseo* (l. 415), *naInquirissao* (l. 429).

Um caso interessante sobre a análise dos grafemas utilizados para representar a sibilante surda verifica-se no documento Melhoramento do Quinto, em que o grafema *z* é usado para representar o fonema surdo no vocábulo *dizerta- | çoens* (l. 404/407).

Em relação à sibilante sonora, são encontrados quatro grafemas (*s*, *ss*, *z* e *x*) para representá-la em posição medial intervocálica. Apresentam-se no gráfico 5 os grafemas encontrados no grupo 1 e as respectivas porcentagens em relação ao total de 217 ocorrências.

Gráfico 5 – Sibilante sonora em posição medial: distribuição de ocorrências por grafema.

Nos documentos do grupo 1, verifica-se a maciça opção pelo uso do grafema *z* para representar a sibilante sonora em posição medial intervocálica, utilizado em 71% dos vocábulos (115 ocorrências). O segundo grafema mais utilizado foi o *s*, em 20% das palavras (43 ocorrências), seguido pelo *x* e pelo *ss*.

O único documento que destoa no grupo 1, apresentando índices semelhantes de uso dos grafemas *s* e *z*, é a Armada Inimiga, cujas preferências dividiram-se em 49% para *z* e 46% para *s*. Os demais documentos apresentaram índices de uso do grafema *z* superiores a 66%. Em dois dos documentos, Índios Guaranis no Rio Grande do Sul e Narrativa Parto Anormal – Xifopagia, o grafema é usado, respectivamente, em 83% e 82% das ocorrências de sonora em posição medial.

Nos documentos do grupo 2, observa-se a mesma preferência pelo uso de *z* para representar a sibilante sonora em posição medial intervocálica. No documento Hospedagem do Conde de Banchi, por exemplo, há uso de *s* para representar a sonora medial apenas no antropônimo *Iosé*. Nos demais vocábulos, as sibilantes sonoras são representadas com *z*. No documento Processo dos Religiosos, que possui 2.505 palavras, há apenas três ocorrências com o grafema *s*: *desordens* (l. 69 e l. 141) e *desordem* (l. 145). Nas demais palavras, utilizam-se os grafema *z* e *x*, sendo este último verificado em apenas dois vocábulos: *exami | nar* (l. 107/108) e *oexeCutou* (l. 463). No documento Melhoramento do Quinto, o mais extenso, com 11.281 palavras, foram encontradas apenas oito ocorrências de uso do grafema *s* para representar a sibilante sonora: *suasoria* (l. 24), *subsistencia* (l. 603 e l. 911/912), *inclusive* (l. 1041), *generosidade* (l. 1308), *desordem* (l. 1317), *indamnisação* (l. 1354) e *crusados* (l. 1333). Há poucos casos de uso do grafema *x*, como observado nos demais documentos do *corpus*.

Uma observação interessante a respeito do documento Melhoramento do Quinto, é o uso do grafema *ss* para representar a sibilante sonora em posição medial em três ocorrências:

centessima (l. 115, 116 e 118) e *issolados* (l. 154). Tal uso coincide com as três ocorrências de *incessivos* (l. 59, 186 e l. 192), observadas no documento *Narrativa Parto Anormal – Xifopagia*, do grupo 1.

Com o alto índice do grafema *z* utilizado para representar a sibilante sonora em posição medial, resta verificar a quantidade de desvios observados em relação à etimologia. Do total de 217 ocorrências do primeiro grupo, observou-se desvio etimológico em 94 vocábulos, o que representa 43% do total. Desse total, o uso inadequado do grafema *z* (segundo a etimologia) responde por 40%, ou 93% do total de desvios. O gráfico 6 ilustra os dados apresentados.

Gráfico 6 – Sibilante sonora em posição medial: distribuição de grafemas por ocorrências de desvios.

Nos documentos que constituem o grupo 2, observa-se índice semelhante de desvios, sendo sua quase totalidade provocada pelo grafema *z*.

O documento *Armada Inimiga*, único no *corpus* a destoar em relação à preferência pelo grafema *z* para representar a sonora, apresentou um índice menor de desvio, de 29%, em relação à média de desvios, de 43%. Tal fato deve-se à opção acertada de grafar muitos vocábulos com *s* intervocálico, que se justificava etimologicamente: *visao* (l. 82), *perigosa* (l. 76), *obsequioso* (l. 188). Ao usar o grafema *z*, porém, verifica-se que o autor fugiu à etimologia em oito casos, quase 50% do total dos vocábulos grafados com *z*.

O documento *Estabelecimento de uma Tesouraria Geral*, que não apresentou nenhum desvio etimológico em relação ao uso de grafema para representar a sibilante surda em posição inicial e apenas um desvio no caso da surda em posição medial, confirmou o baixo índice de desvios também em relação à sonora: 26%. Se comparado aos outros documentos, que tiveram índices de cerca de 50%, este número é baixo. Todos os casos de desvios, neste documento, no entanto, relacionam-se ao uso do grafema *z*.

Pesquisando-se a lista de variantes gráficas elaborada por Rita Marquilhas (1991), a partir dos originais de imprensa de quatro autores, verificam-se as correções efetuadas nos originais de imprensa relacionadas às sibilantes. Do total de correções realizadas, a maioria recai sobre os grafemas utilizados para representar a sonora. Os originais de imprensa de Bluteau, que só apresentaram três casos de correção das sibilantes, são uma exceção, já que o autor alterou somente uma sibilante sonora nos três casos de correção das sibilantes, como pode ser observado a seguir.

- Tomás Caetano – 78,6%
- Manuel dos Santos – 70,6%
- Manuel da Rocha – 58,6%
- Bluteau – 33,3% (somente 3 ocorrências)

Esse fato confirma a tendência de a maior variação ocorrer na representação da sibilante sonora, que ora era corrigida etimologicamente, ora alterada de forma inadequada, conforme os exemplos abaixo:

Bluteau:¹¹⁹

felice > feliz

cançou > cansou

asas > azas

Manuel dos Santos:

diser > dizer > dizer

conuerçam > conversão > conversãõ

casava > cazava > cazava

numeroso > numerozo

presente > prezente > presente (mas também presentes)

Manuel da Rocha: o autor era corrigido cerca de dez vezes por página; o corretor reprova a baixa freqüência de **z**, mas opta por colocá-lo em palavras cuja etimologia não justificaria tal uso: preso > prezo.

Tomás Caetano de Bem:

maravilhozas > maravilhosas

dezejo > desejo

empresa > empreza

¹¹⁹ À esquerda encontra-se a forma adotada pelo autor, e à direita, a forma corrigida pelo revisor na tipografia. No caso de Manuel de Santos, houve dois revisores, por isso há três etapas de correção em alguns casos.

O que se pode observar nos exemplos dos originais de imprensa, portanto, é que o grafema utilizado para representar as sibilantes sonoras sofria grande variação, assim como se observa na análise das ocorrências do *corpus* utilizado nesta pesquisa.

Conclusões

Após a edição de cerca de 80 fólios da segunda metade do século XVIII e do estudo lingüístico realizado sobre os dados levantados, a primeira conclusão a que se chega relaciona-se justamente à comprovação da necessidade de um estudo filológico rigoroso, que contemple as análises codicológica e paleográfica, para a obtenção de resultados consistentes no estudo lingüístico.

A análise codicológica, que levou à observação do modo de organização da Coleção de Memórias, aliada à análise paleográfica, que permitiu estabelecer com clareza os grafemas a serem estudados na segunda parte, mostraram-se essenciais para a elaboração de uma edição fidedigna e confiável para estudo lingüístico.

A observância da alta frequência de grafemas *z* durante o levantamento paleográfico já fornecia indícios para o que se verificaria posteriormente em relação ao tratamento das sibilantes. A justificativa para o estabelecimento de determinado grafema como *s*, essencial para o estudo da segunda parte do trabalho, precisava, portanto, estar clara e ser coerente em todas as ocorrências de mesmo punho.

Em relação à análise paleográfica, o que se verificou foi que a determinação de um grafema não depende somente da morfologia da letra, que, comparada a outras ocorrências dentro do mesmo punho, revela a melhor leitura, mas depende também do estudo das ocorrências em contextos específicos de posicionamento silábico. Assim, um grafema que, à primeira vista, parecia *z*, por comparação à morfologia de outros dentro do mesmo manuscrito, pode se tornar um *s*, quando as suas ocorrências são analisadas em relação ao contexto posicional e percebem-se detalhes de seu traçado, que o diferenciam. Os dois

critérios, da análise morfológica e do contexto posicional, devem caminhar sempre juntos, o que resulta em uma análise paleográfica coerente.

Apesar de não constituir foco principal deste trabalho, a importância histórica dos documentos editados é indiscutível, já que são fontes extremamente ricas para a descrição do panorama social da época e constituem as origens da formação atual do quadro histórico-social do Brasil. Dessa forma, a preservação do conteúdo desses documentos, que já possuem cerca de 250 anos, em uma edição fidedigna é importante para a conservação das fontes de nossa história.

Em relação ao tratamento das sibilantes, a verificação da grande confusão que havia no uso dos grafemas utilizados para representá-las em posição medial, em um período em que não existia uma norma ortográfica oficial, é justificada pela redução do quadro de quatro fonemas sibilantes a apenas dois no português padrão. Com isso, perde-se a monovalência, e a um fonema passam a corresponder dois ou mais grafemas.

Dessa forma, podem ser observadas duas tendências distintas nos documentos, uma relacionada ao fonema surdo, outra ao sonoro.

A análise dos dados indica que, no caso da sibilante surda, havia uma tendência para o uso dos grafemas ligados à raiz etimológica dos vocábulos, já que esses apresentaram um índice baixo de desvio, 23%. Em relação à sibilante sonora, nota-se uma clara tendência para o uso do grafema *z* como representante do fonema sonoro.

A análise dos dados aponta que o grafema utilizado para representar a sibilante surda em posição medial não apresentou tanto desvio etimológico em relação aos grafemas usados na representação da sonora. Enquanto os grafemas utilizados para registrar a sibilante surda tiveram um índice de 23% de desvio, o grafema *z* foi utilizado indevidamente em 40% dos casos.

Em comparação ao desvio verificado na representação do fonema sonoro e levando-se em conta a maior quantidade de grafemas que concorriam para representar a sibilante surda em posição medial, o desvio dos grafemas que a representam pode ser considerado baixo. Tal fato parece estar em concordância com o que descrevia Madureira Feijó (1734, p. 44) a respeito das formas diferentes de se pronunciar o *c* e o *s*: “pois se esta he a rigorosa, e propria pronunciaçã do *S*, como se equivoca com a do *C*, que he taõ diversa? Se os sons são diversos, como pode ser a consonancia a mesma?”. Se em algumas regiões de Portugal ainda havia dois fonemas sibilantes surdos, então, ou o grafema escolhido representaria a escolha fônica do escriba ou representaria o uso consagrado de determinado grafema para escrever dado vocábulo, ainda que a pronúncia não mais coincidissem com o grafema utilizado.

Tendo em vista que os ortógrafos não tinham como objetivo realizar um retrato fiel da língua portuguesa de suas épocas, mas que redigiam obras com caráter moralizador — procurando criar regras para conter a evolução natural da língua e criticando usos que se afastavam da estrutura latina — é provável que Madureira Feijó, ao tratar dos dois fonemas sibilantes surdos, descrevesse não o que ocorria no português padrão, mas um fenômeno específico de um dialeto do território português. Em virtude disso, não se pode justificar a baixa ocorrência de desvio da sibilante surda com base no ortógrafo citado.

A forma mais adequada de se observar os dados seria talvez considerar alto o índice de desvio apresentado no registro da sibilante sonora, já que só se considerou baixo o desvio da surda, quando comparado ao da sonora. Se os valores forem tratados de forma absoluta, e não comparativa, a afirmação pertinente é a de que o índice de 40% de desvio pode ser considerado alto.

Sobre as sibilantes sonoras, é interessante notar que nenhum dos ortógrafos pesquisados aludiu a alguma diferença de pronúncia entre a sonora ápico-alveolar e a

sonora pré-dorsodental, o que confirma a manutenção de apenas um fonema no português padrão, no caso, o pré-dorsodental.

A confusão observada nos documentos com relação à escolha do grafema para representar a sibilante sonora está de acordo com a dificuldade para ditar regras sobre o uso correto desses grafemas verificada nas ortografias de meados do século XVIII. Assim, não existia, nesse caso, uma distância abissal entre o conteúdo das ortografias e o uso que se fazia da língua nos documentos.

Além de comprovar a dificuldade em estabelecer as diferenças entre o uso de *s* e *z* para representar a sonora verificada nos ortógrafos setecentistas — que até se contradiziam, como nos casos dos sufixos *-osa* e *-oso*, em que Feijó indicava o uso de *s* e Lima o uso de *z* —, a preferência maciça pelo uso de *z* revela concordância com a preferência pelo *c* e *ç*, que foram empregados em 72% dos casos cuja etimologia justificaria o uso de *s* ou *ss*. Os dois grafemas eram usados justamente para representar o par de sibilantes pré-dorsais, utilizado no português padrão. Uma hipótese provável, portanto, é a de que seria a opção natural do escriba optar pelos grafemas que não causassem confusão de pronúncia. Assim, o uso de *z* claramente indicaria a pronúncia do grafema como sibilante sonora, por não haver outra possível.

Portanto, em relação à sibilante sonora, talvez os escribas tentassem restabelecer o ideal da escrita alfabética, a monovalência, buscando eleger apenas um grafema para representar o fonema sonoro. Em relação à surda, no entanto, não se pode afirmar uma tentativa de restabelecer a monovalência, visto que os desvios de *c/ç* representam 48% do total, mas os desvios de *s/ss* representam 42% do total. Neste caso, verifica-se somente uma confusão, provavelmente devida à maior quantidade de grafemas para representar as surdas em posição medial, apesar de se notar uma clara preferência pelos grafemas *c* e *ç* para representá-las: 63% das ocorrências.

As opções dos escribas, portanto, parecem confirmar o período pseudo-etimológico da ortografia, aproximando-o, no entanto, da escrita fonética. Tal fato indica uma tendência à simplificação do código, pela qual os escribas buscavam escrever da forma, como acreditavam, seriam corretamente compreendidos.

Revela-se, no século XVIII, porém, a tendência natural das línguas com escrita alfabética: o controle por normas, que buscavam principalmente a homogeneização, a uniformidade e a simplificação na grafia, fundamentadas nem sempre em critérios científicos. Dessa forma, o que se verifica muitas vezes é a tentativa de conter a evolução natural das línguas, que se dá por meio de mudanças iniciadas nas camadas sociais menos cultas. Usava-se do conhecimento lingüístico e do acesso restrito à cultura para se tentar impor uma única norma para conjuntos de falantes com hábitos diversos entre si.

É possível concluir, portanto, que a observação do confronto entre as normas preconizadas em Setecentos e os textos escritos no mesmo período possam fornecer subsídios para a tomada de decisões mais acertadas sobre as normas ortográficas da língua portuguesa nos dias de hoje.

Referências

- ACIOLI, Vera Lucia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: Editora Universitária UFPE / Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 1994.
- ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1725. Disponível em: <<http://purl.pt/10>>. Último acesso em: 12 de setembro de 2006.
- ATAS da Câmara de Salvador (1700-1718). Coleção Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1984.
- BASES para a unificação da Ortografia que deve ser adoptada nas Escolas e Publicações Officiais. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 19-20.
- BERLINCK, Rosane Andrade e GUEDES, Marymarcia (org.). *E os preços eram commodos...Anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000. (Série Diachronica, 2)
- BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, n.36, 1998.
- BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1987.
- BOXER, Charles Ralph. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CAETANO DE LIMA, Luís. *Orthographia da Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: Antonio Isodoro da Fonseca, 1736. Disponível em: <<http://purl.pt/8>>. Último acesso em: 12 de julho de 2006.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. São Paulo: Padrão, 1979.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMINHA, Pero Vaz. *A Carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear de Antonio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia, Heitor Megale*. 2 ed. São Paulo: Humanitas, 2001 (Série Diachronica, 1).
- CARMELO, Frei Luis do Monte. *Compendio de Orthographia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, para que em todas as Provincia, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologíã, e a Prosodia, isto he, a recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portugueza*. Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1767.

- CASTRO, Ivo. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991, 2 vols.
- CATACH, Nina (Org.). *Para uma teoria da língua escrita*. Trad. Fúlvia M. L. Moreno e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- CÓDICE 807 – NP – SDE – *Coleção de Memórias e outros documentos*. Conservados na Seção Histórica. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1928. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 17 e 19.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, *apud* HOUAISS, 2001.
- _____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1978, *apud* HOUAISS, 2001.
- _____. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. Prefácio-estudo de Antônio Houaiss. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998, *apud* HOUAISS, 2001.
- FERREIRA, José de Azevedo. *Afonso X Foro Real*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- GOMES, Flávio dos Santos & SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Dizem as quitandeiras...” – ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.3-16, jul./dez. 2002.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal – de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Braga: Calouste Gulbekian, 2003.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- LEAO, Duarte Nunes de. *Orthographia da ligoa portuguesa: obra vtil & necessaria assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol como a Latina & quaesquer outras que da Latina teem origem*. Lisboa: João de Barreira, 1576. Disponível em: <<http://purl.pt/15>>. Último acesso em: 12 de julho de 2006.
- LIMA, Yêdda Dias. *Leitura e transcrição de documentos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: AAB, 1998. (Projeto Como Fazer – Oficinas 98)
- LOBO, Tânia (org.). *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas, 2001 (Serie Diachronica, 3).
- MADUREIRA FEIJÓ, João de Moraes. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingoa Portgueza*. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <<http://purl.pt/13>>. Último acesso em: 12 de julho de 2006.

- MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- MARQUILHAS, Rita. *Norma Gráfica Setecentista – Do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1991.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas – Elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Maia: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- _____. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.
- MEGALE, Heitor. Língua portuguesa: fenômenos históricos e variedade atual. In: SILVA, Luiz Antônio da Silva (org.). *A língua que falamos – Português: história, variação e discurso*. São Paulo: Globo, 2005. pp. 269-291.
- _____ e TOLEDO NETO, Silvio (org.). *Por Minha Letra e Sinal — Documentos do Ouro do Século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. (Série Diachronica, 4)
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Cantar de Mío Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1964, *apud* SPINA, 1994.
- NASCIMENTO, Aires A. *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. Coleção Obras Clássicas da Literatura Portuguesa – Literatura Medieval. Lisboa: Colibri, 1998.
- NORMAS de transcripcion y edicion de textos y documentos. Madrid, 1944, *apud* SILVA NETO, 1957.
- PIEL, Joseph M. *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela que fez El-Rey Dom Duarte de Portugal e do Algarve e Senhor de Creuta*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
- SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977, *apud* MEGALE, 2005.
- _____. *Introdução à edótica*. 2. ed. São Paulo: Ars Poética/ EDUSP, 1994.
- SPAGGIARI, Barbara & PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- TAVANI, Giuseppe. Antecedentes históricos: a ortografia da língua portuguesa. In: CASTRO, Ivo *et al.* (orgs.). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 201-203.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa: Martins Fontes, s/d.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia Nacional – Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Viuva Tavares Cardoso, 1904.

VIEIRA, Pe. Antonio. *Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil*. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

WILLIS, Raymond S. *El libro de Alexandre*. Princeton University Press, 1932, *apud* BLECUA, 1987.

Bibliografia consultada

AFM – Revista da Academia Fluminense de Medicina. Disponível em: <<http://www.afm.org.br/cadeira60.htm>>. Último acesso em: 28 de agosto de 2005.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Rio de Janeiro: Dinfo/UERJ, 2000. 1 CD-ROM.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASTRO, Ivo. *Editar Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas – Manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado/UNESP, 1991.

MEGALE, Heitor (org.). *Filologia bandeirante*. São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. Pesquisa filológica: os trabalhos da tradição e os novos trabalhos em língua portuguesa. In: *Estudos Lingüísticos – GEL*, nº 27, São José do Rio Preto: IBILCE/Unesp, 1998, pp. 3-28.

MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de Paleografia*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo, 1953.

PIWNIK, Marie-Hélène. Sir Galahad. In: _____. *Edição crítica das obras de Eça de Queirós – Contos II*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

SOLVERAL, Manuel Abranches de. História e Genealogia. Disponível em: <<http://pwp.netcabo.pt/0437301501/mas/pinto%20e%20moura%20coutinho.htm>>. Último acesso em: 9 de julho de 2005.

- TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Variação gráfica de algumas consoantes sibilantes do livro de José de Arimatéia (Cod. ANTT 643). In: *Estudos Lingüísticos. Anais de Seminário do GEL, XXVII*, São José do Rio Preto: 1998, pp. 876-881.
- TORRES, João Romano. Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Edição em Papel – 1904-1915, Volume II, pág. 869. Edição electrónica 2000-2003, por Manuel Amaral. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/>>. Último acesso em: 9 de julho de 2005.
- WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.